

PERcursos Linguísticos

VITÓRIA
2011
UFES

PERcursos Linguísticos

Esta revista é um periódico semestral.

Reitoria

Reitor: Rubens Sérgio Rasseli

Vice-Reitor: Reinaldo Centoducatte

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Francisco Guilherme Emmerich

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretor: Edebrando Cavaliere

Vice-Diretor: Iúri Drummond Louro

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Santinho Ferreira de Souza

Subchefe: Mariza Silva de Moraes

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Mestrado em Estudos Linguísticos

Coordenador: Alexsandro Rodrigues Meireles

Coordenadora Adjunta: Ana Cristina Carmelino

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

PERcursos linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 3, n. 1 (2011). Edição Especial. – Dados eletrônicos. – Vitória : UFES, 2011. - Semestral.

ISSN: 2236-2592

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://periodicos.ufes.br/percursos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:

Saulo de Jesus Peres

CRB6 – Reg. 676/ES

CCHN/ PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, nº 514

Campus Universitário – Goiabeiras

CEP 29075-910

Vitória – ES

Tel: 027 4009-2801

EDITORA

Júlia Almeida

CONSELHO EDITORIAL

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES)
Ana Cristina Carmelino (UFES)
Edenize Ponzo Peres (UFES)
Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP)
Erasmus d'Almeida Magalhães (USP)
Fernanda Mussalim G. L. Silveira (UFU)
Gregory Riordan Guy (New York University),
Hilda de Oliveira Olímpio (UFES)
Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)
Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES)
Janice Helena Chaves Marinho (UFMG)
José Augusto Carvalho (UFES)
José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG)
Júlia Almeida (UFES)
Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN)
Lilian Coutinho Yacovenco (UFES)
Luciano Vidon (UFES)
Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP)
Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN)
Maria da Penha Pereira Lins (UFES)
Maria Regina Momesso (UNIFRAN)
Maria Silvia Cintra Martins (UFSCar)
Marina Célia Mendonça (UNESP)
Marta Scherre (UNB/UFES)
Micheline Mattedi Tomazi (UFES)
Virgínia Beatriz Baesse Abrahão (UFES)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
UM ESTUDO SOBRE O VERBO-SUORTE NA CONSTRUÇÃO DAR+SN Alzira da Penha Costa Davel.....	07
O DISCURSO DE AUTO-AJUDA EM REVISTAS FEMININAS: ASPECTOS RETÓRICOS E DISCURSIVOS André Effgen de Aguiar.....	19
A CONTRIBUIÇÃO DA RETEXTUALIZAÇÃO NA AULA BILÍNGUE LIBRAS-PORTUGUÊS Arlene Batista da Silva Ferreira.....	40
APROXIMANDO A TRADUÇÃO E A COGNIÇÃO: TRAÇOS E PROTÓTIPOS. Elaine Cristina Pereira Dutra.....	52
FALA, VITÓRIA! - A VARIAÇÃO DO IMPERATIVO EM VITÓRIA/ES E SUA POSIÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL Elaine Meireles Evangelista.....	62
INTERDISCURSO, CENAS DE ENUNCIÇÃO E ETHOS DISCURSIVO EM CANÇÕES DE ATaulfo ALVES Fabiana Castro Carvalho.....	82
POR UMA ABORDAGEM DISCURSIVA DA REFERENCIAÇÃO COM BASE EM FOUCAULT Fabiano de Oliveira Moraes.....	99
A POLIDEZ INDICIANDO A MULTIFUNCIONALIDADE DO VERBO <i>ACHAR</i> Juliana dos Santos.....	119
MEMÓRIA E PRODUÇÃO DISCURSIVA DO SENTIDO: A MULHER- PROFESSORA EM FOCO NOS JOGOS ENUNCIATIVOS Karla Perim Muzzi.....	137
A INCORPORAÇÃO DO DISCURSO ALHEIO: A ANÁLISE DE UMA REPORTAGEM Luana Santos Lemos.....	150
A QUESTÃO DO VALOR NA LINGUAGEM PARA (O CÍRCULO DE) BAKHTIN Mariléia Tenório Dionísio.....	171
O ADJETIVO NA ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DO DISCURSO: A PROPOSTA DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA Silvana Barbosa Pereira.....	183

A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE EM <i>RAPS</i> DOS RACIONAIS MC'S Tatiana Aparecida Moreira.....	199
POLÍTICA EDITORIAL / NORMAS DE PUBLICAÇÃO.....	210

APRESENTAÇÃO

Este número consolida a vocação da *PERcursos Linguísticos* de ser uma revista voltada para a publicação de textos de alunos do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) e publica treze artigos de mestres do Programa que obtiveram titulação nos anos de 2009 e 2010.

São textos diretamente relacionados ao tema das Dissertações defendidas, inclusive entregues na época de sua defesa, que foram revisados para, juntos, compor um panorama das pesquisas que vêm sendo realizadas no PPGEL no âmbito das duas linhas de pesquisa do Programa: Estudos analítico-descritivos da linguagem e Estudos sobre texto e discurso.

É, portanto, um número especial da Revista, que se pretende reeditar regularmente, à medida que novas turmas encontram êxito na finalização e defesa das Dissertações.

Deve-se aqui agradecer aos nossos mestres e a seus orientadores, que prontamente revisaram e adaptaram os textos para atender às normas da *PERcursos*. Parabéns a todos e uma boa leitura!

Júlia Almeida

UM ESTUDO SOBRE O VERBO-SUPORTE NA CONSTRUÇÃO DAR+SN

Alzira da Penha Costa Davel*

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre algumas características das estruturas *DAR+SN* do português do Brasil, a partir dos pressupostos do Léxico-Gramática de M. Gross (1975). São examinadas as propriedades distribucionais dessa estrutura, em contextos de uso da língua, por meio de critérios formais que levam em conta os aspectos morfossintático-semânticos, distinguindo-se as estruturas com verbo pleno de verbo suporte e de expressões cristalizadas. As estruturas com verbo suporte são de natureza deverbal e denominal. De modo geral, as deverbais apresentam ideia de atenuação e brevidade das ações como, por exemplo, *dar uma olhada* e as denominais denotam ações de golpe como, por exemplo, *dar uma pedrada*. Os estudos revelam que as estruturas *Dar uma X-da* são também utilizadas como formas modalizadoras da linguagem, constituindo um recurso de expressividade por parte dos falantes nativos.

Palavras-chave: Descrição. Verbo-suporte *dar+SN*. Estruturas Deverbais e Denominais. Léxico-Gramática.

Abstract: This paper presents considerations on some characteristics of *DAR+SN* structures of portuguese in Brazil, starting from Lexicon-Grammar M. Gross (1975) presuppositions. The distributive properties of this structure are examined throughout the usage of language by means of formal criteria that consider the morphosyntactic-semantic aspects, distinguishing the full-verb structure from the ones of supporting verb and crystallized expressions. The full-verb structures are of deverbal and denominal nature. As a whole, the deverbals present an attenuation and sortness of actions, for example, *to give an eyeness (dar uma olhada)* and the denominals present of stroke actions, for example, *to give a stoneness (dar uma pedrada)*. Studies show that structures to give + a(n) X ness (*DAR uma X-da*) are also used as modalizing forms in language, and it constitutes a source of expression for native speakers.

Keywords: Description. Supporting Verb to “GIVE+NS”. Denominal and Deverbal Structures. Lexicon-grammar.

Introdução

Desde a década de 60, as construções com verbos-suporte têm merecido atenção, sobretudo nas investigações germanísticas. Na literatura lingüística francesa, M. Gross (1975) desenvolveu estudos científicos para o Léxico-Gramática, seguindo os pressupostos de Harris (1970), cuja noção foi introduzida com o conceito de “verbo operador” para tratar as relações de nominalização. Nos anos 80, essas construções passam a ser objeto de análise pelos estudiosos portugueses e, no Brasil, começam a vislumbrar horizontes já no final dos anos 90.

* Departamento de Línguas e Letras, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória (ES), Brasil – alzira5907@yahoo.com.br. Orientação: Prof.ª Dr.ª Aucione Smarsaro.

Nesse sentido, muitos esforços já foram empreendidos para a identificação desses fenômenos linguísticos. De acordo com Scher (2004), existem muitos estudos nesse sentido, além das línguas européias, nos idiomas do inglês, mandarim, persa, coreano, dentre outros. Em muitas línguas parece ser recorrente a existência de estruturas com verbos-suporte, cujo sentido é estabelecido e modificado a partir da prática social e dos costumes do falante.

É comum, falantes brasileiros no seu cotidiano dizer e/ou ouvir que ‘Acordou mais cedo para *dar uma caminhada* na praia’; que ‘Os funcionários *deram uma parada* para o almoço’. Essas frases fazem parte da comunicação diária e estão inseridas nos noticiários dos meios de comunicação. De fato, a escolha dessas estruturas (*dar uma caminhada/ uma parada*) é feita pelos falantes de forma natural, sem que se dêem conta de que também poderiam usar formas alternativas como, por exemplo: Acordou mais cedo para *caminhar* na praia; Os funcionários *pararam* para o almoço. Pode-se, então, argumentar que se trata de um fenômeno de alternância sintática bastante interessante e que alguns estudos apontam que essas construções traduzem uma crescente tendência para o emprego de formas alternativas perifrásticas.

Algumas estruturas do tipo *Dar+SN*, que representam um recorte da pesquisa serão avaliadas por meio de alguns critérios formais, no que se refere às propriedades sintático-semânticas e morfológicas, conforme a teoria do Léxico-Gramática, de Gross (1975), a partir de propriedades que estabelecem as relações de ligação entre os componentes da seqüência com os elementos da frase em que se encontra e das relações de sentido, a partir da distribuição dos itens.

A seguir, os exemplos ilustram alguns comportamentos que o verbo *dar* pode assumir dependendo do contexto linguístico, como verbo pleno, verbo-suporte ou constituir uma expressão cristalizada.

- (1) a. João *deu um brinquedo* à criança.
 b. Ana *deu um pulo* de alegria.
 c. Ana *deu bolo* em João.

A construção (1a) trata-se de uma construção bitransitiva, com verbo pleno, com a noção de transferencialidade de um objeto, de um destinatário para um receptor. De acordo com Travaglia (2003), o verbo numa construção plena funciona como núcleo do predicado e rege complementos diretos. Tem um comportamento independente e estrutura semântico-

lexical que lhe permite abrir lugares vazios aos seus argumentos, podendo desempenhar sozinho a função de predicação.

A estrutura (1b) *dar* funciona como um verbo suporte. O verbo-suporte é aquele que não constitui sozinho o núcleo do predicado, uma vez que vem seguido de um nome ou um sintagma nominal e passa a depender desse argumento que o acompanha para ter sentido completo (GROSS; VIVÈS, 1986; GIRY-SCHNEIDER, 1986 *apud* NEVES, 2002; 2006).

Os verbos-suporte, portanto, não constituem o núcleo do predicado para o preenchimento da estrutura argumental na construção de orações, porque dividem a responsabilidade da predicação com o nome que com ele compõe a combinatória.

Em (1c), *dar bolo*, o verbo *dar* faz parte de uma expressão fixa. De acordo com os pressupostos da Gramática Transformacional, desenvolvidos por M. Gross (1975), o objeto central da sintaxe são as relações entre frases diretamente observáveis que podem ser julgadas como aceitáveis ou não pelos falantes da língua.

Segundo Gross (1975), uma expressão fixa é não-composicional. Isso quer dizer que o seu significado global não pode ser deduzido do significado dos seus componentes. Assim, são importantes as noções de composicionalidade e de não-composicionalidade:

A noção de composicionalidade diz respeito a uma estrutura em que os elementos podem ser substituídos por outros, que se relaciona à possibilidade de se deduzir o significado de uma seqüência a partir dos significados dos seus componentes. Já numa construção não-composicional, o cálculo do significado total da expressão não pode ser deduzido pelo significado dos seus constituintes. Um exemplo para esse conceito pode ser a expressão *dar bolo*, pois o seu significado – *faltar a um compromisso* - não pode ser deduzido do significado dos seus constituintes.

Os verbos-suporte, para Neves (1999a), são verbos de significado lexical parcialmente esvaziado, que formam juntamente com seu complemento (objeto direto), um significado global que, em geral, têm correspondência com o verbo pleno da língua. A autora afirma que são verbos que “entram na construção de predicções em condições particulares, as quais os retiram do estatuto de centro da matriz predicativa” (NEVES, 2006, p. 58-59), como é o caso da construção abaixo:

- (2) a. João *deu um golpe* no braço do ladrão.
- b. Um golpe no braço do ladrão foi dado por João.
- c. *O braço do ladrão levou um golpe do João.

A partir da estrutura (2a), há uma transformação para a voz passiva, em que o complemento (*um golpe*) passa a ocupar a posição sintática de sujeito, com o verbo *dar* no particípio passado e a inserção da preposição (*por*).

A construção (2c), embora gramaticalmente correta, é inaceitável. Segundo Baptista (1997), esse tipo estrutura que designa ação violenta, em que a posição de complemento indica parte do corpo, não permite a construção conversa com os verbos *dar-levar*. Por estrutura conversa pode-se entender como a inversão da posição sintática entre o sujeito e o complemento da frase, assim como a substituição do verbo-suporte *dar* (*standart*) por outro, como, *levar* (*conversa*). No caso da estrutura (2a), por exemplo, o verbo *dar* é selecionado na construção *standart*; por isso, o verbo *levar* não é aceito em (2c).

Alguns tipos de estruturas *Dar+SN*

As estruturas *dar+SN* fazem parte de um grupo heterogêneo, podendo ocorrer com ou sem determinante. Segundo G. Gross (1988), a escolha dessas formas (ou sua ausência) depende da mensagem que o locutor pretende expressar. Nesse particular, o uso dos artigos estabelece uma conexão privilegiada com a função proposicional da referência que o nome exerce, e as dificuldades do seu uso devem-se ao fato de o nome não exercer a função ‘natural’ nas construções com verbos-suporte. Essas dificuldades são impostas pela rigidez do léxico que revela o uso diferenciado dos artigos, conforme a natureza semântica dos formativos nominais.

Estruturas sem determinante

A ausência de artigo junto ao nome marca, fundamentalmente, a natureza de não especificidade (genérica) de determinados tipos de nomes para designar não um “indivíduo” específico, mas de toda uma espécie. Este uso é comum em casos de nomes massivos, em construções sintáticas como enumerações ou em expressões cristalizadas (CUNHA; CINTRA, 2001). No exemplo, a seguir, tem-se uma enumeração, em que se obtém um efeito de acumulação:

(3) Amigo fiel dá apoio, auxílio, ajuda, atenção no momento exato.

A ausência do artigo, em certas circunstâncias, marca uma característica de generalização, ou seja, a natureza não específica do ato de denotação realizada pelo nome. Nesses casos, a generalização pode ser marcada pela ausência do artigo ou pela sua presença, como ocorre nos próximos exemplos.

Estruturas com determinante

É importante frisar que a estrutura mencionada em (3), sem determinante, também pode se realizar com a presença de determinante (artigo indefinido e definido), como:

(4) Amigo fiel dá (*um apoio/ um auxílio/ uma abrigo/ uma ajuda/ uma atenção*) no momento exato.

O *artigo indefinido* tem uma função distinta, pois realiza nos enunciados uma operação de extração de um elemento singular, indeterminado de certo conjunto, ou seja, possui aspecto disjuntivo (MATEUS *et alli*, 2004, p. 163). Já no exemplo

(5) Amigo fiel dá *o* apoio no momento exato.

O nome que é acompanhado de um artigo definido denota um objeto da realidade (extralingüística), tido como objeto único e identificado, ou melhor, designa um objeto específico (ATHAYDE, 2005). Ou seja, o artigo definido está associado a situações de interlocução, a partir do conhecimento partilhado entre os falantes.

O uso do determinante, portanto, marca o grau de referencialidade do nome. No português brasileiro, há algumas estruturas que ocorrem com mais frequência com determinante (artigo indefinido), e que podem também ser pluralizadas, denotando a interpretação aspectual de iteratividade, de repetição como, por exemplo:

(6) a. Ana *deu um grito* de desespero.

b. Ana *deu (uns) gritos* de desespero.

Nesse caso, o uso dos artigos pode interferir no sentido de uma estrutura como um todo, e tem relação direta com os diferentes tipos de construção com os verbos-suporte. Pode-se entender que o caráter híbrido das estruturas com verbos-suporte está atrelado à presença ou à ausência dos artigos que servem como determinantes, cuja mobilidade do emprego influencia no grau de integração dos elementos do SN dessas estruturas. Em outras palavras, eles têm relevância na organização da construção e, conseqüentemente, no aspecto semântico delas.

Dentre as estruturas *Dar+SN* existem aquelas formadas por *dar uma X-(a)da* que podem ser deverbais e denominais, cujos sufixos são distintos: (*-da* e *-ada*), respectivamente:

Estruturas *DAR uma X-(a)da*¹deverbais e denominais

Segundo Basílio (2002) a grande importância das funções do nome é a de expressar o significado do verbo dentro de uma visão nominal, além de dar ao significado do verbo uma forma sintática de substantivo para configurar determinados tipos de estrutura que o discurso exige. Gramaticalmente, o que possibilita o uso do verbo em estruturas que sintaticamente exigem um substantivo é a nominalização, em estruturas com verbos-suporte.

Nos termos do léxico-gramática (GROSS, 1975), a nominalização é um processo que consiste na transformação de uma frase com predicado verbal para outra de predicado nominal.

Considerando os exemplos a seguir, as estruturas (7a) e (8a), formadas com verbos plenos (predicados verbais) são transformadas em nominalizações (predicados nominais), em (7b) e (8b), com a introdução do verbo-suporte *dar*.

- (7) a. Ana *olhou* o texto - b. Ana *deu uma olhada* no texto.
 (8) a. Ana *enxugou* a louça - b. Ana *deu uma enxugada* na louça.

Do ponto de vista da Teoria Lexical, (7b) e (8b) são estruturas consideradas *deverbais* porque têm como base um verbo (*olhar/ enxugar*). Além disso, observa-se uma diferença semântica sutil entre as estruturas formadas com verbo pleno daquelas constituídas com *dar uma X-da*. *Dar uma olhada/ uma enxugada* permitem uma interpretação de atenuação, de

¹ Para as estruturas deverbais e denominais os sufixos são distintos (*-da* e *-ada*), respectivamente; por isso, são usados os parênteses. Para uma visão detalhada, ver Lisboa de Liz (2005).

superficialidade e de diminutivização; enquanto as com verbo pleno (*olhou/ enxugou*) denotam noção de completude.

Os exemplos abaixo, são de estruturas denominais, por isso não se observa o mesmo comportamento:

(9) Ana *deu uma chinelada* no menino - *Ana *chinelou* o menino.

(10) O menino *deu uma bofetada* em Ana - Ana *esbofeteou* o menino.

As *denominais* são estruturas que apresentam noção de golpe, de pontualidade e têm como estatuto de base um nome, como (*chinelado, bofetão*).

Uma das principais diferenças entre as duas construções, em geral, é que as deverbais possibilitam paráfrases com verbos correspondentes, o que não ocorre com a maioria das denominais, como: *dar uma chinelada/ *chinelou*. Em *esbofetear*, o nome *bofetão*, ao ser acrescido do prefixo *-es* e do sufixo *-ear*, forma um verbo que denota ação de repetição, de iteratividade.

A questão da ambiguidade

A ambiguidade é um fenômeno semântico que surge quando uma palavra ou um grupo de palavras é associado a mais de um significado. Câmara Jr. (1968), por exemplo, aborda a ambiguidade como a má construção da frase, argumentando que é uma consequência da homonímia, da polissemia e da deficiência de padrões sintáticos. Já Dubois (1973), Greimas (1979), Ilari e Galdi (1990), entre outros, não analisam a ambiguidade como um “problema” das línguas, mas como a possibilidade de várias leituras de uma mesma frase.

Embora com enfoques semelhantes em alguns aspectos e em outros diferenciados, a maioria dos autores trata da ambiguidade sintática, comentando que a ambiguidade lexical (polissemia e homonímia) se desfaz no contexto linguístico. Os estudos mostram que as fronteiras entre tais construções são bastante frágeis e difusas devido à ambiguidade que muitas palavras apresentam e que, por vezes, têm uma extensão de sentido figurado.

Assim, certas combinações de palavras são ambíguas, isto é, consoante o contexto linguístico, podem ser idênticas do ponto de vista da forma, mas distintas quanto aos significados, sendo de fundamental importância observar se o nome que constitui a estrutura

trata-se de uma metáfora, como também a natureza dos complementos, como se pode observar nos exemplos abaixo:

- (11) a. Ana *deu uma enxugada* na louça - a louça está molhada - a louça está enxuta.
 b. Ana *deu uma enxugada* no texto - *o texto está molhado - o texto está enxuto.

Em (11a) o nome *enxugada* é usado no sentido concreto e o complemento-locativo (*na louça*) é adequado para esse nome, uma vez que *louça* tem a propriedade de ser molhada e, por isso, pode ser enxugada. Em (11b), o mesmo nome é empregado no sentido figurado, ou seja, com uma extensão de sentido, que quer dizer *reduzir o conteúdo* e não *secar*. Embora o nome (*enxugada*) seja o mesmo de (11a), o resultado da interpretação é diferente, justamente porque *um texto* não tem a propriedade de *estar molhado ou seco* como a *louça*. Esse é um conhecimento que só pode ser compreendido com o sentido de *secar* se admitimos uma relação metafórica.

Estruturas *Dar uma X-(a)da* e a modalização

O ato de se comunicar ocorre de formas variadas, influenciado por fatores diferenciados. O que cada locutor expressa se dá de acordo com o contexto situacional (espaço, tempo e sujeitos envolvidos), considerando região, escolaridade, classe social, idade, sexo dos participantes da interação, entre outros fatores. As pessoas, ao interagirem, escolhem certos termos adequados à situação, que são carregados de intencionalidade do falante.

Em linhas gerais, tradicionalmente, a modalização se dá, sobretudo, por meio de marcadores classificados (como advérbios, adjetivos, verbos etc.) que exprimem dever e possibilidades; marcadores esses que estão impressos no próprio enunciado. Os verbos modais expressam a atitude do falante em relação ao que é dito; por isso, eles representam em termos de cumprimento, as funções da linguagem.

O que se pode verificar sobre o tema, é que durante anos, os estudiosos, em busca de definir limites para a modalização, recorreram à retórica e à lógica clássicas como parâmetros principais, separando-os em duas classes de referência: o núcleo duro da modalização (categorias que revelam impacto do sujeito enunciativo sobre as falas que produz como, por exemplo, os verbos modais) e a modalidade diversa (categorias que assumem a característica

modalizadora somente em certos contextos, como exemplo, os performativos, das modalidades de frases e dos atos ilocucionários).

Embora considerando a variedade dos ‘modos de dizer’ para produzir efeitos de sentido, seja intencional ou inconsciente, a modalização é um procedimento de difícil sistematização devido à sua imprevisibilidade, uma vez que a língua em funcionamento provoca ‘lacunas’ nas teorias e, por isso mesmo, está sempre abrindo espaço para inovação.

Neves (1996a), argumenta que o estabelecimento da interação verbal – da troca que cumpre a função interpessoal da linguagem – é o momento em que os interlocutores organizam a mensagem e, ao mesmo tempo, definem seus papéis na interlocução, colocando-se na posição de doador ou de solicitador, de asseverador, de perguntador, de respondedor, de ordenador, entre outros.

Desse modo, a autora aponta para uma noção mais ampla sobre a modalidade na língua, ou seja, ela pode se dar por diferentes formas de manifestação. As construções com verbo-suporte *dar uma X-da* como, *dar uma passada/ uma organizada*, são formas analíticas de expressão, enquanto as constituídas de verbo-pleno são mais sintéticas e de certo modo, mais incisivas. Mesmo sendo formas mais analíticas, o falante tende a escolhê-las porque exprimem um comportamento mais leve, mais ameno e, por isso, modalizadoras da linguagem.

É possível, então, defender que nesse cenário também são modalizadoras as perífrases que compõem com os nomes, as formas nominalizadas nas construções com verbos-suporte, especificamente, as do tipo *dar uma X-da* que, por serem formas atenuadoras, podem se constituir motivações para a escolha por parte do falante.

Considerando a função interpessoal de modalizar o discurso, essas estruturas apresentam-se como modalizadoras, pois elas definem determinados ‘modos de dizer’, sobretudo na linguagem oral, marcando a subjetividade do enunciador, dando contornos mais refinados aos enunciados.

Conforme aponta Scher (2004) e considerando os aspectos semântico-discursivos, as construções com verbo-suporte *dar uma X-da* apresentam uma interpretação de superficialidade, de brevidade, de atenuação de pedidos e de formas diminutivizadas. Por esta razão, pode-se assegurar que essas construções são modalizadoras da linguagem e constituem-se uma das fontes de motivação de uso. Contudo, não é descartada a possibilidade de co-ocorrência com outros operadores modalizadores. Nos exemplos seguintes os efeitos modais contam somente com as perífrases:

(12) a. Ana *deu uma molhada* no jardim. b. Ana *deu uma arrumada* no quarto.

Essas construções trazem diferenças de significado que, embora sutis, semanticamente são distintas das formas constituídas com verbos-pletos, como:

(13) a. Ana *molhou* o jardim. b. Ana *arrumou* o quarto.

Em (12a-b) é possível se afirmar que uma *parte do jardim foi molhado*, ou que *o quarto foi brevemente arrumado*, mas em (13a-b) não.

Conforme mencionado acima, o efeito sobremodalizador pode ocorrer pela interação de mais de um operador (modalizadores) como ilustra o mini-diálogo a seguir:

(14) O quarto precisa ser rapidamente arrumado. Ana vai dar uma arrumada no quarto.

(14a) Ana, *vai dar uma arrumada* no quarto prá mim? É uma *arrumadinha só*...

Na construção (14a), podem ocorrer duas formações que veiculam, do ponto de vista semântico, dois modos diferentes de modalizar, uma vez que apresentam dois graus de atenuação, em que *arrumadinha* denota uma ação de menor duratividade do que *arrumada*. O verbo *ir*, a *forma interrogativa* e o sufixo *-inha* colaboram para sobremodalizar o enunciado.

Em (14) pode-se ter duas interpretações: a narração de uma afirmação a uma terceira pessoa sobre um ato que alguém irá realizar ou como uma ordem, diretamente à pessoa envolvida que irá executar o ato. A interrogação, em (14a), cumpre a função de solicitar a execução de um ato, agregando também um valor atenuador para modalizar a sentença. No entanto, as perífrases na modalidade *X-da* (deverbais), por si só, traduzem um contorno mais ameno ao enunciado.

A estrutura (14a), portanto, confirma a argumentação de Halliday (1985, *apud* NEVES, 2006), de que quando a linguagem é usada nas funções de afirmação ou pergunta, a sentença toma a forma de uma proposição.

Considerações finais

Este estudo não teve a pretensão de esgotar as discussões sobre as estruturas com verbos-suporte *dar+SN*. Ao contrário, buscamos uma breve reflexão a respeito de um tema bastante complexo que já vem sendo investigado em várias línguas (na França, em Portugal e no português do Brasil, entre outras). Consideramos os pressupostos do Léxico-Gramática (GROSS, 1975) e da Teoria Lexical (BASÍLIO, 2002) para descrição morfossintático-semântica das estruturas, no sentido de investigar os procedimentos lexicais e gramaticais nas sequências, em que as variações da estrutura sintática básica são definidas pelas propriedades distribucionais e transformacionais. Alguns tipos de construções mostram que *dar*, apresenta comportamento distinto: como verbo pleno, verbo-suporte e expressão cristalizada. O uso de determinantes (artigos indefinido/ definido) ou ausência evidencia sua relevância para a organização da estrutura, contribuindo, inclusive, para a semântica como um ‘todo’. São também analisadas algumas estruturas deverbais e denominais (*dar uma X-(a)da*), observando-se que são distintas do ponto de vista morfossintático-semântico.

A questão da ambiguidade é mostrada de modo que o mesmo nome pode apresentar mais de um sentido (concreto ou figurado) dependendo do contexto linguístico do qual faz parte. Assim, a duplicidade de sentido pode ser desfeita conforme a natureza dos complementos.

As perífrases *dar uma X-da* (deverbais), em geral, manifestam-se como formas modalizadoras da linguagem, devido ao caráter de atenuação, de diminutivização e de brevidade que denotam. No que se refere às denominais, não é possível garantir a ocorrência da modalização, uma vez que veiculam noção de ações pontuais ou de iteratividade.

Referências

ATHAYDE, M. F. Nomes Predicativos em Português e em Alemão: os nomes predicativos em construções com verbo-suporte preposicionados do português e do alemão. *Caderno n. 15, Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos, Faculdade de Letras*. Universidade de Coimbra: 2005. p. 304-530.

BAPTISTA, J. *Sermão, tarefa e facada: uma classificação das construções conversas dar-levar*. Seminários de Linguística. Faro: Universidade de Algarve, Centro de Automática da UTL – LabEL, 1997a.

BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo. Ática, 2002.

BASÍLIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

CÂMARA JR. M. *Dicionário de filologia e gramática referente à Língua Portuguesa*. São Paulo: J. Ozon, 1968.

CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUBOIS, J. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

GREIMAS, A. J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

GROSS, G. Degré de figement des noms composés. *Langages*, No. 90, p. 57-72. Paris: Larousse, 1988.

GROSS, M. *Méthodes en syntaxe*. Paris: Hermann, 1975.

_____. Lexicon-Grammar. The Representation of Compound Words. *COLING-1986. Proceedings*, Bonn, 1986. p. 28-38

ILARI, R. GERALDI, J. W. *Semântica*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

LIZ, L. L. de. *Dar uma X-(A)DA: um trabalho de interfaces*. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2004.

NEVES, M. H. M. Estudo das construções com verbo-suporte em português. *Gramática do português falado*. v. 6, Campinas: EDUNICAMP, 1996.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

SCHER, A. P. *As construções com o verbo leve dar e nominalizações em -ada no português do Brasil*. Tese (Doutorado em Letras). UNICAMP, Campinas-SP: 2004.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez, 2003.

O DISCURSO DE AUTO-AJUDA EM REVISTAS FEMININAS: ASPECTOS RETÓRICOS E DISCURSIVOS

André Effgen de Aguiar*

Resumo: Realizou-se neste trabalho um estudo do discurso de auto-ajuda, em um corpus formado por reportagens extraídas das revistas femininas *Claudia* e *Nova* do ano de 2007. Embasados nos estudos de Aristóteles sobre Retórica e nas teorias do Tratado da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), investigou-se os aspectos retóricos e discursivos presentes nesse tipo de discurso, verificando as técnicas e estratégias utilizadas pelo orador com a finalidade de persuadir e conquistar a adesão do auditório.

Palavras-chave: Discurso de Auto-Ajuda. Revistas Femininas. Ethos. Pathos.

Abstract: This study is about self-help discourse based on a corpus extracted from the Brazilian feminine magazines *Claudia* and *Nova* during the year 2007. Based on Aristotle's studies on Rhetoric and on Perelman and Olbrechts-Tyteca's (1996) theories, we investigated rhetorical and discursive aspects found in this kind of discourse. We also verified techniques and strategies which were used by the speaker in order to persuade and conquer adhesion of the audience.

Keywords: Self-help discourse. Feminine magazines. Ethos. Pathos.

Introdução

Há tempos percebe-se que a evolução da sociedade fez com que os sujeitos se tornassem cada vez mais individualizados. Vivemos num mundo em que o caos do cotidiano rege as relações interpessoais. A extensa jornada de trabalho, o acúmulo de funções, a violência urbana, dentre outros fatores têm sufocado cada vez mais a população, que tenta sobreviver em um mundo globalizado e cada vez mais individualizado, onde o verdadeiro “mal do século” é o *stress* e a depressão.

Nesse contexto emerge, na sociedade atual, um tipo de discurso em que as vontades do indivíduo são a única preocupação: o discurso de auto-ajuda. Empiricamente a auto-ajuda é a literatura que trata da busca pela felicidade, tomada como o grande objetivo da raça humana.

Caracterizando melhor o discurso de auto-ajuda, percebe-se que há nele uma grande quantidade de sugestões, muitas vezes incompreensíveis, apoiadas no senso comum, superstições, generalizações, redundâncias ou suas proposições apóiam-se em teorias

* Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) – DLL – CCHN – UFES – Vitória – ES – Brasil. E-mail: aeffgen@terra.com.br. Orientação: Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon.

inovadoras e polêmicas, valendo-se, em alguns casos, da ignorância do leitor/ouvinte. Mesmo assim, atualmente, percebe-se que esse discurso está invadindo o cotidiano em diversas áreas como: livros, programas de TV e rádio, revistas, palestras, e-mails, etc.

Assim, não negando esse ponto de vista social e psicológico do discurso de auto-ajuda (o qual usaremos como base para explicarmos determinados fenômenos), justifica-se essa pesquisa, que visa analisar, num corpus extraído das revistas *Claudia* e *Nova* do ano de 2007, os aspectos retóricos e discursivos presentes no discurso de auto-ajuda encontrados nessas revistas. Nossa intenção ainda é identificar os recursos lingüísticos que caracterizam o discurso em estudo; discutir, com base na Retórica de Aristóteles e na Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, como se dá a construção do auditório (público leitor das revistas), analisando como o orador se distancia e se aproxima desse auditório com a intenção de manipulá-lo; verificar nas estratégias utilizadas pelo orador (ethos, pathos) como essas influenciam e ajudam o orador a conquistar a confiança do público com fins de persuasão e qual seria a função discursiva de cada uma dessas estratégias no discurso em estudo.

Desse modo, a idéia é: encontrar no discurso de auto-ajuda os indícios que revelam sua estrutura, seu funcionamento; mostrar como se dá o processo de sedução ao leitor/ouvinte através dos recursos persuasivos, baseados nos estudos retóricos de Aristóteles e na Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996).

Auto-ajuda: origem e desenvolvimento

Antes de iniciarmos as análises e conjecturas, precisamos saber do que estamos tratando, por isso vê-se necessário contextualizar historicamente o gênero auto-ajuda. Tal gênero tem seu expoente com o surgimento da modernidade e a ascensão do individualismo, momento da história da humanidade em que os homens sentiram-se “desamparados” e profundamente angustiados. Assim, inicia-se aqui um breve histórico com o objetivo de situar o gênero auto-ajuda, demonstrando alguns princípios norteadores de sua consolidação e sua função social.

A auto-ajuda pode ser classificada como um conjunto de práticas articuladas textualmente, que parte do princípio de que todos os seres humanos possuem uma força interior capaz de solucionar quaisquer problemas, os quais, apesar de serem gerados por fatores sociais, são apresentados como se fossem de natureza pessoal.

Para Rüdiger (1996, p.18), os textos que pertencem a esse gênero estão divididos em duas categorias: os destinados ao desenvolvimento de capacidades objetivas: sucesso nos negócios, comunicação em público, manutenção do patrimônio; e os destinados ao desenvolvimento das capacidades subjetivas: auto-estima, saber envelhecer, vencer a depressão, etc. Pode-se afirmar que tal gênero se projeta em todos os campos da vida – desde o sucesso pessoal e empresarial ao da saúde, passando pelo êxito nos relacionamentos interpessoais –, ao mesmo tempo em que apresenta tratados de crescimento pessoal para responder de maneira sistêmica às demandas pela auto-realização introduzidas pela modernidade.

Destarte, embora esse gênero, desde a sua disseminação nos meios sociais e culturais, tenha passado por transformações relevantes, com o advento da democratização e da propagação de um estilo individual, contextualmente, é uma manifestação discursiva que nasce de uma visão de mundo, que há muito perpassa a sociedade capitalista: o individualismo.

Conforme Rüdiger (1996), a literatura de auto-ajuda tem sua fundamentação na visão de mundo anglo-saxã, pois está estreitamente vinculada, ao seu modo de vida popular, constituindo-se como um conjunto de práticas que espelham fielmente a moderna cultura industrial, a qual influenciou, e muito, a transformação da sociedade ocidental. Tais práticas consistem em fazer o indivíduo acreditar e descobrir os seus recursos interiores. Seu cultivo e emprego têm por finalidade a superação das fraquezas humanas e o aperfeiçoamento do indivíduo.

Samuel Smiles, em 1859, criou o conceito de auto-ajuda (*self-help*). Ele é considerado o primeiro autor inglês a estabelecer relação direta entre a tradição inglesa e a idéia de individualismo. Smiles defendia que não eram as reformas institucionais que garantiam o progresso social, mas a capacidade humana de se aperfeiçoar por meio da disciplina e de seu caráter. Percebe-se que

Em *self-help* o conceito chave não é o sucesso – mas caráter; a perspectiva de conjunto, em essência, é pré-moderna – e não individualista. O projeto contido em suas páginas [...] consiste de fato em conciliar o espírito do progresso pessoal, baseado no emprego da vontade, com a moralidade tradicional. Em última instância, o esforço em questão visa a provar que o sucesso e o bem estar individual só podem ser logrados respeitando-se essa dimensão, entendida como cimento da sociedade (RÜDIGER, 1996, p. 37).

Especificamente na América do Norte, a democracia de massa constitui-se da dispersão de sujeitos, cada um num universo a cuidar de si e, ao mesmo tempo, compondo o todo. Nessa época, o discurso de auto-ajuda tinha suas bases no princípio de que o desenvolvimento da personalidade deveria estar ligado ao da espiritualidade. Nessa visão, defendia-se a dedicação em relação à capacidade criadora e moral residente no interior de cada um; por isso, deveria haver o mesmo empenho que se dava ao desenvolvimento das habilidades e negócios, conciliando-se, interacionalmente, cultura e profissão.

O desenvolvimento da auto-ajuda no Brasil coincide com o momento em que o país está prestes a consolidar a democracia, após um longo período de ditadura militar. Com a redemocratização, marcada com as eleições diretas de 1990, o discurso da liberdade individual e do consumo passam a impregnar mais o nosso cotidiano, principalmente nas classes média e popular, as quais consumiam desenfreadamente os produtos importados oferecidos com abundância, sobretudo, a partir da era Collor. Inserida nesse contexto, a sociedade brasileira começa a experimentar uma forte sensação de instabilidade, que passa a fazer parte do dia-a-dia do povo brasileiro.

Atualmente, o gênero auto-ajuda, embora pretenda, de um lado, dar aos indivíduos a possibilidade de meditar sobre a sua realidade por meio de um conjunto de informações sobre modos e direções a serem seguidos e, de outro, mediar a relação entre o homem e a sua necessidade de construção do eu, passa por um processo em que foi transformado meramente em um produto de mercado, o que acaba afastando os indivíduos do primeiro objetivo de tal discurso: o gerenciamento de recursos interiores e do enfrentamento dos problemas colocados pela modernidade, a qual desintegrou as representações coletivas e os simbolismos comuns que uniam os propósitos pessoais e comunitários.

A construção do ethos no discurso de auto-ajuda

A noção de ethos começa com Aristóteles. Na Retórica, Aristóteles afirma que “o ethos constitui-se na mais importante das provas” (Retórica I, p. 33). Dessa forma, o mais importante na argumentação não é o caráter que o orador já tem, mas o que ele cria com base na argumentação. Tal afirmação confirma-se em outra passagem do livro Retórica, em que o filósofo diz que “um rústico e uma pessoa culta não podem empregar as mesmas palavras nem da mesma maneira” (ARISTÓTELES, Retórica III, p. 187). Ao apresentar seus argumentos, o orador pode atuar como um ator, imprimindo ao contexto de suas palavras um caráter

diferente daquele que ele próprio imprime como indivíduo, ou seja, além dos argumentos, o orador convencerá também pela imagem, ou melhor, pela sua atuação no momento do discurso.

Na retórica aristotélica, o poder de convicção do orador sobre o auditório independe dos fatos que ele reúne, das premissas que emprega ou da boa argumentação que utiliza. Os argumentos originam-se não só do raciocínio demonstrativo e convincente, mas também do procedimento ético, pois acreditamos no orador que nos fala pelo caráter que demonstra ao se apresentar. Assim, o orador tem que se mostrar bom e benévolo, além de se apresentar como uma pessoa cautelosa. Não se trata, portanto, da imagem que o auditório faz do orador antes do discurso, nem mesmo do caráter que ele realmente possua. O que vale, sim, é o que ele aparenta ser quando se dirige ao auditório, momento em que poderá ou não persuadi-lo.

Obtém-se a persuasão por efeito do caráter moral, quando o discurso procede de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança. As pessoas de bem inspiram confiança mais eficazmente e mais rapidamente em todos os assuntos, de um modo geral; mas nas questões em que não há a possibilidade de obter certeza e que se prestam a dúvida, essa confiança reveste particular importância. É preciso também que esse resultado seja obtido pelo discurso sem que intervenha qualquer preconceito favorável ao caráter do orador (ARISTÓTELES, Retórica I, p. 33).

Para que o orador desperte a confiança do auditório, na visão de Aristóteles, é indispensável que sejam identificadas no orador a prudência (*phronesis*), a virtude (*aretè*) e a benevolência (*eunoia*). Só um orador que apresente essas três qualidades receberá crédito, pois, por parecer justo, conquistará a atenção e a confiança do auditório, cujo espírito acompanhará mais facilmente a argumentação.

Ao dar importância à noção de ethos na retórica, Aristóteles previu a presença do não-racional como elemento de persuasão, o que confirma que a retórica não pode ser entendida como puramente dialética, uma vez que é também demonstrativa e emocional.

No *Tratado da Argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), dos estudos de Aristóteles resgata-se o reconhecimento do papel da retórica na organização racional das relações de comunicação do ser humano. Nega-se a necessidade do encadeamento das idéias no raciocínio e da evidência com que estas se impõem ao espírito (o lugar do discurso é outro: o do verossímil, do plausível, do provável, em que se introduzem as noções de juízo de valor).

Resgatando o conceito de que a retórica é a arte de argumentar (desde que com pensamento lógico e racional), esses estudiosos revitalizaram a noção aristotélica de auditório, pois a verossimilhança só adquire *status* de verdade na instância interlocutória – momento em

que o discurso é ouvido pelo auditório. Apenas nessa situação é que se pode obter a adesão do auditório e é para esse fim que as “provas” são necessárias.

Nesse estudo, fica claro que a argumentação ganha importância na relação interativa entre orador e auditório. Quando um orador apresenta um discurso, ele quer que as pessoas o aceitem e abracem determinada proposta. Para conseguir a adesão do auditório, o produtor do discurso tem de persuadi-lo. A Nova Retórica concebe a argumentação como um conjunto de meios verbais pelos quais um orador tenta provocar ou reforçar a adesão de um auditório às teses que ele submete a seu assentimento. Nas palavras de Amossy (2005), na Nova Retórica

Um locutor quer agir sobre o seu alocutário, não por meio de um ato de discurso pontual, mas no quadro de uma troca verbal que comporta suas próprias regras [...] em um artigo de 1959, intitulado “Os quadros sociais da argumentação”, Perelman diz que o discurso do orador é sempre orientado para seu público: “toda argumentação se desenvolve em função do auditório ao qual ela se dirige e ao qual o orador é obrigado a se adaptar” (AMOSSY, 2005, p. 123).

Assim, percebe-se que, para Perelman & Olbrechts-Tyteca, o auditório é sempre uma construção do orador e a interação entre o orador e o auditório se efetua necessariamente por meio da imagem que fazem um do outro, pois é na representação que o orador faz do auditório, nas idéias e nas reações que ele apresenta e não na sua pessoa, fisicamente falando, que se cria o efeito da persuasão. O bom andamento da argumentação exige que a imagem do auditório corresponda uma imagem do orador, pois a eficácia do discurso é dependente da autoridade que goza o orador, ou seja, do prestígio atribuído a ele pelo auditório.

Na verdade, na Nova Retórica, a construção discursiva do ethos do orador se faz num jogo de observação, pois o orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz do seu auditório. Assim, o orador, discursivamente, procura captar o interesse do público, em quem reproduz suas atitudes ideológicas. Por isso, o conhecimento dos princípios, dos valores e das idéias do auditório pelo orador é essencial para a eficácia persuasiva e para a construção de um ethos que irá se adaptar àquele tipo de auditório.

Por sua vez, o auditório é um fator determinante para o estabelecimento do ethos do orador. É através do saber prévio que o público tem do orador, principalmente se ele for uma figura conhecida, que seu ethos vai se firmar e alcançar ou não a adesão dos espíritos. Com isso, surge a noção de ethos prévio, que é aquele que antecede à construção da imagem no discurso. Quando toma a palavra, o orador já faz uma idéia de seu auditório e da maneira como será percebido; ao mesmo tempo em que fala, avalia o impacto sobre o seu discurso

atual e trabalha para confirmar sua imagem, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão positiva que irá se adaptar aos anseios de seu auditório.

Seguindo o propósito das revistas *Claudia* e *Nova*, esse orador que irá se pronunciar para o público alvo das revistas deverá criar um ethos de companheira, de amiga, de confiante, daquele que tem ciência e sabedoria para resolver qualquer tipo de problema, seja ele de origem sentimental, familiar, social, financeira, não importa. O essencial é que esse orador crie uma imagem através de seu discurso que inspire verdade e confiança nas leitoras, para que elas se sintam protegidas e amparadas pelo discurso de auto-ajuda presente na matéria que estão lendo.

Para a retórica, a construção do ethos se dá no momento da interação. Para que haja eficácia na argumentação, o orador deverá conhecer seu auditório e direcionar o seu discurso adaptando-o a este:

(1) Quem foi que disse que, ao assumirmos certas atribuições outrora masculinas, teríamos que virar as mestras em eficiência, as Ph.D. em produtividade? Não foi para isso que se fez a revolução feminista. Que eu me lembre, foi para nos libertar, não para nos enjaular. No entanto, é assim que nos encontramos hoje: presas a uma expectativa de sucesso absolutamente insana. E não bastasse todo o nosso empenho em ser a melhor profissional, a melhor mãe, a melhor esposa, ainda fazemos a nossa parte para salvar o planeta: fechamos torneiras, economizamos combustível, só compramos produtos biodegradáveis com embalagens recicláveis e evitamos sacolas plásticas, já que plástico é um veneno. Ufa! Já foi mais fácil viver. Antigamente, no tempo daquelas senhoras de cabelo branco, tudo o que uma mulher almejava era que as camisas do marido fossem bem passadas, que a casa não apresentasse sinal de poeira e que as crianças tirassem boas notas no colégio. Era sopa no mel. Dávamos conta de tudo e ainda sobravam tardes e tardes para pensar no que faríamos se fôssemos donas do próprio nariz. De repente, entendemos que o nariz era realmente nosso e de ninguém mais. Era a senha para invadir o mundo deles, que sempre foi mais estimulante e divertido. Passamos a trabalhar, a ter o próprio dinheiro, a viajar sozinhas, a sair à noite com as amigas, a praticar esportes, a ler jornais, a ter opinião, gozar, fumar, dirigir, votar, trair, coçar – era só começar. Por pouco não deixamos crescer o bigode, mas nem tudo em Frida Khalo é inspirador. Ser valente, raçuda e corajosa, sim, *pero*, perder a vaidade, *jamás*. Atualmente, mulheres tripulam foguetes, presidem países e são autoras de descobertas científicas. Mas você, que não é astronauta nem presidente de nada nem candidata a Einstein, anda se cobrando dessa maneira por quê? Era para ser divertido, lembra? (Mulher nota 9 – Cláudia)

Desde a retórica de Aristóteles, percebe-se que o ethos não tem um caráter fixo, ele varia de acordo com os auditórios. Reboul (2004) diz que

É verdade que a resposta depende do próprio auditório, cujas expectativas variam segundo a idade, a competência, o nível social, etc. o orador, portanto, não terá o mesmo ethos se estiver falando com velhos camponeses ou com adolescentes citadinos. [...] ele deve preencher as condições mínimas de credibilidade, mostrar-se sensato, sincero e simpático. Sensato: capaz de dar conselhos razoáveis e pertinentes. Sincero: não dissimular o que pensa nem o que sabe. Simpático: disposto a ajudar seu auditório (REBOUL, 2004, p. 48).

Já Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), mostrando a importância de se conquistar a adesão do auditório, falam em quadros sociais da argumentação, dizendo que todo discurso se orienta na direção do auditório, ao qual o orador deve se adaptar. Percebe-se que a importância da adesão do auditório traz uma reflexão sobre o conjunto de valores, de evidências e de crenças comuns aos interlocutores, pois o auditório é uma construção imaginária do orador. Se essa imagem que o orador faz do auditório for satisfatória, e vice-versa, haverá eficácia do discurso. Assim, podemos concluir que, para Perelman e Olbrechts-Tyteca, a construção discursiva se faz num jogo especular em que o orador constrói sua imagem em função da imagem que faz do auditório. Para Maingueneau, esse é o caráter do ethos pré-discursivo.

No trecho acima, o orador parece fazer uso dessa estratégia. Através de seu discurso, percebe-se que o mesmo traçou um perfil pré-estabelecido de seu leitor, colocando-o como uma mulher que não tem tempo para viver a vida, não se diverte, porque vive na correria. Através dessa concepção, o orador reflete sua própria imagem, criando um ethos de mulher sufocada, “enjaulada” e que ao mesmo tempo vem propor a solução desse dilema para as “colegas” que estão no mesmo barco, pois o que distingue o orador de seu auditório é a certeza de que ele é o detentor da verdade e que tem a obrigação de transmiti-la.

Através de um esquema coletivo, que foi a revolução feminista, o orador resgata valores chamando a leitora à reflexão, convocando-a para começar mudanças em suas vidas, estratégia típica do discurso de auto-ajuda. Com um tom professoral, o orador chama para si um ethos de detentor do saber e, através de artimanhas do discurso, cria laços de proximidade com o leitor, facilitando a adesão do auditório. A maneira explícita como se coloca como mulher é um dos métodos para se aproximar do público: *não bastasse todo o nosso empenho em ser a melhor profissional, a melhor mãe, a melhor esposa*. Nesse trecho e em outros do texto, o orador, além de se colocar como mulher através de palavras como *mãe* e *esposa*, faz uso do nós inclusivo, reforçando mais ainda o ethos de companheira e amiga que sofre com os mesmos problemas. Ainda com o intuito de reforçar a intimidade entre auditório e orador, este usa em seu discurso um tom jocoso, através de brincadeiras e ironias como *Por pouco não*

deixamos crescer o bigode, mas nem tudo em Frida Khalo é inspirador, fazendo menção a filmes como o longa brasileiro lançado em 2006, pela Fox Films, “Trair e coçar é só começar”, usando expressões cristalizadas pelo uso popular como *Era sopa no mel*. Tudo isso cria uma atmosfera de intimidade, dando uma impressão de simetria na comunicação entre os interlocutores, reforçando a adesão do auditório.

Mostrando um ethos de entusiasta, o orador começa a discorrer sobre os avanços e conquistas femininas, num tom animador e otimista, para, em seguida, fazer o que o discurso de auto-ajuda pede: convidar para a ação. Para isso, imbuído desse ethos de amiga, conselheira e mulher otimista e esperançosa, construído ao longo do discurso, esse orador se acha no direito de se usar como exemplo na continuação de seu discurso:

(2) Eu não sirvo de exemplo para nada, mas se você quer saber se isso é possível, me ofereço como piloto de testes. Sou a miss Imperfeita, muito prazer. Uma imperfeita que faz tudo o que precisa fazer, como boa profissional, mãe e mulher que também sou: trabalho todos os dias, ganho minha grana, vou ao supermercado três vezes por semana, decido o cardápio das refeições, levo as filhas no colégio e busco, almoço com elas, estudo com elas, telefono para a minha mãe todas as noites, procuro minhas amigas, namoro, viajo, vou ao cinema, pago as minhas contas, respondo a toneladas de e-mails, faço revisões no dentista, mamografia, caminho meia hora diariamente, compro flores para casa, providencio os consertos domésticos, participo de eventos e reuniões ligados a minha profissão e ainda faço escova toda semana – e as unhas! E, entre uma coisa e outra, leio livros. Portanto, sou ocupada, mas não uma workaholic. Por mais disciplinada e responsável que eu seja, aprendi duas coisinhas que operam milagres. Primeiro: a dizer NÃO. Segundo: a não sentir um pingão de culpa por dizer não. Culpa por nada, aliás. (Mulher nota 9 – Claudia)

O orador compartilha com o ouvinte sua própria vida e a coloca como exemplo. Com isso, ele consegue tornar claro o seu raciocínio e prende a atenção do auditório, pois, através do exemplo dado da vida do orador, o público passará a analisar a sua própria vida. Através desse esforço, o orador cria um ethos de “bonzinho” e dá a idéia de que “se eu faço, vocês também podem fazer“. Lançando mão dessa estratégia, o orador cria um ethos de responsável, determinado, de uma pessoa voltada para os seus objetivos, cumpridora de seus deveres, enfim, percebe-se que o orador cria para ele, através do exemplo de sua vida, uma imagem de quase perfeição, o que irá refletir diretamente na sua credibilidade junto ao auditório.

Tudo isso não passa de ilusão, pois, na verdade, contando esses casos, o orador manipula os ouvintes, pois as histórias contadas obrigam os ouvintes a agirem conforme a vontade do orador, criando uma imagem de detentor do saber que tenta fazer com que o

auditório aceite a sua verdade, através do exemplo dado, seguindo seus passos e alcançando os objetivos almejados. Esse recurso é altamente útil para o discurso de auto-ajuda, pois o orador, imbuído de sua autoridade, consegue, por meio dos exemplos, persuadir o auditório e receber a sua adesão.

Desse modo, percebe-se que é essencial para se efetivar a persuasão, que o orador consiga transmitir uma imagem que seja apropriada ao auditório, pois só com a aprovação do público é que o orador conquistará sua confiança e conseguirá a adesão.

À medida que tenta ganhar a adesão desse auditório, o orador deverá adaptar-se aos desejos e anseios deste, ou seja, para tal fim seu ethos também deverá ser elaborado de acordo com o auditório, podendo ele passar várias imagens durante seu discurso, como: o solidário, o autoritário, o amigo, o culto, dentre outras, uma imagem se sobrepondo à outra, pois, na verdade, nesse jogo o que importa é conquistar a atenção do auditório.

A construção do ethos no discurso de auto-ajuda mostra-se uma via de dois sentidos, pois ao mesmo tempo em que essa estratégia ajuda na persuasão, colaborando para captar a adesão do auditório, ela oferece ao orador ferramentas para “modelar” sua imagem de acordo com o público.

O discurso de auto-ajuda tem a intenção de conseguir a adesão do auditório através da fascinação dos ouvintes. Nota-se que para isso é fundamental a construção do ethos, pois só assim, através de seu discurso, é que o orador mostrará as suas facetas e conseguirá “iludir” o público, vendendo as ilusões prometidas por esse tipo de discurso.

Pathos: paixão e ação no discurso de auto-ajuda

Aristóteles define ethos como uma manifestação lingüística do caráter do orador que cuida da própria imagem com a intenção de conquistar a adesão do auditório. Assim, notamos que o ethos possui um cunho emocional na medida em que a emoção manifestada no discurso do orador repercute inevitavelmente sobre a fonte dessas manifestações, ou seja, sempre que o orador revela o seu caráter, seu comportamento emotivo entra em jogo, pois os ouvintes não possuem um outro critério para julgá-lo; o que irá estabelecer uma primeira relação entre ethos e afetos.

Ao orador, não basta somente passar uma imagem favorável da sua pessoa para conseguir a adesão do auditório, pois

O objetivo do orador não consiste apenas em convencer pelos argumentos. É necessário também que ele toque a mola dos afetos, e utilize os movimentos da alma que prolongam certas emoções (LEBRUN, 1987, p. 19).

Vê-se que ele precisa também influenciar o estado de ânimo dos ouvintes provocando-lhes as emoções e paixões compatíveis com a sua argumentação. Desse modo, a paixão torna-se um recurso persuasivo essencial, pois, conforme os sentimentos despertados no ouvinte num dado momento, criar-se-á a predisposição para que ele se decida num sentido ou em outro.

Reboul (2004, p. 48), inspirado na retórica aristotélica, define pathos como “o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com o seu discurso”. Portanto, através do pathos, o orador poderá despertar no auditório paixões com o intuito de causar mudanças nas pessoas, fazendo-as variar o seu julgamento, contribuindo para adesão do auditório às propostas do orador.

Como já mencionamos, o homem moderno encontra-se em uma época de crise, desamparado num mundo instável, em que fixar-se como indivíduo e criar sua própria identidade são seus maiores desafios. Esse indivíduo precisa de coragem para vencer os obstáculos impostos pelo cotidiano, que quase sempre não são fáceis de resolver, por isso tornou-se fundamental na sociedade atual a criação de um mecanismo que consiga aliviar as dores e ao mesmo tempo dar um encaminhamento para a realização pessoal. O discurso de auto-ajuda surge para desempenhar exatamente esse papel, através do conforto de um pensamento, um estímulo ou uma sugestão, aliviando a pressão social imposta pela modernidade.

Para que esse discurso possa dar conta desse papel é necessário que a argumentação esteja coerente com o estado de alma do auditório. Assim é que o desejo de convencer através de argumentos traduz o objetivo do discurso, mas para isso deve mobilizar os afetos, interferir nos movimentos da alma de tal modo que prolongue determinadas emoções. Entra-se, assim, nos domínios das paixões.

É no uso dessas paixões que o orador vai embasar o seu trabalho, através de uma interpelação afetiva ele irá jogar com os impulsos emotivos do auditório, uma vez que seu objetivo é convencer não apenas através de argumentos, mas mobilizar os afetos para

prolongar certas emoções. Isso porque a persuasão, na concepção aristotélica, diz respeito não apenas ao caráter do orador e aos argumentos apresentados por ele, mas trata da disposição da audiência em direção ao que é dito. E essa disposição só será obtida através da habilidade do orador em mobilizar os afetos do seu público. O discurso de auto-ajuda mobiliza as paixões usando técnicas argumentativas, pretendendo desenvolver uma ética e uma terapêutica sem o apoio de psicólogos ou psicanalistas.

Aristóteles, na *Retórica das paixões* (2000) refere-se ao pathos como

todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos, e são seguidos de tristeza e prazer, como a cólera, a piedade, o temor e todas as outras paixões análogas, assim como os seus contrários (ARISTÓTELES, 2000, p. 5).

Chagas (2001) classifica o orador do discurso de auto-ajuda como um sedutor, o qual através de seu discurso “fascinante” tem o dom de despertar nas pessoas aqueles sonhos e fantasias que já estavam adormecidos, dizem que o gozo é possível, deleitável e legítimo, autorizando seus leitores a viverem sem culpa. Através do uso das paixões, o orador despertará no auditório o sentimento de serem “amáveis”, no sentido pleno da palavra, e providos de todas as qualidades, criando uma sensação de segurança e bem-estar. Percebe-se que o pathos transforma-se numa ferramenta fundamental para que o orador do discurso de auto-ajuda concretize a missão de conquistar a adesão do auditório, para que este aceite as proposições daquele e, posteriormente, aja de acordo com os seus preceitos. A análise a seguir mostra como o orador faz uso, estrategicamente, do pathos para conseguir a adesão das leitoras.

(3) A verdade é que não se sente capaz de conquistar um trabalho no qual seja valorizada. A melhor maneira de combater a auto-estima baixa é usar a raiva como motor para a mudança. Quando bem dirigida, essa emoção arranca você de várias barcas furadas. Se alguém ousar dizer que você não é ótima o bastante para querer mais, use a regra do “dane-se”: dê de ombros e caminhe a passos largos para o futuro. Além de abrir a mente, enxergará a si mesma maravilhosa. (Fantasmas da alma – Nova)

Em (3) é notório que a intenção do orador é despertar no auditório a paixão da cólera, o que fica evidente no trecho: *A melhor maneira de combater a auto-estima baixa é usar a raiva como motor para mudança*. Para Aristóteles (2000) a cólera é

o desejo acompanhado de tristeza, de vingar-se ostensivamente de um manifesto desprezo por algo que diz respeito a determinada pessoa ou a algum dos seus, quando esse desprezo não é merecido (ARISTÓTELES, 2000, p. 7).

Essa idéia de vingança ostensiva, citada por Aristóteles, começa a aparecer no discurso do orador quando ele sugere aos ouvintes que *se alguém ousar dizer que você não é ótima o bastante para querer mais, use a regra do dane-se*. Nesse excerto, com o propósito de promover a cólera, o orador usa palavras com um sentido um pouco “agressivo” como *ousar*, palavra que conota uma atitude de audácia, de insolência por parte de outra pessoa e *dane-se*, expressão muito usada no sentido de não dar a mínima para o que os outros dizem.

Aristóteles, na Retórica, afirma que

A cólera é seguida necessariamente de certo prazer, proveniente da esperança que se tem de se vir a vingar. Com efeito, sente-se prazer em pensar que se obterá o que deseja. Aliás, nenhum ser humano deseja o que se lhe afigura impossível, o homem encolerizado deseja igualmente o que se lhe afigura possível (ARISTÓTELES, p. 99).

Tal fato pode ser percebido no final do argumento do orador, quando ele diz: *dê de ombros e caminhe a passos largos para o futuro. Além de abrir a mente, enxergará a si mesma maravilhosa*. A noção de vingança parece estar embutida de forma mais branda no trecho *dê de ombros e caminhe a passos largos para o futuro*, pois aqui o orador parece dizer às ouvintes para não darem mais atenção às pessoas que põem para baixo a sua auto-estima, desprezando-as e, em seguida, mostrar que, sem elas, as ouvintes irão progredir e ter um futuro brilhante. O prazer fica evidente quando o orador mostra que, seguindo suas dicas, essa mulher irá *abrir a mente* e finalmente alcançar o seu objetivo de ser feliz, sentindo-se *maravilhosa*.

(4) Quando tomar: Luto, tristeza e irritação devem ser medicadas quando a situação se arrasta indefinidamente, sinal de que pode estar sendo complicada pela depressão, informa o psiquiatra Leonardo Gama Filho. “O que vai determinar se alguém precisa ou não de tratamento é a intensidade das manifestações”. Ficar arrasado por que terminou um casamento é natural. Mas, com o tempo, a pessoa tende a elaborar a perda, e a vida segue adiante. Quem está deprimido continua imobilizado: a tristeza é desproporcional e toma conta da vida, mexendo com o apetite, o sono, a memória e a capacidade de concentração. Isso é depressão, quarta causa de incapacitação, segundo a Organização Mundial de Saúde. No quadro, há ainda pessimismo, perda de prazer, sensação eterna de vazio. Nos casos mais graves, diz Gama Filho, a medicação é necessária para afastar o risco de suicídio. (Coquetel de Felicidade – Claudia)

(5) Empacada num trabalho que a entedia? Cercada por amigos ou homens que a põem para baixo? Se a resposta for sim, encontra-se paralisada pelo medo de não ser boa o suficiente para merecer algo melhor. É o caso de Sílvia, de 27 anos. O chefe dela grita quando não recebe o trabalho do jeito que gostaria e ameaça demiti-la. Depois recua, e Sílvia aceita as desculpas. “Faço isso porque preciso do emprego”, justifica-se. (Fantasmas da alma – Nova)

Nos trechos acima, veremos que o orador despertará no auditório a paixão da compaixão. Aristóteles (2000) afirma que compaixão é

certo pesar por um mal que se mostra destrutivo ou penoso, e atinge quem não o merece, mal que poderia esperar sofrer a própria pessoa ou um de seus parentes, e isso quando esse mal parece iminente (ARISTÓTELES, 2000, p. 53).

É o que acontece em (4), quando o psiquiatra descreve o que sofrem as pessoas acometidas pela depressão. Sendo essa doença muito comum na atualidade (*quarta causa de incapacitação, segundo a Organização Mundial de Saúde*), nota-se que qualquer um está à mercê desse mal, portanto caracteriza um problema que a própria leitora poderia estar vivenciando. Sente-se compaixão das pessoas que são nossas semelhantes. O orador mostra em seu discurso todos os problemas enfrentados por quem tem depressão, expondo toda a dor e sofrimento dessas pessoas, afirmando que tal doença pode levar à morte (*risco de suicídio*). Para Aristóteles, são essas coisas destrutivas (dor, sofrimento, morte) que são dignas de compaixão.

Em (5) o orador desperta a compaixão no auditório quando ele começa a relatar o caso de Sílvia, uma trabalhadora que é sempre maltratada pelo chefe. Ocorre aí uma questão de identidade, pois a leitora ao ver o mal sofrido por outra mulher pode sentir que o mesmo poderá acontecer com ela e esse risco de mal iminente, como vimos anteriormente, é o primeiro passo para sentirmos compaixão. Ao interar-se do caso, é inevitável que as leitoras pensem: “ela não merecia ter que passar por essa humilhação”, o que converge com o que Aristóteles (s/d, p. 118) afirma na Retórica quando diz que a compaixão é um sentimento causado por um mal capaz de nos aniquilar e afligir, “que fere o homem que não merece ser ferido por ele”, e o orador usa o caso de Sílvia exatamente para mostrar que ela e nenhuma das leitoras precisam vivenciar tal situação, provocando, assim, a compaixão do auditório.

Entretanto, o caso narrado não irá provocar somente a compaixão nas leitoras, pois, de acordo com Aristóteles (s/d, p. 120) “em face das desgraças imerecidas, devemos compartilhar a dor daqueles que a sofrem, compadecer-nos delas e nos indignarmos perante os êxitos injustificados”. No trecho (5), a atitude do chefe de Sílvia irá despertar a indignação

das leitoras, pois “indignamo-nos vendo os maus beneficiarem da riqueza, do poder, e das vantagens análogas, das quais, para tudo dizer numa palavra, são dignas as pessoas de bem” (Retórica II, p. 121). Nota-se que o chefe mencionado usa do poder de seu cargo para humilhar e ameaçar sua funcionária, que acuada, não tem outra opção a não ser aceitar suas desculpas, pois, segundo Silvia, “*faço isso porque preciso do emprego*”. Certamente as leitoras, já sensibilizadas e compadecidas, irão imaginar: “quem ele pensa que é para tratá-la dessa maneira?”, sentindo-se indignadas porque odeiam injustiças.

(6) FANTASMAS DA ALMA – Você morre de pavor da idéia de ficar sozinha? De nunca encontrar o verdadeiro amor? Do que os outros pensam a seu respeito? Nós explicamos como deixar de ser refém desse sentimento autodestrutivo e que faz a sua vida andar na marcha à ré. Existem maneiras de dominar esse sabotador e dar uma guinada no próprio destino. (Fantasmas da alma – Nova)

(7) Notícia quente: o século 21 é todo seu. Especialistas garantem que a energia da mulher vai prevalecer, sobretudo no mercado de trabalho. Você está preparada para aproveitar esse momento pra lá de favorável? (Tá dominado! – Nova)

(8) A hora é de comemorar. Afinal, estamos com a faca e o queijo na mão. E não dizemos isso só porque somos otimistas de carteirinha. Especialistas nas áreas de sociologia, da psicologia e dos recursos humanos garantem que as condições do novo século, com a valorização do trabalho intelectual, os avanços da medicina reprodutiva, a robotização das tarefas domésticas, o crescimento do setor de serviços na economia, a busca de diversidade por parte das empresas e o aumento da expectativa de vida favorecem – e muito – as mulheres. Somos nós que regeremos as notas que dominarão o mercado de trabalho. A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, publicada no fim do ano passado, comprova isso preto no branco. O estudo mostra, por exemplo, que, de cada dez empregos criados, de seis a sete são ocupados por nós. Além disso, a Pnad revela que, espertas, estudamos mais: o número de profissionais de batom com curso superior incompleto já é 33% maior que os de engravatados com o mesmo nível de instrução. (Tá dominado! – Nova)

(9) Em três ocasiões, a bióloga Mariana, 32 anos, separada, duas filhas, buscou refúgio nos antidepressivos. A primeira vez foi quando o psiquiatra do marido lhe receitou fluoxetina (princípio ativo de medicamentos como o Prozac). Os dois tinham uma relação difícil, ela foi ao consultório para fazer terapia de casal e saiu com a receita do remédio. “Tomei por quatro meses, me sentia bem. Mas, quando algo me irritava, a explosão era desproporcional.” Na gravidez da segunda filha, enfrentou uma depressão leve, e seu obstetra lhe prescreveu cloridrato de sertralina (Zoloft). Tomou na gestação e nas primeiras semanas após o parto. “Como o nenê chorava o dia inteiro, o pediatra desconfiou que fosse irritação pela droga. Preocupada, parei de uma vez. Durante 15 dias passei mal.” Mariana procurou outro psiquiatra, que prescreveu escitalopram (Lexapro). “Usei por um ano. Fiquei passiva, nada me abalava. Soube que meu marido me traía e em reagi. Com a ajuda da psicanálise fui percebendo que vivia de mentirinha. Estava anestesiada. Resolvi por um ponto final; larguei o remédio aos poucos. Quando voltei a ser eu mesma, pedi a separação. Dói, mas quero sentir essa emoção. Em vez de lidar com as dificuldades, apelava para os remédios. Chega de me iludir!” (Coquetel da Felicidade – Claudia)

O orador para angariar a adesão do auditório precisa criar uma atmosfera de amizade e cumplicidade através de seu discurso. Para tal, é muito comum que, no discurso de auto-ajuda, o orador necessite despertar no público a paixão da confiança, até mesmo para dar um status de verdade àquilo que ele profere. Aristóteles (2000) diz que a confiança é

o contrário do temor; o que inspira confiança é o contrário do temível, de sorte que a esperança é acompanhada as suposição de que os meios de salvação estão próximos, enquanto os temíveis não existem, ou estão distantes (ARISTÓTELES, 2000, p. 35).

Para o filósofo, para inspirar confiança o orador deverá afastar os medos do auditório e mostrar para o público que todos os seus problemas têm solução e a paixão da confiança será despertada com mais eficácia se o orador conseguir mostrar, através de seu discurso, que é ele o detentor dessa solução do problema.

É o que acontece em (6), pois o orador começa seu discurso fazendo uso de perguntas retóricas, as quais, veremos mais adiante, servem para induzir o público a pensar exatamente o que o orador quer que eles pensem, sendo uma forte ferramenta de manipulação (*Você morre de medo da idéia de ficar sozinha? De nunca encontrar o verdadeiro amor? Do que os outros pensam a seu respeito?*), para que em seguida ele se mostre como a única salvação da leitora para se livrar desse infortúnio: *Nós explicamos como deixar de ser refém desse sentimento autodestrutivo e que faz a sua vida andar na marcha à ré.* Outro ponto interessante nesse trecho é o uso do pronome nós, usado como um elemento de inclusão, ou seja, o orador quer com isso mostrar que ele não estará sozinho nessa tarefa, ele contará com a ajuda de outras pessoas. Tal fato se confirma ao lermos o texto na íntegra, pois o orador usa casos de mulheres comuns (sua amiga Tânia; Cristina, 29 anos; Silvia, 27anos) e de atrizes conhecidas nacionalmente (Paola Oliveira, Camila Rodrigues, Giselle Itié e Gabriela Duarte) para mostrar como elas venceram seus medos, ao mesmo tempo em que aconselha e orienta as leitoras a afugentarem esse mal. No final de seu discurso, o orador promete a fórmula para que a leitora consiga solucionar o seu problema quando diz *Existem maneiras de dominar esse sabotador e dar uma guinada no próprio destino.* Desse modo, ao afirmar que o problema da leitora tem solução e que o sofrimento irá acabar, o orador faz com que o público se tranquilize e cria uma atmosfera de confiança, pois o público irá pensar: “meu problema é fácil de resolver e com essa ajuda irei conseguir”. Essa sensação de socorro, de ajuda é essencial para despertar a paixão da confiança em qualquer auditório.

Em (7) e (8), trechos extraídos de uma mesma matéria da revista Nova, para inspirar confiança nas leitoras o orador fala das vantagens de ser mulher no século 21, garantindo que, atualmente, é mais vantajoso ser mulher do que homem. Para isso ele eleva a auto-estima das mulheres dizendo que *a energia da mulher vai prevalecer, somos nós quem regeremos as notas que dominarão o mercado de trabalho, estudamos mais*. Desse modo, como no excerto anterior, o orador cria na mulher um ar de superioridade e, sentindo-se superior, a mulher, sem ter nada do que temer, se sentirá confiante. O orador faz uso do argumento de autoridade, dando status de verdade ao seu discurso, pois pessoas que são especialistas no assunto (*especialistas nas áreas de sociologia, da psicologia e dos recursos humanos*) confirmam o que ele está dizendo, dando credibilidade ao seu discurso, gerando confiança nas leitoras. Na retórica, Aristóteles (s/d, p. 111) afirma que teremos confiança “se as pessoas que se beneficiam das mesmas vantagens que nós são mais numerosas”. É o que parece acontecer nesse caso, pois falando das vantagens de ser mulher para as mulheres, o orador cria uma idéia de grupo, um grupo grande, forte e repleto de qualidades positivas, o que fará com que a leitora se sinta integrante desse grupo, despertando a paixão da confiança em cada uma delas.

Em (9) percebemos um fato interessante. Ao mesmo tempo em que o orador despertará a confiança nas leitoras, ele irá despertar a paixão do temor. Ao narrar o caso da bióloga Mariana, que se tornou dependente de antidepressivos, o orador poderá despertar o temor em um grupo de leitoras que estão propícias a passar pelo mesmo problema, ou seja, aquelas mulheres que eventualmente recorrem a medicamentos para dormir, aliviar a tensão ou enfrentar algum sofrimento. Aristóteles (s/d, p. 110) define temor como “uma espécie de pena ou de perturbação, causada pela representação de um mal futuro e suscetível de nos perder ou de nos fazer sentir pena”.

O orador despertará temor no auditório quando disser aos ouvintes que eles poderão sofrer algum mal e mostrar-lhes que pessoas como ele sofrem ou sofreram algum infortúnio. É o caso do trecho em análise: as leitoras que também dependem de remédios, ao ver a verdadeira *via-crucis* vivida por Mariana, sentirão medo de passar pelas mesmas mazelas que ela e não conseguir se livrar desse mal – a dependência.

Em contrapartida, o caso narrado também irá inspirar confiança nas leitoras a partir do momento que elas perceberem que esse caso tem solução, pois, com ajuda da psicanálise, Mariana conseguiu se livrar do problema. Ao mostrar a solução através da vitória da bióloga sobre a dependência, o orador dá esperança para as leitoras salvarem-se desse mal, o que despertará confiança nas mesmas, levando-as, conseqüentemente, à ação.

Com a intenção de provocar mudanças no indivíduo e levá-los à ação, podemos afirmar que o pathos é uma ferramenta fundamental para o discurso de auto-ajuda. Meyer (2000, p. XXXVII) afirma que se há paixão há ação, portanto é importantíssimo para um discurso que visa atitude da parte do interlocutor, criar mecanismos que despertem nos ouvintes o ânimo da mudança e os levem a por em prática os planos “ensinados” pelos pregadores da auto-ajuda.

As paixões servem para classificar os homens e descobrir se o que sentem é necessário para que quem quer convencê-los aja sobre eles, pois já sabemos que ao orador não basta apenas argumentar, ele deverá deixar o auditório disposto a encarar suas proposições como verdades. Desse modo, para o orador, despertar as paixões certas, no auditório certo, juntamente com a construção de um ethos elaborado para conquistar o auditório, seria um grande passo para conseguir a adesão de seus ouvintes. Para tal, parece que o pathos, além de ser “a fonte de onde se tiram os argumentos retóricos”, servirá, como vimos nos exemplos analisados neste capítulo, como um reservatório de ditos espirituosos em que se juntam o particular e certa forma de universalidade, o bom senso ou o senso comum.

Considerações finais

Percebe-se, através das análises, que as revistas Claudia e Nova, com o intuito de tornarem-se as “melhores amigas” da mulher moderna, colocam-se numa posição privilegiada, como se fossem aquela amiga mais velha, mais experiente nos assuntos da vida, assumindo uma postura de conselheiras e guardiãs do bem estar das mulheres, comportamento típico dos famosos pregadores da auto-ajuda, que sabem de tudo e estão sempre prontos para dar conselhos e ajudar a quem quer que seja.

Caracterizado por um discurso que prega a certeza e repudia qualquer tipo de dúvida, percebemos que é essencial para o orador do discurso de auto-ajuda criar um ethos de uma pessoa segura, responsável, bem sucedida, autoconfiante, determinada, centrada, que está focada em seus objetivos e interesses, cujas ações estão pautadas nos valores humanos e que está sempre disposta a ajudar. Criando essa imagem, o orador conseguirá inspirar confiança, simpatia, generosidade no auditório; passo fundamental para conseguir a adesão e alcançar o propósito da auto-ajuda, fazendo com que, através da identificação criada pelo ethos, o auditório sinta-se integrante do grupo de pessoas que alcançaram sucesso e felicidade.

Nesse mesmo sentido, de criar uma identidade com o auditório, pode-se afirmar que ativar as paixões do auditório também é importantíssimo para o discurso de auto-ajuda. Falamos aqui de um discurso que pretende levar o interlocutor à ação, para que este realize as mudanças necessárias em sua vida alcançando êxito e felicidade. Desse modo, para o orador, despertar as paixões certas, no auditório certo, juntamente com a construção desse ethos elaborado para conquistar o auditório, seria um grande passo para conseguir a adesão de seus ouvintes, pois através do pathos, o orador despertará paixões com o intuito de causar mudanças nas pessoas, fazendo-as variar o seu julgamento, contribuindo para adesão do auditório às propostas do orador.

Com esse estudo, acredita-se que demonstramos que o discurso de auto-ajuda está mais presente na vida das pessoas do que imaginamos. Alguns estudos acerca desse tema já foram desenvolvidos, como Brunelli (2004), Pereira (2005) e Lima (2005), porém todos abordaram o discurso de auto-ajuda em seu espaço privilegiado: os livros, os *best-sellers*. Cremos que a grande contribuição desse trabalho foi mostrar que esse discurso permeia o cotidiano também através de outros suportes, como as revistas femininas, que diríamos ter uma penetração até maior que os livros e que o discurso produzido nessas revistas tem o mesmo propósito (seduzir, conquistar, instigar as pessoas à mudança) e é tão bem elaborado (do ponto de vista argumentativo) quanto o de qualquer livro de auto-ajuda que esteja no topo do *ranking* de vendas.

Referências bibliográficas

AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antonio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, (s/d).

_____. *Retórica das paixões*. Prefácio Michel Meyer, trad. Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, Jean et al. *Pesquisas de retórica*. Trad. Leda Pinto M. Iruzun. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 147-221.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. [1925] *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. *Em busca da política*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BELCHÍ, Dolores A.I. Estratégias comunicativas: la pregunta retórica en español. *Revista Española de Lingüística*. v.2, p. 329-344, 1994.

BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CHAGAS, Arnaldo Toni Sousa das. *A ilusão no discurso de auto-ajuda e o sintoma social*. 2. ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

_____. *O sujeito imaginário no discurso de auto-ajuda*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

DAYOUB, Khazzoun Mirched. *A ordem das idéias: palavra, imagem, persuasão: a retórica*. Barueri, SP: Ed. Manole, 2004.

LEBRUN, Gerard. O conceito de paixão. In: CARDOSO, Sérgio [et al.]. *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 17-33.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

MARAFIOTI, Roberto. *Los patrones de la argumentación: La argumentación en los clásicos y en siglo XX*. Buenos Aires: Biblios, 2005.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

PLANTIN, Christian. Questions - Arguments - Réponses. In: KERBRAT-ORECHIONI. *La Question*. Lyon: I'U.R.A, 1991. Disponível em: <<http://icar.univ-lyon2.fr/Membres/cplantin/documents/1991.doc>>. Acesso em: 01 dez. 2008.

_____. *A argumentação: histórias, teorias, perspectivas*. Trad. Marcos Marcionílio. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PEREIRA, J. N.. *Gênero auto-ajuda: estratégias lingüístico-discursivas. Ano de Obtenção: 2005*. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo. São Paulo: 2005. (recebida por e-mail em 11/03/2008)

PERELMAN, Chaim. [1987] *Retóricas*. Trad. M^a Ermantina de A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação*. Trad. M^a Ermantina de A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

REBOUL, Olivier. [1925] *Introdução à retórica*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RÜDIGER, Francisco R. *Literatura de auto-ajuda e individualismo*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

A CONTRIBUIÇÃO DA RETEXTUALIZAÇÃO NA AULA BILÍNGUE LIBRAS-PORTUGUÊS

Arlene Batista da Silva Ferreira*

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar um resumo de nossa pesquisa de Mestrado, na qual nos propusemos a investigar práticas de produção textual na aula de português para surdos. Tomando como referência os Estudos da Tradução, buscamos desenvolver atividades de tradução/retextualização de textos produzidos da Libras para o português escrito, possibilitando ao aluno surdo o exercício de reflexão entre duas línguas tão diferentes, mas que são, na atualidade, fundamentais para a constituição do surdo como sujeito bilíngue.

Palavras-chave: Libras. Português como Segunda Língua. Retextualização.

Abstract: This paper aims to present a summary of my research in the master's program, in which I investigate practices of writing in Portuguese class for deaf. According to Translation Studies, I seek to develop activities of translation /re-textualization of texts produced from sign language to Portuguese, allowing the deaf student to the exercise of reflection between two such different languages, but which are, at present, fundamental to the constitution as the subject of the deaf bilingual.

Keywords: Libras (Brazilian Sign Language). Portuguese as a second language. Re-textualization.

Introdução

Segundo Bondía (2002), a experiência é uma relação com algo que se experimenta, que se prova. E, quando provamos, somos tocados pela experiência. Ela nos transforma. Por isso, se aceitamos o desafio desta pesquisa, é porque as experiências ao longo de nossa trajetória formativa e profissional na área da Educação como professora de língua estrangeira nos vieram constituindo e servindo de motivação para um querer/saber como se dá o processo de apropriação da língua portuguesa por pessoas surdas, a fim de melhorarmos nossas práticas de ensino e também de construirmos um novo olhar sobre esses sujeitos. Deixar de contar essa história é apagar as vozes que nos trouxeram até aqui.

Iniciamos nossa pesquisa tomando como eixo norteador o movimento atual em favor da educação bilíngue para os surdos. No Brasil, esse movimento se fortaleceu com os estudos realizados sobre a língua de sinais nas décadas de 80/90, os quais impulsionaram a criação de

* Mestre em Estudos Linguísticos pelo departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória –ES, Brasil. Endereço eletrônico: arleneincrivel@gmail.com. Orientação: Prof.^a Dr.^a Lilian Virginia Franklin DePaula.

leis² em favor de um ensino bilíngue para os surdos, reconhecendo a Libras como primeira língua do surdo e a língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua. Tendo em vista essa nova abordagem, na qual se insere a educação de surdos, nosso trabalho tem por objetivo refletir sobre as práticas de ensino da língua portuguesa ainda adotadas, com um aluno surdo, em uma escola regular do Ensino Médio.

Os estudos de Grosjean (1994) nos esclarecem que, para ser considerado bilíngue não é necessário que o surdo domine as quatro habilidades (ler, escrever, falar, ouvir) em dois idiomas, mas sim, que utilize pelo menos uma dessas habilidades em cada língua. No caso do surdo, entendemos que o domínio da leitura e da escrita do português, além do domínio da Libras já o tornam um sujeito bilíngue.

Contudo, a luta das comunidades surdas por um ensino bilíngue, vai muito além de uma preocupação apenas com o domínio de uma ou outra habilidade, pois segundo Skliar (1999, p. 8):

A possibilidade de estabelecer um novo olhar sobre a educação bilíngue permitiria refletir sobre algumas questões ignoradas nesse território, entre as quais menciono: as obrigações dos Estados para com a educação da comunidade surda, as políticas de significação dos ouvintes sobre os surdos, o amordaçamento da cultura surda, os mecanismos de controle através dos quais se obscurecem as diferenças, o processo pelo qual se constituem – e ao mesmo tempo se negam – as múltiplas identidades surdas, “a ouvintização” do currículo escolar, a separação entre a escola de surdos e a comunidade surda, a burocratização da língua de sinais dentro do espaço escolar, a onnipresença da língua oficial na sua modalidade oral e/ou escrita, a necessidade de uma profunda reformulação nos projetos de formação de professores (surdos e ouvintes) etc. (SKLIAR, 1999, p. 8).

Nesse sentido, pensar no ensino de língua portuguesa para os surdos exige ampliarmos nosso campo de visão para além do linguístico. Isso significa pensarmos nas duas línguas numa perspectiva dialógica, de modo que o surdo tenha a oportunidade de significar-se através da língua do outro. Portanto, ensinar o português escrito implica permitir ao surdo expressar suas idéias em palavras alheias e reconhecer-se nelas. Dentro da filosofia bilíngue para os surdos, esse é o movimento de inversão das práticas colonialistas: é um ato de resistência ao domínio das práticas ouvintistas.

Seguindo uma filosofia bilíngue, Quadros (2006) e Fernandes (2008) aprofundaram os estudos sobre a aquisição do português, pelo surdo, e concluíram que qualquer produção escrita nesta língua deve ser precedida por uma produção em língua de sinais. Em outras

² Lei nº 10.436/2002 dispõe sobre a língua brasileira de sinais (Libras) e dá outras providências; Decreto nº 5.626/2005 regulamenta lei nº 10.436/2002 e o artigo 10.098/2000.

palavras: a compreensão ativa e responsiva do surdo sobre um determinado assunto em sua própria língua é fundamental para que ele organize seu pensamento e transforme suas idéias em uma produção escrita, pois de acordo com Geraldi (2002, p. 82):

As palavras que carregamos multiplicam as possibilidades de compreensão do texto (e do mundo) porque são palavras que, sendo nossas, são de outros, e estão dispostas a receber, hospedar e modificar-se face às novas palavras que o texto nos traz. E estas se tornam por sua vez novas contrapalavras, nesse processo contínuo de constituição da singularidade de cada sujeito, pela encarnação da palavra alheia que se torna nossa pelo esquecimento de sua origem (GERALDI, 2002, p. 82).

À luz dos estudos da tradução, entendemos que esse processo de transformação da Libras para o português escrito é o que conhecemos como retextualização, ou seja, a tradução de um mesmo/novo texto (TRAVAGLIA, 2003). É nessa perspectiva que pensamos ser possível o diálogo com as duas línguas em questão, pois o ato de traduzir requer a consciência de que estamos trabalhando com dois textos distintos, com a intenção de comunicar algo a alguém, numa determinada situação, num determinado contexto linguístico e extralinguístico; e as operações necessárias para transformar essa intenção num produto verbal, num texto. Portanto, é preciso entender que na aula de português estaremos traduzindo textos em línguas distintas.

Destacamos ainda que para o surdo a (re)significação de suas idéias dentro de uma nova modalidade de linguagem que difere da sua é uma atividade complexa, que o levará a realizar muitas tentativas para construir um texto em português. Muitas vezes, essas tentativas serão vistas como erros por parte dos professores de língua portuguesa. Isso porque a ênfase nas aulas de português (tanto para surdos como para ouvintes) tem sido o ensino da norma culta, além da excessiva preocupação com aulas de gramática. Nessa lógica, importa mais ensinar sobre a língua do que ensinar o uso da língua em suas variações.

Considerando a existência de tais metodologias nas aulas de português, percorreremos por outras trilhas que nos façam chegar a um ensino pautado no uso da língua e das mais variadas formas que temos para nos expressar através dela.

O ensino de português para surdos

Considerando a tradução como uma atividade produtora de novos sentidos, um ato de (re)escritura que sofre influência do sujeito e do contexto extraverbal, e levando em conta que

essa produção ocorre de texto para texto, lançaremos mão dos estudos de Travaglia (2003), visto que essa autora toma a tradução como produção de um mesmo/novo texto, ou seja, como “processo de retextualização de um segmento linguístico (um texto) numa língua diferente daquela em que foi concebido” (TRAVAGLIA, p. 63). Defende ela ainda que esse processo, segue as mesmas operações realizadas na produção de qualquer tipo de texto.

Em outras palavras, a partir da construção do sentido pela leitura do texto de partida, que se transforma na intenção comunicativa do tradutor, este realiza o planejamento global do seu novo texto, realiza as operações de textualização propriamente dita e, por fim, revisa sua tradução.

Baseada nos estudos de Travaglia (2003), entendemos que a leitura é fundamental para que o surdo possa reconstruir em sua língua os sentidos do texto que será traduzido. Além disso, é importante que o texto em português, tomado como ponto de partida para a atividade de leitura, seja apresentado no gênero e no suporte que o veiculou, preservando os elementos de uma situação concreta de interação. Explicando, melhor: haverá uma riqueza de detalhes e pistas em uma notícia de jornal que contribuirão para a construção do sentido daquele texto, que se perderá se o professor resolver copiá-lo no quadro. Imagens, slogans, elementos paratextuais, a própria formatação do texto, enfim, tudo contribui para dar ao leitor uma melhor compreensão da intenção que o autor quis expressar.

Isso porque ao adotarmos um ensino baseado na diferença linguística do surdo, devemos levar em conta a experiência visual desses sujeitos. Ou seja, utilizar práticas baseadas na relação letra/som, ou então a análise sintática de frases isoladas, perdidas no grande quadro negro, de nada vale para ensinar o português para o surdo. Portanto, se a compreensão de mundo do surdo é visual e se o seu processamento cognitivo se dá pela relação com as imagens, torna-se necessário pensar as práticas de produção de texto por outro prisma.

Isso posto, Fernandes (2008) aponta alguns princípios que devem nortear o trabalho com a língua portuguesa: a) num texto composto por linguagem verbal e não-verbal, a leitura de imagens conduz ao processo de inferências sobre a leitura da palavra escrita; b) a leitura de pistas linguísticas (palavras conhecidas, logotipos, negritos, etc.) dão informações sobre o conteúdo do texto; c) um roteiro escrito no quadro, sob a forma de tópicos ou esquemas com as hipóteses de leitura dos estudantes, funciona como pista visual para orientar a leitura individual do texto; d) o trabalho de leitura e compreensão do texto (desenvolvido em Libras) torna-se a base que norteará a atividade escrita proposta pelo professor.

Assim, durante a atividade de leitura serão ativados conhecimentos linguísticos, os “enunciados relativamente estáveis”³ que nos permitem transmitir uma intenção comunicativa através das palavras e o efeito de sentido pretendido. É também nesse momento que o surdo estabelecerá relações com o que está além do texto: o conhecimento de mundo. Essa etapa propiciará a construção de hipóteses, inferências e a ativação em sua memória de tudo aquilo que o surdo sabe sobre determinado assunto. É a oportunidade de diálogo, isto é, do aluno participar do jogo da linguagem com suas contrapalavras, pois como afirma Bakhtin (2003, p. 272) “toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão a fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê).”

Entendemos que essa estratégia de leitura permitirá ao aluno surdo a construção de novos sentidos, ou seja, a criação de um texto em Libras. Ao estabelecer relações entre o seu texto e o texto de partida em português, o aluno terá subsídios para enfrentar seu novo desafio: a desconstrução do significado em sua língua e a sua reconstrução no português escrito.

Reconhecemos que essa é uma tarefa complexa, pois exigirá do aluno o cotejo entre as línguas e, do professor, a mediação para mostrar ao aluno que o sentido não é estável dentro das línguas, mas é fruto de uma negociação entre os sujeitos⁴ inseridos em um tempo e um lugar específico. Nesse sentido, cabe ao professor oferecer possibilidades para que o seu aluno construa um texto com sentido em campo alheio, mas que ao mesmo tempo, faça sentido para si, pois de nada vale escrever um texto dito como “correto” para um leitor de português quando o próprio surdo não sabe o que ele escreveu.

A trilha percorrida neste estudo nos guiou a uma nova concepção sobre o ensino de português para os surdos e as práticas aplicadas em sala de aula, uma vez que essa atividade toma como ponto de partida um texto e como ponto de chegada um outro texto, ou seja, configura-se uma relação dialógica entre textos, e não simplesmente entre códigos.

Por esse prisma, entendemos que no ensino da segunda língua para os surdos, a prática da tradução/retextualização se torna aliada, pois permite trabalhar com o texto como um todo, levando em conta as marcas ali colocadas pelo autor com intuito de dizer algo a alguém, num certo contexto e circunstância; permite perceber os elementos linguísticos e não linguísticos

³ Expressão usada por Bakhtin (2003) que refere-se a todo o tipo de produção discursiva (oral ou escrita) que os indivíduos produzem ao colocar-se em interação com o outro.

⁴ Por exemplo, as expressões “Peguei o ônibus” e “Peguei uma mulher linda na festa” são compreendidas com naturalidade por falantes/ouvintes do português em algumas regiões do Brasil. No entanto, para o surdo essas expressões carecem de explicação, pois o verbo pegar não expressa esse sentido no repertório cultural dos usuários da Libras, confirmando a fala de Travaglia (2003) de que numa tradução os sentidos são reconstruídos na língua de chegada.

que entram em jogo na composição de um texto e escolher na língua de chegada os elementos mais condizentes com a leitura que se fez do texto de partida, transformando-o em um novo texto.

Nesse contexto, a tradução é chamada a participar do processo não como coadjuvante, mas como elemento principal para integrar as duas línguas, estabelecendo um paralelo entre a língua materna do surdo e sua segunda língua, que permitirá ao aluno analisar semelhanças e diferenças entre as distintas formas de expressar-se, bem como retextualizar suas produções em sinais para produções escritas.

Portanto, entendemos que cabe ao professor lançar mão da tradução em sua prática pedagógica como um meio para transformar, reformular os textos em Libras dos alunos surdos em textos escritos em português. Nessa ótica, ensinar os alunos a traduzir/retextualizar suas produções, permitirá ver as línguas mais de perto e perceber as relações dialógicas e contínuas que elas estabelecem entre si.

Possibilidades de retextualização

Este relato de experiência constitui um dos eventos dos quais participamos ao iniciar um trabalho como intérprete e pesquisadora em uma escola regular de Ensino Médio⁵ no ano de 2009. O aluno que acompanhamos estava no 2º ano e era fluente em Libras, mas me disse que tinha dificuldades para escrever em português, pois não conhecia o significado das palavras. Também afirmou que aquele era o primeiro ano em toda sua vida escolar que teria um intérprete para traduzir as aulas para sua língua.

Desde nossa entrada na escola, começamos a observar as práticas usadas pelos professores em sala e constatamos que não havia um trabalho com o foco na produção de textos, pois as atividades, sobretudo as de português, resumiam-se em responder às perguntas no caderno e mostrá-las ao professor para alcançar a nota de participação. Geraldi (2006) critica práticas como essa, pois criam no aluno uma artificialidade quanto ao uso da linguagem, já que temos infinitas formas de uso da língua que deveriam ser contempladas na escola. Por outro lado, o aluno se ajusta a esse sistema de ensino, pois sabe que é essa a metodologia utilizada pelo seu interlocutor para avaliar sua escrita.

Diante dessa constatação, conversamos com a pedagoga, dissemos a ela que seria importante preparar uma atividade para avaliar como era a escrita desse aluno. Ela concordou

⁵ O relato aqui descrito ocorreu durante minha pesquisa de campo numa escola regular, como parte dos requisitos de minha pesquisa de Mestrado em Estudos Linguísticos.

e perguntou se poderíamos executar essa tarefa. Assentimos e procuramos algum fato com que o aluno tivesse afinidade. Lembramos que, em nossas conversas, ele disse que gostava muito de futebol e torcia pelo time do Santos. Então, trouxemos um pequeno texto falando sobre seu time preferido e especialmente sobre um jogador jovem que tem se destacado no time. Sem muitas intervenções apresentamos o texto, dissemos que o assunto era futebol e pedimos que ele lesse e tentasse nos explicar o que havia entendido. Ele leu palavras soltas e traduzia algumas frases para Libras, mas não chegou a compreender o sentido global do texto. Durante a leitura, ele pulava muitas palavras e dizia em Libras: “não entendi!”, ou então: “não conheço essa palavra”.

Primeiramente, é preciso compreendermos que a língua de sinais é uma língua visuoespacial. Assim, cada sinal representa ideias e não palavras. Logo, quando ele tentou ler o texto, utilizou as regras que existem na sua língua, acreditando que cada palavra em português também representaria uma ideia. Em outras palavras, André tentou fazer uma tradução literal, buscando a equivalência entre as línguas e ficou nervoso quando não conseguiu compreender os sentidos do texto. Segundo Travaglia (2003), o tradutor começa a reconstrução dos sentidos por meio de elementos linguísticos que se constituem como pistas para que o leitor possa reconhecer a intenção comunicativa presente no texto. Devido à condição linguística do surdo, algumas palavras (preposições, artigos, conjunções) e a estrutura sintática do português são fatores que interferem negativamente na compreensão dessas pistas deixadas ao longo do texto.

Ao perceber essa situação, explicamos a ele que, no português escrito, geralmente, utilizamos muitas palavras para representar uma ideia, ao passo que na Libras um sinal é suficiente. Por exemplo, o enunciado “Ele come o pão lentamente”, que utiliza cinco palavras em português, é realizado por meio de um único classificador semântico na libras. Dessa forma, um ponto importante dessa interação, para nós, foi perceber, ancorada em Fernandes (2003), que o professor precisa ensinar ao surdo a construir outras estratégias para ler um texto em português, afastando-se da tentativa de traduzir palavra por sinal.

Assim, explicamo-lhe cada parágrafo, em Libras, e ele não só entendeu o texto como também apresentou suas contrapalavras, introduzindo no diálogo suas lembranças sobre Robinho, jogador do time dos Santos, explicando os dribles que dava durante o jogo. Ao final da conversa, pedimos que André escrevesse um texto, em casa, “contando um pouco de suas experiências com o futebol” e o trouxesse no dia seguinte. Vejamos o que dizia o texto-diagnóstico do aluno.

Eu gosto muito mais é futebol, eu fazer jogo dia eu acho 26 viajar certo marcar, Eu sempre jogar sábado, eu gosto time é santos eu lembro Robinho muito jogar bem passado time São Paulo depois rui flamengo rui Depois certo santos muito anos sempre, Eu jogar bem muito Eu lembro saudade é escola passado legal muito mais, Minha amigo jogar sempre lá na rua brincar legal, Eu agora jogar tem lá serra sempre sábado só é surdo, eu fui campeão é surdo, muito legal sempre conversar boa perfeita, Eu rui ouvir sempre perdeu outro campeão.

Uma leitura superficial do texto nos mostra que há problemas ortográficos e de concordância; faltam artigos e conectivos para dar coesão e coerência ao texto, além da conjugação inadequada dos verbos. Em vez de entendê-los como erros, temos aí a oportunidade de utilizar as pistas que o aluno nos deu para organizar atividades de ensino da gramática e da configuração do texto. Na verdade, o texto do aluno é um convite à retextualização, pois na tradução nunca vemos um texto como um produto acabado, mas como a oportunidade de um recomeço, de uma nova reescrita e da produção de novos significados.

Segundo Quadros e Karnopp (2004), a ordem básica na língua de sinais brasileira é a forma SVO, utilizando concordância manual. O texto de André nos mostra isso, pois ele construiu muitos enunciados com essa estrutura. Porém, as autoras afirmam que a topicalização é um recurso gramatical muito utilizado na língua de sinais para dar uma ênfase especial ao tema do discurso, alterando, assim, a estrutura SVO para SOV ou OSV. A escolha da topicalização tem forte ligação com a argumentação e com a ideia que o locutor quer destacar no discurso. Percebemos isso no texto do aluno por meio das expressões “eu fazer jogo dia eu acho 26”, resguardando o locutor pela imprecisão quanto à data do jogo, e nos enunciados “Robinho muito jogar bem”, “Pelé jogar bem é passado muito”, “eu jogar bem muito”, em que os advérbios marcam a avaliação do locutor sobre o ato de jogar.

Notamos também que o aluno surdo substituiu a preposição pelo uso do verbo ser “Eu gosto mais é futebol”, “eu gosto time é santos”, “saudade é escola passado” “só é surdo” “eu fui campeão é surdo”. Apresentou um vocabulário limitado, que se repetiu ao longo do texto, mas escreveu muitas palavras sem erros de ortografia “acho”, “lembro”, “passado”, “campeão”, etc. Inferimos que, o fato de passar oito anos no Ensino Fundamental e o primeiro ano do Ensino Médio copiando textos na escola, tenha contribuído para que André conhecesse um certo vocabulário, que lhe permitiu construir alguns enunciados na língua portuguesa.

Acreditamos que a compreensão da organização sintática e das escolhas de vocabulário feitas por André em seu texto, é importante para que o professor possa começar um trabalho comparativo, fazendo o aluno perceber as diferenças que existem entre as línguas. No entanto, o que nos chamou a atenção nesse texto foram os elementos discursivos,

uma vez que havia no texto marcas da inscrição do aluno expondo suas avaliações sobre os jogadores, a escola atual, e sobre si próprio, além do fato de identificarmos uma forte intertextualidade com o diálogo que tivemos com ele no dia anterior.

Assim, percebemos que André se posicionou argumentando sobre suas preferências e apresentando justificativas: “Eu gosto time santos eu lembro Robinho muito jogar também pelé jogar bem é passado muito”. Também fez uma comparação entre a escola atual e a anterior e justificou sua escolha: “Eu lembro saudade é escola passado legal muito mais, Minha amiga jogar sempre lá rua brincar legal”. André, no último parágrafo, revelou seu entrosamento com a comunidade surda e a satisfação em conviver com pessoas que interagem com ele na sua língua: “Eu agora jogar tem lá serra sempre sábado é só surdo [...] muito legal sempre conversar boa perfeito”.

O texto produzido por André evidenciou que ele traduziu para o português o texto que havia produzido na Libras no dia anterior. Portanto, o diálogo que tivemos sobre o texto foi filtrado pela subjetividade do aluno e se tornou material semiótico no qual ele se apoiou para reconstruir um novo texto no português escrito. Ali estava materializada boa parte do conhecimento que ele possuía sobre a língua portuguesa, mas era necessário apropriar-se de novas informações.

Ao refletir sobre essa situação, pensamos que, se não houvesse uma mediação intensa entre aluno e professor explicando as diferenças entre as duas línguas por meio de exercícios de retextualização, ancorados no ensino de português como segunda língua, as mesmas dificuldades permaneceriam em textos futuros. Nesse sentido, haveria pouco proveito explicar a gramática isoladamente, mas era preciso reconstruir o texto, apontando e dando exemplos de outras possíveis construções.

Recorrendo aos Estudos da Tradução, uma das estratégias utilizadas para a retextualização do texto de André seria digitar o texto da forma como foi produzido pelo aluno e enumerá-lo em linhas. Em seguida, o professor escreve os enunciados no quadro, destacando os problemas de concordância, ausência de artigos e conectivos. Primeiro o professor faz a tradução daquele enunciado para a Libras, a fim de que o aluno entenda o que está escrito. Depois o professor explica as correções que precisam ser feitas para que o texto tenha coerência na língua portuguesa.

Em um enunciado como “Eu gosto muito mais é futebol”, o professor pode perguntar ao aluno se a intenção comunicativa foi expressar que ele adora futebol, ou ainda, que futebol é o seu esporte preferido. Diante da resposta do aluno, o professor pode reescrever essas opções no quadro, ou reescrever o enunciado “Eu gosto muito de futebol”. Se assim o fizer, é

importante explicar ao aluno surdo que em português sempre utilizamos a preposição de após o verbo gostar, ou após o intensificador muito, dando-lhe vários exemplos: Eu gosto muito de sorvete, Eu gosto de jogar futebol, Nós gostamos de praticar esportes, etc..

À luz desse exemplo, defendemos que as atividades de ordem estrutural, sintática e morfológica do português devem ser trabalhadas em comparação com a Libras. Tal atitude permitirá que o aluno compreenda melhor as construções existentes em sua língua e as construções possíveis no português escrito. Conforme as palavras de Costa (1988) além de conhecer as características e as limitações do código linguístico materno, a tradução possibilita ao aluno compreender as peculiaridades da sua cultura, durante o trabalho comparativo envolvido em toda operação tradutória.

Um ponto que merece destaque neste trabalho de retextualização é o fato de que, para transformarmos nosso aluno surdo em um tradutor, o professor também precisa transitar entre a Libras e o português. Quando o professor domina a Libras traz um ganho muito grande para o aluno, pois o professor consegue perceber melhor as ideias que o aluno quis expressar por meio da escrita e pode incentivar o aluno a aprofundar suas reflexões, preenchendo lacunas que ele deixou no texto, mas que estiveram presentes por meio dos eventos comunicativos. Assim, um dos pontos mais importantes em nossa pesquisa foi percebermos que,

[...] o surdo tem toda condição de aprender o português, mas ele não vai conseguir isso sozinho. Ele precisa do professor para mediar a construção do texto escrito. E quando o professor sabe Libras o aluno surdo se sente mais à vontade pra perguntar, pra interagir e o professor pode perceber, com mais clareza, as dificuldades que o aluno está enfrentando. Logo, o professor pode pensar outras formas para traduzir àquela informação, na Libras, para que o aluno compreenda (FERREIRA, 2010, p. 128).

Acreditamos, portanto, que ensinar o português escrito para os alunos surdos, a partir das estratégias de tradução/ retextualização do texto produzido em Libras, constitui a oportunidade desses alunos dizerem a sua palavra e mostrarem sua capacidade de refletir sobre o mundo. Ao mesmo tempo, essa experiência nos serve como uma alerta para mostrar que, se queremos ver nossos alunos se desenvolvendo e participando ativamente da apropriação de conhecimentos no interior da escola, é preciso romper com a homogeneização das práticas de ensino adotadas com todos os alunos e procurar reformular suas concepções, mudando primeiramente a si próprio.

Considerações finais

A experiência de produção de texto aqui relatada nos mostrou que adotar um ensino bilíngue Libras/ Português em sala de aula, requer uma mudança de postura por parte do professor e de todos os envolvidos nesse ensino, pois implica buscar alternativas para que o surdo se sinta tão à vontade para expressar-se no texto escrito como se sente quando usa a língua de sinais. É permitir que em seu texto haja a inscrição de suas convicções sobre o mundo e sobre si, convivendo em uma comunidade linguisticamente diferente da sua.

Ao analisar o processo de retextualizações que vivenciamos, percebemos que o aluno surdo não irá produzir textos sozinho, mas precisa ser orientado pelo professor. Isso porque somos seres que nos desenvolvemos a partir das relações que estabelecemos com o outro. Dessa forma, a apropriação da língua portuguesa na modalidade escrita não se construirá num ato individual, mas é preciso que haja a interação entre professor, aluno e texto, para que haja a produção de novos sentidos.

Com relação às atividades desenvolvidas em sala de aula, pensamos que, se o professor centralizasse sua prática na produção de textos, em vez de dedicar-se exclusivamente ao ensino da gramática, haveria benefícios tanto para ouvintes como para os alunos surdos, uma vez que o professor poderia formar grupos de trabalho, em que os alunos ouvintes poderiam traduzir/retextualizar os textos escritos pelos alunos surdos e vice-versa.

Assim, a aula de português se transformaria numa oficina de tradução, permitindo o ir e vir entre os textos produzidos na Libras e no português escrito. Nessa perspectiva, mais importante que aprender sobre o português, será experimentá-lo (explorando-o em seus mais variados sentidos) e ainda oferecer aos alunos surdos essa língua como lugar de interação com o ouvinte para contar a sua história.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail Mkhailovith. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. n. 19, abr. 2002. trad. João Wanderley Geraldi. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2010.

COSTA, Walter Carlos. Tradução e ensino de línguas. In: BOHN, Hilário. In: VANDRESEN, Paulino. (Orgs.) *Tópicos de linguística aplicada*. Florianópolis: Editora UFSC, 1988. p. 283-291.

FERNANDES, Sueli. Cenas de leitura e escrita: na escuta dos surdos. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*, 3, 2008, Anais, São Carlos. Anais, 2008.

FERREIRA, A. B. S. *A prática da retextualização na aula bilíngue Librasportuguês*. 2010, 178 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

GERALDI, João Wanderley. *Leitura: uma oferta de contrapalavras. Educar em revista*. Curitiba, PR: ed. UFPR, n. 20, p. 77-85, 2002.

_____. (Org.) *O texto na sala de aula: leitura e produção*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GROSJEAN, François. *Bilingüismo individual*. Trad. Heloísa Augusta Brito de Mello; Dilys Karen Rees. 1994. *Revista UFG*, v. 5, dez/2008, p. 163-176.

QUADROS, Ronice Müller de. *Idéias para ensinar português para alunos surdos*. 1. ed. Porto Alegre: Gráfica Palotti - MEC, 2006.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

SKLIAR, Carlos. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos*, v. I. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 7-14.

TRAVAGLIA, Neusa Gonçalves. *Tradução e retextualização: A tradução numa perspectiva textual*, Uberlândia: EDUFU, 2003.

APROXIMANDO A TRADUÇÃO E A COGNIÇÃO: TRAÇOS E PROTÓTIPOS

Elaine Cristina Pereira Dutra*

Resumo: O presente trabalho, baseado na nossa dissertação cujo nome é: “Tradução & Cognição: Interfaces”, pretende tratar do encontro de dois campos de estudo: a linguística e a psicologia. Pretendemos buscar o ponto de convergência, de justaposição no qual incluiremos os estudos da tradução, visando compreender os processos mentais que influem no trabalho do tradutor. Discutiremos a importância de compreender a linguagem como parte de um sistema social de escolhas, da figura do tradutor mais além do bilíngue, com capacidades e competências específicas, destacando e relacionando os processos cognitivos às suas atividades. O papel da psicologia cognitiva, da semântica cognitiva e da teoria do protótipo, para a tradução, pode ser entrelaçado à contribuição dos estudos de equivalência em tradução, com a menção de correspondências totais ou derivadas, ou dos estudos de literatura, com os rastros que permanecem em leituras e produções, realçando dessa forma, a presença de um elemento primordial e duradouro no intercâmbio sógnico.

Palavras-chave: Tradução. Cognição. Protótipo. Efeito prototípico.

Abstract: This paper, which is based on our thesis named: "Translation & Cognition: Interfaces", plans to discuss the connection of two fields of study: linguistics and psychology. We intend to find the point of convergence, which will include the juxtaposition of translation studies, to understand the mental processes that influence the work of the translator. We will discuss the importance of understanding the language as part of a system of social choices, the role of the translator being more than bilingual, with specific skills and abilities, and emphasizing cognitive processes relating to their activities. The role of cognitive psychology, cognitive semantics and prototype theory, the translation can be linked with the contribution of studies of equivalence in translation, mentioning derivative or total correspondences, or the study of literature with traces that remain on readings and productions, highlighting the presence of an essential and enduring element in the exchange of meaning.

Keywords: Translation. Cognition. Prototype. Prototype effect.

Introdução

O tradutor transita em diversos campos: publicidade, jornalismo, pintura, literatura, cinema, política, diplomacia nestes atuando como mediador: intra e extralinguas, como também intersignos, como afirmaria Roman Jakobson (1969). Os estudos da tradução ora abordam a história da tradução, as concepções de tradução, as técnicas, ora os problemas, as teorias... ainda existem as obras que buscam analisar e avaliar a formação do tradutor e os

* Mestra em Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - Departamento de Línguas e Letras. Vitória, ES, Brasil. E-mail: laflaca@ig.com.br. Orientação: Prof.^a Dr.^a Lilian Virginia Franklin DePaula.

processos mentais ao momento da tradução, enlaçando estas ações aos campos da psicologia, neurologia, linguística, filosofia, informática, etc... A atividade tradutória é, por tanto, bastante ampla para o ensino e a pesquisa. Pretendemos aqui considerar a interface entre os estudos da tradução e a cognição e estaremos, mais especificamente, examinando a tradução entre línguas distintas. Sabemos que o ser humano é sempre tradutor, pois cada etapa na comunicação envolve ora a tradução intralingua, a inter-semiótica ou, como é o caso aqui investigado, a interlingual.

Quem é o tradutor interlingual?

Ao pensar no trabalho do tradutor e nos caminhos de seu pensamento, devemos primeiro pensar em quem deve ser chamado tradutor. Todo ser humano é tradutor, mas nem todos possuem o conhecimento para efetuar, por exemplo, uma tradução entre línguas distintas. A tradução interlingual conceitua-se como “interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua” (JAKOBSON, 1969). A trajetória histórica do tradutor interlingual é longa, e segundo Erwin Theodor (1976) surge desde o hermeneuta, ou seja, aquele que torna compreensível o considerado ininteligível, o que faz a ponte entre o divino e a linguagem humana, passando pelos tradutores egípcios que também se interpunham como mediadores das exigências e exortações como também dos pedidos e das súplicas. Platão apontava o poeta como servo e mediador da Divindade, cuja inspiração o faz falar em lugar da mesma. Susan Bassnett (2003), nos seus Estudos da Tradução, periodiza a história tradutiva da seguinte forma, cada tópico brevemente discutido em forma de pequenos capítulos que compõem o capítulo maior “História da tradução literária”: Os Romanos; A tradução da Bíblia; Educação e o Vernáculo; Primeiros teóricos; A renascença; Século XVII; Século XVIII; Romantismo; Pós-Romantismo; Os Vitorianos; Arcaizantes; Século XX. Verificamos dessa forma resumida, o perfil histórico da tradução, seja na produção de discursos (escritos, orais) seja na teoria e na crítica.

O tradutor, antes de tornar-se o que é, adquire e aprende línguas. Poderíamos citar alguns conceitos importantes para compreender sua constituição:

(1) Aquisição de 2ª língua: o ser humano adquire uma nova língua de maneira natural, sem esforço e sistematização formal (como ocorreu ao aprender sua língua materna).

(2) Aquisição de língua estrangeira: a pessoa a aprende num contexto institucional (uma escola ou centro de línguas) , quando já amadurecido o seu conhecimento da língua materna e possivelmente numa idade mais adulta, o que não impede (se necessário) o aprofundamento e prática desta LE, num outro contexto que favoreça o aumento da competência.

Sejam quais sejam os processos para aprendizagem ou aquisição de um tradutor, o importante é sua capacitação, seu aperfeiçoamento e entender melhor como isso ocorre. Um primeiro passo é entender certos pré-requisitos como, por exemplo, a competência tradutória, inserida num grande mosaico de competências. A competência para traduzir, relacionada à competência comunicativa, é um tema pouco estudado. Sobre esta última, parte da noção de língua como um sistema organizado que constroi e relaciona as realidades sociais, sobretudo tomando o texto como um exemplo primordial (unidades da língua em uso, um fenômeno social determinado por um contexto). Os componentes funcionais do nível semântico estarão no centro, formando redes de significados disponíveis às escolhas dos usuários. Desse modo, o texto traduzido não deverá ser visto sob uma ótica que transcende o conteúdo e sim como um elemento que configura significados multifuncionais. O conteúdo de uma língua deverá ser relacionado ao significado, que por sua vez é escolhido dentro de um entrelaçamento de opções. A eleição é feita com base numa fonte modeladora que permite não só a textualização, como também a re-textualização (tradução).

Hurtado Albir (2005), em artigo contido em Pagano et al (2005), diz ser necessário observar que os falantes que sabem línguas estrangeiras têm a competência comunicativa e não têm, necessariamente, a competência tradutória. O conhecimento especializado, palavra tomada de estudos da psicologia cognitiva e da pedagogia, é um termo que, quando relacionado à tradução, refere-se às capacidades de organizar os conhecimentos em estruturas sofisticadas e de aplicá-los na resolução de problemas. Esse é fruto de um processo de aprendizagem contínuo, constantemente reestruturado e imprescindível para a aprendizagem, por tratar, armazenar e recuperar informações às quais o tradutor está exposto. A competência tradutória seria composta por “conhecimentos linguísticos, textuais, temáticos, culturais, de documentação, capacidade de transferência” (HURTADO ALBIR, 2005, p. 23).

Modelo psicológico cognitivo e sua relação com a tradução

As operações mentais que estarão na tradução, serão: Introspecção; Abstração e Memória. A ação introspectiva, junto à abstração é um dos mais importantes fundamentos da estruturação e processamento da informação, tanto que, nos estudos tradutórios, usa-se a ação em foco como um recurso de observação do seguimento (protocolos de tradução) e como auxiliar na investigação do ensino e aprendizagem de segunda língua. Com relação à memória, observa Douglas Robinson (2002, p. 365): “o cérebro é um pragmático impiedoso”, o que for relevante e filtrado pelas bases da experiência é o que realmente vai ser interpretado, retido, organizado, tratado, comparado e integrado. Ele cita 02 tipos de memória: 1) Memória figurativa: que retém eventos específicos, como por exemplo, determinadas palavras. 2) Memória normativa: que ajuda a realizar ou desenvolver atividades de maneira imperceptível, como digitar um texto, operar com conhecimentos linguísticos, analíticos ou culturais.

A contiguidade e a frequência são a força motriz de que se serve a memória. Estes elementos funcionarão nas redes de conteúdos como ativadores de conexões recordando que: o processamento quer seja de inserção de conteúdo e/ou relação do mesmo aos já antigos (memória de longo prazo) é feito via abstração. A contiguidade é “o inter-relacionamento dos fatos” e a frequência “repetição e a intensidade com que registramos essas informações” (ALVES, 2000, p. 59). O tradutor deverá, portanto, estar atento aos seus pensamentos, mas também aberto para que emirjam as estratégias lógicas que lhe auxiliarão em dado momento. Por certo, não conseguirá superar todos os problemas em sua atividade de maneira tão linear e sequencial quanto se espera, mas é a maneira pela qual ele conseguirá adquirir e acumular experiências substanciais.

Outro aspecto importante se refere à memória semântica. O pensamento, uma espécie de instrumento manipulador de signos, está em constante busca e encontro de fontes de “armazenagem de conhecimento significante que chamamos de memória semântica” (MAYER, 1981, p. 133). Esta, segundo o mesmo autor, é dividida em 02 tipos básicos: 1) Modelos de entrelaçamento: que se baseiam na associação de elementos da memória- associação que ultrapassa o conceito clássico por apontar variados tipos, por afirmar que as “unidades são ‘conceitos significativos’” e que as teorias são passíveis de testes. 2) Modelos de conjunto: tomando como base o de que lineamentos pertencentes a conjuntos que são próprios de outros conjuntos e assim sucessivamente, formando a memória.

É importante salientar que o conhecimento na mente humana estrutura-se hierarquicamente e a categorização como processo cognitivo é uma alternativa de dar

conformidade à informação, pois ela reflete a organização da estrutura informacional na memória semântica de uma pessoa sobre determinado assunto. Cada estrutura de conhecimento existe como objeto, ideia, evento, um grupo de atributos, que se liga a outra estrutura do conhecimento. À medida que aprendemos, apreendemos novas estruturas e ligações, adicionando informações às estruturas existentes, ou alterando essas estruturas através do processo de reestruturação.

O conhecimento pode ser estudado sob dois prismas: o da psicologia cognitiva clínica ou o da psicologia cognitiva do processamento da informação (metáfora computacional). O paradigma simbólico surgiu na década de 50 e pretendeu investigar a mente como um sistema de manipulação simbólica, considerando computacional “o modelo” de mente, o cérebro como uma máquina do tipo binário. O modelo que descrevia o funcionamento cerebral era o da utilização de redes de elementos. Já o paradigma sub-simbólico aponta a possibilidade de o sistema aprender (treinamento da rede a fornecer o melhor “output” possível) e de ser factível operar com dados incompletos (ativará “outras unidades de significado, de modo a produzir uma resposta completa”) (BORINI, 2002, p. 28). A premissa “*Mente e corpo não são duas entidades estanques*”, encontra-se com o 3º paradigma, o enacionista. Esses formam um todo que só podem separar-se por razões didáticas. “Nossa cognição é o resultado das nossas ações e das nossas capacidades sensório-motoras”. O enacionismo (ou enação) é o mecanismo pelo qual surge o mundo e a via de acesso para se fazer parte dele. Segundo Feltes (2007, p. 312), “novas configurações estruturais contínua e evolutivamente são geradas”. Mundo, corpo, linguagem e história não se separam. A inteligência é a maneira pela qual se ingressa em um mundo compartilhado e a comunicação será a maneira pela qual se pode modelá-lo. Observa-se que há uma ligação sistêmica entre mundo e linguagem, um não sobrevivendo sem o outro.

O papel do protótipo

Vejamos o papel dessas inter-relações na categorização, tão importantes para podermos entender o tratamento de conceitos/significados por parte dos tradutores e as diferentes escolhas dos mesmos. Eleanor Rosch (1976, 1980), antropóloga norte-americana, a partir de seus estudos observou que existem membros mais centrais (protótipos) e outros mais periféricos. Assim, o que determinará a estruturação de uma categoria é a variação da relevância em termos culturais, ao focar os atributos típicos. As pessoas, dentro de um contexto cultural e segundo suas capacidades cognitivas delimitarão (de maneira diferente,

por certo) a categorização. A autora destacou os três níveis de categorização: o superordenado, o de base e o subordinado. O de base seria o mais importante, também chamado protótipo: “no qual é possível formar uma imagem que represente toda a categoria” [...] “e também “o nível sobre o qual temos um maior número de informações” (conceitos elaborados por KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 276-277).

Atualmente sabemos que a ideia central de protótipo foi revista, como também um dos princípios básicos da versão padrão: de que as categorias se estruturam a partir do grau de semelhança dos seus elementos com o exemplar prototípico. E também foi melhor estudada a tese de que as fronteiras das categorias são difusas e a que equipara grau de representatividade de um exemplar ao grau de pertinência à categoria. O protótipo passa de causa para efeito, busca-se a distribuição da categoria que justifique o efeito prototípico. Os traços são necessários porque, para se pertencer a uma categoria é necessário que haja pelo menos um em comum com o protótipo e este traço não é necessariamente igual para os demais membros compartilharem. As categorias exibem efeitos de prototipicidade e também uma hierarquia interna e existe uma “flexibilidade na modelagem de fenômenos cognitivos”, que se trata de ter a capacidade de complementar os conceitos descritos via associação de propriedades novas aos conceitos básicos, abrindo-se a representação do conhecimento em esquemas que por sua vez se unirão a outros, em rede. Os limites entre uma e outra categoria são imprecisos, a ponto de um elemento poder pertencer a várias ao mesmo tempo.

A importância da remodelação da teoria do protótipo para o trabalho tradutivo é a de maior compreensão do tratamento dos conceitos. No nosso caso, especialmente, o modelo proposicional (um dos elementos da sua tipologia) relacionado ao efeito prototípico via feixe de traços e categoria radial, ajuda a entender as escolhas dos tradutores pesquisados por nós. Verificando a variabilidade e extensão dos significados de termos escolhidos por eles, temos uma exemplificação da fronteira imprecisa entre os níveis mais ou menos prototípicos. Por isso são chamados modelos, por servir de base de organização de “significação linguístico-conceitual”, na terminologia de Feltes (2007).

Com os exemplos seguintes, presentes em nosso trabalho, podemos demonstrar um pouco do que tratamos neste 3º tópico:

LÍNGUA FONTE:	LÍNGUA ALVO:
[...] insomne empedernida [...]	+ prototípico : insone obstinada
	± prototípico : insone incorrigível.
	- prototípico: não dorme, quase nada.
	- prototípico: tinha problema de insônia.
<i>Estrangeiros:</i>	<i>∅ Não prototípico: mulher boazinha e teimosa.</i>
	<i>∅ - 02 entrevistados não traduziram.</i>

Os dois primeiros elementos pertencem a uma mesma categoria: nome + adjetivo, tendo semelhanças semânticas, ficando próximos ao protótipo. Os demais, que são orações soltas, explicam o termo *insomne*, no entanto só enfatizam o grau do problema no primeiro caso, o que se omite no segundo. O traço que une a todos é o *insone*, o do não-dormir, é o que aproxima a todos do protótipo. A idéia total deste é a força, a persistência da insônia.

LÍNGUA FONTE:	LÍNGUA ALVO:
[...] niña de tres años [...]	[...] filha de três anos [...] (2 ocorrências) + prototípico.
	[...] filha que tem três anos [...] + prototípico.
+ 02 ocorrências de estrangeiros:	[...] menina de três anos [...] ± prototípico.
<i>Estrangeiro:</i>	[...] sua criança de 3 anos [...] ± prototípico

É importante salientar o tratamento dado ao termo *niña*, que no contexto desta tradução, terá uma centralidade relacionada a parente. A relação que estabelece é esta, desdobrando-se em *menina*, que será neste caso um termo intermediário, pois tanto será a tradução literal e (mais usada) para designar *criança do sexo feminino* como será a maneira coloquial e familiar de designar *filha*. A palavra mais próxima no significado na intenção do autor, nos parece, é a primeira, a de parente.

LÍNGUA FONTE:	LÍNGUA ALVO:
[...] amenazada con la pistola [...]	[...] ameaçada com a pistola (3 ocorrências de professores brasileiros, 02 ocorrências de professores estrangeiros) ± prototípico.
	[...] ameaçada com a arma + prototípico .
<i>Professor estrangeiro.</i>	[...] <i>ameaçada com o revólver + prototípico.</i>

Neste caso, levados pela literalidade, os tradutores foram ao nível mais subordinado, tipo de arma. Como não se mencionou calibre, marca ou funcionamento, não se classificou num nível menos próximo do central.

O encontro das teorias da tradução com a teoria do efeito prototípico

Ao lermos Rodrigues (2000), obtivemos informações sobre o trabalho de Gideon Toury, que no seu livro *In search of a theory of translation* (1980), tratou a tradução como um processo que envolve operações de transferência entre entidades semióticas (entendidas como signo, orações, textos, mensagens, “modelos institucionalizados”) que pertencem a sistemas diferentes. A tradução sugere o “transporte de traços” entre línguas, sendo que estes contêm elementos estáveis e invariáveis nesta transposição. A preservação dos mesmos será em um ou mais níveis, embora possam acontecer resultados diferentes no processo, o “algo em comum” permanecerá: o traço chamado de “invariante de comparação”, que é considerado um parâmetro para a análise das traduções, a fim de observar as normas que as moldaram e se estariam mais ou menos próximas dos pólos: Língua-fonte ou Língua-alvo. O primeiro seria considerado “adequado” e o segundo, “aceitável”. Há o reconhecimento, desta forma, da existência de uma ampla gama de variações e relações tradutórias. São mencionados parâmetros como a equivalência máxima (“ideal”, “exemplar”) e mínima (“limiar de tradução”), dois conceitos abstratos. O que nos remeterá à teoria do protótipo, ainda que Toury relacione a possibilidade da traduzibilidade máxima a uma substância essencial do texto que seria idealmente perfeita, sem nenhuma intervenção ou imperfeição. Por outro lado, o que o autor parece não considerar essencial é que as traduções sejam um espelho do ideal,

reconhecendo os diversos tipos e graus de equivalência entre textos, a relatividade de que pode ser revestida a relevância.

Também citado por Rodrigues (2000), Jacques Derrida (1972) postula a necessidade de se substituir o conceito “tradução” pelo de “transformação”, resultado da articulação entre significado e significante, produzindo o sentido. A partir de tal visão, haverá a contextualização dos significantes a partir do trabalho do tradutor e de sua leitura, haverá uma nova produção, uma transformação. Podemos relacioná-la ao efeito prototípico, um sistema cujas fronteiras não são nitidamente definidas, dependente da noção da leitura que por sua vez remete a traços que unem os elementos em foco, dentro de uma cadeia que é constantemente transformada. A ancoragem via leitura e escritura é algo complexo, no “mar” flexível cuja densidade informativa e estabilidade estrutural são julgados e processados de maneiras diferentes. Porém o traço, também chamado rastro (trace) é o que ligará a outros elementos, os próprios textos serão chamados de “cadeias e sistemas de rastros”, que dialogarão uns com os outros no processo de significação. O traço ou rastro é, ao nosso ver, o protótipo ou o seu efeito, um conjunto de propriedades que flui ou parece fluir de uma maneira uniforme entre as leituras e classificações. Também devemos observar que: “Não há termos plenos, fechados em uma estrutura estática, taxonômica ou a-histórica” (RODRIGUES, 2000, p. 198), no ponto de vista do autor francês, o que reforça a importância do contexto na organização prototípica.

Conclusão

O que acontece na tradução não é transferência e sim transformação via tradutor, leitor ou ambos. Um acréscimo, uma substituição que se produzirá e reproduzirá de alguma forma o original. Será a continuação da existência de um texto, a reprodução de seus significados, transportados pelos filtros da criatividade e interpretação. No entanto, algo permanecerá, algum resquício que serve de ponte entre o antes e o depois, o anterior e o posterior, a língua fonte e a língua alvo: o efeito do protótipo, sua presença que é percebida nas leituras, revisões e reedições, nas traduções inter e intralinguas. A dimensão onomasiológica do protótipo é parâmetro para a tradução e demanda mais estudos para uma compreensão maior da atividade do tradutor.

Referências bibliográficas

ALVES, Fábio. Estratégias de busca de subsídios internos. Memória e mecanismos inferenciais. In: PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fábio (Org.). *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 57-70.

BASSNETT, Susan. *Estudos de tradução. Fundamentos de uma disciplina*. 4. ed. Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BORONI, Adair. *Gêneros textuais e cognição – um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos*. Florianópolis: Insular, 2002.

FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. *Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. 2. ed. Tradução de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.

KOCH, Ingedore Villaça; CUNHA-LIMA, Maria Luiza. *Do cognitivismo ao sociocognitivismo*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, v.3. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

MAYER, Richard E. *Cognição e aprendizagem humana*. Tradução de Luiz Roberto S. S. Malta. São Paulo: Cultrix, 1981.

PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fábio (Org.). *Competência em tradução. Cognição e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ROBINSON, Douglas. *Construindo o tradutor*. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

THEODOR, Erwin. *Tradução: ofício e arte*. São Paulo: Cultrix, 1976.

FALA, VITÓRIA! - A VARIAÇÃO DO IMPERATIVO EM VITÓRIA/ES E SUA POSIÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL

Elaine Meireles Evangelista*

Resumo: Este artigo analisa os resultados sobre a alternância no uso do imperativo gramatical na cidade de Vitória/ES, no que diz respeito às formas contemporaneamente associadas ao modo indicativo (*fala/olha/deixa/diz*) ou ao modo subjuntivo (*fale/olhe/deixe/diga*) em enunciados afirmativos e negativos da fala e da escrita, no contexto exclusivo do pronome *você*. Foram utilizados quatro *corpora*, a saber: (1) entrevistas do projeto “Português Falado na Cidade de Vitória - PortVIX”, da Universidade Federal do Espírito Santo - diálogos de língua falada; (2) propagandas e títulos de colunas em dois jornais impressos locais, *A Tribuna* e *A Gazeta* – escrita sem formato de diálogo; (3) tirinhas de *Marly, a solteirona*, personagem capixaba criada pelo cartunista e escritor Milson Herinques há mais de 30 anos – escrita com formato de diálogo; e (4) fala da mídia televisiva em dois programas locais, *Balanço Geral* e *Tribuna Notícias*. Esses *corpora* nos deram uma visão mais ampla das tendências, já observadas em outras pesquisas, acerca da variação e da mudança do imperativo no português brasileiro. O principal objetivo deste estudo é verificar qual o alinhamento do uso do imperativo da cidade de Vitória no contexto nacional e também contribuir para o mapeamento do imperativo no Brasil.

Palavras-chave: Imperativo. Variação Linguística. Sociolinguística.

Abstract: This paper analyzes results on the alternation of imperative forms in the city of Vitória/ES, contemporaneously associated with indicative variant (*fala 'speak' / olha 'look' / deixa 'let' / diz 'say'*) or with subjunctive variant (*fale 'speak' / olhe 'look' / deixe 'let' / diga 'say'*) in affirmative and negative clauses both in speech and writing varieties on the context of the pronoun *você 'you'*. Four *corpora* were analyzed, namely: (1) interviews from PortVIX (Portuguese Spoken in the City of Vitória) project, dialogues of spoken language; (2) non-dialogical written advertising text and column headlines in two local newspapers, *A Tribuna* and *A Gazeta*; (3) comics of *Marly, the spinster*, a local character created by cartoonist and writer Milson Herinques over 30 years ago – written in dialogue format; and (4) television media speech in two local TV broadcasts, *Balanço Geral* and *Tribuna Notícias*. Such *corpora* gave us a wider view of tendencies already noticed in other investigations about variation and change of the imperative forms in Brazilian Portuguese. The main goal of this study is to verify the alignment of the imperative variation in the city of Vitória in the national context and also to contribute towards mapping the use of imperative forms in Brazil.

Keywords: Imperative forms. Linguistic Variation. Sociolinguistics.

* Meireles Evangelista, Elaine. Centro de Ciências Humanas e Naturais. Departamento de Letras. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. Vitória/ES, Brasil. Email: meirelesevangelista@hotmail.com. Orientação: Prof.^a Dr.^a Marta Scherre.

Introdução

A língua permeia toda a vida social e, em função disso, é naturalmente dinâmica, apresentando variedades que se manifestam e se desenvolvem em diferentes contextos de usos. Essa é a concepção da Sociolinguística Variacionista, modelo teórico que nasceu da tentativa de se compreender a relação entre língua e sociedade e por isso se ocupa da observação e análise de fatores estruturais e sociais que motivam as formas distintas ou variantes de uso da língua. A Teoria da Variação concebe a língua como um sistema heterogêneo e variável. Nessa abordagem, os estudiosos analisam a variação e a mudança linguísticas e sua correlação com os fatores linguísticos e sócio-culturais.

Assim, à luz da Sociolinguística, analisamos a variação de uso do imperativo gramatical no português na cidade de Vitória/ES, no que diz respeito às formas contemporaneamente associadas ao modo indicativo (*fala/olha/deixa/diz*) ou ao modo subjuntivo (*fale/olhe/deixe/diga*) em enunciados afirmativos e negativos no contexto exclusivo do pronome *você*. Nosso principal objetivo é verificar qual é o alinhamento do uso do imperativo da cidade de Vitória no contexto nacional e também contribuir para o mapeamento do imperativo no Brasil, haja vista a escassez de estudos sociolinguísticos no estado do Espírito Santo. A expectativa é a de que os dados do PortVIX evidenciem alinhamento da fala de Vitória com a de outras partes da região Sudeste, que privilegiam a forma contemporaneamente associada ao indicativo no contexto do pronome *você* (*fala/olha/deixa/diz*).

Os estudos da variação do imperativo em algumas localidades brasileiras revelam o distanciamento entre a norma gramatical e o uso do imperativo, observando que essa variação aponta para uma mudança linguística, tendo em vista que, diferentemente do registro da tradição gramatical, formas imperativas associadas ao indicativo (*fala/olha/deixa/dá/vem*) ocorrem amplamente em contexto de uso do pronome *você*. Exemplos da fala capixaba, abaixo, ilustram a variação já observada por diversos outros pesquisadores com a análise da fala de outras localidades:

- (1) “**DESLIGA** a luz menino”
- (2) “**SOLETRA** pra mim!”
- (3) “**OLHE** eu vou dizer uma coisa pra você”
- (4) “**OLHA** só hoje em dia tá bem”.

- (5) “[...] sai daqui menino **DEIXA** estudar”
 (6) “**DEIXA** eu te perguntar”.
 (7) [...] “tô vivo aqui, tô conversando com a senhora numa boa, **DÁ** licença”.
 (8) “**DÊ** pra alguém criar... sei lá entendeu?”.
 (9) “**VEM** cá **ASSINA** aqui”.
 (10) “Porque não **VENHA** me dizer que quem ganha salário mínimo vive bem não”.
 (11) “depois não **FALA** que eu não avisei”
 (12) “nunca **PEGA** aquelas verduras que tá com manchinha”
 (13) “não **REAGE** não”

O uso do imperativo não tem se revelado como marca de diferenças sociais. Entretanto, o aspecto geográfico tem sido visto como decisivo para o entendimento da alternância das formas do imperativo, ora mais associadas ao indicativo (*fala/olha/deixa/dá/vem*), ora mais associadas ao subjuntivo (*fale/olhe/deixe/dê/venha*). Esse recorte geográfico é um fato atestado por pesquisas já realizadas por Scherre et alii (1998); Sampaio (2001); Cardoso (2004); Lima (2005); Jesus (2006); Scherre (2003, 2004). Os resultados dessas pesquisas associam, predominantemente, a forma subjuntiva à região Nordeste e a forma indicativa às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Além disso, revelam que há uma grande variação do imperativo em entrevistas labovianas e em outras situações de interação real, enquanto na escrita sem formato de diálogo⁶, a tendência é a predominância do subjuntivo, o que segundo Scherre et alii (1998) se deve a uma questão sintática, pois esta forma garantiria uma interpretação adequada do imperativo. Já na escrita com formato de diálogo, há uma grande variação do imperativo que aponta para a incorporação de uma nova norma que se distancia da norma oficial: o uso do imperativo associado ao indicativo em contexto exclusivo de pronome *você*. Isso se deve ao fato de essa variação não sofrer estigma social, como evidenciam os estudos feitos em peças teatrais por Sampaio (2004) e em revistas em quadrinhos por Scherre (2003; 2004; 2008) e

⁶ O uso do termo “escrita sem formato de diálogo” utilizado neste trabalho se refere ao conceito de tipologia textual. Nesse sentido, alguns textos reproduzem sequências textuais de situações conversacionais (ADAM apud BRONCKART, 2007). Embora a escrita sem formato de diálogo seja a forma mais frequente, aqui essa distinção se faz necessária para diferenciarmos o conceito bakhtiniano de dialogismo, que diz que a linguagem é constituída de dialogismo e, conseqüentemente, sempre há uma relação dialógica; portanto, todo gênero é dialógico (BAKHTIN, 2000); do conceito que assumimos como “escrita com formato de diálogo”, no qual consideramos a escrita que tenta reproduzir situações da oralidade por meio de ícones ou símbolos que remetam à situações de fala em que há troca de turnos entre emissor e receptor, mesmo que este não seja estritamente determinado.

Andrade, Melo & Scherre (2007), por exemplo. Com base nos resultados desses estudos, procuramos analisar a escrita sem formato de diálogo e a escrita com formato de diálogo.

Nossa amostra de escrita sem formato de diálogo se constitui de propagandas e títulos de colunas em dois jornais impressos locais, *A Tribuna* e *A Gazeta*. A análise da escrita com formato de diálogo foi feita com amostras das tirinhas de *Marly, a solteirona*, personagem capixaba criada pelo cartunista e escritor Milson Herinques há mais de 30 anos e veiculada diariamente no jornal *A Gazeta*. Essa análise tem por objetivo verificar se houve mudança na escrita e se esse tipo de escrita reflete a fala capixaba.

Finalmente, nossa pesquisa buscou analisar a mídia local tendo como amostra dados de dois jornais televisivos locais, *Balanço Geral*, da Rede Vitória filiada à Rede Record, e o *Tribuna Notícias*, filiado ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Apesar de ambos serem telejornais, os programas em questão são de estilos, ou tipos, diferentes: o *Balanço Geral* tem um formato de telejornalismo mais popular, com características de cunho mais comunitário, mais informal; o *Tribuna Notícias* é um telejornal com formato mais tradicional, embora haja quadro de assistência ao telespectador. O estudo sobre o uso do imperativo gramatical na mídia televisiva se deu por considerarmos a televisão o meio de comunicação mais difundido e acessível à população brasileira e por ser ela uma propagadora das tendências em vários aspectos sociais, incluindo a linguagem utilizada pela comunidade em que ela se insere.

A esse respeito, Labov (2008, p. 246) diz que é possível conseguir dados sistemáticos com as transmissões dos meios de comunicação de massa, rádio e televisão, embora nestes o falante monitore a fala, pressionado pelo evento comunicativo. Quanto ao discurso jornalístico, segundo Marcuschi (2003), esse se configura como um domínio discursivo, não podendo ser considerado nem texto nem discurso, mas sim uma prática discursiva dentro da qual é possível identificar uma variedade de gêneros textuais.

Desta forma, esses contextos são geralmente mais formais que as entrevistas face a face, o que os tornariam mais próprios ao uso do imperativo associado ao subjuntivo.

Fundamentação teórica e instrumental quantitativo

O aparato teórico a ser utilizado serão os pressupostos da Teoria da Variação Linguística de base laboviana, que surgiu nos Estados Unidos na década de 1960 com os estudos pioneiros de Weinreich; Labov; e Herzog (1968) e de William Labov (1975).

A Sociolinguística Variacionista aborda o estudo da linguagem no contexto social, considerando que a relação entre língua e sociedade é intrínseca, de modo que não deve ser questionada, pois a história da humanidade se construiu sobre e a partir de um sistema de comunicação oral. Sendo a língua uma instituição social, ela não pode ser estudada fora do contexto em que é utilizada como meio de comunicação. Os estudos de William Labov na Ilha de Martha's Vineyard nos Estados Unidos, em 1963, contribuíram para evidenciar a importância da influência de fatores sociais para o entendimento do processo de variação e das mudanças linguísticas. O resultado desse estudo evidenciou que fatores sociais e linguísticos estão intimamente relacionados e, portanto, não devem ser desconsiderados em uma análise que pretende entender os fatores condicionantes e motivadores tanto da variação quanto da mudança linguística, além de explicar de que forma estes fatores se correlacionam e que pressão exercem sobre o sistema linguístico.

Com a publicação do livro *“Fundamentos Empíricos para uma teoria da mudança linguística”*, em 1968, Weinreich, Labov e Herzog lançam os princípios para uma teoria da mudança linguística com base em fatos observados empiricamente em pesquisas anteriores. As conclusões alcançadas por estes estudiosos representam um marco para os estudos sobre a mudança linguística em comunidades contemporâneas.

A Teoria Variacionista tem como objetivo sistematizar a heterogeneidade, considerando que esta não é aleatória, pois as escolhas que o falante faz são aquelas dentro das possibilidades permitidas pelo próprio sistema. Assim, o papel da Sociolinguística é correlacionar as variações que ocorrem na expressão verbal com as diferenças sociais, considerando que tanto no domínio linguístico quanto no social os fenômenos são estruturados e regulares, ou seja, as variações não são resultados aleatórios de usos arbitrários da língua, e sim um uso sistemático e regular desta propriedade inerente aos sistemas linguísticos, a variação. Dessa forma, a mudança linguística deve ser estudada com base na concepção de que é possível descrever e analisar sistematicamente as formas distintas de uso de uma determinada língua, considerando-se que “[...] o domínio de um falante nativo [*nativelike command*] de estruturas heterogêneas não tem a ver com multidialetalismo nem com o ‘mero’ desempenho, mas é parte da competência linguística monolíngue” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 36)⁷.

⁷ Cf. original: “We will argue that nativelike command of heterogeneous structures is not a matter of multidialectalism or ‘mere’ performance, but is part of unilingual linguistic competence” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p. 101).

Neste estudo, para o tratamento quantitativo, os dados foram submetidos ao programa *Varbrul*, em especial ao *Goldvarb X* (PINTZUK, 1988; SANKOFF, 1988; SANKOFF, TAGLIAMONTE & SMITH, 2005; MOLLICA & BRAGA, 2003; TAGLIAMONTE, 2006; GUY & ZILLES, 2007). Esse programa fornece, por meio de frequências e pesos relativos, a relevância estatística dos resultados obtidos. De acordo com Sankoff (1988, p. 25), Tagliamonte (2006), Guy & Zilles (2007) e Scherre & Naro (2007, p. 164), os pesos relativos fornecem informações sobre o efeito de cada fator em relação às variantes da variável dependente, ao efetuarem cruzamentos entre os grupos de fatores postulados⁸. Dados que apresentam efeito categórico devem ser excluídos da análise quantitativa para a geração dos pesos relativos, que são calculados somente em contextos variáveis. Porém, esses dados devem fazer parte da análise linguística, uma vez que podem indicar início ou fim de uma mudança, sendo, portanto, linguisticamente significativos.

O imperativo gramatical na cidade de Vitória

Em nossa pesquisa, utilizamos quatro corpora para analisar o uso do imperativo na cidade de Vitória/ES constituído de 34 entrevistas do projeto “Português Falado na Cidade de Vitória - PortVIX”, da Universidade Federal do Espírito Santo – entrevistas labovianas (YACOVENKO, 2003); propagandas e títulos de colunas de dois jornais impressos locais, *A Tribuna* e *A Gazeta* – escrita sem formato de diálogo; tirinhas de *Marly, a solteirona*, personagem capixaba criada pelo cartunista e escritor Milson Herinques há mais de 30 anos – escrita com formato de diálogo; e fala da mídia televisiva em dois programas locais, *Balanço Geral* e *Tribuna Notícias*.

Nossos resultados confirmaram algumas tendências já reveladas em estudos anteriores sobre a alternância de uso do imperativo gramatical no português brasileiro. Sendo assim, a seguir, relataremos os resultados mais expressivos de nossa pesquisa e os que confirmam essas tendências.

Tendo em vista nosso objetivo de verificar qual a posição da cidade de Vitória no cenário nacional, consideramos oportuno e relevante fazer uma análise comparativa entre as capitais Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ e Salvador/BA. Esse interesse se justifica pelo fato de o estado do Espírito Santo estar situado geograficamente, seguindo a linha do litoral, entre

⁸ O programa oferece um nível de significância (*threshold*) em que um peso relativo menor que 0,05 é desfavorecedor e maior que 0,5 é interpretado como favorecedor do imperativo associado ao indicativo.

estados antagônicos no diz respeito ao uso do imperativo gramatical: os estados do Rio de Janeiro e o da Bahia, região Sudeste e região Nordeste, respectivamente.

Para explicitar este antagonismo, faremos uma comparação dos nossos resultados com os resultados obtidos na pesquisa empreendida por Sampaio (2001): “*Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*”, em que analisou dados de fala das cidades do Rio de Janeiro/RJ e de Salvador/BA (TABELA 1 e GRÁFICO 1).

TABELA 1 - FREQUÊNCIA DE USO DO IMPERATIVO ASSOCIADO À FORMA INDICATIVA (FALA/VEM) – DADOS DE FALA DAS CIDADES DE VITÓRIA/ES (EVANGELISTA, 2010), RIO DE JANEIRO/RJ E SALVADOR/BA (DÉCADA DE 90/SÉC.XX) (SAMPAIO, 2001)

Localidade	Nº de ocorrências/Total	Porcentagem
Vitória/ES – Sudeste	260/266	97%
Rio de Janeiro/RJ – Sudeste	243/258	94%
Salvador/BA – Nordeste	136/479	28%

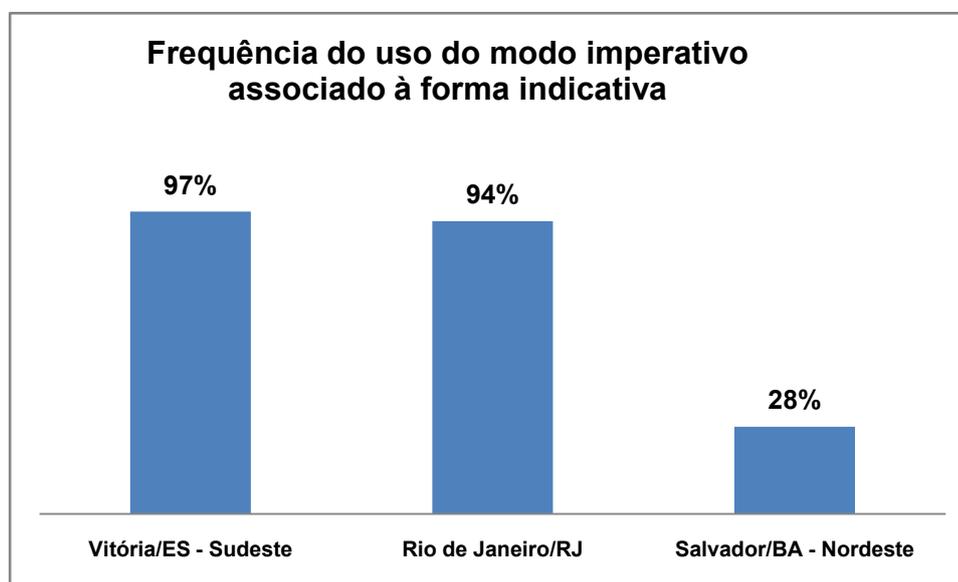


GRÁFICO 1 – FREQUÊNCIA DE USO DO IMPERATIVO ASSOCIADO À FORMA INDICATIVA (FALA/VEM) – DADOS DE FALA DAS CIDADES DE VITÓRIA/ES (EVANGELISTA, 2010) E RIO DE JANEIRO/RJ E DE SALVADOR/BA (DÉCADA DE 90/SÉC.XX) (SAMPAIO, 2001).

O resultado obtido em nossa pesquisa mostra o perfeito alinhamento de Vitória/ES com o Rio de Janeiro/RJ: em ambas as cidades os percentuais indicam um estágio de mudança

adiantado, devido à quase categoricidade no uso do imperativo associado à forma indicativa. É interessante observar que, apesar de a cidade de Salvador usar basicamente o pronome *você*, e não o *tu*, como pronome de segunda pessoa do singular, o percentual de imperativo associado à forma indicativa é 28% na capital da Bahia, muito diferente do encontrado da capital do Espírito Santo, que também é contexto exclusivo de *você*. Esse percentual suscita uma curiosidade a respeito do uso do imperativo nas cidades do Espírito Santo que fazem fronteira com o estado da Bahia, curiosidade esta que pode ser satisfeita com pesquisas futuras.

Em relação a outras capitais, os resultados de diversas pesquisas revelam um recorte geográfico quanto ao uso do imperativo. Temos de um lado a região Nordeste, em que predomina o imperativo associado à forma subjuntiva. De outro lado, encontram-se as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, nas quais predomina o imperativo associado à forma indicativa, com percentual acima de 90%, como pode ser visto no Gráfico 02, com as devidas referências.

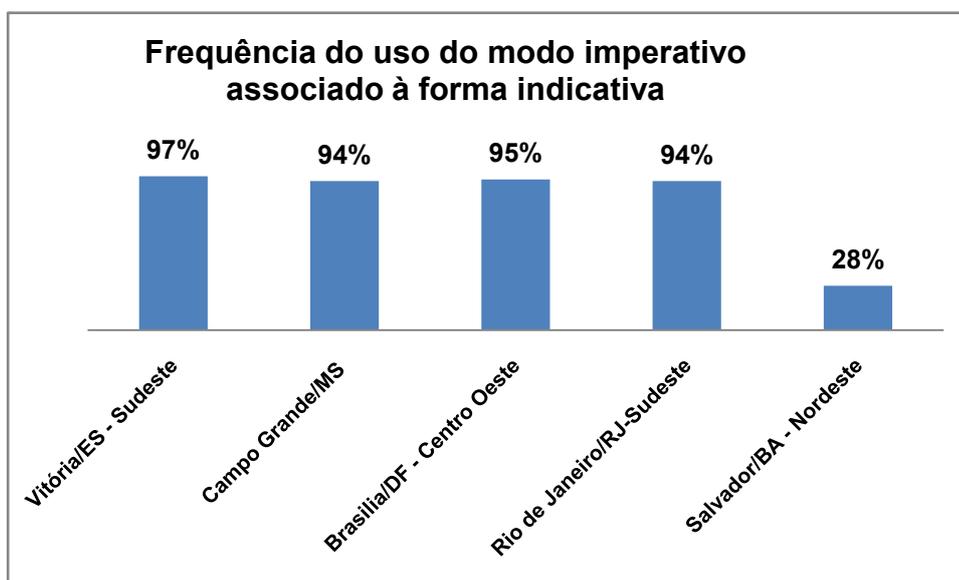


GRÁFICO 2 - FREQUÊNCIA DO USO DO MODO IMPERATIVO ASSOCIADO À FORMA INDICATIVA – DADOS DA FALA DE VITÓRIA/ES (EVANGELISTA, 2010), CAMPO GRANDE/MS (LIMA, 2005), BRASÍLIA/DF (SCHERRE ET ALII, 1998), RIO DE JANEIRO/RJ E SALVADOR/BA (SAMPAIO, 2001).

Vale frisar que a comparação feita foi com base nos resultados de pesquisas realizadas em capitais e, portanto, não devem ser entendidas como representação do uso de imperativo dos estados como um todo, que podem não se comportar da mesma forma que as respectivas

capitais. Essa ressalva deve-se aos resultados de pesquisas feitas em cidades do interior, as quais revelam que o recorte geográfico, apresentado nos resultados das capitais, não se confirma quando comparados os resultados obtidos nas cidades do interior, em especial no estado da Bahia (SCHERRE, 2009).

Nas 34 entrevistas do PortVIX, dos fatores controlados, sexo/gênero, escolaridade, faixa etária, discurso reportado, vocativo, marcador discursivo e polaridade da estrutura, somente este se mostrou estatisticamente significativo.

Esse fator releva uma tendência da polaridade negação pré-verbal em confirmar a tradição gramatical, que prevê nas estruturas de negação pré-verbal apenas o uso do imperativo associado ao subjuntivo. A frequência de 98% do imperativo na forma indicativa em construções afirmativas e a de 82% do imperativo na forma indicativa em construções de negação pré-verbal mostram que estas últimas construções desfavorecem relativamente o uso da forma associada ao indicativo (TABELA 02).

TABELA 2 – EFEITO DA POLARIDADE DA ESTRUTURA NO USO DO IMPERATIVO ASSOCIADO À FORMA INDICATIVA – DADOS DE VITÓRIA/ES. (ANÁLISE COM FATORES AMALGAMADOS E DADOS DE CONTEXTO DE EFEITO CATEGÓRICO ELIMINADOS).

Fatores	Frequência da forma indicativa	Pesos relativos selecionados
Estruturas afirmativas	224/228 = 98%	0,52
Estruturas negativas pré-verbais	9/11 = 82%	0,11
Total	233/239=97%	

Os resultados acima ratificam a estrutura negativa pré-verbal como um forte fator de restrição ao uso do imperativo associada à forma indicativa, fato já atestado pelas pesquisas feitas em outras localidades.

Sampaio (2001, p. 111-112), em pesquisa em dados do Rio de Janeiro/RJ, verificou que a estrutura negativa indica um expressivo desfavorecimento do imperativo associado à forma indicativa, com peso relativo de 0,12. Nos dados de Salvador/BA, os percentuais de 20% de uso da forma associada ao indicativo e de 80% associado à forma subjuntiva em estruturas negativa não foram estatisticamente significativos. Entretanto, em termos de

tendências, esses resultados reforçam a estrutura negativa como um forte fator de restrição de uso do imperativo associado à forma indicativa (SAMPAIO, 2001, p. 96-97).

Resultados semelhantes foram obtidos nos dados da cidade de Campo-Grande/MS. Ainda que não estatisticamente significativos, apontaram tendências verificadas em outras pesquisas, isto é, a de que a estrutura negativa pré-verbal tende a desfavorecer o uso do imperativo associado à forma indicativa (LIMA, 2005, p. 80). Podemos visualizar esses resultados na Tabela 03.

TABELA 3 - EFEITO DA POLARIDADE DA ESTRUTURA NO USO DO IMPERATIVO ASSOCIADO À FORMA INDICATIVA – DADOS DE VITÓRIA/ES (EVANGELISTA, 2010), RIO DE JANEIRO/RJ E SALVADOR/BA (SAMPAIO, 2001), CAMPO GRANDE/MS (LIMA, 2005).

Localidade	Porcentagem da forma indicativa nas estruturas negativas pré-verbais	Média global de estruturas na forma indicativa
Vitória/ES	82%	97%
Rio de Janeiro/RJ	78%	94%
Salvador/BA	20%	28%
Campo Grande/MS	24%	94%

Os resultados apresentados acima reafirmam que, mesmo um ambiente de quase invariância, como o caso de Vitória/ES, a negação pré-verbal confirma-se como um fator desfavorecedor do imperativo associado à forma indicativa.

No Brasil, pesquisas acerca desse fenômeno em textos escritos sem formato de diálogo têm sido feitas por Scherre et al (1998) e Scherre, Andrade & Melo (2008); e na escrita com a presença de diálogo por Scherre (2003; 2004; 2008)⁹, Cardoso (2004) e Andrade, Melo & Scherre (2007) com o propósito de fazerem análises sobre a inserção da variação de uso do imperativo gramatical no texto escrito.

Na nossa análise da escrita também confirmamos algumas regularidades que apontam tendências no que diz respeito ao uso do imperativo no português brasileiro. Nossa amostra se constituiu de textos escritos sem formato de diálogo e textos escritos com formato de diálogo.

⁹ Scherre (2005, p. 123-125) faz uma síntese de diversos trabalhos desenvolvidos por alunos da UnB em 2000 e 2002, quando se iniciaram os trabalhos sobre a variação do imperativo na escrita com diálogo.

Vale ressaltar que o contexto discursivo dos dados a escritos analisados é também exclusivamente o do pronome *você*, uma vez que na amostra não encontramos o pronome *tu*.

Os dados que apresentaram o imperativo associado à forma indicativa na escrita sem formato de diálogo confirmam pesquisas já realizadas por Scherre (2003; 2004; 2007; 2008), nas quais se constatou que o uso do imperativo associado à forma indicativa ocorre predominantemente quando da presença das âncoras discursivas (presença de um vocativo e ou a de pontos de exclamação).



Figura 1 - Propaganda do Governo do Estado do Espírito Santo para incentivar a emissão de notas fiscais (2010).

Tomando como exemplo a figura 1, se empregássemos a forma associada ao indicativo: “Nota fiscal. Pede sempre”, haveria a possibilidade de preenchimento do sujeito com o pronome *ela*, o que levaria a uma leitura assertiva e não diretiva, ou seja, a estrutura poderia ser entendida como indicativa, uma vez que no imperativo essa posição permanece apagada (SCHERRE et al, 2008). Já a frase “Me dá, me dá, me dá a nota!” é um *jingle*, isto é,

um slogan que tem como foco a sedução do destinatário, ou seja, são estratégias construídas para seduzir o público-alvo, simulando a fala¹⁰.

Com base nos resultados, confirmamos que o uso do imperativo associado à forma indicativa (*fala/dá/vem*) na escrita sem formato de diálogo é constatado predominantemente na presença das âncoras discursivas, nos termos de Scherre (2007, p. 213) e Scherre et al (2008): vocativos, exclamações, balões, rimas, ícones. E que na escrita sem diálogo há predominância do imperativo associado à forma subjuntiva (*fale/dê/venha*), o que segundo Scherre et al (1998) se deve a uma questão sintática, pois esta forma garantiria a interpretação do imperativo, impedindo, conseqüentemente, uma eventual interpretação assertiva.

Entretanto, encontramos um fato interessante no uso do imperativo associado à forma indicativa no lema da bandeira do Estado do Espírito Santo:



Figura 2 - Bandeira do Estado do Espírito Santo

que seria uma adaptação de um lema jesuíta ("Trabalha como se tudo dependesse de ti, e confia, como se tudo dependesse de Deus"). Embora não haja a presença de âncoras discursivas, a leitura diretiva do texto parece não ser prejudicada pelo uso da forma indicativa, ao menos na intuição de uma falante nativa, que conhece o contexto discursivo de produção do lema da bandeira. Vale frissar que estamos nos referindo a intuição linguística contemporânea e não ao contexto discursivo da época em que foi criada. Nesse sentido, aqui cabe uma reflexão acerca do lema, será que esse elemento não seria também uma espécie de âncora cultural? Mas isso é assunto para pesquisas futuras.

¹⁰ CARRETA, Álvaro Antonio. A forma da canção nas esferas discursivas. In: *Estudos Linguísticos*. São Paulo 37 (3) 17-24, set-dez. 2008. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N3_02.pdf> Acesso em 15 mar. 2010.

Embora nossos dados não sejam muitos, a análise mostra que a maior ocorrência do imperativo associado à forma subjuntiva em texto sem formato de diálogo talvez se deva a razões sintáticas, ou seja, pela possibilidade de preenchimento da posição de sujeito se o imperativo estivesse na forma indicativa, fato atestado, como já dito anteriormente, por Scherre et al (1998, 2000); Scherre (2002, 2003, 2004, 2006, 2007). Contudo, ainda não podemos atestar até que ponto é possível dissociar a alternância do uso imperativo da questão da escolha do pronome sujeito. Paredes e Silva; Santos; Ribeiro (2000) em seu estudo sobre a variação na segunda pessoa, o pronome sujeito, e a forma do imperativo levantam a hipótese de o imperativo ter aparecido antes do uso do *tu* explícito na fala carioca. Fica claro que a relação entre o uso do imperativo e a escolha do pronome sujeito é um assunto ainda a ser pesquisado.

TABELA 4 - ANÁLISE QUANTITATIVA DO USO DO IMPERATIVO EM FUNÇÃO DAS ÂNCORAS DISCURSIVAS: TEXTOS ESCRITOS SEM FORMATO DE DIÁLOGO NOS DADOS DE VITÓRIA/ES.

Forma associada ao indicativo	Número de ocorrências/total	Pesos relativos
Com âncoras discursivas	8/10	0,98
Sem âncoras discursivas	2/58	0,33
Total	10/68	

O resultado da análise dos dados das tirinhas *Marly* não atendeu nossa expectativa: de que houvesse ocorrido uma mudança na escrita com formato de diálogo, refletindo uso do imperativo observado na fala da cidade de Vitória/ES. Mesmo diante desse fato (apenas 36% de imperativo associado ao indicativo), o interessante foi perceber que *Marly* se configura, no que diz respeito ao imperativo, como a personagem feminina mais capixaba das tirinhas, pois o peso relativo de estruturas imperativas associadas ao indicativo na voz desta personagem foi de 0,560, em oposição ao peso relativo na voz da personagem *Creuzodete*, de 0,252. Contudo, o peso relativo 0,826 na fala do papagaio Prepúcio, embora com base em poucos dados, também reflete a fala capixaba, até mais que a própria *Marly*, fato que merece ser pesquisado futuramente com mais dados.

(1) “Xumbrega! Me **DEIXA** em paz! Tenho compromisso com Obama, com o Obama, tom Cruise, Amaro Lima, O Brad Pit!” (Marly)

(2) “Marly, **FAÇA** plástica e **FIQUE** linda! **LEVANTE** o nariz, **ALISE** o pescoço, **PUXE** os olhos...**LEVANTE** os peitos, a bunda, **ENCOLHA** a barriguinha e...” (Creuzodete)

Ao analisar a mídia televisiva, nossa hipótese era a de que o estilo mais ou menos popular do telejornal seria uma variável estatisticamente significativa no uso das variantes do imperativo: mais popular, mais imperativo na forma indicativa (*fala/vem*); menos popular, mais imperativo na forma subjuntiva (*fale/venha*).

Todavia, essa hipótese não se confirmou, pois os resultados percentuais são praticamente iguais nos dois programas: *Balanço Geral* (estilo mais popular) com 42%; e *Tribuna Notícias* (estilo menos popular) com 41%. Além disso, esta variável não foi considerada estatisticamente significativa.

O fator que mais influenciou nos resultados dos programas foi a presença do diálogo, favorecendo fortemente o imperativo na forma indicativa: 86%, com peso relativo de 0,925. Na ausência de diálogo, o percentual foi de 18%, com peso relativo de 0,208 de imperativo na forma associada ao indicativo. Diante desses fatos, revolvemos fazer uma tabulação cruzada entre os programas e o fator presença/ausência de diálogo.

TABELA 5 – EFEITO DO CRUZAMENTO ENTRE TIPO DE PROGRAMA E PRESENÇA/AUSÊNCIA DE DIÁLOGO EM RELAÇÃO AO IMPERATIVO ASSOCIADO À FORMA INDICATIVA EM TERMOS PERCENTUAIS.

Fatores	Nº de ocorrência associada à forma indicativa/Total	Porcentagem de imperativo associado ao indicativo
<i>Balanço Geral</i> com diálogo	26/32	81%
<i>Balanço Geral</i> sem diálogo	14/63	22%
<i>Tribuna Notícias</i> com diálogo	12/12	100%
<i>Tribuna Notícias</i> sem diálogo	1/20	5%
Total	53/127	42%

Os resultados são contundentes nos dois programas, com uma diferença entre os dois fatores bastante significativa: um percentual de cerca de 86% na presença de diálogo e um percentual da ordem de 18% na ausência de diálogo em relação ao uso do imperativo associado à forma indicativa. Em síntese, verificamos que a presença do diálogo é um fator mais forte que o tipo de telejornal, ou seja, em relação à média de 42%, ambos os programas apresentam aumento de forma imperativa associada ao indicativo na fala com diálogo de 81%, no *Balanço Geral*, e 100%, no *Tribuna Notícias*, e diminuição na fala sem diálogo, respectivamente, com 22% e 5%.

Os resultados acima mostram que, nas situações de evento de fala com maior presença de diálogo, maior é a probabilidade de uso do imperativo associado à forma indicativa e quanto menor a presença de diálogo, menor o uso de formas imperativas associadas ao subjuntivo. Esse fato foi levantado por Lima (2005) quando controlou o traço de formalidade de evento em estudo sobre o imperativo gramatical na cidade de Campo Grande/MS. Nesse estudo, a hipótese da autora foi refutada, a de que o que estaria em jogo seria o traço [+formalidade] do evento de fala. Lima (2005) controlou a variável [+/-] formalidade de eventos de fala em programas da mídia televisiva e de rádio, cultos religiosos e em aulas do ensino fundamental, médio, superior e aulas não institucionais (aula de informática e de escola bíblica). O resultado foi interessante, pois pesquisadora percebeu que os programas televisivos, independentemente do traço de [+formalidade], tendem a desfavorecer o uso do imperativo associado à forma indicativa, com pesos relativos abaixo de 0,50: programa de TV comunitário o peso relativo foi de 0,45 ($14/34= 41\%$) e programas jornalísticos, propaganda de TV e rádio 0,08 ($11/83= 18\%$). Já em relação às aulas, a autora notou um favorecimento do imperativo associado à forma indicativa nas aulas de ensino médio com peso relativo de 0,85 ($10/11= 91\%$) e ensino superior 0,73 ($12/14= 86\%$). Porém o que chamou a atenção de Lima (2005, p.50) foi o resultado das aulas de ensino fundamental, em que o peso relativo de 0,34 ($14/28= 50\%$) foi bem menor se comparado aos das aulas de ensino médio e superior (LIMA, 2005, p. 54), ou seja, foi desfavorecedor do imperativo associado ao indicativo. Esses resultados aventaram outras possibilidades. A autora voltou aos dados e percebeu que o que estava em jogo na variação do imperativo gramatical nos eventos acima era a maior ou menor presença de diálogo. É importante dizer que as aulas de ensino fundamental que serviram de amostra para a pesquisa de Lima (2005, p. 56) eram aulas em que o professor apresentava o conteúdo de forma instrutiva.

Considerações finais

Nossos resultados confirmam, de forma contundente, alguns fatos já revelados em outras pesquisas e traz resultados novos na análise dos dados da mídia televisiva.

No aspecto geográfico, os resultados desta pesquisa se aproximam dos resultados encontrados na oralidade nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, as quais apresentam percentuais acima de 90% de uso do modo imperativo associado à forma indicativa e se afastam dos resultados da região Nordeste. Na fala da Vitória/ES, com base nos dados do PortVIX, encontramos um percentual de 97% de uso do imperativo associado à forma indicativa, contexto de quase invariância. Aos compararmos mais detalhadamente os resultados da fala da cidade de Vitória/ES com os resultados das cidades do Rio de Janeiro/RJ (Sudeste) e de Salvador/BA (Nordeste), percebemos um fato interessante: a cidade de Vitória se alinha com a do Rio de Janeiro quanto ao uso do imperativo, porém, quanto ao uso do pronome de segunda pessoa, alinha-se com a cidade de Salvador, que também é de contexto exclusivo de pronome *você*.

Esses dados confirmam os resultados de outras pesquisas sobre a variação do imperativo brasileiro, de que o aspecto geográfico é decisivo na alternância do imperativo, não sofrendo influência de marcas sociais como outras alternâncias, a saber, por exemplo, concordância nominal e verbal. Foi possível verificar mais uma vez que a relação entre os pronomes *tu* e *você* e o imperativo gramatical não é muito evidente nos dados de fala analisados, visto que, na cidade Vitória, onde o contexto é exclusivo de pronome *você*, há predominância do uso do imperativo associado ao indicativo.

Os resultados da amostra de Vitória/ES são quase categóricos, apontando para uma mudança no uso do imperativo gramatical na fala. Além de comprovar a variação diatópica do imperativo no português brasileiro, a pesquisa evidenciou que a estrutura negativa é um fator que desfavorece o uso do imperativo associado à forma indicativa. Esse fato foi observado em todos os corpora analisados nesta pesquisa: fala, escrita sem formato de diálogo, nas tirinhas de *Marly* e na mídia televisiva. Isso significa que, em termos de tendências, o resultado confirma a tradição gramatical que prevê em estruturas negativas o uso do imperativo associado à forma subjuntiva.

Na escrita sem formato de diálogo, confirmamos os resultados de Scherre (2003; 2004; 2006, 2007, 2008) de que o uso do imperativo associado à forma indicativa ocorre predominantemente com a presença das âncoras discursas (balões, pontos de exclamação, vocativos, ou ícones que remetam a fala) com o peso relativo robusto de 0,98 favorecendo as

formas imperativas associadas ao indicativo quando há âncoras discursivas. A ausência de âncora discursiva desfavorece o imperativo associado ao indicativo com um peso de 0,33. A diferença entre estes dois fatores é grande: 65 pontos.

Com a análise da escrita em formato de diálogo, com base nos dados identificados nas tirinhas de *Marly, a solteirona*, nosso objetivo principal foi o de verificar se, num espaço temporal de aproximadamente 35 anos, houve a inserção do imperativo associado à forma indicativa na escrita, caracterizando uma mudança em progresso nessa modalidade. Contudo, o autor Milson Henriques não reflete nas tirinhas o uso do imperativo observado na fala da cidade de Vitória/ES. Mesmo diante desse fato, o interessante foi perceber que *Marly* se configura, no que diz respeito ao imperativo, como a personagem mais capixaba das tirinhas, pois o peso relativo de estruturas imperativas associadas ao indicativo na voz da personagem foi de 0,560.

Na análise dos dados de mídia, ao analisarmos a presença ou ausência do diálogo, constatamos que esse é um fator que favorece fortemente o uso do imperativo associado à forma indicativa. Mesmo se tratando de uma fala mais planejada, como é o caso dos jornais televisivos, nas situações de diálogo face a face, a tendência é favorecer as sentenças imperativas associadas ao indicativo, fato também percebido por Lima (2005) na análise da mídia da cidade de Campo Grande /MS.

Por fim, devemos ressaltar que esses fatores somente apresentaram efeito quando analisados sob foco da interação social, pois foi a observação da interação do evento comunicativo que nos possibilitou controlar determinadas variáveis em quatro *corpora* a fim de entender melhor as restrições e motivações da alternância do imperativo em situação de uso, ou seja, em eventos comunicativos, sejam falados ou escritos.

Referências¹¹

ANDRADE, C. Q.; MELO, F. G. de; SCHERRE, M. M. P. História e variação linguística: um estudo em tempo real do imperativo gramatical em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. *Finos Leitores*. Brasília: Jornal de Letras do UniCEUB. Ano 3, número 1, agosto de 2007. Disponível em <<http://www.uniceub.br/periodicos/default.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

¹¹ Nota ao leitor: relacionamos somente as referências citadas neste artigo, para obter todas as referências utilizadas na dissertação vide a mesma.

CALMON, Elba. Variação entre *tu*, *you* e “*cê*”: primeiras análises da fala capixaba (cidade de Vitória) (no prelo). In: comunicação na *VI Semana de Pesquisa em Letras*, na Universidade Federal do Espírito Santo. Setembro de 2009.

CARDOSO, D. B. B. *Variação no uso do modo imperativo*: análise de dados em textos de José J. Veiga. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

CARDOSO, D. B. B. *Variação e mudança do imperativo no português brasileiro: gênero e identidade*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

FARACO, C. A. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. In: *D.E.L.T.A.*, v. 2, n. 1, 1986.

FARACO, C. A. O tratamento *you* em português – uma abordagem histórica. *Fragmenta*. Curitiba, n. 13, p. 51-82. Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). 1996.

GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa*: instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007.

HENRIQUES, Milson. *Marly mostra quase tudo...*, 2006 (produção independente)

JESUS, Etel Teixeira de. *O Nordeste na mídia e os estereótipos*: estudo do imperativo na novela *Senhora do Destino*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letra, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LABOV, William. *Sociolinguistics patterns*. 3. ed. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1991.

_____. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Sampaio. São Paulo: Parábola, 2008.

LIMA, D. P. S. *O uso do imperativo na fala de Campo Grande - MS*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: Definição e funcionalidade. In: Dionísio, Ângela Paiva; Machado A, R.; Bezerra, M. A (orgs.) *Gêneros textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOLLICA, M.; BRAGA, M. L. (Orgs.) *Introdução sociolinguística* – o tratamento da variação. 3 ed. São Paulo, Contexto, 2007.

PINTZUK, S. *VARBRUL programs*. 1988, inédito.

SAMPAIO, D. A. *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Letras). Salvador: UFBA: 2001.

SANKOFF, David. Sociolinguistics and syntactic variation. In: Newmeyer, Frederick J. (Ed.) *Linguistics: the Cambridge survey*. Volume IV (Language: the socio-cultural context). New York, Cambridge University Press, 1988a.

SANKOFF, David. Variable rules. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert & MATTHEIER, Klaus J. (eds.) *Sociolinguistics – An international handbook of the science of language and society*. Berlin/ New York, Walter de Gruyter, 1988b, p. 984-98.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SCHERRE, Maria Marta Pereira et al. Phonic parallelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. *Papers in Sociolinguistics*. NWAVE-26 à l'Université Laval (Québec): Nota Bene. 1998. p. 63-72.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. (2002). A norma do imperativo e o imperativo da norma – Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, Marcos (org.) *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, p. 217-251.

SCHERRE, M. M. P. Norma e uso na expressão do imperativo em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. In: SILVA, Denize Elena Garcia; LARA, Gláucia Muniz Proença; MENEGAZZO, Maria Adélia (orgs.). *Estudos de linguagem: inter-relações e perspectivas*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. p. 117-191

_____. Normas e usos: o imperativo no português brasileiro. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Orgs). *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. Madrid: Iberoamericana, 2004. p. 2331-260.

_____. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. In: *Alfa*, São Paulo, 51 (1), p. 189-222, 2007.

_____. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança linguística na escrita de revistas em quadrinhos. In: VOTRE, Sebastião RONCARATI, Cláudia. *Antony Julius Naro e a Linguística no Brasil – uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: FAPERJ/7Letras, 2008, p. 306-319.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Daisy Bárbara Borges; LUNGUINHO, Marcus Vinicius da Silva. (2005). O imperativo gramatical no português brasileiro - uma discussão translinguística. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2005, Brasília. *Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN*. Brasília: Publicação eletrônica: www.abralin.org, 2005. v. 1, p. 505-509.

SCHERRE, Maria Marta P.; NARO, Anthony J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. Cecília & BRAGA, M. Luíza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 147-177.

SCHERRE, Maria Marta P.; ANDRADE, Carolina Queiroz; MELO, Fernanda Glauca de M. *O imperativo gramatical na escrita não-dialógica* - o papel das âncoras discursivas no português brasileiro. 2009. XV Congresso Internacional da ALFAL; Universidad de la Republica. (Comunicação). De 18 a 21 de agosto de 2008; Montevideo (Uruguai)

SCHERRE, Maria Marta P. *Análise e mapeamento de três fenômenos variáveis no português brasileiro*. Projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq para o quadriênio: Março de 2010 a Fevereiro de 2014. Vitória: UFES, 2009.

TAGLIAMONTE, Sali A. *Analysaing sociolinguistic variation*. Cambridge: University Cambridge Press, 2006.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. (Tradução de Marcos Bagno; Revisão Técnica e apresentação de um clássico de Carlos Alberto Faraco; Posfácio de Maria da Conceição A. de Paiva e Maria Eugênia Lamoglia Duarte). São Paulo: Parábola, 2006 (Original publicado em 1968).

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. *Directions for Historical Linguistics: A Symposium*. Austin: University of Texas Press, 1975, p. 95-199

YACONVENCO, L. C. O projeto “O português falado na cidade de Vitória”: coleta de dados. In: LINS, M. P.P.; YACONVENCO, L.C. (Orgs) *Caminhos em linguística*. Vitória: NuPLES/DLL/UFES, 2002.

YACOVENCO, Lilian Coutinho. O português falado na cidade de vitória: transcrição de entrevistas. Lilian Coutinho Yacovenco (DLL/UFES). *ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, número especial 26, Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2001 (publicado em 2003), p. 301-303. ISSN 0102-7158.

INTERDISCURSO, CENAS DE ENUNCIÇÃO E ETHOS DISCURSIVO EM CANÇÕES DE ATAULFO ALVES

Fabiana Castro Carvalho*

Resumo: Utilizando a Análise do Discurso de linha francesa desenvolvida por Dominique Maingueneau, este artigo trata da constituição do *ethos* discursivo, relacionado ao interdiscurso e às cenas enunciativas em quatro canções de Aaulfo Alves (cantor e compositor mineiro cujo centenário foi comemorado em 2009) que falam da infância vivida na cidade de Mirai. Analisando tal discurso, procuramos: a) examinar o modo de constituição do *ethos* discursivo; aprofundar-nos nos estudos em AD; b) pesquisar o papel do samba no Brasil; conhecer a vida e a obra de Aaulfo Alves levando em conta sua importância na MPB; c) analisar quatro de suas canções tendo por base as noções de interdiscurso, cenas enunciativas e *ethos* discursivo, nas perspectivas apontadas por Maingueneau. Buscamos responder às seguintes questões metodológicas: i) como se dá a constituição do *ethos* nas canções de Aaulfo Alves selecionadas para a análise? ii) Há diferenças nessa constituição, de uma canção para outra? iii) Até que ponto podemos transferir a constituição do *ethos* nas canções selecionadas para a análise da cultura popular brasileira no período por elas retratado?

Palavras-chave: Análise do Discurso. Gênero canção. Interdiscurso. Cenas enunciativas. *Ethos* discursivo.

Abstract: Using Discourse Analysis of the French line developed by Dominique Maingueneau, this article deals with the constitution of the discursive *ethos*, related to interdiscourse and scenes listed in the four Aaulfo Alves songs' (singer and composer whose centenary was celebrated in 2009) that speak of childhood lived in the town of Mirai. Analyzing such discourse, we will: a) examine how the discursive *ethos* is formed, make a deeper study on AD; b) search for the samba's role in Brazil, know the life and the work of Aaulfo Alves taking into account its importance in MPB; c) analyse four of his songs based on discursive *ethos*'s notion, enunciative and interdiscourse scenes, in the prospects outlined by Maingueneau. We seek to answer the following methodological issues: i) How is the constitution of the *ethos* of the Aaulfo Alves songs' selected for analysis? ii) Are there differences in this constitution, one song to another? iii) To what degree we can transfer up the *ethos* of the selected songs for the analysis of Brazilian popular culture in the period depicted by them?

Keywords: Discourse Analysis. Gender song. Interdiscourse. Scenes of enunciation. Discursive *ethos*

* A autora é professora de Língua Portuguesa e Literatura da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Obteve o título de Mestre em 2010, orientada pela Prof^a. Dr^a. Virginia B. B. Abrahão, do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*: Mestrado em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Vitória-ES, Brasil. E-mail: fccfabiana@hotmail.com

Introdução

O ano de 2009 (ano de desenvolvimento da dissertação *Interdiscurso, cenas de enunciação e ethos discursivo em canções de Ataulfo Alves*) foi marcado pelas comemorações do centenário de nascimento do cantor e compositor Ataulfo Alves. Nascido em Miraí, Minas Gerais, no dia 2 de maio de 1909, Ataulpho Alves de Souza¹² cresceu na Fazenda Cachoeira, onde morava com a família. Filho de Severino de Souza e Matilde de Jesus, desde novo era capaz de versejar, graças ao contato com o som da viola, os versos improvisados, o gemido da sanfona e as toadas cantadas pelos viajantes na fazenda. Aos 11 anos, com a morte do pai, assumiu a responsabilidade de ajudar no sustento da casa; com menos de 20 anos (cf. CABRAL, 2009), ele se mudou para o Rio de Janeiro, onde teve contato com as rodas de samba, o que colaborou para o renascimento de sua vocação musical e o começo de sua vida de compositor¹³, arte que só foi interrompida em 1969, com sua morte. Ao tomar suas canções como amostra para análise, homenageamos este artista que se tornou um marco para a Música Popular Brasileira (MPB) ao criar canções que integram a antologia do samba urbano-carioca, possuindo, no entanto, melodia triste e ritmo lento, características de sua mineiridade. Analisamos o interdiscurso e as cenas enunciativas a fim de apreender o *ethos* discursivo que se constitui nas canções. Neste artigo faremos uma breve reflexão acerca da tríade de conceitos analisados e, em seguida, partiremos para a exposição dos resultados da pesquisa.

Referenciais teóricos

Texto, discurso e sentido

Segundo Maingueneau (1989), o *texto* é um objeto discursivo, pois se manifesta como unidades verbais que integram um *discurso*. Objeto de estudo da AD, o discurso é o elemento que faz a amarração entre o linguístico e o extralinguístico, possibilitando-nos entender a relação entre sujeito, sociedade e ideologia. Para o autor, algumas características são essenciais ao discurso, tais como: i) o discurso é uma organização situada para além da frase; ii) o discurso é orientado; iii) o discurso é uma forma de ação; iv) o discurso é interativo; v) o discurso é contextualizado; vi) o discurso é assumido por um sujeito; vii) o discurso é regido

¹² Conforme Toledo (2008), o nome de registro é Ataulpho Alves de Souza. Optamos, no entanto, por utilizar o nome artístico do cantor e compositor: Ataulfo Alves.

¹³ Sua entrada no mundo profissional artístico-musical se deu como compositor, tendo sua primeira composição gravada por Almirante em 1933: *Sexta-feira*. Seu primeiro sucesso, no entanto, foi *Saudade do meu barracão* (gravado por Floriano Belham, em 1935).

por normas; viii) o discurso é considerado no bojo de um interdiscurso (cf. MAINGUENEAU, 2008a, p. 52-56). Portanto, para falar de prática discursiva, é preciso articular discurso e condições de produção.

Quanto ao *sentido*, este se materializa na enunciação por meio dos sujeitos. O sentido não é dado a *priori*, mas é construído pelo analista na materialidade linguística e histórica do *corpus*. É essa materialidade que direciona o analista a reconstruir com o autor o sentido do texto. Para o autor, “o sentido é um mal-entendido sistemático e constitutivo do espaço discursivo” (MAINGUENEAU, 1989, p. 120). Logo, o sentido não é estável, mas construído no intervalo de posições enunciativas.

Interdiscurso

O *interdiscurso* é conceituado por Maingueneau (1989) como um conjunto de discursos que mantém uma relação discursiva entre si, tripartido em universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo: *Universo discursivo* é o conjunto heterogêneo de formações discursivas que interagem numa conjuntura. Embora finito, é irrepresentável e não pode ser apreendido em sua globalidade. *Campo discursivo* é o conjunto de formações discursivas em concorrência que se delimitam numa região do universo discursivo. O discurso se constitui no interior de um campo discursivo, que foi etiquetado pela tradição como campo discursivo religioso, político, literário, etc. *Espaço discursivo* é o subconjunto do campo discursivo, que liga no mínimo duas formações discursivas que se relacionam e são importantes para o entendimento dos discursos em questão. Como analistas, colocamos em relação esses subconjuntos de formações discursivas da maneira que julgamos relevante. O conceito de interdiscurso é o que nos possibilita relacionar a memória coletiva à análise das canções, já que ele permite que os dizeres que já foram ditos tenham sentido em nossas palavras. Além disso, o discurso ganha sentido quando se relaciona com outros discursos. A hipótese do primado do interdiscurso pressupõe a presença do Outro, que se dá por meio da heterogeneidade enunciativa¹⁴.

¹⁴ Vale ressaltar a colaboração dos estudos de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade mostrada no discurso (explícita) e a heterogeneidade constitutiva do discurso (implícita). Tais noções foram renomeadas por Maingueneau como interdiscurso (conjunto de unidades discursivas que pertencem a discursos precedentes com os quais um discurso particular se relaciona implícita ou explicitamente). Destacamos, ainda, a importância do dialogismo do círculo de Bakhtin e dos estudos psicanalíticos de Lacan para a abordagem de Authier-Revuz.

A cena enunciativa

Segundo Maingueneau (2008c) o conceito de cena enunciativa é tripartido em cena englobante, cena genérica e cenografia (dependendo do ponto de vista que se assume). A *cena englobante* corresponde ao tipo de discurso. Está relacionada ao tempo e ao espaço, pois surge da necessidade da sociedade. Ela nos situa para interpretarmos o discurso, mostrando-nos em nome de que ele interpreta o coenunciador e tendo em vista a finalidade de sua organização. São exemplos de tipo de discurso o filosófico, o poético, o político, o publicitário etc. Para Maingueneau (1996), a cena englobante não é satisfatória para explicitar as atividades discursivas nas quais se encontram os sujeitos. A *cena genérica* corresponde ao gênero do discurso, que define seus próprios papéis; está ligada a uma instituição discursiva, é o contrato associado a um gênero de discurso. O domínio dos gêneros ou a competência genérica é fundamental para a competência discursiva. Portanto, a primeira e a segunda cenas supracitadas definem o quadro cênico do texto, o espaço estável no qual o enunciado tem sentido. São elas que permitem o conhecimento do tipo e do gênero discursivo. Além disso, na enunciação, ambas se fazem essencialmente presentes. A *cenografia* é aquela com a qual o coenunciador se confronta, corresponde ao contexto que a obra implica. Não se trata de um cenário ou de um quadro já construído e independente no interior de um espaço. Ao contrário, à medida que a enunciação se desenvolve, o seu dispositivo de fala vai sendo constituído. Trata-se, assim, da cena de fala que o discurso pressupõe para que possa ser enunciado. Esta cena se apoia na memória coletiva a fim de legitimar um enunciado e ao mesmo tempo ser legitimada por ele. Ela só se manifesta plenamente se mantiver certa distância em relação ao coenunciador, para que ela mesma controle seu desenvolvimento. Desse modo, a escolha da cenografia não se dá sem propósitos, uma vez que o discurso se desenvolve a partir dela, no intuito de conquistar a adesão com a instituição da cena enunciativa que o torna legítimo. Em nossa análise, a *cena englobante* corresponde ao discurso lítero-musical; a *cena genérica* corresponde ao gênero canção e a terceira cena, a *cenografia*, corresponde à recordação, ao poema romântico, dependendo de cada canção.

Ethos discursivo

O conceito de *ethos* advém da Retórica de Aristóteles e foi reformulado por Maingueneau para a AD. Segundo Maingueneau (2008b, p. 17):

“– o *ethos* é uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma ‘imagem’ do locutor exterior a sua fala;
– o *ethos* é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro;
– é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 17).

A partir desse conceito, podemos depreender que a subjetividade manifesta no discurso é concebida como uma *voz* que não pode ser dissociada do corpo que enuncia. A noção de *tom* é apresentada como uma voz específica do texto oral e escrito. Este último também têm uma *vocalidade* que pode se manifestar em múltiplos *tons*, associados a um *fiador*, construído pelo destinatário a partir dos indicadores que a enunciação libera. Relacionada à noção de tom, a *incorporação* é conceituada como a mescla que ocorre entre uma formação discursiva e seu *ethos* através do procedimento enunciativo. Além disso, a incorporação evoca a imbricação do discurso e seu *modo de enunciação* (conceito que trata de uma maneira de dizer específica a um discurso). A voz é um dos planos constitutivos da discursividade e o modo de enunciação obedece às mesmas restrições semânticas do conteúdo do discurso; aliás, frequentemente ele se torna tema do discurso.

Em resumo, Maingueneau (2008b, p. 29) propõe:

“A problemática do *ethos* pede que não se reduza a interpretação dos enunciados a uma simples decodificação; alguma coisa da ordem da experiência sensível se põe na comunicação verbal. As ‘idéias’ suscitam a adesão por meio de uma *maneira de dizer* que é também *uma maneira de ser*. Apanhado num *ethos* envolvente e invisível, o co-enunciador faz mais que decifrar conteúdos: ele participa do mundo configurado pela enunciação, ele acede a uma identidade de algum modo encarnada, permitindo ele próprio que um fiador encarne. O poder de persuasão de um discurso deve-se, em parte, ao fato de ele constringer o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo, seja ele esquemático ou investido de valores historicamente especificados” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 29).

Assim sendo, entendemos que o coenunciador não apenas decodifica enunciados, mas adere a uma identidade, pois ao incorporá-lo, o enunciador não projeta para ele um estereótipo qualquer. Ao contrário, ele joga com os estereótipos para que seja definido um *ethos* singular. Este só pode ser de fato apreendido com a leitura do texto, com uma entrada progressiva no universo por ele configurado.

O gênero discursivo canção

Para Maingueneau (2008f, p. 90), o *gênero discursivo* é uma “vertente tipológica formal, do modo de enunciação”, sendo este apenas a contrapartida do tom, voz fictícia que garante a presença de um corpo, ainda que o discurso seja escrito. Não se trata de uma noção de fácil manejo, uma vez que um texto normalmente se encontra na interseção de vários gêneros, os quais implicam condições de ordem comunicacional e de ordem estatutária, que inclui a autoridade relacionada à enunciação. Além disso, as propriedades textuais de um gênero estão ligadas a condições de enunciação que vão desde o estatuto do enunciador até o *ethos*. A proposta do autor é observar como o enunciador constrói a cenografia de sua autoridade enunciativa e como determina para si e para os destinatários os lugares que a enunciação requer para ser legítima. O gênero discursivo é tomado como cena genérica que define seus próprios papéis e está associada a uma instituição discursiva.

Maingueneau (1989, p. 34) afirma que “cada ‘gênero’ presume um contrato específico pelo ritual que define”, por isso não podemos dizer o que queremos, em qualquer lugar, para qualquer indivíduo, já que essa prática presume um contrato. Para ele, há gênero quando vários textos se submetem a um conjunto de coerções comuns. Segundo Maingueneau (2008f, p. 134), o gênero define as condições de utilização dos textos que dele derivam: “O fato de um poema ser destinado a ser cantado, acompanhado por um instrumento de certo tipo (...) tem uma incidência radical sobre seu tamanho, seu recorte em estrofes, suas recorrências etc...”

Na esteira de Maingueneau, Costa (2002, p. 107)¹⁵ caracteriza a identidade discursiva da canção como gênero que é composto de elementos distintos: “A canção é um gênero híbrido, de caráter *intersemiótico*, pois é o resultado da conjugação de dois tipos de linguagens, a verbal e a musical (ritmo e melodia)”. Para ele, o gênero canção exige três competências: a verbal, a musical e a lítero-musical (capacidade de articular as linguagens verbal e musical). Essa proposta vem ao encontro do que postula Maingueneau (2008f) quando este afirma que é necessário pensar a relação dos discursos abstratos (produção literária, filosófica, religiosa, pictórica, *musical*, etc.) com suas condições de produção de modo menos trivial. Para isso precisamos operar diretamente no nível das articulações fundamentais que possibilitam as unidades de interpretação. No entanto, tal aplicação ainda é vista com dificuldade por muitos analistas.

¹⁵ Nelson Barros da Costa é professor da Universidade do Ceará e pesquisador em AD francesa.

Metodologia

Neste trabalho, analisamos o interdiscurso e a cena enunciativa a fim de apreender o *ethos* discursivo que se constitui nas canções. Para tanto, partimos do texto no qual tivemos contato com os fenômenos linguísticos que nos serviram de suporte. No entanto, é na instância do discurso que o *ethos* se manifesta. Considerando o caráter intersemiótico do gênero canção, em alguns momentos levamos em conta a musicalidade das canções selecionadas quando esse fator mostrou-se relevante, o que colaborou indubitavelmente para o enriquecimento da análise, que foi feita a partir de quatro canções compostas por Ataulfo Alves que tratam do mesmo tema – a infância na cidade de Mirai – produzidas entre 1950 e 1970. Tal conteúdo temático e seu tratamento semântico nos interessaram de perto, pois, para ter seu discurso aceito, o enunciador se impôs o tema da infância na cidade de origem, como acontece recorrentemente no discurso da MPB. É um tema imposto pelo campo discursivo, por isso está de acordo com o sistema de restrições do discurso.

Tendo em vista as análises sobre as canções que tem em comum a temática relacionada à cidade de Mirai, observamos que de fato o importante não é o tema, mas seu tratamento semântico. Foi possível perceber que cada canção tem seu modo específico de abordagem temática, pois a cidade natal e a infância estiveram presentes de diversas maneiras no campo discursivo por nós apreendido. No entanto, de modo geral, as quatro canções apresentam em comum o tom nostálgico e saudosista do enunciador, conferindo-lhe um tom melancólico.

Resultados da análise da amostra

A análise da amostra seguiu os seguintes passos: temática, análise da superfície linguística, interdiscursividade, cenas de enunciação, *ethos* discursivo. As canções *Meus tempos de criança*¹⁶ e *Minha infância*¹⁷ apresentam a infância em primeiro plano. Nelas a

¹⁶ “Eu daria tudo que eu tivesse/ Pra voltar aos dias de criança/ Eu não sei pra quê que a gente cresce/ Se não sai da gente essa lembrança/ Aos domingos, missa na matriz/ Da cidadezinha onde eu nasci/ Ai, meu Deus, eu era tão feliz/ No meu pequenino Mirai/ Que saudade da professorinha/ Que me ensinou o beabá/ Onde andar Mariazinha/ Meu primeiro amor, onde andar?/ Eu igual a toda menina/ Quanta travessura que eu fazia/ Jogo de botões sobre a calçada/ Eu era feliz e não sabia.” (ALVES, 1956)

¹⁷ “Meus dias tão felizes que tão longe vão/ Minha infância inocente, calças curtas, pés no chão/ E as meninas do meu tempo que eu não sei onde andarão:/ Carmelita, Madalena, Isalina, Conceição, onde estão? Não sei não./ Minha infância querida que vai muito além, muito além, muito além./ Eu era um milionário de felicidade/ Mas perdi os meus milhões, hoje eu vivo da saudade/ Dos primeiros companheiros que eu não sei onde andarão:/ João Sabino, Castelano, Zé Rotondo, Zé Adão, onde estão? Não sei não./ Minha infância querida que vai muito além,

cidade Mirai aparece como pano de fundo. Já *Mirai (Cidade miraiense)*¹⁸ e *Mirai (Meu Mirai que eu não me esqueço)*¹⁹ apresentam Mirai em primeiro plano. Nelas, a cidade é personificada, chegando a ser divinizada, como vemos na tabela abaixo:

<i>Infância em primeiro plano</i>	<i>Mirai em primeiro plano</i>
Meus tempos de criança	Mirai (Cidade Miraiense)
Minha infância	Mirai (Meu Mirai que eu não me esqueço)

Quanto às formações discursivas, podemos unir *Meus tempos de criança* à *Mirai (Cidade miraiense)*, como pertencentes a uma mesma FD na qual se delinea a construção de um sujeito católico-burguês, o que se comprova, por exemplo, pelos versos “Aos domingos, missa na matriz/ Da cidadezinha onde eu nasci/ Ai, meu Deus, eu era tão feliz/ No meu pequenino Mirai”, de *Meus tempos de criança*, e “Torrão tranquilo e sereno/ Torrão bendito por Deus/ Eu sinto-me tão pequeno/ Pra ser um dos filhos teus”, de *Mirai (Cidade miraiense)*.

As canções *Minha infância* e *Mirai (Meu Mirai que eu não me esqueço)* podem ser unidas por fazerem parte de outra FD na qual se constrói um sujeito popular, da classe pobre, embora use um tom comedido e não trate do trabalho infantil no discurso, como vemos nos trechos “Minha infância inocente, calças curtas, pés no chão”, de *Minha infância*, e “Quanta saudade no meu coração/ Do mulecote bem vadio/ Ai, que vontade que me dá/ De me jogar naquele rio/ Na cachoeira ou no Maricá”, de *Mirai (Meu Mirai que eu não me esqueço)*, como demonstra a tabela que segue:

muito além, muito além./ Meus dias tão felizes que tão longe vão/ Que tão longe vão/ Que tão longe vão...” (ALVES, 1962)

¹⁸ “Cidade miraiense,/ Te quero com devoção/ Cidade miraiense, / Tu cabes no meu coração/ Torrão tranquilo e sereno/ Torrão bendito por Deus/ Eu sinto-me tão pequeno/ Pra ser um dos filhos teus/ Perguntam por que sou triste/ Nos versos que já escrevi/ Sou triste porque cantando/ Não posso esquecer de ti, Mirai/ Torrão tranquilo e sereno/ Torrão bendito por Deus/ Eu sinto-me tão pequeno/ Pra ser um dos filhos teus.” (ALVES, 1962)

¹⁹ “Meu Mirai que eu não me esqueço/ Berço da minha geração/ Lugar melhor eu não conheço/ Quanta saudade no meu coração/ Do mulecote bem vadio/ Ai, que vontade que me dá/ De me jogar naquele rio/ Na cachoeira ou no Maricá/ Lá na lavoura da Braúna/ Como é bonito recordar/ Mais parecia uma graúna/ Meu velho pai a cantar, a cantar/ Uma canção que assim dizia:/ ‘Maria foi passear/ Esse passeio de Maria/ Ainda faz mamãe chorar/ Esse passeio de Maria/ Ainda faz mamãe chorar’/ Lá na fazenda dos Pereiras/ Naqueles vastos cafezais/ Havia tantas brincadeiras/ No fim da safra dos coloniais/ E não faltava um cantador/ No bom sentido a improvisar/ Umas quadrinhas de amor/ Para as mocinhas do lugar/ E uma sanfona apaixonada/ A noite inteira soluçava/ E no romper da madrugada/ O sanfoneiro saudoso cantava/ Uma canção que assim dizia:/ ‘Maria foi passear/ Esse passeio de Maria/ Ainda faz mamãe chorar/ Esse passeio de Maria/ Ainda faz mamãe chorar’” (ALVES, 1967)

<i>FD 1: sujeito católico-burguês</i>	<i>FD 2: sujeito popular, de classe pobre</i>
Meus tempos de criança	Minha infância
Mirai (Cidade Miraiense)	Mirai (Meu Mirai que eu não me esqueço)

Assim, comprovamos que são constituídos *ethé* distintos, de diferentes lugares, com o mesmo sujeito. Considerando-se a dispersão do sujeito, pode-se verificar a construção de uma imagem mais enquadrada aos padrões (como em *Meus tempos de criança* e *Mirai – Cidade miraiense*), de um lado, e uma imagem de um sujeito mais “pé no chão” (como em *Minha infância* e *Mirai – Meu Mirai que eu não me esqueço*), por outro lado.

Esta oposição dos dois discursos só é possível considerando-se o tratamento dado ao tema. Para o leitor/ouvinte ingênuo, pode parecer que se trata da construção de um mesmo sujeito, que se posiciona do mesmo modo no campo discursivo. No entanto, observamos que o saudosismo e a melancolia ao cantar a grandeza da cidade, além da felicidade idealizada da infância, não aparecem sem motivos no discurso. Afinal, o enunciador quer conseguir adeptos e o faz por meio de suas escolhas linguísticas.

Desse modo, ao observar a construção do *ethos* discursivo nas quatro canções analisadas, tendo por base os conceitos de interdiscurso e de cena enunciativa, o que pudemos observar foi a construção de um *ethos* a partir do discurso hegemônico romântico, religioso (cristão católico) e de valorização dos que lhe são próximos (amigos e família), marcado pelo saudosismo e pela nostalgia. O enunciador destaca-se, assim, como pequeno-burguês, inserido numa sociedade quase perfeita, na qual valoriza os Aparelhos Ideológicos do Estado (família, igreja, etc.), bem como o seu berço, a sua origem, sem negar qualquer desses espaços ou questioná-los.

Importa destacar o espaço da interdiscursividade na construção dos discursos, pois esses foram marcadamente tecidos a partir das estratégias de reconhecimento do discurso do outro e por vezes da sua anexação, buscando nesses discursos a legitimidade do seu próprio dizer.

Pela memória discursiva, podemos relacionar *Meus tempos de criança* ao poema *Pobre velha música*²⁰, de Fernando Pessoa (1888-1935), significativo poeta do Modernismo de Portugal, pois neste texto aparece também o desejo de voltar a uma infância apresentada como um momento de felicidade efêmero e eternamente recuperável nos momentos da

²⁰ “Pobre velha música! Não sei porque agrado,/ Enche-se de lágrimas/ Meu olhar parado./ Recordo outro ouvir-te./ Não sei se te ouvi/ Nessa minha infância/ Que me lembra em ti./ Com que ânsia tão raiva/ Quero aquele outrora!/ E eu era feliz? Não sei:/ Fui-o outrora agora.” (PESSOA, 2009)

fraqueza do presente. Além do mais, os últimos versos, questionando a existência da felicidade, parecem dialogar entre si. Contrapondo-se o verso “Eu era feliz e não sabia” aos versos “E eu era feliz? Não sei:/ Fui-o outrora agora”, os sujeitos enunciam o sentimento de felicidade dos tempos vividos percebido somente no presente. Ambos reencontram a felicidade ao recordar os tempos infantis.

Desse modo, confirma-se a hipótese do primado do interdiscurso, defendido por Maingueneau em sua abordagem, pois um discurso não existe sozinho, mas dialogando com outros. Definido como um conjunto de discursos que mantém entre si uma relação discursiva, o interdiscurso está relacionado à memória coletiva onde acontece o funcionamento do discurso em que os sujeitos estão inscritos.

Podemos relacionar a canção *Meus tempos de criança* ao poema *Infância*²¹, de Carlos Drummond de Andrade. Tal como Ataulfo Alves (nascido em 1909 em Mirai-MG), o poeta Drummond (nascido em 1902 em Itabira-MG) pertenceu à década em que ocorreu a crise da arte que resultou no Modernismo, movimento literário de expressiva contribuição para a criação de uma identidade brasileira. Os dois artistas dividiram o mesmo tempo e o mesmo espaço. Podemos estabelecer semelhanças quanto às histórias de vida dos dois.²² No entanto, o que nos interessa é o pertencimento dos dois textos a um mesmo campo discursivo, bem como o tratamento semântico do tema “saudade da infância”.

No poema, o enunciador organiza seu discurso a partir das lembranças e impressões guardadas em sua memória. O espaço em que se desenvolve é a fazenda da família, espaço interiorano de tranquilidade e segurança proporcionado pelo núcleo familiar do menino. O cotidiano da família é relatado no discurso, quando se enuncia que o pai ia para o campo montado a cavalo, a mãe cosia e zelava pelo sono do irmão mais novo, o menino lia entre as mangueiras e fazia comparações entre sua história e a história lida. Os dois últimos versos “E eu não sabia que minha história/ era mais bonita que a de Robinson Crusóé” finalizam o

²¹ “Meu pai montava a cavalo, ia para o campo./ Minha mãe ficava sentada cosendo./ Meu irmão pequeno dormia. Eu sozinho menino entre mangueiras./ lia a história de Robinson Crusóé,/ comprida história que não acaba mais./ No meio-dia branco de luz uma voz que aprendeu/ a ninar nos longes da senzala – nunca se esqueceu/ chamava para o café./ Café preto que nem a preta velha/ café gostoso/ café bom./ Minha mãe ficava sentada cosendo/ olhando para mim:/ - Psiu... Não acorde o menino./ Para o berço onde pousou um mosquito./ E dava um suspiro...que fundo!/ Lá longe meu pai campeava/ no mato sem fim da fazenda./ E eu não sabia que minha história/ era mais bonita que a de Robinson Crusóé.” (DRUMMOND, 2004, p. 67)

²² Ambos deixaram suas cidades de origem e partiram de trem de ferro para novos lugares: Ataulfo mudou-se para o Rio de Janeiro, onde teve várias profissões, destacando-se como prático de farmácia e lá se envolveu com as rodas de samba, desenvolvendo sua musicalidade; Drummond mudou-se para Belo Horizonte, onde se formou em Farmácia, embora não se interessasse pela profissão. Como não se adaptou à vida de fazendeiro, Drummond mudou-se para o Rio de Janeiro em 1934 e chegou a ser Ministro da Educação e da Saúde Pública. Apesar disso, sobressaiu-se como poeta.

poema com a ideia de que a felicidade é suficiente para que sua história de vida seja considerada bela. Essa melancólica conclusão se identifica com o verso “Eu era feliz e não sabia”, que finaliza a canção de Ataulfo.

Já canção *Minha infância*, de 1962, pode ser conectada pela memória discursiva à canção *Meus tempos de criança*, de 1956, o que prova mais uma vez o caráter dialógico da linguagem²³. Podemos relacionar a canção *Minha infância* também ao poema *Meus oito anos*²⁴, publicado em 1859 na obra *As primaveras*, de Casimiro de Abreu, expressivo poeta romântico brasileiro que viveu de 1837 a 1860. Não é à toa que a expressão “a infância querida” é encontrada nos dois textos. Merece destaque também o verso “— Pés descalços, braços nus —”, encontrado na quinta estrofe do poema de Abreu, com o qual o trecho “calças curtas, pés no chão” da canção de Ataulfo dialoga.

Minha infância também parece ser relacionada ao poema *Profundamente*²⁵, publicado em 1930, do poeta Manuel Bandeira, que viveu de 1886 a 1968. A começar pela sensibilidade herdeira do romantismo, a tristeza profunda aliada ao desencanto e à melancolia, encontramos reminiscências do poema de Manuel Bandeira na canção de Ataulfo Alves. Em ambos os textos, a infância como retorno ao passado, é novamente colocada em oposição ao presente de angústia.

No poema, o “eu” faz duas perguntas (“Onde estavam os que há pouco/ Dançavam/ Cantavam/ E riam/ Ao pé das fogueiras acesas?” e “Minha avó/ Meu avô/ Totônio Rodrigues/

²³ Há, inclusive, uma gravação de Ataulfo Alves na qual as duas canções são cantadas simultaneamente, como se *Minha infância* fosse a continuação de *Meus tempos de criança*. Como tratam do mesmo tema, as canções são facilmente conectadas pela memória discursiva.

²⁴ “Oh! que saudades que tenho/ Da aurora da minha vida,/ Da minha infância querida/ Que os anos não trazem mais!/ Que amor, que sonhos, que flores,/ Naquelas tardes fagueiras/ À sombra das bananeiras,/ Debaixo dos laranjais!/ Como são belos os dias/ Do despontar da existência!/ — Respira a alma inocência/ Como perfumes a flor;/ O mar é — lago sereno,/ O céu — um manto azulado,/ O mundo — um sonho dourado,/ A vida — um hino d'amor!/ Que aurora, que sol, que vida,/ Que noites de melodia/ Naquela doce alegria,/ Naquele ingênuo folgar!/ O céu bordado d'estrelas,/ A terra de aromas cheia/ As ondas beijando a areia/ E a lua beijando o mar!/ Oh! dias da minha infância!/ Oh! meu céu de primavera!/ Que doce a vida não era/ Nessa risonha manhã!/ Em vez das mágoas de agora,/ Eu tinha nessas delícias/ De minha mãe as carícias/ E beijos de minha irmã!/ Livre filho das montanhas,/ Eu ia bem satisfeito,/ Da camisa aberta o peito,/ — Pés descalços, braços nus —/ Correndo pelas campinas/ A roda das cachoeiras,/ Atrás das asas ligeiras/ Das borboletas azuis!/ Naqueles tempos ditosos/ Ia colher as pitangas,/ Trepava a tirar as mangas,/ Brincava à beira do mar;/ Rezava às Ave-Marias,/ Achava o céu sempre lindo,/ Adormecia sorrindo/ E despertava a cantar!// Oh! que saudades que tenho/ Da aurora da minha vida,/ Da minha infância querida/ Que os anos não trazem mais!/ — Que amor, que sonhos, que flores,/ Naquelas tardes fagueiras/ A sombra das bananeiras/ Debaixo dos laranjais!” (ABREU, 2009)

²⁵ “Quando ontem adormeci/ Na noite de São João/ Havia alegria e rumor/ Estrondos de bombas luzes de Bengala/ Vozes, cantigas e risos/ Ao pé das fogueiras acesas./ No meio da noite despertei/ Não ouvi mais vozes nem risos/ Apenas balões/ Passavam, errantes/ Silenciosamente/ Apenas de vez em quando/ O ruído de um bonde/ Cortava o silêncio/ Como um túnel./ Onde estavam os que há pouco/ Dançavam/ Cantavam/ E riam/ Ao pé das fogueiras acesas?/ —Estavam todos dormindo/ Estavam todos deitados/ Dormindo/ Profundamente./ */ Quando eu tinha seis anos/ Não pude ver o fim da festa de São João/ Porque adormeci/ Hoje não ouço mais as vozes daquele tempo/ Minha avó/ Meu avô/ Totônio Rodrigues/ Tomásia/ Rosa/ Onde estão todos eles?/ —Estão todos dormindo/ Estão todos deitados/ Dormindo/ Profundamente” (BANDEIRA, 2001, p. 81).

Tomásia/ Rosa/ Onde estão todos eles?”) e a resposta aparece duas vezes afirmando que eles estão todos deitados, “dormindo profundamente”, sono que faz alusão à morte. Na canção, o “eu” se questiona acerca dos amigos (“Carmelita, Madalena, Isalina, Conceição, onde estão?” e “João Sabino, Castelano, Zé Rotondo, Zé Adão, onde estão?”) e a resposta aparece duas vezes: “Não sei não”. A maneira como as palavras são empregadas já é uma marca da interdiscursividade constitutiva do discurso.

Tanto no poema quanto na canção são quebrados paradigmas poéticos, como a forma fixa e a métrica, pois os versos são livres. No poema, há dois tempos distintos: o passado, quando o menino tinha seis anos, facilmente percebido nos primeiros versos; e o presente, o hoje, marcado linguisticamente nos últimos versos. Também na canção, o sujeito se desloca para o passado, recordando os tempos em que se considerava um milionário de felicidade. No verso “Mas perdi os meus milhões, há uma volta ao presente para concluir que não é mais feliz como antes, quando diz “hoje eu vivo da saudade”.

A terceira canção, *Mirai (Cidade miraiense)*, é o hino oficial da cidade de Mirai. Seu conteúdo temático é referente à cidade e à relação de devoção do sujeito com essa terra. Além de dizer romanticamente que a cidade cabe em seu coração, o enunciador assume uma postura de humildade, ao se colocar como “pequeno” para ser um filho dela. Diferentemente do que se pode observar nas outras canções, aqui eu dialoga com a cidade, ele a personifica e se declara a ela, como se falasse com uma pessoa. O texto é composto por quatro estrofes de quatro versos cada uma, sendo que a última é a repetição da segunda. A linguagem usada pelo sujeito é uma linguagem simples e emotiva, sem se prender ao padrão formal, com diversas marcas explícitas da subjetividade.

Quanto à interdiscursividade, os versos “te quero com devoção” e “torrão bendito por Deus” marcam na superfície linguística o diálogo com o discurso religioso, quando o enunciador assume uma postura devota diante da cidade e quando o homem se humilha diante de Deus, assumindo uma postura de humildade, simplicidade e pequenez, o que se comprova também nos versos “eu sinto-me tão pequeno/ pra ser um dos filhos teus”. Este último evidencia também o discurso familiar que constitui a canção, ao tratar a cidade como “mãe”, uma vez que o sujeito se posiciona como “filho”. O verso “tu cabes no meu coração” parece remeter-nos ao Romantismo literário com característica ufanista. O discurso deixa entrever na canção uma identidade católico-burguesa, que manifesta sua emoção ao cantar a terra natal.

Na quarta canção, *Mirai (Meu Mirai que eu não me esqueço)*, o sujeito cita a saudade da época em que era moleque e do lazer no rio (Maricá ou cachoeira), as brincadeiras na fazenda dos Pereiras, bem como o cantar do pai na lavoura da Braúna. A temática é a mesma

da canção analisada anteriormente. No entanto, o tratamento semântico e a identidade que se constrói no discurso diferem uma da outra.

A cenografia na qual se desenvolve a canção é, novamente, a recordação. Quanto ao espaço, são citados os lugares em que aconteciam as ações recordadas no texto: o rio (na cachoeira ou no Maricá), a lavoura da Braúna, a fazenda dos Pereiras, os vastos cafezais. Quanto ao tempo, interessa-nos observar o modo como o enunciador se vale da cronografia: do verso 1 ao verso 10, o tempo utilizado é o presente, pois corresponde ao *agora* da enunciação. Já do verso 11 ao verso ao verso 36, o tempo verbal que predomina é o pretérito, pois o enunciador relata fatos que eram habituais no passado e que não o são no presente. Importa destacar que tudo é narrado a partir da perspectiva da simplicidade e da qualidade de vida.

Algumas marcas da interdiscursividade são facilmente apreendidas na materialidade linguística dos enunciados, tais como a comparação entre a graúna e o pai a cantar, que traz no bojo da canção a popular expressão “cantar como um passarinho”, muito utilizada quando se tem a intenção de elogiar quem canta. De fato, ao relacionar o canto da graúna ao canto do pai, o enunciador concede-lhe uma imagem valorativa.

Além disso, dos versos 13 a 18 e 31 a 36, o enunciador incorpora ao seu discurso o trecho de uma embolada de Ari Kerner Veiga de Castro chamada *Trepa no coqueiro*²⁶, registrada como composição de 1930. Apesar de algumas alterações, o trecho “Papai, cadê Maria? Maria foi passeá / Papai, cadê Maria? Maria foi passeá / Os passeio de Maria / Faz papai, mamãe chorá” é encontrado na canção de Ataulfo Alves, numa clara relação interdiscursiva de incorporação. Trata-se de uma paráfrase, uma tentativa de controlar em pontos nevrálgicos a polissemia que a língua e o interdiscurso possibilitam (cf. MAINGUENEAU, 1989, p. 96), pois nenhuma parafrasagem é discursivamente neutra.

Tal incorporação parece colaborar para a construção de um *ethos* pautado no tom nostálgico, da saudade, da recordação, visando conquistar a adesão do outro. Aliás, manifesta-se na canção a preocupação em criar uma boa imagem do pai, cantor que é comparado a uma graúna, sanfoneiro que lhe inspira saudade. Desse modo, o coenunciador, que se identifica com o sentimento da canção, adere ao discurso e o incorpora.

²⁶ “Oi, trepa no coqueiro / Tira coco / Gipe, gipe, nheco, nheco / No coqueiro olirá / Papai, cadê Maria? / Maria foi passeá / Papai, cadê Maria? / Maria foi passeá / Os passeio de Maria / Faz papai, mamãe chorá / Oi, trepa no coqueiro... / Maria é moça nova / Sorteira, não tem juízo / Maria é moça nova / Sorteira, não tem juízo / Os passeio de Maria / Só pode dá prejuízo / Oi, trepa no coqueiro... / Maria sobe a ladeira / Maria pula regato / Maria sobe a ladeira / Maria pula regato / Mas com essa brincadeira / Gasta a sola do sapato / Oi, trepa no coqueiro...” (CASTRO, 2009).

Como vimos, as canções que compõem a amostra recuperam outros discursos e neles se constituem. Nesse sentido, destacamos que os interdiscursos perpassam as quatro canções, embora as análises tenham sido feitas de maneira separada. As cenas enunciativas ocuparam espaço marcante, pois delas o enunciador sempre se ausentava, elas surgiam então, como espaço do desejo e do passado. Por meio da cenografia apresentada o enunciador se coloca no discurso como sofredor, estratégia marcadamente romântica.

Esse tom romântico, eivado pelo discurso hegemônico, marcadamente urbano (ainda que interiorano) e fortemente interdiscursivo, ao ponto de trazer as próprias canções anteriores para o diálogo, destacam um enunciador extremamente preocupado com o coenunciador, buscando a sua adesão, a sua aceitação, dentro de um momento histórico de dificuldades sociais muito marcadas. Esse enunciador busca a construção de uma identidade brasileira e dentro dela o seu reconhecimento como propalador das virtudes da terra e da valorização do lugares sociais hegemônicos. Desse modo a sua construção e legitimação concorrem com a construção e legitimação dos seus espaços sociais inseridos no movimento nacionalista de então, que se contrapõe aos estrangeirismos no final dos anos 1950 e 1960. Há nas canções, portanto, a busca de uma identidade perdida.

Consideramos que esse *ethos* dificilmente pode ser percebido pelo coenunciador comum, que até o presente valoriza as canções que trazem esse tom, pois condizem com o estabelecimento da ordem social garantida pela identidade e não pela diferença. Bem dentro da concepção do Estado Novo, a unidade se fazia na aniquilação das diferenças e é a adesão a essa proposta a construção que percebemos ao analisar essas canções.

Acreditamos que só foi possível chegar a essas conclusões devido ao olhar intersemiótico e discursivo proposto pelo nosso arcabouço teórico. Desse modo, ainda que não levássemos em conta todos os aspectos relacionados ao ritmo e à melodia e buscássemos analisar as letras das canções como poemas, foi o fato de considerar esses discursos a partir do gênero canção que nos trouxe a oportunidade de reconhecer nesse enunciador a voz que marcou o Brasil dentro do seu momento histórico-social e que se legitima na organização desse país de então a partir da sua ideologia dominante.

À guisa de conclusão

A partir das quatro canções de Ataulfo Alves selecionadas para análise, pudemos observar que a MPB é, de fato, uma espécie de catalisador do pensamento brasileiro. O samba

é fator que constitui a cultura brasileira, pois carrega histórias do povo, transmitidas de geração em geração. Através das canções tomadas enquanto discurso foi possível perceber como se revela o *ethos* discursivo, como ele se constitui na cena enunciativa e sua relação com o interdiscurso.

Especificamente trabalhada em cada canção, a temática da cidade natal e da infância nos levou a observar a construção de uma imagem de si projetada no discurso nos moldes do discurso dominante do contexto histórico em questão. O sujeito enunciador não questiona os Aparelhos Ideológicos do Estado, ao contrário, adéqua seu discurso a eles. Desse modo, foi possível observar a construção de um *ethos* pequeno-burguês resignado com o presente, marcado pelo tom saudosista, melancólico, nostálgico.

O interdiscurso constituiu-se, nas análises, como um diálogo entre os diferentes discursos. As canções foram tecidas a partir do reconhecimento do Outro e até mesmo de sua incorporação. Foi possível comprovar, através dos rastros interdiscursivos, que todo discurso traz no bojo o Outro, pois o dialogismo é inerente à linguagem. As cenas de enunciação ocuparam espaço marcante na análise. Por recordar momentos passados, resignando-se com o presente, o enunciador se apresentou como sofredor. A cenografia era, então, um espaço do desejo, característica romântica. Sua escolha não se deu sem propósitos, visto que o discurso se desenvolveu a partir dela, a fim de conquistar a adesão do coenunciador com a instituição da cena enunciativa que o legitimou.

Nossos objetivos foram alcançados, pois nosso propósito era verificar fatores identitários e culturais ligados à tríade conceitual “interdiscurso, cenas enunciativas e *ethos* discursivo”. A AD mostrou-se um importante e adequado arcabouço teórico-metodológico de base para a análise empreendida, graças ao olhar intersemiótico e discursivo proposto por Maingueneau (1989, 1996, 2008), uma vez que os três elementos atuam concomitantemente na produção de sentidos.

Quanto ao sujeito empírico Ataulfo Alves, trata-se de um resultante do processo histórico-social do qual participou. Não obstante, por ter sido eleito para representar a grande massa dos negros brasileiros e ter sido convidado a se colocar do lado do poder, como a figura que dizia do momento de renovação social e política do país, ele garantiu seu lugar na história, aproveitou bem os espaços a ele atribuídos e soube contornar as adversidades. Cem anos após seu nascimento e quarenta anos após sua morte, sua obra permanece viva, pois o samba continua sendo uma marca cultural do Brasil. A ele nossas saudações miraienses, pois por ele Mirai se destaca no cenário brasileiro.

Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. In: *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 11-80.
- BANDEIRA, M. Os sinos. In: *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. p. 88-9.
- _____. Profundamente. In: *Antologia Poética – Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001, p. 81.
- CABRAL, S. *Ataulfo Alves: vida e obra*. São Paulo: Lazuli Editora: Companhia Editora Nacional, 2009.
- CARVALHO, F. C. *A construção da identidade do “mito da Amélia”, sob a ótica da Análise Crítica do Discurso*. 2004. 39 f. Monografia. Departamento de Letras e Artes, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2004.
- CASTRO, A. K. V. Tropa no coqueiro. In: *Recordando a MPB*. Disponível em: <<http://cifrantiga.wordpress.com/2007/08/13/tropa-no-coqueiro/>>. Acesso em: 07 ago. 2009.
- COSTA, N. B. As letras e a letra: o gênero canção na mídia literária. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p.107-121.
- _____. Canção popular e ensino da língua materna: o gênero canção nos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão. 1(1), 2003, pp.9-36.
- DIAS, G. Canção do exílio. In: FEITOSA, S. *Jornal de Poesia*. Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/gdias01.html>>. Acesso em: 10 dez. 2009.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp, 1989.
- _____. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.
- _____. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.) *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b, p. 11-29.
- _____. *Cenas da enunciação*. Organização: Sírio Possenti, Maria Cecília Péres Souza-e-Silva. SP: Parábolas Editorial, 2008c.
- _____. Discurso e Análise do Discurso. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *[Re]discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008d, p. 135-155.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008e.

_____. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2008f.

_____. Michel Pêcheux: três figuras. In: BARONAS, R. L.; KOMESU, F. *Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na Análise do Discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008g, pp. 79-92.

MARINHO, R. I. (Org.) *MPB Compositores – Atauífo Alves*. São Paulo: Editora Globo, 1997.

MORAES, E. O ethos em uma autobiografia. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.) *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 107-117.

MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.) *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

PESSOA, F. Pobre velha música. In: FEITOSA, S. *Jornal de Poesia*. Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/fpessoa190.html>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

TOLEDO, R. R. *Atauífo Alves: raízes mineiras do Brasil pela memória musical*. Dissertação (Mestrado em Letras – Área de concentração: Literatura Brasileira) - Juiz de Fora: Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, 2008.

POR UMA ABORDAGEM DISCURSIVA DA REFERENCIAÇÃO COM BASE EM FOUCAULT²⁷

Fabiano de Oliveira Moraes*

Resumo: O trabalho objetiva, a partir de uma abordagem discursiva da referenciação com base em Foucault (1968, 1987, 2007, 2008), demonstrar o quanto o campo de saber e os mecanismos de poder formam os objetos de discurso e definem a materialização linguística em dada época. A pesquisa bibliográfica possibilitou uma conceituação de referenciação com base nas concepções de discurso foucaultianas e no seu método arqueológico e genealógico. O artigo apresenta o processo através do qual o discurso, em seu aspecto histórico e material, protege o mesmo procedimento de controle (a 'vontade de verdade') que define as verdades, que delinea os saberes e poderes viáveis, que estabelece os objetos que podem ou não ser formados, enfim, que institui tanto a referenciação de dado período quanto a materialização desta nos significantes textuais. Este trabalho tem por finalidade abrir caminho para uma análise mais profunda do mecanismo de referenciação.

Palavras-chave: Referenciação. Discurso. Foucault.

Abstract: Using a discursive approach of referentiation based on Foucault (1968, 1987, 2007, 2008), this study aims to demonstrate how much the field of knowledge and the mechanisms of power form objects of discourse and define the linguistic materialization at a given time. The bibliographical investigation allowed conceptualizing *referentiation* based on Foucault's concept of discourse, as well as his archeological and genealogical methods. The study presents the process through which the discourse, in its historical and material aspect, protects the same controlling procedure (the will to truth) that defines the truths, that traces the feasible of knowledge and power, that establishes the objects that may or may not be formed, and that sets both the referentiation of a given period of time and its materialization in the textual signifiers. This study aims at opening the way to a more in depth analysis of the referentiation mechanism.

Keywords: Referentiation. Discourse. Foucault.

Introdução

No decorrer deste artigo, almejamos responder à seguinte questão: *de que modo se dá a formação de objetos de discurso a partir da 'episteme' fundada na vontade de verdade?* Para tanto, tomamos como ponto de partida a conceituação de referência e de referenciação, buscamos observar o que faz da referenciação uma atividade discursiva, para, a partir das concepções de discurso e poder de Foucault (1987, 2007, 2008), verificarmos a possibilidade

²⁷ Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Mestrado em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal do Espírito Santo, em março de 2010. Linha de pesquisa: Estudos sobre Texto e Discurso. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Virginia Beatriz Baesse Abrahão.

* Doutorando em Educação. Mestre em Linguística. UFES. Vitória-ES, Brasil. contato@fabianomoraes.com.br

de conceber uma teoria da referenciação com base na definição de formação de objetos de discurso a partir da prática discursiva, levando-se em consideração os mecanismos de poder, o feixe de relações discursivas e a rarefação do sujeito. Em seguida, delineamos, a partir de categorias encontradas em Foucault (1968, 1987), o processo de referenciação em voga em cada época. Com base nesse levantamento arqueológico da referenciação, propomos em complemento um quadro geral da referenciação que visa englobar em um esquema tridimensional uma concepção de tal processo que abranja as diferentes configurações que o mesmo tomou nas três épocas supracitadas.

Referência e referenciação²⁸

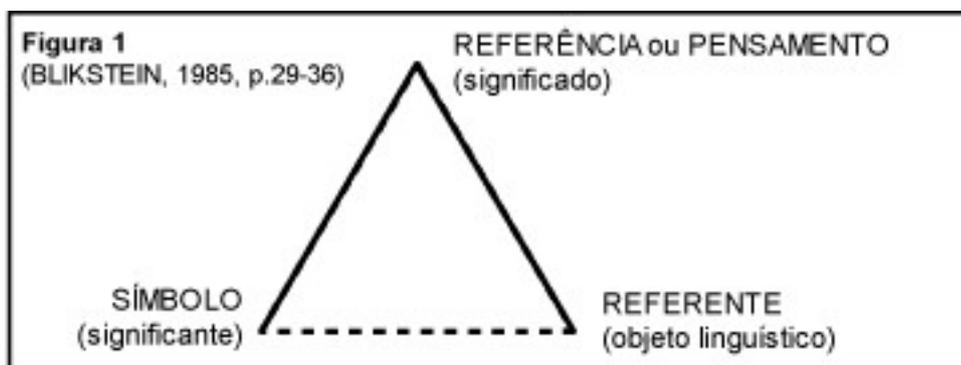
Este artigo tem por tema a referência como mecanismo de constituição discursiva dos objetos de discurso através dos quais se pode acessar a 'realidade', em concordância com Possenti (2003) – no prefácio intitulado *De que falamos quando falamos de referência?* do livro *A questão da referência* – quando este afirma que as ciências, ideologias e culturas 'criam' seus próprios mundos e é através dessas 'criações' que se tem acesso à realidade, e que as palavras e as coisas se relacionam. No entanto, ao aludirmos ao processo que buscamos caracterizar neste trabalho com base no conceito de acontecimento discursivo de Foucault (2007), utilizaremos o termo *referenciação*, proposto por alguns linguistas em substituição à noção de *referência*. Assim o faremos com o intuito de que tal processo não se confunda com a tradicional definição de *referência* enquanto ligação entre as palavras e as coisas. Ademais, o termo *referenciação* nos remete à definição desse processo como ligação da palavra com os objetos não 'do mundo', mas do discurso, e ao mesmo tempo ao estabelecimento de uma ação de construção discursiva intersubjetiva e interdiscursiva dos objetos de discurso procedida no ato da materialização linguística.

Partimos, pois, do livro *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*, de Blikstein (1985) com a intenção de respaldar o processo enquanto mecanismo que, extrapolando os

²⁸ Sobre a utilização dos termos 'referência' e 'referenciação', utilizaremos, para aludirmos ao processo aqui estudado, o termo 'referência' no âmbito dos trabalhos de Blikstein (1985) e de Possenti (2003), em consonância com a aplicação deste termo por tais autores. No entanto, ao traçarmos considerações acerca de Koch (2002, 2006), Koch e Elias (2007), assim como de Mondada e Dubois (2003), faremos uso, em concordância com estas autoras, do termo 'referenciação' para definir esta atividade enquanto ação do sujeito levando em conta tanto os aspectos cognitivos quanto a intersubjetividade presente no contexto. Mais adiante, no entanto, ao partirmos para considerações acerca desse fenômeno com base nos aspectos discursivos foucaultianos, utilizaremos o termo *referenciação*. Com isso não estamos afirmando de nenhuma maneira que esses termos sejam sinônimos ou que ambos aceitem um só conceito. Muito pelo contrário, respeitamos o uso feito por cada autor do termo que melhor lhe convém. Apenas optamos por utilizar o termo 'referenciação' para definirmos o fenômeno que no âmbito deste trabalho é por nós estudado e conceitualizado, segundo as razões apontadas acima.

limites do texto, remete a aspectos discursivos, interdiscursivos, históricos e epistemológicos. Blikstein (1985) faz uso do conceito de referência constituída a mesma no nível perceptivo-cognitivo enquanto aspecto de suma importância na fabricação do referente. O autor destaca, nesse mecanismo, a importância da prática social e da ideologia no estabelecimento de estereótipos, a partir dos quais se efetiva linguisticamente a fabricação dos objetos de discurso²⁹.

Blikstein (1985) atenta ainda para o fato de o referente ter sido expulso dos estudos linguísticos, mostrando como os linguistas e os semiólogos deslocaram os seus estudos para o lado esquerdo do triângulo de Ogden e Richards (Figura 1). Nestes estudos se estabelece prioritariamente a relação entre símbolo e referência ou entre significante e significado, relega-se, pois, o referente a um espaço secundário, expulsando-o, dessa forma, de tais teorias. O descarte do referente, afirma Blikstein (1985) teve como consequência a exclusão da dimensão perceptivo/cognitiva das teorias linguísticas. O autor assegura que nessa dimensão se estabelecem as raízes da significação e que as atenções dos linguistas e semiólogos devem se voltar “[...] para o lado direito do triângulo de Ogden e Richards – em que se coloca o referente – e explorando o mecanismo pelo qual a percepção/cognição transforma o 'real' em referente” (BLIKSTEIN, 1985, p. 46).

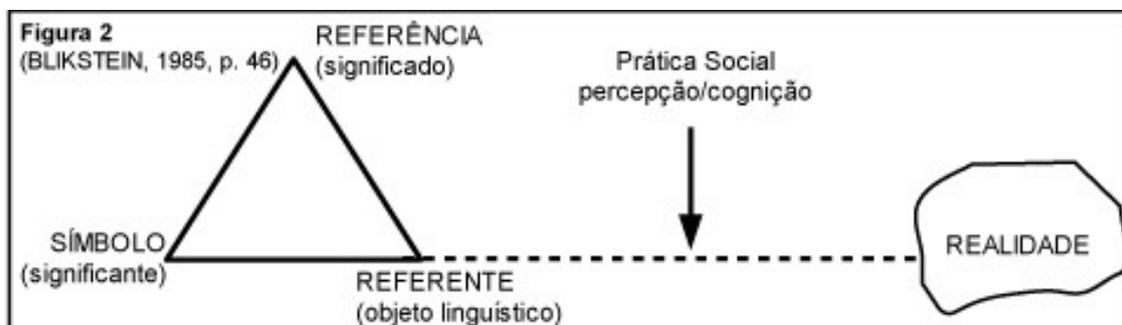


Blikstein (1985), remetendo-se à afirmação de Saussure (2003, p. 15) em seu *Curso de lingüística geral*³⁰ de que “[...] é o ponto de vista que cria o objeto [...]”, respalda sua concepção afirmando que o 'ponto de vista' saussuriano corresponde à percepção/cognição no

²⁹ Cabe ressaltar o fato de que a presença da concepção dialética entre práxis e linguagem de Blikstein (BLIKSTEIN, 1985: 86) ao lado do antidialetismo de Foucault fez-se no sentido de tomar por base um dos esquemas representativos elaborados por Blikstein, substituindo os elementos que dialeticamente marcam sua concepção de referência pelos aspectos discursivos destacados por Foucault que nos possibilitarão demonstrar esquematicamente o processo de referenciação com base neste autor francês.

³⁰ Destacamos que Izidoro Blikstein é um dos tradutores desta obra de Saussure (2003) para o português, publicada, no Brasil, pela Editora Cultrix.

âmbito da prática social, enquanto o 'objeto' equivale ao objeto linguístico 'fabricado' (Figura 2).



Se para o autor a cognição depende de uma prática social, a percepção se estabelece de maneiras distintas em diferentes culturas, tendo em vista que um indivíduo não pode perceber a realidade de outro modo que não o estabelecido na cultura na qual encontra-se inserido. A prática social, portanto, constitui ideologicamente a percepção/cognição na dimensão pré-verbal ou para-verbal, fabricando a maneira como aprendemos a ver o mundo através dos estereótipos ou 'óculos sociais'.

Koch (2002, 2006), respectivamente no artigo *A construção de objetos-de-discurso* e no livro *Desvendando os segredos do texto*, e Koch e Elias (2007) no livro *Ler e compreender os sentidos do texto*, apontando em alguns momentos para o livro supracitado de Blikstein, destacam e relevam a constituição discursiva e intersubjetiva da atividade da referenciação, defendendo o uso desse termo para aludir a tal atividade.

Denomina-se **referenciação** as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. [...] A **referenciação** constitui, portanto, uma **atividade discursiva**. [...] as formas de referenciação são escolhas do sujeito em interação com outros sujeitos, em função de um querer-dizer. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralingüística, eles a (re)constroem no próprio processo de interação (KOCH e ELIAS, 2007, p. 123-4, grifos das autoras).

Para Koch (2002), a reelaboração dos dados sensoriais efetiva-se no cérebro e dá-se em nível discursivo obedecendo a restrições definidas não apenas por condições culturais, sociais, históricas, mas também por condições de processamento provenientes do uso da língua. Koch e Elias (2007) e Koch (2002, 2006) apontam, portanto, para o caráter discursivo da referenciação. No entanto, embora as autoras definam e conceituem tais aspectos enquanto discursivos, afirmando que a reelaboração cerebral de dados sensoriais se dá essencialmente

no discurso obedecendo a restrições socioculturais, históricas, remetendo inclusive ao termo 'óculos sociais' utilizado por Blikstein, e que o referido processo se efetiva em uma dimensão perceptivo/cognitiva determinada pela prática social (tal como aponta Blikstein (1985)) ainda é perceptível, nestes trabalhos das autoras - em virtude (assim supomos) do seu importante foco e direcionamento textual, interacional e cognitivista - a ausência de elementos que (para além do fenômeno textual e dos mecanismos linguísticos) indiquem o engendramento discursivo a que se submete a dimensão semiológica da referenciação no âmbito da práxis.

Koch (2002, 2006) também aponta, em sua abordagem, para o artigo *Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação*, de Mondada e Dubois (2003). Para Koch (2002, 2006), as autoras defendem a constituição discursiva da referenciação e o aspecto dinâmico dos objetos de discurso que, após serem introduzidos, podem ser modificados, desativados, reativados, transformados, recategorizados, permitindo a construção e reconstrução dos sentidos por esta via no decorrer da progressão textual. Koch (2002, 2006) remete-nos ao artigo de Mondada e Dubois (2003) ao referir-se à ideia de substituição da noção de referência pela noção de referenciação:

A discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informação, mas de (re)construção do próprio real. Ao usar e manipular uma forma simbólica, usamos e manipulamos tanto o conteúdo como a estrutura dessa forma. E, desse modo, também manipulamos a estrutura da realidade de maneira significativa. E é precisamente neste ponto que reside a idéia central de substituir a noção de referência pela noção de referenciação, tal como postulam Mondada e Dubois (1995)³¹ (KOCH, 2006, p. 81).

Mondada e Dubois (2003) consideram, pois, a importância dos aspectos cognitivos e intersubjetivos no âmbito da construção de objetos de discurso e na categorização. Para as autoras, as categorias de que faz uso o sujeito que profere o discurso são predominantemente instáveis e sua estabilidade se dá, não pela ligação entre as palavras e as coisas, mas pelo estabelecimento social de estereótipos, propondo uma concepção de referenciação a partir da qual “[...] os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo” (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 17).

Portanto, as categorias e os objetos de discurso, por intermédio dos quais os sujeitos percebem o mundo, possuem uma instabilidade constitutiva, não sendo, os primeiros, nem preexistentes, nem dados, mas sim elaborados na atividade discursiva denominada

³¹ A obra a que se refere Koch (2002 e 2006) como Mondada e Dubois (1995) corresponde à mesma a qual nos referimos como datada de 2003.

referenciação e transformados com base no contexto e nas negociações interativas. As categorias, embora instáveis, são passíveis de estabilização na forma de estereótipos provenientes de protótipos, os quais, quando compartilhados entre muitos indivíduos e com ampla distribuição social, alcançam um nível de estabilidade. Ao discorrerem acerca da instabilidade das categorias, Mondada e Dubois (2003, p. 29) asseguram que “No seio das atividades discursivas, a instabilidade se manifesta em todos os níveis da organização linguística, indo das construções sintáticas às configurações de objetos de discurso.”, no entanto, não encontramos em seu artigo definições ou alusões específicas aos termos discurso ou discursividade. As autoras apontam, por exemplo, para variações sincrônicas e diacrônicas das categorias, afirmando mesmo que a estabilidade das mesmas está relacionada muito mais aos discursos sócio-históricos e aos procedimentos culturalmente ancorados do que a alguma ligação entre as palavras e as coisas, tangenciando, neste breve comentário, a ideia de que o estabelecimento dos objetos de discurso e das categorias se dá em conformidade a aspectos mais profundos pré-estabelecidos no nível dos elementos discursivos - sociais, culturais e históricos -, no entanto não traçam considerações mais aprofundadas sobre esse tema. Por outro lado, podemos destacar de tal obra considerações relevantes no que tange ao domínio interacional e cognitivo da atividade de referenciação.

Pudemos perceber, portanto, que nas concepções discursivas da referência aqui apresentadas, este processo não é considerado uma relação direta das palavras com as coisas, com o mundo, com o 'real', mas sim com um 'real' trabalhado e transformado pela linguagem, estabelecido discursivamente. Devendo-se tal estabelecimento e construção (como postulam Mondada e Dubois (2003), Koch (2002, 2006) e Koch e Elias (2007)) aos aspectos cognitivos, intersubjetivos e contextuais, e constituindo, tal mecanismo (que por todas as razões aqui ressaltadas denominaremos 'referenciação' e não mais 'referência'), sem sombra de dúvidas, uma atividade discursiva.

Foucault (2007), por sua vez, em *A arqueologia do saber*, norteia suas considerações acerca do discurso a partir da necessidade premente de restituir a singularidade de acontecimento ao enunciado, posto que o mesmo, enquanto acontecimento, não pode ser esgotado totalmente pela língua, tampouco pelo sentido. Portanto, na tarefa de descrever os fatos discursivos, faz-se necessário delinear outras unidades que se relacionam com determinado enunciado em questão, efetivando uma análise da coexistência, do funcionamento mútuo e da determinação recíproca entre um dado enunciado e o seu jogo de relações. “Relações entre os enunciados [...]; relações entre os grupos de enunciados assim estabelecidos [...]; relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de

uma ordem inteiramente diferente (técnica, econômica, social, política)” (FOUCAULT, 2007, p. 32).

Um conjunto de enunciados, afirma Foucault (2007), se estabelece, pois, quando tais enunciados, mesmo que dispersos no tempo ou distintos em forma, se referem a um mesmo objeto.

O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas seqüênciaslingüísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, no entanto, um conjunto finito (FOUCAULT, 2007, p. 30).

Em virtude desses pressupostos, a análise arqueológica de Foucault (2007) coloca uma questão fundamental acerca do acontecimento discursivo: “[...] como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2007, p. 30).

Enfim, com o intuito de definir acontecimento discursivo, Foucault (2008) afirma, em *A ordem do discurso*:

Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (FOUCAULT, 2008, p. 57-58).

Foucault (2007), dessa forma, isola o enunciado enquanto unidade do discurso estabelecida entre a língua (enquanto sistema de regras), e o *corpus* (enquanto discurso pronunciado). O enunciado é, portanto, descrito em suas condições de possibilidade e em seu caráter singular.

A partir do que consideramos acima, podemos inferir que a materialidade é condição imprescindível para que uma seqüência linguística possa ser considerada um enunciado. O regime de materialidade do enunciado obedece, dessa maneira, a ordem da instituição, assegura Navarro-Barbosa (2004, p. 111): “[...] é a relação entre prática discursiva e instituição que responde pela materialidade do enunciado, o que requer que se considere o discurso não como um conjunto de signos, mas como uma prática que abarca regras determinadas historicamente.” Cardoso (2003, p. 132), respalda tal visão: “A formação discursiva é histórica e a materialidade de seus enunciados é de ordem institucional.”

Por outro lado, o enunciado, enquanto acontecimento, está ligado tanto à escrita ou à articulação da fala, ou seja, à materialização do mesmo, quanto a enunciados que lhe são colaterais, que o seguem e que o precedem, remanescentes, estes últimos, no campo da memória, afirma Foucault (2007, p. 147). Nesse contexto, é o arquivo que define o que pode ser dito e o que permanece ou se esvai dentre os tantos acontecimentos discursivos.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas [...] se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas.

O arquivo, ao mesmo tempo em que determina o sistema de enunciabilidade do enunciado-acontecimento, é o sistema de funcionamento que atualiza, faz emergir ou torna inertes o enunciado-coisa.

Para almejarmos uma maior compreensão do espaço no qual se constitui o enunciado, apontamos em Foucault (2007) para a definição de *formação discursiva* enquanto um sistema de dispersão no qual se pode detectar uma regularidade nos tipos de enunciação, conceitos, escolhas temáticas e objetos. O autor utiliza o termo *formação discursiva* com o intuito de evitar palavras já carregadas de condições inadequadas para designar essa dispersão “[...] tais como 'ciência', ou 'ideologia', ou 'teoria', ou 'domínio de objetividade’” (FOUCAULT, 2007, p. 43). As regras de uma formação, por sua vez, são as condições a que os elementos de uma formação discursiva - sejam eles: tipos de enunciação, conceitos, temas, objetos – estão submetidos às suas condições de existência, coexistência, manutenção, modificação e desaparecimento.

No que tange à formação de objetos de discurso, Foucault (2008, p. 49-51) afirma³²:

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa “dizer alguma coisa” e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção ou tomar consciência, para que novos objetos

³² Com a intenção de apresentarmos uma definição da formação de objetos de discurso a partir da prática discursiva, tomaremos, em Foucault (2007), algumas citações mais longas para que, a partir das considerações diretas do autor acerca da formação de objetos de discurso, prática discursiva e discurso, as quais ficarão registradas nesse trabalho, não tenhamos a infelicidade de deturpá-las ou alterá-las sobremaneira, imbuídos que estaríamos da difícil tarefa de sintetizar suas ideias em uma paráfrase.

logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. [...] o objeto [...] existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações. Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e essas relações não estão presentes no objeto [...] elas não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreduzibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade (FOUCAULT, 2008, p. 49-51).

A formação de objetos de discurso se faz em meio a essa intrincada rede de relações estabelecidas em um campo que abarca todos os seus elementos: a *prática discursiva*. Para Navarro-Barbosa (2004, p. 108), “Um dos aspectos que marca a novidade da *A arqueologia do saber* em relação a *As palavras e as coisas* é a substituição da noção de episteme pelo conceito de prática discursiva.” O discurso é concebido como prática discursiva, encontrando-se, como nos mostra a análise arqueológica de Foucault (1968, 2007) no espaço entre a estrutura: as regras da língua, e o acontecimento: aquilo que é dito. Esse discurso-acontecimento é o que funda e constitui a verdade. Ao conceituar prática discursiva, o autor francês afirma:

Finalmente, o que se chama “prática discursiva” pode ser agora precisado. Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007, p. 136).

Para compreendermos melhor a relação entre a formação de objetos de discurso e a prática discursiva apontaremos para um trecho da obra na qual o autor apresenta considerações acerca do 'discurso' lançando mão de ambos os conceitos acima descritos.

[...] gostaria de mostrar que os 'discursos', tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que analisando os próprios discursos, vemos desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. 'As palavras e as coisas' é o título – sério – de um problema; é o título – irônico – do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e

revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que *consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos* (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), *mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam*. Certamente os discursos são feitos de signos; mas *o que fazem é mais do que utilizar esses signos para designar coisas*. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. *É esse 'mais' que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever* (FOUCAULT, 2007, p. 54-55, grifo nosso).

O autor aponta para a obra *As palavras e as coisas* nas considerações supracitadas acerca do 'discurso' ao considerar a seriedade e a ironia presentes em tal trabalho que, deslocando os dados nos apresenta uma tarefa distinta a se proceder para compreender o processo de estabelecimento dos objetos de discurso a partir das práticas discursivas. No entanto, ao apontarmos para aspectos apresentados por tal obra, não poderíamos deixar de ressaltar os processos de vigilância e punição predominantes em cada período, pois, como resalta Foucault em *Vigiar e punir*, é esse mecanismo de poder o que produz tanto o sujeito quanto os objetos de discurso, enfim, é ele o que produz a realidade, efetivando, portanto, a referenciação³³:

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação 'ideológica' da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder [...]. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele 'exclui', 'reprime', 'recalca', 'censura', 'abstrai', 'mascara', 'esconde'. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 1987, p. 161).

Em suma, a referenciação, tomada neste livro enquanto formação dos objetos de discurso que estabelecem a relação entre o lingüístico e o extra-lingüístico, apresenta-se, em Foucault (2007, 2008), no nível da determinação da possibilidade de surgimento, transformação, dispersão e acumulação dos objetos de discurso, constituídos nos enunciados dispostos em dada formação discursiva, determinados historicamente a partir das relações estabelecidas entre as instituições sociais, econômicas, políticas, pessoais e discursivas, numa dada *episteme*, levando-se em conta os mecanismos de poder e vigilância e os procedimentos de controle do discurso e de rarefação do sujeito que fala.

³³ Na obra *A arqueologia do saber* Foucault não considera equivalentes os termos 'objeto de discurso' e 'referente'. Em tal obra, o autor francês afirma que se, por um lado, uma proposição estabelece relação com um referente para que lhe possa ser atribuído um valor de verdade, por outro lado o objeto de discurso é função derivada do enunciado. No entanto, consideraremos o 'objeto de discurso' de Foucault equivalente ao 'referente' constituído discursivamente no processo de referenciação, com base nos conceitos utilizados por Koch, Mondada e Dubois.

A referenciação em cada período

Apresentamos alguns dos elementos inerentes às concepções foucaultianas de saber e de poder com a intenção de representarmos esquematicamente a constituição do mecanismo de referenciação.

No período que vai até o século XVI, tal mecanismo materializou-se no saber das marcas e semelhanças para o qual o sujeito é aquele que: adivinha (*divinatio*), através das marcas, as similitudes existentes: entre as palavras e as coisas; entre as coisas e as coisas, e; entre as palavras (ou coisas) e Deus, e; interpreta (*eruditio*) as escrituras sagradas através das similitudes existentes entre as palavras e as palavras (comentário). O homem, para tornar-se sujeito que fala, precisa saber decifrar, interpretar e ler as marcas, precisa para tanto deter o saber das similitudes, precisa, pois, proferir sua fala a partir desse saber. Tanto as palavras quanto as coisas são parte da natureza a ser decifrada. Deus e a natureza encontram-se permeados no espaço no qual consolida-se o campo do saber, institui-se o poder e dão-se as relações institucionais a partir dos quais é possível a formação dos objetos de discurso, dos tipos de enunciados, dos temas e dos conceitos. A referência das palavras às palavras se faz através do comentário que perpetua e busca restituir, sob o texto lido, um texto primevo, um discurso fundamental. A referência das palavras às coisas, e das coisas às coisas, dá-se por intermédio das marcas que, apontando para semelhanças, não deixam de ser semelhanças. No entanto, a ligação das coisas e das palavras com Deus e com os atributos divinos (que a elas impõem Sua vigilância e Seu poder e com Os quais as coisas e palavras podem estabelecer semelhança) dá-se pelo mecanismo das similitudes por intermédio da *analogia* das coisas com o homem, para que este, sim, seja assemelhado a Deus. O poder é instituído pela Igreja na propagação da fé em Deus, ao mesmo tempo em que se faz presente na suntuosidade, na exibição da força e da superioridade dos sacerdotes e nobres. A vigilância e a punição materializam-se em sua forma mais representativa e exemplar através da Santa Inquisição, que: por intermédio de seus códigos regula e vigia, determinando quem pode dizer, o que se pode dizer, e a partir de que saber se pode dizer o que se diz; julga os hereges através de seus tribunais (aqueles que agem e falam em desacordo com o poder e o saber instituídos são inquiridos), e; expurga o mal através das torturas e suplícios, coroando, por intermédio do controle dos corpos, a efetivação da propagação e hegemonia do poder e do saber vigentes.

No período clássico, o mecanismo de formação de objetos de discurso apresenta-se, por primazia, através da ordem e da representação. O discurso, conduzindo em si o saber clássico e o conhecimento (posto estabelecer-se no campo epistemológico) conecta, através de

sua constituição, elementos externos a este, tais como: a natureza à natureza humana, os seres à representação destes, as coisas às palavras. A linguagem faz-se enquanto discurso tanto das coisas quanto das representações. O signo, no processo de referenciação de tal período, aponta para aquilo que representa e para si mesmo enquanto representação. O poder, estabelecido no âmbito do saber racional e das instituições, com base na ciência da ordem, institui os mecanismos disciplinares da vigilância hierárquica, da sanção e do exame, ampliando (generalizada e constantemente) e complementando os poderes da lei que, embora mais severos, deixem lacunas. O inquérito herdado do período anterior passa a ser usado também no âmbito das ciências naturais. Nesse contexto, o sujeito precisa estabelecer-se no campo de saber para poder proferir seu discurso, precisa conhecer para, lançando mão do saber, ordenar seu pensamento em linguagem e poder falar. Ademais os sujeitos doravante são regulados pelas disciplinas, as quais através das normas os homogeneízam e através dos exames os individualizam aferindo os seus saberes e situando cada um deles no lugar que lhe cabe, de onde poderá ou não proferir tal ou tal discurso. Doravante, as palavras não são marcas a serem decifradas pelo sujeito, como outrora, mas sim um espaço no qual os seres se manifestam e as representações se ordenam. Para as proferir, para as ler, é necessário não mais decifrar, mas sim saber, conhecer, ordenar, discernir e mesmo inquirir.

A constituição de objetos de discurso na modernidade pode ser apresentada a partir dos elementos destacados por Foucault (1968, 1987, 2008) no que tange à *episteme*, ao poder, e ao acontecimento discursivo. A linguagem referencia através das bases epistemológicas das ciências humanas, mediadas, como vimos, pelos mecanismos de poder, a partir dos quais pode-se falar à respeito do homem através do seu organismo, dos objetos que o mesmo produz, das palavras que ele profere (sua vida, trabalho e linguagem) como se essas positivities, através das quais se pode acessar o homem, fossem verdadeiras e o ser do homem só se desvelasse ao olhar do próprio homem na forma de “[...] um vivo, um instrumento de produção, um veículo para palavras que lhe preexistem [...]” (FOUCAULT, 1968, p. 408) e que se antecipam a ele, que o dominam e o atravessam como a um objeto da natureza, um objeto que, doravante, precisa ser medido, disposto, descrito, treinado, classificado, normalizado, excluído, vigiado, punido e recompensado através do panóptico, do exame documental permanente e dos procedimentos de controle discursivos, instituídos estes últimos a partir de um 'poder de escrita'. Tanto as três grandes positivities: a vida, o trabalho e a linguagem, quanto os duplos do homem: finito-infinito, empírico-transcendental, cogito-impensado, distanciamento-retomada da origem, são, pois, elementos nos quais o homem, em seu desvanecimento, apresenta-se em fragmentos. E é através das fendas da linguagem que

esse homem rarefeito é falado, fendas estas que perpassam desde os processos analíticos da formalização do pensamento científico e da interpretação que vai do próprio homem, das coisas e de Deus às palavras provenientes de uma linguagem em fragmentos; até o anúncio da finitude dos mesmos (homem e Deus) através da literatura. O sujeito (indivíduo objetivado, transformado em caso para ser melhor utilizado), rarefeito e disperso entre as normas do discurso erigidas no processo de formalização, assim como a própria finitude do homem que o divide em seus duplos, ressurgem na linguagem fragmentada, através do discurso proferido. Discurso este controlado institucionalmente, constituindo ele próprio uma instituição que delinea regras, normas, procedimentos de controle de quem pode falar, do que se pode falar, de onde se pode falar o quê. O discurso, estabelecido num feixe intrincado de relações entre instituições e mecanismos de poder (mecanismos que perpassam tanto essas instituições quanto o próprio discurso), efetiva, numa abrangência sem precedentes, sutil e poderosa, os mecanismos disciplinares de poder. O poder doravante permeia a linguagem, o trabalho, a vida, o homem, o discurso, as instituições, as relações, o sujeito.

Portanto, nos três períodos, o discurso, enquanto lugar de poder e lugar de onde se exerce o poder: determina a inacessibilidade à vontade de verdade que o funda, e que é por ele ocultada, e; estabelece a formação de objetos de discurso, temas, conceitos e tipos de enunciados delineados pela *episteme*, referenciados pela palavra possível, materializados pelo significante soberano que, antes de tudo, é quem fala.

Quadro geral da referenciação

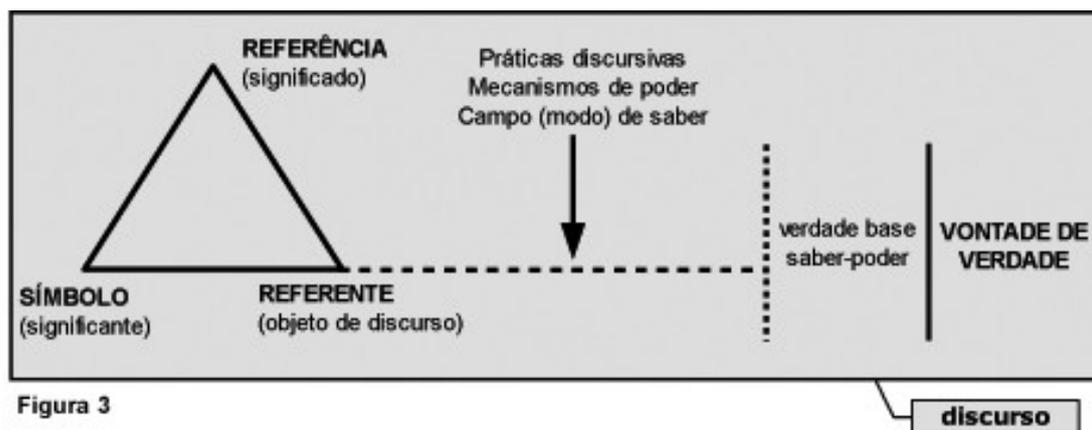
Como pudemos observar, a referenciação configurou-se de maneiras distintas nos diferentes períodos analisados por Foucault (1968), no entanto, acreditamos na possibilidade de traçarmos um quadro geral da referenciação que abranja as diferentes formas através das quais a mesma se configurou em cada época tomando por base os conceitos de: vontade de verdade e região mediana³⁴, Foucault (1968, 2008); prática discursiva e formação de temas,

³⁴ Na obra *As palavras e as coisas*, Foucault (1968), mesmo sem utilizar o termo ‘vontade de verdade’, aponta para uma ‘região mediana’, sobre a qual o mesmo se debruça em seu trabalho arqueológico e na qual se fundam os campos epistemológicos que constituem os objetos de tais períodos. Tomamos tal termo como equivalente à ‘vontade de verdade’ do livro *A ordem do discurso*, considerada por Foucault (2008) como o mais forte, profundo e incontornável dos procedimentos de exclusão externos, estabelecidos pela ordem do discurso, e dos quais menos se fala por encontrar-se como que oculta sob o desenrolar da verdade, “a vontade de verdade [...] é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la.” (FOUCAULT, 2008, p. 20). Através da análise arqueológica, Foucault (2008) visa cercar os procedimentos de exclusão, dentre eles a ‘vontade de verdade’ a qual, além de reforçar os outros dois procedimentos externos (interdição e rejeição) funda as práticas discursivas e, conseqüentemente, a constituição de objetos de discurso e verdades.

conceitos, objetos e tipos de enunciado, Foucault (2007), e; poder, vigilância e punição, em Foucault (1987).

A maneira como se efetivou esse processo em períodos distintos nos leva a crer que em cada período constituiu-se uma forma distinta de referenciação. No entanto, a formação de objetos de discurso a partir da prática discursiva e o delineamento destes últimos pela inefável vontade de verdade que atravessa todos os períodos em questão, desde o século V a.C. na Grécia antiga, como ressaltava Foucault (2008), indica que a reconfiguração esporádica desse mecanismo é o que garante a manutenção dessa vontade de verdade e a sua readequação e auto-proteção, deflagradas no estabelecimento de um espaço perceptível, visualizável e descritível, em torno do qual define-se o saber e implanta-se o poder vigente num período em questão. Esse espaço perceptível, o qual designaremos *lugar de verdade/saber/poder*, oculta a vontade de verdade e ao mesmo tempo aparenta ser a base, a instância fundamental do campo de saber e dos mecanismos de poder que constituem o discurso materializado no nível do significante. Dessa forma, um *lugar de verdade/saber/poder* instituído em determinado período, quando ampla e rigorosamente questionado e criticado nas possibilidades de saber e poder que o mesmo constitui e estabelece, pode vir a ser substituído por outro *lugar de verdade/saber/poder* que instituirá uma nova configuração de saber e poder, que por sua vez constituirá objetos outros, característicos dessa nova época. Um momento de reconfiguração da vontade de verdade em um novo *lugar de verdade/saber/poder* estabelece uma descontinuidade epistemológica, uma transição paradigmática. Propomos, pois, para efetivarmos um esquema visual que contemple o quadro geral da referenciação a partir de Foucault, uma alteração no esquema da referência (Figura 2 deste artigo – Triângulo de Ogden e Richards com prolongamento) proposto por Blikstein (1985).

Em nosso modelo (Figura 3) o triângulo de Ogden e Richards com seus três elementos básicos permanece intacto, com o devido prolongamento feito por Blikstein a partir do referente ou objeto de discurso, o qual é 'fabricado' (BLIKSTEIN, 1985) ou 'formado' (FOUCAULT, 2007) com base na prática social (BLIKSTEIN, 1985) ou nas práticas discursivas: saber e poder (FOUCAULT, 1968, 1987, 2007, 2008).



No entanto, esses elementos, ao nosso ver, não mediam a relação entre referente e realidade como propõe Blikstein (1985), mas sim entre referente e o *lugar de verdade/saber/poder*. Este último, condensando a verdade base e fundando o saber/poder de dado período é o que configura as práticas discursivas e define o que se pode falar em dada época. Desta maneira, excluindo a 'realidade' do campo do referente, apontamos para a condição a partir da qual (como Mondada e Dubois (2003) afirmam) a instabilidade da categorização e da construção de objetos de discurso se dá pelo fato de a referenciação efetivar uma ligação não entre o referente e a realidade, mas sim entre o referente e a discursividade que o constitui. Acreditamos, pois, que o referente ou objeto de discurso, se estabeleça, como infere Foucault, a partir da verdade, do saber e do poder (instituídos no *lugar de verdade/saber/poder*) efundados na vontade de verdade.

No entanto, de que maneira a rede discursiva de relações de saber e poder, a partir da qual se dá a referenciação e se define o que se pode dizer, poderia ser representada com seus diversos elementos em uma disposição plana? Buscando uma resposta para esta questão deu-se a tentativa de elaboração de um quadro geral da referenciação tridimensional, que abrangesse os seus elementos. Como dissemos, consideramos que os referentes sejam constituídos não a partir da realidade, mas sim a partir da verdade instituída pela vontade de verdade, posto os objetos da natureza, da 'realidade' (não obstante serem os mesmos nos três períodos) equivalerem com frequência a referentes discursivos distintos para cada período (objetos de discurso) e mesmo a diferentes significados constituídos discursivamente (conceitos), circundados por temas e tipos de enunciados também distintos.

Propomos nosso modelo tridimensional (Figura 4), com o intuito de atestarmos a importância de uma abordagem discursiva da referenciação, de atentarmos para a soberania do significante em nossa cultura e para a relevância de questionarmos a nossa vontade de

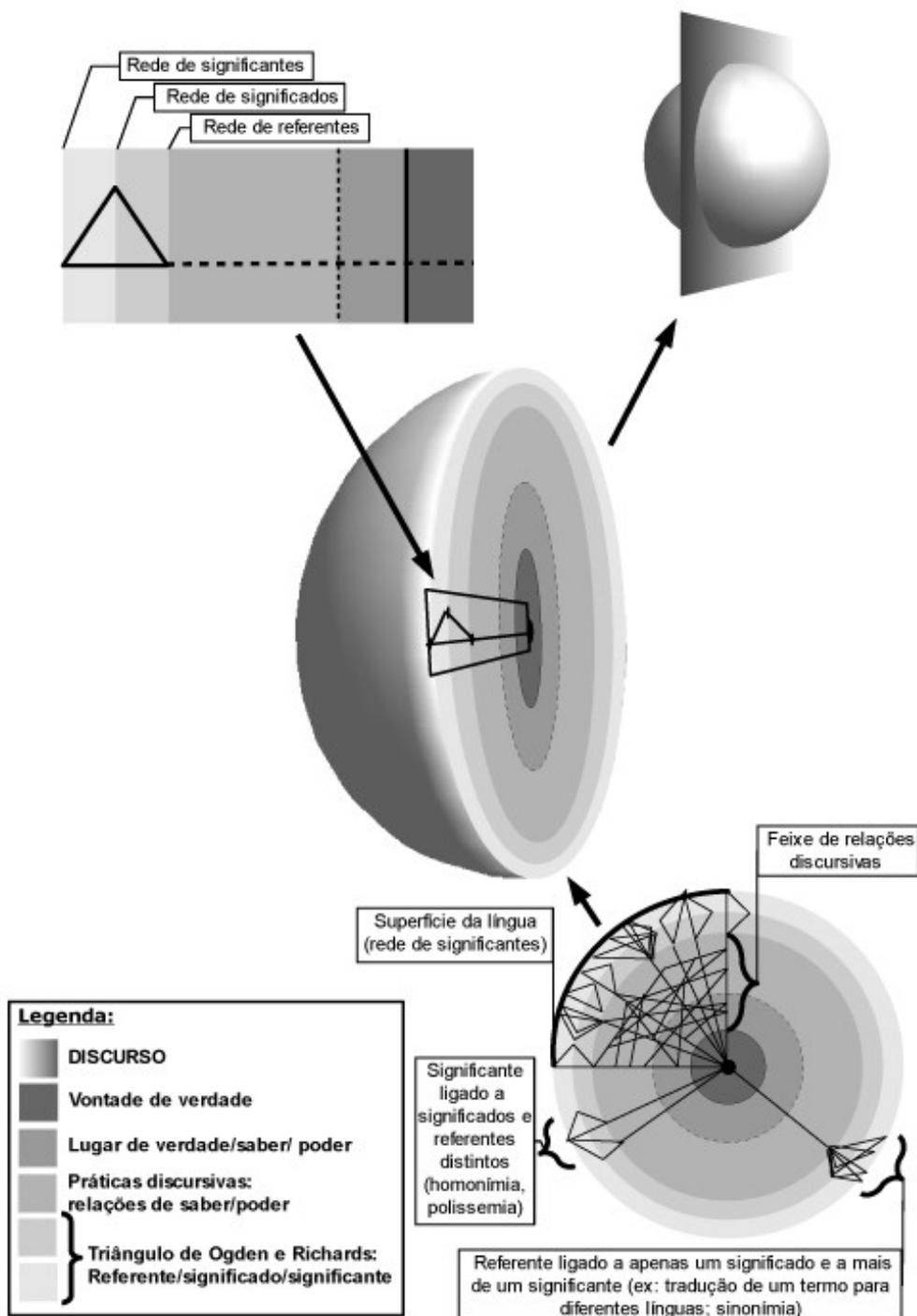
verdade. Nesse quadro o *lugar de verdade/saber/poder*, elemento-base que protege a vontade de verdade, estabelece e institui as práticas discursivas vigentes perpassando-as. São essas práticas discursivas que formam os objetos de discurso enquanto referentes com relação às quais estes últimos se estabelecem e efetivam sua ligação com os significados (conceitos, também constituídos discursivamente) e com os significantes. A disposição desses elementos se nos apresenta em nosso modelo através de esferas concêntricas que, dispostas do centro para a superfície, poderiam ser descritas como: 1. vontade de verdade; 2. *lugar de verdade/saber/poder*; 3. As práticas discursivas e o complexo feixe de relações entre enunciados e outros enunciados, entre os enunciados e as instituições, a *episteme*, os mecanismos de poder, os procedimentos de controle do discurso, permeando toda essa camada até a formação do referente através da constituição dos objetos de discurso; 4. A camada mais externa, composta por três linhas, estabelecendo (na relação entre a tríade de Ogden e Richards) as redes de: referentes (linha mais interna dessas três); significados (no meio termo entre referentes e significantes), e; significantes (a superfície da esfera é o conjunto incontável porém finito de significantes). Todas as relações laterais dos significados entre si, dos significantes entre si, dos referentes entre si, e entre esses dois últimos e as formações discursivas, os temas, as instituições e os mecanismos de poder se nos apresentam nesse esquema tridimensional, por nele ser possível prevermos não apenas um triângulo de Ogden e Richards com o prolongamento que segue até a vontade de verdade, mas uma quantidade tão grande deles que, embora não alcancem o infinito (sendo em número limitado), seja materialmente inviável seu acúmulo em enunciados, como afirma Foucault (2007).

Portanto, com base em Foucault (1968), podemos comparar os elementos do triângulo de Ogden e Richards afirmando, em linhas gerais e a partir dos apontamentos desse autor francês, que os significantes, ocupando pontos na extremidade externa desses 'triângulos com prolongamento', constituem a imagem acústica, sendo representados até o século XVI pela marca, nos séculos XVII e XVIII pelo nome e a partir do século XIX pelo que chamamos significante. A camada que lhes é imediatamente interior ocupa a rede de significados, representada pelo conteúdo até a Renascença, pelo conceito no período clássico e pelo significado no período moderno. A próxima camada contém a rede de referentes (prolongando-se até o campo de saber e os domínios do poder de cada período) que na Renascença encontram a forma das similitudes, no período clássico se dão através da representação, e no período moderno se efetivam por intermédio do referente.

A relação desses 'triângulos com prolongamento' entre si, por sua vez, representam relações semânticas, por exemplo: de um único referente ligado a um significado podem se desdobrar triângulos que promovam a relação dos mesmos com mais de um significante, representando tanto os sinônimos quanto a tradução de um termo para diferentes línguas (parentesco entre as línguas) ou mesmo variantes de uma determinada variável linguística (sociolinguística); um único significante pode ligar-se a diferentes significados e distintos referentes, exemplificando a homonímia e a polissemia. Consideramos ainda que um desenvolvimento e mapeamento mais elaborado do esquema aqui apresentado de maneira breve possa nos conduzir a uma melhor compreensão tanto dos processos de aquisição da linguagem quanto dos procedimentos epilinguísticos presentes nas estratégias de (re)elaboração da fala, (re)construção da linguagem e (re)constituição do sujeito.

Figura 4

QUADRO GERAL DA REFERENCIAÇÃO



O modelo, apresentando os aspectos discursivos da referenciação, relaciona o enunciado em sua materialidade institucional ao aspecto histórico do discurso. O formato esférico foi escolhido com a intenção de estabelecermos uma estrutura na qual a vontade de verdade se nos apresentasse protegida pelo discurso, e que este último em sua materialização

se nos mostrasse perceptível, externo e evidente na superfície da esfera, em sua pompa e soberania significante.

Conclusão

Respondendo à questão inicialmente proposta: *de que modo se dá a formação de objetos de discurso a partir da 'episteme' fundada na vontade de verdade?* apresentamos, com base na obra de Foucault o seguinte conceito de referencialização discursiva: a formação de objetos de discurso constituídos a partir de práticas discursivas, sejam estas delineadas pelos campos de saber de dado período, levando em consideração: o feixe de relações entre as instituições, enunciados e formações discursivas; os mecanismos de poder que exercem a vigilância e o controle do sujeito e do discurso em sua produção e propagação. A referencialização, portanto, efetiva-se em uma materialidade linguística imbricada a esta rede discursiva a qual, ao mesmo tempo em que constitui as verdades e objetos de discurso, os temas, conceitos e enunciados, indissociáveis desse feixe de relações, protege e mascara, em conjunto com os mesmos, a vontade de verdade sobre a qual e a partir da qual tal processo se efetiva. Acreditamos que este trabalho, longe de esgotar a questão, possa indicar possíveis caminhos para análises mais profundas do mecanismo discursivo da referencialização.

Referências

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1985.

CARDOSO, S. H. B. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão dos discursos*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Antônio Ramos Rosa. Lisboa: Portugal Editora, 1968.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

KOCH, I. G. V. *A construção de objetos-de-discurso*. Revista Latinoamericana de Estudios Del Discurso, v. 2, n. 1, Caracas: Editorial Latina, p. 7-20, 2002.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2006.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2007.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

NAVARRO-BARBOSA, P. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: NAVARRO-BARBOSA, P; SARGENTINI, V. (Org.) *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade*, São Carlos: Claraluz, 2004.

POSSENTI, S. Prefácio. In: CARDOSO, S. H. B. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão dos discursos*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e IzidoroBlikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

A POLIDEZ INDICIANDO A MULTIFUNCIONALIDADE DO VERBO *ACHAR*

Juliana dos Santos*

Resumo: Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior que foi desenvolvida no Mestrado em Estudos Linguísticos (PPGEL-UFES). Tivemos por objetivo analisar a multifuncionalidade o verbo *achar*, sob uma perspectiva sincrônica e para tanto testamos a hipótese de que o este verbo assume funções diferentes a partir dos diversos usos, valemo-nos do *corpus* do Português Falado na cidade de Vitória (PORTVIX). Tomamos como ponto de partida os estudos funcionalistas que discutem a mudança semântica de itens lexicais que é um processo de gramaticalização. Nosso olhar toma por base os estudos de Traugott e Dasher (2005) que versam sobre o processo de gramaticalização, apontando o conceito de subjetividade dentro desta perspectiva. Isso se deu por observarmos que o falante ao fazer uso do verbo *achar* expressa sua individualidade, coloca sua opinião no discurso e, também, convida o interlocutor a assumir com ele sua visão. Acreditamos que o verbo *achar* é uma expressão de polidez e, de acordo com o *corpus*, muito mais utilizada por falantes universitários. Talvez isso se dê por haver a necessidade de preservação de face, isto é, por muitas vezes afastar-se de um comprometimento com suas declarações ou ainda não prejudicar a própria imagem ou do interlocutor. Este trabalho se justifica na medida em que ao seu término teremos um estudo sobre a multifuncionalidade do verbo *achar* no PORTVIX.

Palavras-chave: Polidez. Preservação de face. Gramaticalização. Subjetividade. Verbo *achar*.

Abstract: This study aims to analyze multifunctionality find the verb to find, as a perspective for both synchronous and tested this hypothesis in the *corpus* of Portuguese spoken in the city of Vitoria (PORTVIX). In this study, we take as a starting point the multifunctionality studies that discuss the semantic change of lexical items that's a process of grammaticalization. Our look builds on the studies of Traugott and Dasher (2005) that deal with the process of grammaticalization, pointing the concept of subjectivity within this perspective. It was in observing the speaker to make use of the verb find express their individuality, expressing his opinion in speech, and also invites the recipient to take with him his vision. We find that the verb is an expression of politeness and, according to the *corpus*, much used by graduated ones. Perhaps it should be made for having the need of preservation of the face, that is, often away from a commitment to their statements or not to harm the image of itself neither the speaker. This work is justified to the extent that at the end of this, we will have a multifunctional display of the verb to think in PORTVIX.

Keywords: *Politeness. Preservation of face. Grammaticalization. Subjectivity. Verb to find.*

* Departamento de Línguas e Letras/CCNH/UFES, Vitória, Espírito Santo, Brasil. jusletras@yahoo.com.br. Orientação: Prof^ª Dr.^ª Lúcia Helena Peyroton da Rocha.

Introdução

Este trabalho parte do princípio de que a língua é dinâmica e do pressuposto de que toda gramática tem de se refazer a todo momento. Nessa perspectiva, o ato comunicativo é o lugar de interação e nele os sujeitos expressam-se e colocam-se no discurso a fim de marcar sua individualidade. Na interação, falante e ouvinte constroem os significados dos itens lexicais e estes, diacrônica e sincronicamente, podem ganhar novos sentidos que são negociados pelos envolvidos no processo da comunicação. Essa mudança semântica tem sido discutida sob o prisma da gramaticalização.

Os linguistas funcionalistas norte-americanos asseguram que um item não precisa sair do campo do léxico para a gramática para confirmar a gramaticalização, pois num *continuum* de mudança ele pode passar por estágios que já indicam o fenômeno. O fato de não atingir o princípio da decategorização, mas ocorre o deslizamento semântico. Caso haja mudança semântica, podemos falar em um *continuum* de gramaticalização.

Nesta pesquisa, investigamos a mudança sincrônica do verbo *achar* e testamos essa hipótese no *corpus* do Português Falado na Cidade de Vitória, doravante denominado PORTVIX.

O verbo *achar* será analisado, neste trabalho, a partir de diferentes situações de comunicação real, produzida em ato de interação, e organizada, segundo mecanismos capazes de marcar a relatividade da relevância dos diferentes eventos e entidades que se seguem no discurso.

Neste trabalho, tomamos como ponto de partida os estudos funcionalistas que discutem a mudança semântica de itens lexicais, que é um processo de gramaticalização. Entretanto, nosso olhar toma por base os estudos de Traugott e Dasher (2005), que versam sobre o processo de gramaticalização, apontando o conceito de subjetividade dentro desta perspectiva. Isso se deu por observarmos que o falante, ao fazer uso do verbo *achar*, expressa sua individualidade, coloca sua opinião no discurso e, também, convida o interlocutor a assumir com ele sua visão.

Para dar conta da análise que pretendemos empreender um objetivo geral pode ser claramente delineado: analisar a gramaticalização do verbo *achar* sob o ponto de vista da subjetivação e intersubjetivação. Daí alguns objetivos específicos se circunscrevem: (i) fazer um levantamento sobre os processos de gramaticalização do verbo *achar*; (ii) analisar o comportamento do verbo *achar* nas células do Português Falado na Cidade de Vitória; (iii)

estabelecer relações entre as noções de subjetividade e intersubjetividade no uso do verbo e os deslizamentos funcionais observados nas diferentes ocorrências.

Partimos da hipótese de que, no *corpus* do PORTVIX, o verbo *achar* deixa seu sentido pleno e passa a assumir novos comportamentos de acordo com a necessidade comunicativa e de expressão dos falantes, como ocorre nos demais *corpora* já analisados. Vale ressaltar que o verbo *achar* também funciona como marcador de opinião e como marcador de dúvida e que, nesses casos, o falante parece valer-se de dados contextuais convidando seu ouvinte a atribuir ao enunciado um valor diferente do seu sentido literal.

Alguns trabalhos sobre o verbo achar no Brasil

O levantamento bibliográfico dos estudos realizados no Brasil que utilizaram a base teórica do funcionalismo norte-americano evidenciou a existência de alguns trabalhos que muito contribuirão para esta pesquisa. O trabalho desenvolvido por Casseb-Galvão (2000), que analisou os *corpora* do NURC e do RONDON, além do sentido pleno de *encontrar*, *procurar*, *descobrir*, constatou que o verbo *achar* apresenta novos usos com as seguintes propriedades dentro do *continuum*: *considerar*, *pensar*, *afirmar*; *supor*, *é possível*; *talvez*, *provavelmente*. A autora considera que os “elementos estão em estágios diferenciados de gramaticalização e estão localizados em pontos diferentes do *continuum*” (CASSEB-GALVÃO, 2000, p. 58); e evidencia que o comportamento desses verbos quanto à gramaticalização reflete as atitudes e opiniões dos falantes.

O outro trabalho, que também muito contribuiu para nossa pesquisa é o de Freitag (2003), que analisou o *corpus* VARSUL e observou que no *continuum* proposto, por hipótese, para a gramaticalização, o verbo *achar* é um marcador de opinião, passando a marcador de dúvida.

Freitag (2003) acredita que o verbo *achar* está em um *continuum* de gramaticalização cujo extremo é a modalidade epistêmica de incerteza e dúvida.

Votre (2004), por sua vez, preocupa-se em identificar e analisar os sentidos que o verbo *achar* assume com maior frequência em cláusulas com complemento oracional. Pretende, também, verificar se ocorre gramaticalização com a expressão epistêmica *eu acho* quando se encontra no final da cláusula, deixando de ser oração principal e passando a ser interpretada como parentético epistêmico.

Sobre o verbo *achar* como parentético epistêmico, Votre (2004) considera que a gramaticalização ocorre porque um elemento nuclear é reanalisado como um elemento satélite. A expressão sofre ressemantização com perda de significação lexical de sua forma verbal e um conseqüente ganho de significação gramatical, podendo ser interpretado como compreendendo uma subcategoria gramatical de advérbios. Como no exemplo: “aí eu estava no colégio... era... aula de ciências... *eu acho...*”.

O estudo de Gonçalves (2006) foca os predicados de atitude proposicional, que são predicados que tomam por escopo uma proposição para, sobre a verdade que o falante veicula, incidir a atitude de crença do falante. O autor amplia a concepção de gramaticalização quando cita Bybee (2002), para quem parece ser mais adequado dizer que é a construção com seus itens lexicais particulares que se torna gramaticalizada.

Outro ponto abordado por Gonçalves (2006) e pautado nos estudos de Traugott e Dasher (2005) é a subjetividade, entendida como conjunto dos mecanismos que as línguas naturais colocam à disposição do agente locucionário para a *expressão de si mesmo* e de suas atitudes e crenças. Através da modalidade epistêmica ou evidencialidade, são identificados o grau de comprometimento do falante e algo sobre a fonte do saber em que tal conteúdo se sustenta.

De acordo com Martelotta e Leitão (1996, p. 299), a expressão *eu acho* modaliza o discurso no sentido de que expressa a insegurança do falante em relação ao que se fala. Vê-se que há uma concordância entre os autores e os estudos de Freitag, para quem essa expressão é um marcador de dúvida.

Gramaticalização

Martelotta *et al* (1996, p. 46) afirmam que

gramaticalização é um termo que tem sido usado com vários sentidos. Interessa-nos o sentido em que designa um processo unidirecional segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Um processo em cujo final o elemento lingüístico tende a se tornar mais regular e mais previsível, pois sai do nível da criatividade eventual do discurso para penetrar nas restrições da gramática (MARTELOTTA *et al*, 1996, p. 46).

Um exemplo muito discutido em trabalhos recentes é o da “trajetória de vocábulo a morfema, que ocorre, por exemplo, com a passagem *amar + hei > amarei; e tranquila + mente > tranquilamente*” (MARTELOTTA, 2006, p. 46, grifos dos autores).

Neves (2004) cita Heine e Reh (1984) para mostrar que há três níveis da estrutura linguística afetados pela gramaticalização - o funcional, o morfossintático e o fonético. Trabalharemos aqui o nível funcional, que passa por processos de dessemantização.

Um aspecto a ser observado na gramaticalização é o processo unidirecional. Como afirma Neves (1997, p. 121): “a unidirecionalidade da gramaticalização é tida como uma característica básica do processo, partindo-se do princípio de que uma mudança que se dá numa direção específica não pode ser revertida”.

Os teóricos cujas abordagens serão seguidas neste trabalho são os da corrente funcionalista, pautadas no uso, para tanto recorreremos a Hopper e Traugott (1993), Heine (2006), Bybee (2003) e Traugott e Dasher (2005).

Linguística baseada no uso

Heine (2006) afirma que a teoria da gramaticalização oferece uma explanação de como e porquê as categorias gramaticais surgem e se desenvolvem. O linguista afirma que há quatro mecanismos inter-relacionados, envolvidos nas expressões linguísticas, que são:

- (1) Dessemantização: perda do conteúdo significativo;
- (2) Extensão: uso em novos contextos;
- (3) Decategorização: perda de características morfossintáticas da forma fonte, inclusive de *status* de palavra independente (cliticização, afixação);
- (4) Erosão: perda fonética.

Cada um desses mecanismos está relacionado com um aspecto diferente da estrutura da língua ou do seu uso, ligado à semântica, pragmática, morfossintaxe e fonética. Embora os mecanismos mostrem perdas nas propriedades dos itens linguísticos, há também ganhos de características próprias dos seus novos contextos de uso.

Heine (2006) acredita que há três estágios que se desenvolvem nesse processo:

- (1) Há a expressão linguística A que é “recrutada” para gramaticalização;
- (2) Essa expressão adquire um segundo uso padrão, B, em que há ambiguidade entre A e B;
- (3) Finalmente, A se perde, isto é, há agora somente B.

O autor afirma que há alguns itens que se prendem no segundo estágio. No entanto, se alcança o terceiro estágio, o item B se torna uma nova categoria gramatical. Heine (2006) assume que há gramaticalização quando um item pode ser usado em um novo contexto no qual não poderia ser usado previamente, o que acontece por motivações pragmáticas. O fato de A não desaparecer não invalida o processo de gramaticalização.

Um outro trabalho muito importante para o nosso estudo é o de Hopper e Traugott (1993). Para eles, a gramaticalização deve ser estudada em duas perspectivas: diacrônica, que é a mudança em dois ou mais pontos no tempo; e sincrônica, que observa a estrutura num simples ponto no tempo.

Na perspectiva histórica, os autores investigam as fontes das formas gramaticais e os caminhos típicos das mudanças que as afetam. Há, então, a ideia de um *continuum* de mudança linguística, através do qual um item lexical, em certos usos, se torna um item gramatical, ou um item gramatical se torna ainda mais gramatical.

A perspectiva mais sincrônica vê a gramaticalização como um fenômeno primariamente sintático, discursivo e pragmático. É um estudo de um ponto de vista de padrões fluidos no uso da língua.

Os linguistas defendem que as formas estão gramaticalizadas quando os itens lexicais assumem características de itens gramaticais e afirmam que o que é gramaticalizado não é unicamente o item lexical, mas toda a construção incluindo a palavra.

A literatura que versa sobre esse tema, comumente, conceitua a gramaticalização como um processo de mudança linguística em que um item lexical passa a gramatical ou um item gramatical passa a exercer função ainda mais gramatical. As análises que estão sendo feitas no *corpus* indiciam que o verbo *achar* está em processo de gramaticalização, uma vez que o verbo, além do sentido pleno, está adquirindo usos mais abstratos como *pensar*, *considerar*, *afirmar*, *supor*, sendo usado, até mesmo, com o sentido de *talvez*.

Gramaticalização, Polidez e Subjetividade

Martelotta (2008b) propõe um novo olhar a respeito do processo de gramaticalização. O linguista considera que falante e ouvinte negociam sentido de maneira interativa e por isso há mudanças que surgem por subjetificação e intersubjetificação. Interessou-nos, então, uma verificação desse novo olhar, contudo carecíamos de fundamentação para elucidação dessa proposta. Para que isso fosse possível, recorremos ao que foi exposto por Traugott e Dasher (2005) e aos pressupostos da Pragmática, quanto aos atos de fala e preservação de face.

Goffman (1980) versa sobre a elaboração de face em contatos sociais, nos quais as pessoas tendem a seguir certa linha, ou seja, padrões verbais ou não-verbais que expressam a visão particular do indivíduo a respeito de cada situação. Para o autor,

Face pode ser definida como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. Face é uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados (GOFFMAN, 1980, p. 76-77).

Toda construção de face apóia-se na intenção seguida por alguém e nos julgamentos transmitidos pelos participantes do contato, que poderão pedir uma face diferente baseada na natureza do encontro. Se existe um menor grau de intimidade entre os participantes, há um distanciamento entre eles e uso de palavras que expressem maior polidez. Caso os participantes do contato comunicativo tenham maior intimidade, há de esperar uma maior proximidade usando termos mais coloquiais e, muitas vezes, dispensando certas formalidades. Outro elemento que molda a face do indivíduo é o lugar social que ele ocupa, uma vez que a própria sociedade impõe uma face por esperar certos comportamentos das pessoas.

Há duas expressões que são fundamentais neste processo: (I) “perder a face”, que pode ser usada quando alguém está na face errada, isto é, sente-se envergonhado pelo que disse, comete uma gafe ou, até mesmo, quando humilha alguém; (II) “salvar a face”, que se refere ao processo de salvar a autoimagem, corresponder às expectativas dos participantes da interação.

Brown e Levinson (1987) dizem que a noção de face é muito abstrata, por isso eles explicam que há dois tipos específicos de desejos de face atribuídos pelos interlocutores. A face negativa seria o desejo de ser desimpedido de suas ações. Já a face positiva seria o desejo de aprovação.

Os autores consideram que os conceitos de face podem ter especificações culturais de atos que ameaçam e protegem a face. As noções de face estabelecem uma ligação com algumas ideias mais fundamentais sobre a natureza cultural da personalidade social, honra e virtude, vergonha e resgate, como também, conceitos religiosos.

Os pesquisadores asseguram que sua pesquisa parece apoiar-se em três fatores sociológicos para determinar o nível de polidez que o falante irá utilizar para um destinatário, que são: (I) o poder relativo do destinatário sobre o falante; (II) a distância entre falante e destinatário e (III) o nível de imposição envolvido em fazer o FTA.

Brown e Levinson (1987) trabalham com uma espécie de hierarquia de polidez que pode ser estudada a partir da avaliação subjetiva da polidez percebida e asseguram que há estratégias misturadas ao discurso que se comportam como marcadores de polidez positiva ou negativa.

Acreditamos que o verbo *achar* é uma expressão de polidez e, de acordo com o *corpus*, muito mais utilizada por falantes universitários. Talvez isso se dê por haver aí a necessidade de preservação de face, isto é, de afastar-se de um comprometimento com suas declarações ou, ainda, não prejudicar a própria imagem ou a do interlocutor.

Traugott e Dasher (2005) afirmam que a subjetificação é um fator em mudança que se torna de interesse particular no contexto da discussão de gramaticalização. Eles consideram a subjetificação como o maior tipo de mudança semântica, dela dependendo a intersubjetificação, pois esta não pode ocorrer sem aquela. Na visão dos autores, subjetificação é associativa e metonímica ao ato comunicativo do falante, mais especialmente da atitude do falante. Essa atitude pode ser em direção a outros referentes, como no caso de pejorativas ou melhoramentos. Linguisticamente, mais interessante é a expressão de atitude do falante em direção à factualidade ou a proposições (marcado, por exemplo, por modalidade epistêmica como probabilidade e evidencialidade) e em direção a postura retórica argumentativa. Além do mais, os linguistas afirmam que subjetificação envolve tipicamente a tomada explícita de atitude do falante.

A abordagem de Traugott e Dasher (2005) explora um leque de escolhas linguísticas, incluindo modais, dêiticos e advérbios, e não só aquelas restritas à estrutura do evento. Na visão deles, subjetividade terá manifestações diferentes em diferentes partes do sistema linguístico e podem ser mostradas de formas diferentes em discurso estratégico na estrutura conceitual descontextualizada. Frequentemente, a maior parte da expressão não é nem subjetiva nem objetiva em si mesma, mas é na fala e em seu contexto que se ancora a determinação da subjetividade.

Traugott e Dasher (2005) advogam no sentido de que nas construções linguísticas relevantes o assunto objetivamente perfilado pode também ser atenuado no processo de subjetificação. Para eles, esta é uma questão de mudança de construção que é consistente com a direcionalidade da mudança semântica discutida no trabalho, ou seja, que vai de menos a mais subjetivo. De acordo com os autores, se ocorre subjetificação alguns lexemas são semanticamente enriquecidos, resultando em expressões explícitas de subjetividade recém-semantizada.

Os autores reforçam que não pode haver intersubjetificação sem algum grau de subjetificação. Isso acontece porque os falantes expõem os pontos de vista no processo de negociação interacional da produção discursiva, e quando esses pontos de vista decodificados vêm do sinal de atenção especial para o ouvinte, ocorre intersubjetificação.

Metodologia

A escolha das entrevistas do Português Falado na cidade de Vitória como *corpus* para análise se deu pela necessidade de trabalhos que verifiquem as ocorrências na fala capixaba, como já acontecem nos falares de outros estados brasileiros. Consideramos de extrema importância a investigação de fenômenos que são recorrentes no português brasileiro e por isso não poderíamos deixar de verificar o processo de gramaticalização no PORTVIX.

Objetivando delimitar a análise nesta pesquisa, trabalhamos com as quatro células de informantes universitários, do sexo masculino e feminino, com idade entre 26 e 49 anos e acima de 50 anos. Essa escolha se deu em função de essas células evidenciarem um elevado uso da estrutura. Isso se dá por se tratar de falantes que a utilizam como um modalizador e para preservar a face na interação. É, a partir da observação e análise dessas células, que discutiremos os indícios de gramaticalização que acontecem pelos efeitos da subjetividade e da intersubjetividade.

A escolha desse grupo de informantes se deu por observarmos que a maioria dos estudos considera esse grupo, o que pode gerar trabalhos comparativos e reforçar a hipótese de gramaticalização do verbo *achar* em todo Brasil. Oliveira (1996, p. 149) concorda com Traugott e Heine (1991) quando dizem que “formas linguísticas mais recursivas tendem com maior probabilidade à gramaticalização”. A autora também considerou informantes do 3º grau para sua pesquisa sobre a *Gramaticalização na Repetição*, por admitir que é uma variável com maior interferência na determinação das funções reguladoras da repetição.

Geralmente, os informantes do 3º grau ocupam um papel social que requer, muitas vezes, uma fala mais polida e isso gera a preservação de face, reforçando nossa escolha.

Como já foi dito anteriormente, categorizaremos as ocorrências do verbo *achar* no PORTVIX de modo semelhante ao trabalho de Casseb-Galvão (2000), cuja análise demonstrou que esse verbo comportou-se como: (I) encontrar/procurar/descobrir; (II) considerar/pensar/afirmar; (III) supor/é possível; (IV) talvez, provavelmente.

Porém, optamos por agrupar as ocorrências por grupo de sentidos correlatos, que assim foram nominados e exemplificados:

(P) Prototípico. *Não foram encontradas ocorrências no corpus.*

(C) Considerar, pensar. *“Algumas ambulâncias, **acho** que até funcionam da prefeitura de Vitória”.*

(S) Supor. *“**Acho** que eu ‘taria’ no oitavo período”.*

(A) Afirmar. *“Eu **acho** que o cinema ‘tá’ perdendo”.*

(D) Dúvida, talvez. *“**Acho** que subiram duas viaturas aqui perseguindo”.*

(S/C) sem classificação. *“**Acho** que é pra...”.*

Desta forma, pretendemos constatar a multifuncionalidade e o uso do verbo em diferentes contextos como modalizador ou como marcadores de opinião ou dúvida, passando pelos processos de subjetividade. Consideramos que quando o falante deseja preservar a face ele faz uso do verbo na categoria *pensar, considerar*.

Algumas das ocorrências analisadas

Para analisarmos o que nos propomos, foram feitos recortes nas entrevistas dos trechos em que aparecia a forma *acho*, a fim de observarmos o comportamento do verbo nas diversas ocorrências. Preocupamo-nos em verificar sua multifuncionalidade e constatar sua utilização por motivações subjetivas e por preservação de face.

Célula 40 – Homem entre 26-49 anos – com curso superior

E2: Você falou que em relação ao transporte, aqui no bairro de (Taboazeiro) atende até bem. Como você avaliaria a administração dos demais... dos demais bairros aqui de Vitória? Você pode tê uma noção?

*I: Olha, é: é aquilo que eu te falei. Ônibus eu tô meio por fora. Até preço de passage eu tô por fora. Eu andava bastante de ônibus, bastante mesmo. Eu só andava de ônibus. Mas depois que eu comprei o carro, eu parei. Mas eu num tenho muita noção, não. Bairros distante assim eu não vou de ônibus. É muito difícil. Eu já vi pessoas reclamarem, principalmente/é/no final de semana, de transporte, né? Mas eu acredito que atende bem. Tem bastante linha, essas/esse microônibus que/quê começaram a circulá também. Eu acredito que atende bem. Eu já/ da minha profissão, já andei em bastante lugar, morros muito altos em que/eu já vi ônibus lá em cima. Intão, eu **ACHO** que (inint) sim.*

Há um caso de afirmação no uso do verbo. Observa-se que o falante primeiro se justifica quanto a não utilização de ônibus, depois argumenta tomando como base as observações feitas quando está trabalhando mesmo em lugares que poderiam ser menos favorecidos. Após essa condução da argumentação, é usado o termo *então* que é um advérbio que especifica uma situação e funciona como um operador argumentativo introdutor da resposta final que é a sua opinião. Para não falar simplesmente que *sim*, que há um bom atendimento do serviço de transporte, o falante modaliza sua fala inserindo a estrutura *eu acho que*, se resguardando, ou seja, salvando sua face.

Célula 42 – Mulher entre 26-49 anos – com curso superior

*I – Foi por que ela ela precisava mesmo assim assim interrompê toda hora a entrevista. E pronto e foi assim que aconteceu o negócio. Eu sei que ela é uma pessoa maravilhosa; eu sou grata a ela demais, por que ela me ajudou demais; depois ela quis fazê avaliação com psiquiatra pra sabê se ela/ por que ele/ ela levava, leva esse meu problema pra médicos de de São Paulo, especialistas, entendeu? É: então ela tem um grupo de chamado/ um gr/ um grupo de pessoas que, ou em São Paulo ou aqui em Vitória, se reúnem, num sei se é de 1 vez por mês, ou de 15 em 15 dias, ou toda semana, num sei muito bem. Não toda semana num é não, por que ela às vezes viaja quase toda semana pra dá aula fora. Às vezes é... eu **ACHO** que é 1*

vez por mês ou de 15 e 15, num sei. Então, eles se encontram, entendeu? Então ela leva o meu problema. Então, os médicos estão assim com uma uma uma/ tipo de remédios que a pessoa, é assim: quando uma pessoa tem muitos anos que cê sente uma dor, muitos anos, então é: grava no no seu o na sua memória, a memória, grava no neurônio (...)

Neste caso, o próprio contexto nos ajuda a categorizar o verbo como uma dúvida. Antecedendo o verbo, a expressão *às vezes* e a forma verbal *é* parecem ser elementos que organizam o pensamento a fim de conduzir a argumentação de sua resposta adequadamente. Seguindo a estrutura analisada, há o uso da expressão *num sei*, que reforça a dúvida do trecho. Além disso, há também a questão do tempo, separada pela conjunção alternativa *ou*, que indica essa incerteza da informante.

Célula 43 – Homem com + 50 anos – com curso superior

E 1 — e você... sabe assim... o que que ele poderia fazer pra melhorar::... o::

I — por que... por exemplo isso aí você pelo/ pelos/ pelos conSUMOS né... o Nordeste por exemplo... um consumo altíssimo de farinha... o que significa a farinha... nada... (ela) não tem absolutamente... então tem que ter/ ter alguma coisa balanceada onde você tenha... é proteínas sais minerais et cetera... frutas verduras legumes et cetera... (inint) mesmo nós... né? o pessoal que já tem... um poder aquisitivo um pouquinho melhor::... a comida é horrorosa né?... tanto que você vê que:: isso é verdade que:: problema cardíaco é uma das coisa que mata mais né... taxa de colesterol lá em cima por causa de que?... falta de exercício... por causa de alimentação inadequada... então realmente nossa... alimentação É muito inadequada

E 2 — mas por que que:: tem a::?

I — eu ACHO que é cultural

Mostrou-se necessária a inserção do contexto anterior a esta pergunta para que o evento fosse mais bem analisado, até porque a pergunta isolada não esclarece a intenção da resposta do informante. Categorizamos essa ocorrência com o sentido de *pensar, considerar*. É muito claro o uso tanto da subjetividade como da intersubjetividade, nesse contexto, e o desejo de não parecer impositivo na sua opinião.

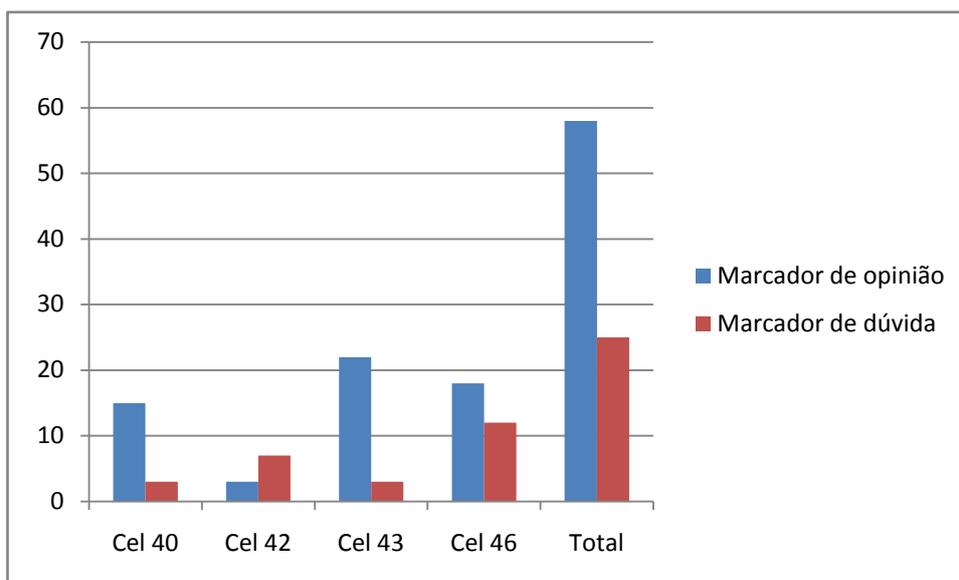
Célula 46 – Mulher com +50 anos – com curso superior

E1 – Você acha que assim, que quando os pais não vivem bem, é melhor pró filhos que os pais se separarem de uma vez?

*I – Se separem é melhor, se separa, se não vive bem, porque eu **ACHO** que os filhos devem sofrer muito, pai e mãe morando junto só brigando, aquela confusão todo tempo, é pior pró filhos que se vivesse logo separado.*

Nota-se que nesta ocorrência o verbo conduz uma argumentação, introduzindo a explicação de sua fala anterior. Neste caso, *achar* equivale a *pensar*, *considerar*. Expressando a individualidade, a subjetividade do falante e o desejo de ser polido.

Constatações das análises das células



58 eventos foram categorizados como marcadores de opinião, correspondendo a 69,05% das ocorrências. 25 eventos foram categorizados como marcadores de dúvida, num total de 29,76%. Apenas um evento ficou sem categorização representando 1,19%.

Vemos, assim, que no PORTVIX predomina o uso do verbo *achar* como marcador de opinião.

Considerações finais

É importante ressaltar que em nossas análises pudemos separar as categorias semânticas do verbo *achar* em dois grupos de marcadores. Quando tem valor de *afirmar*, *considerar* ou *pensar* em que se têm os *marcadores de opinião*. Já quando equivale ao verbo *supor* ou aos advérbios *talvez*, *provavelmente*, temos os *marcadores de dúvida*. Por se tratar de um *continuum*, o limite entre uma categorização e outra é muito tênue, por isso essa divisão em grupo de marcadores corresponderá melhor ao processo de gramaticalização. Houve dessemantização, como assegura Heine (2006), ou seja, perda do conteúdo prototípico, mesmo quando o verbo *achar* não aparece com o pronome pessoal ou com a conjunção *que*.

Outro fator de grande relevância aponta para o que foi dito por Heine (2006), que para haver gramaticalização não é necessário que um item A desapareça. Vemos que há ambiguidade do verbo *achar* e, mesmo assim, ele parece estar no *continuum* da gramaticalização. Nas células analisadas, a forma *acho* não foi utilizada no sentido prototípico. Parece-nos que isso ocorre porque é um contexto de entrevistas e o que coopera com isso é a utilização por preservação de face, pois a forma é usada como opinião, por exemplo.

Outro aspecto que colaborou para a multifuncionalidade do verbo foi o desejo de não ameaçar a face dos participantes do processo comunicativo. Vimos que na maioria dos casos no PORTVIX ocorre a subjetividade, ou seja, a expressividade está centrada na perspectiva do falante. Mas ocorre também a intersubjetividade quando os interlocutores negociam o sentido e, através da polidez, desejam preservar a face do falante e não ameaçar a face do outro.

O estudo com o PORTVIX colaborou para a verificação de fenômenos recorrentes no português do Brasil e que são de grande relevância para o funcionalismo. Espera-se, desta forma, contribuir para os estudos linguísticos que envolvem o uso efetivo da língua e suas regularidades.

Referências

ABRAÇADO, Jussara. *A unidirecionalidade e o caráter gradual do processo de mudança por gramaticalização*. Belo Horizonte: Revista Scripta, 2006. v. 9, n. 8, p. 130-148.

ABREU, Antônio Suárez. *Gramática mínima: para o domínio da língua padrão*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ARMENGAUD, Françoise. *A pragmática*. Trad. Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Luzia Néri. São Paulo: Ed. Nacional e Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness*. Some Universals in language usage. Cambridge Univer. Press: 1987.

BYBEE, Joan. Mechanisms of change in gramaticization: the role of frequency. In: Joseph, Brian; JANDA, Richards (eds.) *A handbook of historial linguistics*. Australia: Blackwell Publishing, 2006.

CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *A atuação de mecanismos desencadeadores de processos de gramaticalização*. Belo Horizonte: Revista Scripta, 2000. v. 4, p. 44-59.

CASTILHO, Ataliba T. *A gramaticalização*. Estudos lingüísticos e literários. n. 19. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997. p. 25, 64.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DUARTE, Inês. Subordinação completiva – as orações completivas. In: MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática de língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2004. p. 595-613.

DUBOIS, Jean. (et al.) *Dicionário de lingüística*. Trad. Izidoro Blikstein. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

FARIA, Isabel Hub. Modalidade e actos de fala. In: MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática de língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2004. p. 70-81.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de verbos e regimes*. 44. ed. São Paulo: Globo, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA LOBO, Lilia. *Pragmática e subjetivação por uma ética impiedosa do acontecimento*. v. 9, n. 2. Maringá: Revista Psicologia em estudo, 2004. p. 195-205.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática 2007.

FREITAG, Raquel Meister. *Gramaticalização e variação de acho (que) e parece (que) na fala de Florianópolis*. Dissertação de mestrado. 2003.

_____. *O papel da frequência de uso na gramaticalização de acho (que) e parece (que) marcadores de dúvida na fala de Florianópolis*. Juiz de Fora: Veredas, 2003. v. 7, p. 113-132.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SOUZA, Maria Medianeira. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Polidez e preservação de face na fala de universitários. In: PRETTI, Dino. (org.) *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 323-353.

GOFFMAN, Erving. A Elaboração da face. In: FIGUEIRA, Sérgio Augusto. (org.) *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e modalidade: um estudo de caso no português do Brasil*. Tese de doutorado. 2003.

_____. *Gramaticalização e dessentencialização de construções com predicados de atitude proposicional*. Niterói: Revista Gragoatá, 2006. p. 147-166

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; CARVALHO, Cristina dos Santos. Critérios de gramaticalização. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (orgs.) *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 67-90.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. Third Edition. USA: Oxford University Press Inc, 2004.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian D. JANDA, Richard D. *The handbook of historical linguistics*. Australia: Blackwell Publishing, 2006.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *The genesis of grammar: a reconstruction*. New York: Oxford University Press, 2007.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University, 1993.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. v. 1.0 Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KERBRAT-ORECHIONNI, Catherine. *Os atos de linguagem no discurso*. Niterói: EdUFF, 2005. p. 87-94.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; SOUZA e SILVA, Maria Cecília Pérez de. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LEPSCHY, Giulio C. *A linguística estrutural*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Trad. Luís Carlos Borges, Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. [et al] O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura. *Gramaticalização do português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1996.

_____. (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. *Unidirecionalidade na gramaticalização*. 2008b. (mimeo)

MIRA MATEUS, Maria Helena. (et al) *Gramática de língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

OLIVEIRA, Fátima. Modalidade. In: MIRA MATEUS, Maria Helena. (et al) *Gramática de língua portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2004. p 245-254.

OLIVEIRA, M. R. A gramaticalização na repetição. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura. *Gramaticalização do português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1996.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RORTY, Richard; GHIRALDELLI JR., Paulo. *Ensaio pragmatistas: sobre subjetividade e verdade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 36-47.

SILVA, José Pereira (orgs.) *Gramaticalização e estudos de gramática*. Cadernos do CNLF, Ano VI, n. 8. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2003.

TAVARES, Roseanne Rocha. *A negociação da imagem na pragmática: por uma visão sociointeracionista da linguagem*. Maceió: EDUFAL, 2007.

TRASK, R. L. *Dicionário de lingüística e linguagem*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VITRAL, Lorenzo; RAMOS, Jânia. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Belo Horizonte, MG: Faculdade de Letras FALE/UFMG, 2006.

VOTRE, Sebastião Josué; CESÁRIO, Maria Maura; MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004

MEMÓRIA E PRODUÇÃO DISCURSIVA DO SENTIDO: A MULHER-PROFESSORA EM FOCO NOS JOGOS ENUNCIATIVOS

Karla Perim Muzzi*

Resumo: Este artigo trata-se de uma síntese da dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/UFES). A pesquisa focaliza um *campo do enunciável*, em que os processos de produção e circulação de sentidos estão ligados à memória. O objetivo da pesquisa limita-se a observar alguns *jogos enunciativos* realizados pela *mulher-professora* e apreender os sentidos decorrentes da articulação entre enunciados mapeados nos textos do *corpus*. A análise descritivo-interpretativa fundamentou-se, sobretudo, na proposta metodológica de Pierre Achard (2007) sobre o papel da memória na produção discursiva do sentido, além do conceito foucaultiano de *formação discursiva* (1995). Como resultado, foram detectadas seis *regularizações enunciativas*, que se materializavam intradiscursivamente nos textos. Observou-se, enfim, seis processos discursivos de produção de sentidos, que “delineiam” – de forma não linear nem homogênea – a *mulher-professora* e sua prática docente, a partir de suas próprias enunciabilidades.

Palavras-chave: Linguagem e História. Análise do discurso. Memória. Produção discursiva do sentido.

Abstract: This text summarizes an MA dissertation produced within the Post-Graduate Program in Linguistic Studies at the Federal University of Espírito Santo, Brazil (PPGEL/UFES). The focus of the investigation is the scope of the statable, in which processes related to the production and circulation of meaning are linked to memory. The aim of the research is limited to: (1) the observation of some stating games, which are developed by women teachers, and (2) the apprehension of the meanings emerging from the articulation among statements in the corpus of texts. The interpretative-descriptive analysis adopted is based, mainly, on the methodology proposed by Pierre Achard (2007), which deals with the role of memory in discursive meaning production, but it also resorts to the foucaultian concept of discursive formation (1995). As a result of the investigation, six statement regularizations have been detected, which were found to be intradiscursively material in the texts. Finally, one observes six meaning production discursive processes which “outline” – in no linear or homogeneous way - the woman teacher and her teaching practice, based on her own stabilities.

Keywords: Language and History. Discourse analysis. Memory. Discourse production of meaning.

* Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/UFES). muzzikarlamuzzi@yahoo.com.br. Orientação: Prof.^a Dr.^a Virginia Beatriz Baesse Abrahão.

Introdução

O que se diz sobre as mulheres na condição de professoras? O que se diz das professoras na condição de mulheres? O que elas dizem de si mesmas?

Essas foram algumas das questões que nos motivaram inicialmente a investigar, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/UFES), sobre um *espaço do dizer* da mulher em condições bastante específicas, isto é, marcada pelo papel social de professora, situada no contexto escolar e exercendo práticas educacionais a partir desse papel e desse contexto. Em termos gerais, podemos resumir que nossas investigações incidiram sobre o *campo do enunciável* que tem como foco a *mulher-professora* e a educação promovida por ela.

Com a presente pesquisa de mestrado buscamos observar alguns *jogos enunciativos* que participam desse campo, realizados pela mulher-professora e em torno dela, na tentativa de revelar alguns processos de sentidos produzidos em decorrência da articulação entre enunciados mapeados em textos escritos por professoras participantes de um projeto de formação continuada. Situamos, portanto, nossas investigações nessa *ordem do enunciável*, que se insere no interior de uma perspectiva linguística e, ao mesmo tempo, fora dela, uma vez que nossas reflexões não se restringiram à materialidade linguística. Ao contrário, buscaram ampliar-se à constituição dos discursos e à possibilidade de estes serem enunciados.

Aventurar-se por entre esse espaço discursivo do dizível requer partir de algumas premissas quanto ao constante movimento dos sentidos, em que, sobretudo, o sentido *velho* e o sentido *novo* articulam-se. É dessa forma, enfim, que podemos empreender os processos discursivos dos sentidos ligados à memória.

Memória e produção discursiva do sentido

Para compor o mapa teórico-metodológico que nos guiasse por esse caminho movente da produção discursiva do sentido ligada à memória, mapeamos alguns conceitos e métodos que nos serviram de âncora para abordar tal fenômeno enunciativo.

A primeira grande premissa de nossa pesquisa refere-se à maneira de encarar a linguagem enquanto uma instância que permita articular os processos históricos aos fenômenos linguísticos. Segundo essa perspectiva, o homem é reconhecido por sua capacidade de significar e significar-se, e a linguagem é encarada como mediação necessária

entre ele e a sua realidade social. É, enfim, procurar compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico. Estudar a linguagem, conforme Kristeva (1969, p. 21),

captar a multiplicidade dos seus aspectos e funções, é construir uma ciência e uma teoria estratificadas cujos diferentes ramos abrangem os diferentes aspectos da linguagem, para poderem, num tempo de síntese, fornecer um saber sempre mais preciso do funcionamento significante do homem (KRISTEVA, 1969, p. 21).

Nesse caso, uma teoria da determinação histórica dos processos semânticos é que melhor acolhe um projeto como esse, que inscreve os processos de significação no campo do discurso. Levar em consideração a história no interior dos estudos linguísticos acaba, portanto, promovendo uma discussão sobre os limites e as transgressões da língua, em especial quando se refere ao sentido, pois “se o homem é assim capaz de jogar sobre o sentido, é porque, por essência, a própria língua encobre esse ‘jogo’, quer dizer o impulso metafórico interno da discursividade, pelo qual a língua se inscreve na história” (PÊCHEUX, 1997, p. 62-63).

Encontramos em Jean-Jacques Courtine (1999 e 2007) uma referência para se pensar a produção e circulação dos sentidos, na medida em que o autor concebe o discurso no interior de um *feixe de relações entre a língua e a história*, promovendo articulações entre o discurso e o que lhe é historicamente “anterior”. O que nos leva a pressupor que os discursos vêm sempre de outros discursos que lhes são prévios, e que são retomados de alguma forma. Com isso não temos “propriedade particular” sobre o que dizemos. Como Orlandi (2002, p.32) salienta, “as palavras na são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras.”

Essa relação, entre linguagem e história, será então tratada a partir das relações que se estabelecem entre a memória e a produção e circulação do discurso. Entretanto, ao analisar os movimentos da memória, não se deve confundir ingenuamente com um mero retorno às frases ditas e escutadas no passado, como se a memória fosse um mero depósito onde se acumulam informações antigas, aleatórias e dispersas. Trabalhar com a memória é debruçar-se sobre o implícito que se estrutura sobre “um imaginário que o representa como memorizado” (ACHARD, 2007, p. 13).

Sem desviar do ponto de vista discursivo, o trabalho com a memória, em termos analíticos, seria de (re)construção de implícitos por meio de operações de paráfrases, que retomariam os discursos colocando-os em circulação. No entanto, segundo Pierre Achard, não

há como provar a sua existência em outro(s) lugar(es). O que pode ser de fato realizado é um exercício que repousa sobre uma *regularização*.

A regularização se apóia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da ordem do formal, e constitui um outro jogo de força, este fundador. Não há, com efeito, nenhum meio empírico de se assegurar de que esse perfil gráfico ou fônico corresponde efetivamente à repetição do mesmo significante. É preciso admitir esse jogo de força simbólico que se exerce no reconhecimento do mesmo e de sua repetição. Por outro lado, uma vez reconhecida essa repetição, é preciso supor que existem procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais. É nessa colocação em série dos contextos, não na produção das superfícies ou da frase tal como ela se dá, que vemos o exercício da regra. De outro modo, é engendrando, a partir do atestado discursivo, paráfrases, a considerar como derivações de possíveis em relação ao dado, que a regularização estrutura a ocorrência e seus segmentos, situando-os dentro de séries (ACHARD, 2007, p. 16).

Especificando melhor, podemos observar a construção do sentido de um discurso a cada nova co-ocorrência sua, na medida em que aparece em contextos variados. Essa forma de repetição permite fazermos uma espécie de inventário desse discurso que nos autoriza estabelecermos suas regularidades, para enfim designarmos os implícitos pelos quais eles convocam. Entretanto, essa regularização discursiva não é tão “regular” como se poderia supor. Ela está sempre suscetível a um jogo de forças na própria memória, que pode desregulá-la sob a influência do acontecimento discursivo novo. Essa instabilidade causada pelo choque do acontecimento pode deslocar os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.

Teríamos assim a força da regularização, que busca manter certa estabilização parafrástica, competindo com a força da desregularização, que vem desestabilizar a rede de implícitos veiculados pelas operações de paráfrase. Esse jogo de força entre *regularização* e *desregularização* reforça a falta de estabilidade e de sedimentação dos implícitos. No entanto, não se deve supor que o trabalho resume-se em efetuar agrupamentos equivalentes quanto ao seu significado, como se palavras e/ou orações “dissessem a mesma coisa”. Isso significa dizer, entre outras coisas, que os processos de paráfrase não poderão ser resumidos enquanto sinonímia.

No trato com a memória, precisamos então partir de algumas premissas, quanto a sua peculiaridade. Em primeiro lugar, a memória discursiva não é linear. Ela é constituída por falhas e lacunas. Por conta disso, ela constitui-se o lugar de desdobramentos, réplicas, polêmicas. Trabalhar com a memória discursiva é, portanto, trabalhar na tensão entre a regulação e desregulação, é considerar tanto os aspectos homogeneizadores quanto aqueles

que provocam conflitos, rupturas, procurando sempre distinguir os processos discursivos atuantes na cristalização de determinados sentidos, em detrimento de outros. O resultado disso é uma reflexão sobre as relações de forças que permitiram a instalação do sentido hegemônico, aqueles que se figuram unívocos e estabilizados na materialidade discursiva. Enfim, trabalhar com os domínios da memória é ameaçar a homogeneidade, é procurar desestabilizar esses efeitos da memória que tentam neutralizar o heterogêneo, naturalizando as relações sócio-históricas e literalizando os sentidos.

O modelo de análise oferecido por Achard nos permite dar conta do fato de que “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso” (ACHARD, 2007, p. 17). Dessa forma, encarando o enunciado em seu “modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material)” (FOUCAULT, 1995, p. 98), podemos pensá-lo inserido na rede da história, que o constitui e ao mesmo tempo o determina. Segundo Foucault (1995, p. 112), o enunciado “tem sempre margens povoadas de outros enunciados”, o que lhe garante estar sempre atravessado por uma memória que trabalha estabelecendo relações possíveis entre um acontecimento do passado e lhe abre um futuro eventual, ou seja, distante de uma estabilidade e de uma homogeneidade. Assim, “não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 1995, p. 113).

Trazemos à discussão em torno do tema os estudos de Maria do Rosário Gregolin (2004), uma vez que a autora retoma textos de Foucault, abordando pontos fundamentais do pensamento autor e ressaltando o importante papel das suas idéias para os estudos do discurso, em especial para uma vertente da Análise do Discurso de linha francesa. A autora procura compreender o conceito foucaultiano de enunciado, que recebe centralidade em *Arqueologia do Saber* (1995). Ela conclui, sob a suposta voz de Foucault:

Com tudo isso, quero dizer que, desde sua raiz, o enunciado se delinea em um campo enunciativo onde tem lugar e status, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Imerso nessa rede verbal, ele só pode ser apanhado em uma trama complexa de produção de sentidos e, por isso, podemos concluir com uma característica geral e determinante sobre as relações entre o enunciado, o funcionamento enunciativo e a memória em uma sociedade: *não há enunciado em geral, livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo*³⁵ (GREGOLIN, 2004, p. 30).

³⁵ Esse último trecho, em itálico, foi retirado de *Arqueologia do saber*, 1995, p. 114.

Essa particularidade do enunciado, de *fazer parte de uma série ou de um conjunto*, de estar ligado à noção de repetição, seja sob formas de afirmações ou oposições, que permite que um discurso seja retomado e, portanto, perpassado pela memória, pode ser abordada por meio do conceito de *formação discursiva* (FD). Foucault concebe a FD como um conjunto de enunciados submetidos, paradoxalmente, a uma *regularidade* e uma *dispersão* de sentidos. Dessa forma, através de uma espécie de tensão constitutiva, detecta-se em uma série de enunciados uma regularidade (uma certa ordem geral) e uma dispersão (rupturas, desvios, diferenças, heterogeneidades).

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 1995, p. 43).

Com isso, pode-se perceber que Foucault não nega a unidade que se pode formar em grupos de enunciados, mas questiona a evidência dessa unidade, muitas vezes tomada como dada, à medida que propõe a descrição das dispersões. Certamente não se trata de encará-las como caóticas ou aleatórias. Sua proposta de descrição funda-se na possibilidade de se buscar os índices de regularidade, apesar das dispersões. Para Foucault, enfim, as fronteiras de uma FD são fundamentalmente instáveis, constantemente atravessadas por dispersões. Portanto, o discurso, para Foucault, não tem uma estrutura estável e acabada, mas está em constante construção, enfaticamente colocado sob o signo da heterogeneidade. As FDs passam ser, enfim, constituídas pela contradição, são heterogêneas por constituição, apresentam fronteiras fluidas e reconfiguram as suas relações continuamente.

Dando maior ênfase aos aspectos ligados à prática analítica – sem descolá-la dos princípios sobre os quais se sustenta –, Courtine (1981) admite que não se dissocia o estudo de um processo discursivo, no interior de uma certa FD, do estudo da determinação desse processo discursivo por seu *interdiscurso*. Isso significa concebê-lo como o lugar de formação de *pré-construídos* e da articulação de enunciados. É pensá-lo a partir da produção e circulação dos sentidos nas inter-relações entre FDs. O interdiscurso está, portanto, necessariamente relacionado à FD.

Segundo Gregolin (2006), a partir de problematizações feitas por Courtine (1981) ao projeto pecheuxiano inicial, o trabalho com as heterogeneidades discursivas passa a ser central, cujo tipo de análise permite capturar os efeitos do interdiscurso no intradiscurso. Para

Courtine (1981), o interdiscurso se resumiria enquanto lugar de construção do pré-construído – termo introduzido por Paul Henry, que designa uma construção anterior, exterior e independente, por oposição a que é construído na enunciação –, enquanto o intradiscurso seria o lugar de enunciação por um sujeito. Na prática, seria como se um elemento do interdiscurso se nominaliza e se encadeia no intradiscurso sob a forma de pré-construído, como se esse elemento se encontrasse já aí.

Para Courtine, a ordem do discurso é da ordem do *enunciável*. Por conta disso, o discurso só poderá ser construído em um espaço de memória, no espaço interdiscursivo, que é da ordem do repetível – “uma repetição que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações” (COURTINE, 1999, p. 21) –, em que séries de formulações que marcam, cada uma, enunciações distintas e dispersas que se repetem, se parafraseiam, que se opõem entre si e se transformam. Esse *domínio de memória* “constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciador na formação dos enunciados ‘pré-construídos’, de que sua enunciação apropria-se” (COURTINE, 1999, p. 18). É no domínio de memória, portanto, que se poderá articular os dois níveis: o do *enunciado* (plano dos dizeres já-ditos) e o da *enunciação* (plano do que se está dizendo, o “aqui” e “agora” dos discursos), que se referem, respectivamente, ao interdiscurso e ao intradiscurso.

Devidamente centrada na constituição dos processos de significação, a partir de uma perspectiva interdiscursiva, nossa prática analítica não se limitará à descrição (decodificação de signos linguísticos), nem se restringirá à interpretação (busca dos sentidos exteriores ao texto). O trabalho de análise deverá situar-se exatamente no *entremeio*, simultaneamente, entre a descrição e a interpretação.

Prática analítica discursiva – entre a descrição e a interpretação

Procuramos exercer uma análise descritivo-interpretativa, uma espécie de imbricação entre os dois procedimentos, de descrição e interpretação. Evidentemente, não se trata de duas etapas sucessivas, muito menos estanques.

Consideraremos a questão do ponto de vista da memória. Isto é, trata-se de um saber disseminado, retomado, muitas vezes ressignificado, em uma determinada cultura, em decorrência de uma certa história. Trata-se de uma leitura dos vestígios que exibem uma rede discursiva que envolve os sentidos, que leva a outros textos, a outros discursos, a outros enunciados, que enfim nos conduz pensar a enunciação como operações que regulam a

retomada e a circulação do discurso. Essa busca incessante a outras fontes confirma a memória de uma cultura conservada e reinventada. Formam-se redes de memória que possibilitam o retorno de sentidos e representações do passado, constantemente reatualizados, provocando emergências na memória do presente. Redes de memórias onde os enunciados são confrontados, repetidos, deslocados de seus sentidos, onde se pode observar o movimento da trama enunciativa. Para que uma memória discursiva seja enfim materializada, ou seja, que possamos encontrar remissões dos textos entre si e a outros textos do passado, faz-se necessário identificarmos as enunciabilidades que se encontram no espaço interdiscursivo, onde os enunciados se articulam, representando-as.

O trabalho de análise não se resume a uma atividade de comprovação empírica nem dedutiva. A análise não se situa no domínio dos produtos, mas dos processos, em especial, dos processos de produção dos sentidos. É um trabalho de natureza essencialmente hipotética, cuja tarefa apóia-se sobre uma espécie de representação de um imaginário retido na memória. O exercício analítico repousa pois sobre a construção de implícitos ligados à memória, por meio de operações de retomadas do discurso, que se assemelham as de tipo parafrásticas. Procederemos alinhavando os acontecimentos, cruzando sentidos.

Apoiada em Pêcheux (1990 e 1995), Gregolin descreve esse movimento de análise descritivo-interpretativa, com base na forma material do acontecimento. Isto é, um procedimento analítico que prevê a articulação entre a forma material do enunciado e o seu sentido historicamente produzido, que necessariamente envolve as relações entre o lingüístico e o histórico, que se referem, respectivamente, ao intradiscurso e ao interdiscurso.

O movimento analítico mostra que essa materialidade e esse acontecimento são inseparáveis, isto é, não existe de um lado a linguagem e de outro o histórico; não existe o interior (linguageiro) e o exterior (histórico): ambos se fundem para produzir efeitos de sentidos. Para mostrar esse amálgama, Pêcheux analisa a materialidade do enunciado e evidencia as articulações entre o intradiscurso e o interdiscurso (GREGOLIN, 2006a, p. 30).

Considerando, portanto, a especificidade dos sujeitos produtores dos textos e o seu contexto de produção, isto é, mulheres professoras em processo de formação falando sobre educação, focamos nos discursos que enredam a mulher na condição específica de professora do magistério, a *mulher-professora*.

Análise descritivo-interpretativa: mapeando enunciados

Colocamos em prática o exercício de *regularização*, segundo a proposta analítica de Achard (2007), procurando estabelecer *séries enunciativas* nos textos das professoras, atentando para possíveis derivações. Esse trabalho de busca de *familiaridades ou ligações* (ACHARD, 2007) anteriores entre os enunciados lá mapeados se realiza na constante articulação com a história em torno dos sujeitos envolvidos. O objetivo desse mapeamento enunciativo é observar as regularidades discursivas que permanecem e as que se atualizam no processo de enunciação das condições de existência da mulher-professora.

Como resultado do mapeamento, chegamos a um discurso que se sustentou, no princípio, sob um trinômio de sentidos distintos, por vezes, antagônicos, na caracterização mulher-professora e a educação promovida por ela. Identificamos inicialmente um trio enunciativo, participando cada um de regularizações específicas:

E1: Série enunciativa da “maternagem”

Em E1, o sentido do conjunto de enunciados gira em torno de uma educação apregoada pelo meio do amor, afeto, estímulo, orientação, cuidado, dedicação, e da qualificação da mulher-professora por ser atenciosa, carinhosa, amorosa, doce, gentil, dedicada, meiga etc. Os enunciados reiteram princípios e práticas educacionais historicamente considerados próprios da mulher e da mãe, isto é, ligados à “aptidão inata maternal feminina para o magistério”. Exemplo de enunciado mapeado que participa de E1:

(6)³⁶ Só no ano seguinte eu voltei a estudar, com outra professora, bem mais atenciosa e carinhosa.

E2: Série enunciativa da “rude aspereza”

Em E2, os enunciados giram em torno de uma educação que se apóia sob a violência, raiva, arrogância, sofrimento, indiferença. Características tipicamente não-maternais, que qualificam a mulher-professora enquanto autoritária, intransigente, severa, insensível, isto é,

³⁶ O número a frente dos recortes retirados do *corpus* corresponde à numeração dos textos de onde os recortes foram retirados, nos Anexos da pesquisa. Por exemplo, “6” corresponde ao texto do Anexo 6, e assim por diante.

segundo um estigma convencionado em nossa cultura como masculino. Exemplo de enunciados que dividem o mesmo espaço de enunciabilidade, em E2:

(6) [...] *ela gritou comigo* e insistiu que eu lesse. Então como eu não soube ler, *ela pegou uma vara enorme e ameaçou me bater se eu não escrevesse no caderno o que estava no quadro*. Com *muito medo dela*, eu tentei escrever sem saber mas não consegui. Então novamente, *ela gritou comigo* e *me chamou de burra e cega*, eu *comecei a chorar* com *medo* dela e também por *vergonha*. Ela *me colocou isolada no canto da sala* até o final da aula. Naquele ano eu não voltei mais à escola, eu *sentia muito medo da professora*.

E3: Série enunciativa da “competência técnica”

Os enunciados em E3 convocam sentidos que valorizam a competência técnica da mulher-professora, reflexo de uma série de transformações sócio-econômicas pelas quais passou e passa o magistério feminino, que deram a ela condições de preocupar-se e investir em sua formação intelectual e profissional, motivada, por exemplo, por políticas públicas educacionais e por sua inserção gradual no mundo acadêmico.

(2) Ela era uma *ótima professora, oportuniza o aprendizado em muitas atividades diferenciadas*.

Como nosso objetivo foi mapear as regularidades discursivas que permanecem e as que se atualizam, seguimos com o exercício de regularização/(des)regulação observando possíveis interseções e/ou deslocamentos enunciativos ocorridos entres as três séries inicialmente mapeadas. Chegamos a mais três regularizações, em que novos sentidos se formavam e, com isso, novos enunciados constituíam-se, levando-nos a identificar outras três séries enunciativas:

E4: Série enunciativa da “maternagem” e “competência técnica”

Os enunciados mapeados de E4 associam duas características aparentemente contraditórias para caracterizar a mulher-professora, ao mesmo tempo enquanto “amorosa” e “técnica” – sentidos que se referem respectivamente à E1 e E3, mas escapam à regularidade de ambas as séries. A ocorrência desse discurso heterogêneo ratifica um paradoxo vivido pela

mulher-professora primária na atualidade, na medida em que, de um lado, dedica-se a sua formação intelectual e profissional, e por outro lado, ainda costuma atestar a qualidade da sua atuação profissional em função de seus atributos maternais. Exemplo da nova regularização enunciativa E4, constituída a partir de desregularizações ocorridas em E1 e E3:

(2) Ela era uma *ótima professora, oportuniza o aprendizado em muitas atividades diferenciadas*. [...] Ela era *muito amável, doce* e eu queria agradá-la, mostrando que aprendia tudo que ela me ensinava.

E5: Série enunciativa da “maternagem” e “incompetência técnica”

E5 também é resultado de interseções enunciativas entre E1 e E3. No entanto, aqui há uma particularidade no que se refere à regularidade da série E3, uma vez que a mulher-professora está sendo caracterizada, nesse caso, pela *falta* de competência técnica. Esse desvio à regra nos permite integrar enunciados como os abaixo (encontrados no recorte 19), em uma quinta regularização (E5), reflexo de um desacordo vivido pela mulher-professora no contexto escolar, quando se vê repetindo/reafirmando uma prática de ensino tradicional, mesmo estando inserida em ambiente que tende a promover reflexões sobre esses princípios e práticas docentes ultrapassados.

(19) *A professora era gentil e fazia-nos repetir: B com A, Ba; B com E, Be... e assim por diante*. [...] Depois deveríamos formar as palavras assim: BA-LA, BO-LO, BE-LA. Mas tarde vieram as frases: VOVÔ VIU A UVA, A BOLA É BELA... Não havia musiquinhas para ensinar o alfabeto, massinhas para modelar as letras, televisão, vídeo cassete, DVD, rádio e CD [...].

E6: Série enunciativa da “rude aspereza naturalizada”

Entendemos a série E6 a partir de uma possível desregularização da série E2. Em E6, quebra-se uma regularidade comum entre os enunciados partilhados de E2, na medida em que se está tendendo a *naturalizar* a prática docente rígida, e não a condená-la, como acontece em E2. No recorte 11, por exemplo, a adversativa pode estar contrariando uma expectativa da rejeição criada pela enunciação anterior, quanto à rigidez do sistema educacional, passando a concebê-lo enquanto uma tendência natural, incontestável, como se a educação pela via da rude aspereza seguisse a ordem regular do sistema educacional.

(11) O sistema era muito rígido, *mas* tudo ocorria *naturalmente*.

Finalmente, a partir das seis regularizações enunciativas observadas (E1, E2, E3, E4, E5 e E6), entendemos ter mapeado um “espaço do dizer” sobre a mulher-professora e a educação promovida por ela. Diante dessa constatação, entendemos o sexteto enunciativo, com suas *regularidades* e *dispersões*, fazendo parte de uma mesma *formação discursiva* (FD), confirmando não somente sua característica constitutivamente heterogênea, mas também o jogo de força ao qual a memória está sempre suscetível, que pode desestruturar uma regularização e criar outras, sob a influência do acontecimento discursivo novo. O trabalho analítico desenvolvido conseguiu capturar alguns movimentos de retomada e inserção de sentidos na memória, ao levar em conta os elementos enunciativos que certos implícitos comportam, contribuindo enfim para verificar a constituição dos discursos e seu processo de significação.

Possíveis conclusões

Enfim, a partir do mapeamento de enunciados realizado em nossa pesquisa, conseguimos observar alguns *jogos enunciativos* estabelecidos entre os textos das professoras, que nos levaram a identificar sentidos produzidos em torno da FD sobre a mulher-professora e a educação promovida por ela, em contexto escolar.

No que tange à investigação específica dos enunciados mapeados no *corpus* de nossa pesquisa, observamos uma produção discursiva de sentidos atribuídos a mulher-professora, criada a partir de regularidades enunciativas que foram se formando principalmente pela enunciação desse sujeito. Não se trata de um olhar sobre a mulher-professora como vítima desse processo discursivo, mas como atuante na/para produção de sentidos.

Contraopondo-se a uma prática de naturalização e unificação de sentidos, o trabalho analítico que procuramos empreender buscou observar seus movimentos, os processos discursivos sócio-historicamente determinados que provocaram a sua produção. Isto é, mais do que entender e explicar o que a mulher-professora diz sobre “si mesma”, pudemos perceber o que uma determinada época histórica “diz” sobre ela, por meio de enunciados construídos e partilhados historicamente, no espaço interdiscursivo, que se materializam intradiscursivamente nos textos das professoras. Colocou-se em prática um trabalho de análise

descritivo-interpretativa de apreensão de sentidos em jogo na trama enunciativa, que se situa na ordem da memória.

Referências bibliográficas

ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens. In: *Langages*, 62, 1981.

_____. O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985). In: COURTINE, J.-J. *Cadernos de Tradução* (6). Tradução de Heloisa M. Rosário. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 5-18

_____. A estranha memória da Análise do Discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 25-32.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GREGOLIN, M. R. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 23-44.

_____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

_____. AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. Pedro Navarro (org.). São Carlos: Claraluz, 2006a.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Portugal, Lisboa: Edições 70, 1969.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. Análise do discurso: três épocas. In: GADET, F.; HANK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1995, p. 311-319.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Pontes, 1997, p. 55-66.

A INCORPORAÇÃO DO DISCURSO ALHEIO: A ANÁLISE DE UMA REPORTAGEM

Luana Santos Lemos*

Resumo: O presente artigo, retomando a questão do sujeito heterogêneo, tem por objetivo principal discutir a subjetividade do locutor na incorporação do discurso *alheio*. Fundamentaremos nosso trabalho nos princípios *dialogicos da linguagem* de Bakhtin (1929, 1970 e 1979) e teremos como principal embasamento teórico-metodológico a Teoria Semiolinguística, desenvolvida por Patrick Charaudeau (1995, 1996, 1999, 2001, 2006 e 2008), auxiliada por categorias analíticas de Authier-Revuz (1990, 1998 e 2004) e conceitos teóricos propostos por Maingueneau (1997[1987], 2004, 2008[1995]). O *corpus* será composto de uma reportagem da revista ISTOÉ, publicada em 24 de junho de 2009 e centrada na discussão da *Crise instaurada no Senado brasileiro em 2009*. Aliando teoria e prática, buscaremos compreender como as estratégias no uso do discurso *alheio* se apresentam no gênero *reportagem*, descrevendo as diferentes formas como a voz do *outro* é incorporada à do jornalista para construir um ato de comunicação, a partir de estratégias de seleção, identificação e manipulação desse discurso *outro*. Nesse percurso investigativo, assumimos que a subjetividade existe e que o *eu* circunscreve a voz do *outro*, imprimindo-lhe um tom próprio, um sentido, por vezes, distante do discurso incorporado.

Palavras-chave: Subjetividade. Heterogeneidade. Discurso relatado. Semiolinguística.

Abstract: This research takes up the issue of the heterogeneous subject, it has as main objective to discuss the subjectivity of the speaker in the incorporation of a third person. We base our work on Bakhtin's principles of the *dialogic language* (1929, 1970 and 1979) and we have our theoretical and methodological semiolinguistic theory, developed by Patrick Charaudeau (1995, 1996, 1999, 2001, 2006 and 2008), supported by Authier-Revuz (1990, 1998 and 2004) analytical categories and theoretical concepts proposed by Maingueneau (1997[1987], 2004, 2008[1995]). The *corpus* will consist of one report the is ISTOÉ, published on June 24, 2009 and focused on discussing the *Crisis brought to the Brazilian Senate in 2009*. Combining theory and practice, trying to understand how the strategies in the use of a third person occur in the gender report, describing the different ways, the voice of others is embodied in the journalist to build an act of communication from the selection of strategies, identification and manipulation of another speech. In this investigative journey, we assume that subjectivity exists and that one limited the voice of the others, giving it their own tone, a sense, sometimes far from the embedded speech.

Keywords: Subjectivity. Heterogeneity. Reported speech. Semiolinguistics.

* Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), Vitória-ES, Brasil, luagora@yahoo.com.br. Orientação: Prof.ª Dr.ª Hilda de Oliveira Olímpio.

Neste artigo, faremos um percurso, sem pretensão de exaustividade, dos estudos sobre a incorporação do discurso alheio, evidenciando como a teoria bakhtiniana abriu caminho para uma nova compreensão do processo de representação do discurso do outro.

Graças às traduções da obra de Bakhtin (1995 [1929]), muitos estudos sobre o discurso reportado na perspectiva enunciativa e dialógica privilegiaram a interação entre os discursos, e não mais as formas de citação. Nessa perspectiva, não se trata mais de considerar o texto como objeto homogêneo produzido por um sujeito também homogêneo, mas um objeto heterogêneo, produto de um sujeito também heterogêneo.

Todo discurso manifesta a incorporação do discurso alheio. Como afirma Bakhtin (1995 [1929]), a linguagem é por natureza dialógica, já que nela se cruzam as palavras dos outros. Todo pensamento que se materializa no discurso é resultante de outras falas, outros posicionamentos, não há discurso que seja genuinamente inovador, ele é heterogêneo por natureza. Em outras palavras, um discurso é heterogêneo porque sempre comporta constitutivamente em seu interior outros discursos.

Bakhtin (1995), ao tratar das formas do discurso reportado, como o caso do discurso direto e discurso indireto, não considera essas formas como uma mera transposição de um discurso sobre outro discurso, como é feito tradicionalmente. Pelo contrário, ele critica essas concepções por não considerarem as alterações estilísticas nem o contexto narrativo.

“[...] Essas formas são apenas esquemas padronizados para citar o discurso. Mas esses esquemas e suas variantes só podem ter surgido e tomado forma de acordo com as tendências dominantes da apreensão do discurso de outrem; além disso, na medida em que esses esquemas assumiram uma forma e uma função na língua, eles exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas” (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 147).

Flores (2009, p. 85) mostra que, para a teoria bakhtiniana, o discurso reportado é um problema específico de sintaxe que é tratado impropriamente pelos linguistas. O autor propõe que esse mecanismo seja visto a partir de uma perspectiva enunciativa, isto é, levando-se em conta as condições reais de fala. Chama a atenção para o fato de que aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, mas um ser cheio de palavras interiores. Essas palavras interiores constituem um substrato a partir do qual se dá a interação do discurso citante com o discurso apreendido do exterior. É no quadro do discurso interior que ocorre a apreensão da enunciação de outrem, sua compreensão e sua apreciação.

O teórico critica a supervalorização da *forma* em detrimento de uma *concepção ativa* de transmissão/recepção do discurso alheio. Nessa linha, Brandão (2000, p. 161) lembra que uma mesma forma pode produzir efeitos de sentidos diversos e é isso que se deve levar em conta quando incorporamos discursos alheios à nossa fala.

Segundo Bakhtin (1995 [1929]), o discurso alheio é visto pelo falante como a enunciação de uma outra pessoa, que possui uma construção independente e está situada fora do contexto narrativo. Em função dessa existência autônoma é que o discurso do outro passa para o contexto narrativo conservando o seu conteúdo e, ao menos, parte de sua integridade linguística e autonomia estrutural primitiva (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 144-145). O autor considera que, ao incorporar o discurso alheio, esse discurso sofre modificações e, conseqüentemente, não é mais o mesmo. No entanto, mesmo sofrendo alterações, o discurso do outro pode ser reconhecido. Assim, *o discurso de outrem não se dilui nem se efetua completamente* (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 145).

Dessa forma, Bakhtin afirma que todo discurso é constituído de várias vozes, que o dialogismo é a condição de existência do discurso. Na linha de Bakhtin, Authier-Revuz (1990) coloca o dialogismo como condição de existência de todo discurso. A autora distingue duas ordens de heterogeneidade (como já foi exposto anteriormente): a heterogeneidade mostrada no discurso - que indica a presença do outro no discurso do locutor; e a heterogeneidade constitutiva do discurso - que dificulta a possibilidade de captar linguisticamente a presença do outro no um.

A autora explica que é da natureza do discurso ser heterogêneo, por isso a heterogeneidade é constitutiva, faz parte da constituição do discurso. Trata-se da polifonia formada pelas vozes da história e da cultura (e também, do inconsciente), que se fazem presentes em todo universo discursivo e em relação à qual o autor não tem controle racional e, às vezes, nem sequer consciência.

Já a heterogeneidade mostrada revela-se de forma explícita na materialidade textual. Diferentemente da heterogeneidade constitutiva, ela é a indicação na superfície do texto da presença de outros discursos, de outras vozes que não a do locutor. A heterogeneidade mostrada, ainda segundo Authier-Revuz (1990), inscreve o outro na sequência do discurso e divide-se em duas modalidades: a marcada, da ordem da enunciação e visível na materialidade linguística e a não-marcada, da ordem do discurso e não provida de visibilidade.

A heterogeneidade mostrada marca o discurso com certas formas que criam o mecanismo de distância entre o sujeito e aquilo que ele diz. Pode acontecer através de formas marcadas como o discurso direto, o discurso indireto, as aspas, o itálico e o metadiscurso do

locutor (conjunto de expressões, glosas, retoques, comentários). Quando não é marcada, pode-se citar o caso do discurso indireto livre, da ironia, da metáfora, dos jogos de linguagem, da imitação.

Pela heterogeneidade mostrada, pode-se perceber como os discursos constituem suas identidades, como delimitam seus limites e fronteiras (AUTHIER-REVUZ, 1990). Por outras palavras, ela nos revela a que vozes os discursos necessitam recorrer para se constituir, ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação entre essas vozes.

Neste contexto, Sírio Possenti (1995) vai questionar que o destaque dado ao papel do *outro* leva muitas teorias a negligenciar a importância do *eu*, a subjetividade. Segundo o autor,

“A própria ideia de heterogeneidade se constitui pela afirmação do outro num lugar que antes não lhe era previsto. Ora, é má lógica pensar que, então, torna-se obrigatório deixar ao outro todo o lugar e todos os papéis. Voltaríamos à simplificação de antes apenas invertida” (POSSENTI, 1995, p. 53).

Por isso, acreditamos que, junto a essa questão proposta pelo autor, faz-se necessário, associar à noção de "heterogeneidade constitutiva de todo discurso" (AUTHIER, 1990) a concepção de um sujeito ativo, que inscreve sua subjetividade no discurso sob a rubrica de um trabalho efetuado sobre a linguagem e sobre as línguas em particular, do qual resultam marcas do que Possenti (1995) chamou de "subjetividade mostrada". Em outras palavras, diante da noção de *heterogeneidade mostrada*³⁷, o autor propõe uma inversão – a ação do sujeito, detectada no discurso do *outro*, não pode ser disfarçada; tal trabalho manifestaria, na verdade, uma *subjetividade mostrada*³⁸. Frise-se que essa inversão, longe de ser uma simples mudança de nomenclatura, constitui uma quebra de paradigma na questão da constituição do sujeito.

Bem antes do questionamento de Possenti (1995), Othon Moacyr Garcia, um dos precursores dos estudos do discurso no Brasil³⁹, em seu livro “*Comunicação em prosa moderna*” (2006 [1967]), já estava atento para o trabalho do sujeito na incorporação da voz alheia. Segundo o autor, os verbos *dicendi*, como afirmar, indagar, retrucar, negar, gritar, solicitar, aconselhar e mandar têm como principal função indicar o interlocutor que está com a palavra.

³⁷ Cf. Authier-Revuz 1990.

³⁸ “a estratégia do eu é apresentar-se como se fosse um outro, mas, sutilmente, imiscuir-se no discurso conhecido, no discurso do outro, alterando-o e deixando a marca de sua presença” (POSSENTI, 1995, p. 51).

³⁹ No XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 25 e 29 de agosto de 2008, cujo homenageado foi Othon Moacyr Garcia, Vera Lúcia Paredes Silva, na apresentação de uma Conferência, destacou Garcia (1967) como um precursor dos estudos de discurso no Brasil, pelo fato de que antes mesmo de os estudos de língua portuguesa passarem a intitular-se estudos de Comunicação e Expressão, já o autor valorizava a língua como meio de comunicação.

Garcia (2006 [1967]), então, propõe uma classificação dupla para esses verbos: os verbos *declarandi* ou *dicendi* (de declaração), como verbos de *elocução*, que se referem à maneira pela qual alguém se expressa; e os verbos *sentiendi* ou de sentir (assim chamados, por analogia aos *dicendi*) que constituem uma espécie de vicários ou variações dos verbos de elocução, com a função predominante de expressar a carga de afetividade presente na língua falada, caracterizando o estado de espírito, a reação psicológica, as emoções, as atitudes, os gestos, etc.

Mais recentemente, Marcuschi (1991) também chamou a atenção para a ação desses verbos que introduzem opiniões, em um artigo intitulado “*A ação dos verbos de opinião*” (1991, p. 74). Esse foi um dos primeiros textos que tivemos oportunidade de ler nessa perspectiva, sendo um dos inspiradores para a investigação que nos propomos fazer nesta pesquisa. A ideia central do artigo compreende que

“[...] os jornalistas, quando reproduzem opiniões de políticos na imprensa, estão submetidos a um sistema de formulação que não é neutro. (...) A ideia central é que os verbos agem seletivamente sobre os conteúdos dando-lhes uma intencionalidade interpretativa com características ideológicas. Com isto mostra-se que a atividade jornalística não é apenas expositiva, mas analítica e interpretativa” (MARCUSCHI, 1991, p. 74).

Segundo o autor, procede-se, em geral, a uma nova seleção de termos e a outra construção sintática que as do autor no momento em que se reproduzem as opiniões de alguém. Isso cria a possibilidade de distorção ou interferência no discurso relatado, levando a algumas indagações:

- (a) *será possível informar opiniões sem manipulá-las?*
- (b) *qual a estratégia usada pelos jornais na informação de opiniões?*

Marcuschi (1991) afirma que toda informação é fruto de certa compreensão do fenômeno apresentado, a qual funda-se nas estruturas sócio-político-culturais de quem informa, submetendo a construção da informação ao mecanismo das condições de produção do discurso. No entanto, mais do que mostrar que a neutralidade é impossível, ele tenta analisar como a parcialidade se dá na introdução do discurso alheio, seja como interpretação, seleção (de verbos usados) ou avaliação. “*Parto da premissa de que apresentar ou citar o*

pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma tomada de posição diante do exposto” (MARCUSCHI, 1991, p. 75).

Podemos resumir a ideia proposta pelo autor com suas próprias palavras “*os verbos introdutórios de opiniões exercem uma ação direta sobre o sentido do discurso relatado e cumprem uma função reordenadora do texto dentro da economia jornalística e preservando o modo de sua ação” (MARCUSCHI, 1991, p. 91).* Dessa forma, Marcuschi encerra seu estudo dizendo que

“*é muito difícil informar sem manipular, por melhores que sejam as intenções. Portanto, as estratégias jornalísticas para relatar opiniões não são uma mera questão de estilo, pois as palavras são instrumentos de ação e não apenas comunicação” (MARCUSCHI, 1991, p. 92).*

Uma proposta teórica que vai respaldar esse questionamento está na gênese proposta por Maingueneau (2008 [1995]). Como já dissemos anteriormente, para o teórico, o interdiscurso precede o discurso, e esse caráter do interdiscurso faz com que a interação semântica entre os discursos seja um processo de interincompreensão regrada. Cada discurso introduz o Outro em seu fechamento, mas introduz o Outro de forma traduzida, produz na verdade um simulacro do Outro, o seu próprio avesso (MAINGUENEAU, 2008 [1995], p. 99-100).

Desse ponto de vista, a questão não é haver dois ou mais discursos em contato, o interdiscurso precede o discurso literalmente: independentemente de haver um Outro, esse Outro será sempre desenhado a partir do Um, e na forma de simulacro.

Os enunciadores de um discurso dado adquirem o domínio tácito de regras que permitem produzir e interpretar enunciados que relevam de sua própria formação discursiva e permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagonistas. Trata-se da aptidão dos enunciadores de reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados ou da(s) formação(ões) discursiva(s) que constitui(em) seu outro (MAINGUENEAU, 2008 [1995], p. 99-100). E mais do que isso, trata-se da aptidão de interpretar, traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições. Esta polêmica, ao invés de prejudicar a estabilidade do discurso, como se poderia acreditar, é necessária para sua sobrevivência. É importante, porque faz parte da própria constituição do discurso.

Maingueneau também nos mostra que as eternas polêmicas em que as formações discursivas estão envolvidas não surgem de forma contingente do exterior, mas são a

atualização de um processo de delimitação recíproca localizado na própria raiz dos discursos considerados (MAINGUENEAU, 1997 [1987], p. 120). A polêmica também é necessária, pois é nessa relação com o Outro que o discurso cria possibilidade para mostrar a crença em sua superioridade.

Segundo o autor, “o discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à interdiscursividade para constituir-se” (MAINGUENEAU, 2008a [1995], p. 117). Sendo a polêmica intrínseca ao discurso, o conflito não se dá de qualquer maneira, uma vez que a “incompreensão” se transforma em “interincompreensão” porque obedece a regras e estas regras são as mesmas que definem a identidade das formações discursivas consideradas (MAINGUENEAU, 1997 [1987], p. 120).

Trata-se de ver o outro a partir de suas próprias lentes, de colocar na boca do adversário palavras que decorrem do registro negativo de seu próprio discurso. O enunciador do discurso imagina que, recusando o outro, como se este decorresse de seu registro negativo, ele está reafirmando a validade de seu registro positivo. Ou seja, o enunciador de um discurso que ocupa uma das posições nunca compreende o que se diz a partir de outra posição, mas apenas o que ele diria se ocupasse a posição do outro, tendo a ideologia que tem.

Nesse sentido, Gavazzi e Rodrigues (2003, p. 57-59), inspirados em Maingueneau (1997), sugerem que os verbos *dicendi* podem ser classificados como descritivos e avaliativos. No primeiro caso, devem-se incluir os verbos “*que situam o discurso relatado na cronologia discursiva*” (2003, p. 57), como, *continuar, acrescentar, concluir* etc., e aqueles “*que indicam o tipo de discurso do interlocutor ou modo de realização fônica do enunciado*” (2003, p. 57), como *perguntar, responder, descrever, murmurar* etc. Quanto aos verbos avaliativos, as autoras postulam que estão mais ligados à credibilidade e à legitimidade do jornalista – é ele quem traduz as intenções do seu interlocutor, segundo o seu próprio ponto de vista ou de um grupo que ele representa. Analisando os verbos sob a perspectiva da avaliação, estaríamos, portanto, no âmbito da ação de tais verbos, que revelariam a intenção do enunciador do discurso citante nas seguintes categorias (GAVAZZI; RODRIGUES, 2003, p. 57-59):

- a) *Efeito de imparcialidade*: aqui se enquadram verbos como *dizer, falar, declarar, opinar* etc., considerados “neutros” em relação a outros modalizadores.
- b) *Valorização negativa*: verbos como *jurar, imaginar, garantir, acreditar, sonhar, tentar justificar, choramingar, desconversar* etc., ao serem empregados, desvalorizam a fala do outro, não lhe conferindo credibilidade.
- c) *Valorização positiva*: nesse caso, enaltece-se a figura do outro, colocando em posição de superioridade, na qual ele pode *aconselhar, explicar, pontificar, analisar, diagnosticar, ensinar, ponderar, teorizar* etc.

d) *Polemização*: os verbos desta categoria revelam o conflito existente entre pessoas e grupos, contribuindo para acirrar ainda mais a discussão. São eles: *ironizar*, *devolver* (no sentido de revidar uma ofensa/acusação), *atacar*, *disparar*, *alfinetar*, *culpar*, *gozar*, *cutucar*, *discordar*, entre outros.

e) *Solidariedade*: utilizados quando o outro encontra-se, segundo o jornalista, em posição de injustiça social, solidarizando-se com sua causa: *desabafar*, *queixar-se*, *indignar-se*, *lamentar*, *pedir*, *lembrar*. (GAVAZZI; RODRIGUES, 2003, p. 57-59).

Desse modo, acreditamos, seguindo as autoras citadas, que o uso dos verbos *dicendi*, ao agirem sobre a organização do discurso relatado, acabam por agir também sobre a sua interpretação, configurando-se em poderoso instrumento de manipulação de ideias.

Charaudeau (2006a, 2008) também vai discutir a heterogeneidade constitutiva do discurso. Baseado no pensamento bakhtiniano, o autor faz a seguinte afirmação:

“Todo fato de linguagem poderia ser considerado um discurso relatado se este último fosse definido de maneira ampla: ao vir ao mundo, cada ser humano é imediatamente mergulhado num oceano de palavras; não de palavras circulando como anjinhos anunciando seu advento, mas palavras corporificadas em seres humanos, seres humanos que durante toda vida constituirão esse outro eu com quem e contra quem cada um deverá travar combates para construir sua identidade. Retomado, repetindo, imitando, o que os outros disseram, apropriando, reconstruindo, modificando, ou mesmo inovando o dito através de seu próprio ato de enunciação é que se constrói a identidade do ser falante, o que faz com que falar seja, ao mesmo tempo, dar testemunho de si e do outro, do outro e de si” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 161).

Fica evidente, no excerto transcrito, que Charaudeau reconhece no discurso uma heterogeneidade constitutiva. Ao se apropriar do conceito de dialogismo de Bakhtin, Charaudeau (2008, p.161) afirma que “*a palavra do outro está sempre presente em todo ato de enunciação de um sujeito falante, instituindo um ‘dialogismo’ permanente entre o outro e o sujeito que fala*”. Dessa forma, o autor concebe que todo discurso é heterogêneo por definição, uma vez que é instituído no contexto sócio-cultural.

O discurso relatado é uma modalidade complexa que depende da posição dos interlocutores, das maneiras de relatar um discurso já enunciado, e da descrição dos modos de enunciação de origem (CHARAUDEAU, 2008, p. 102). Charaudeau (2006a, p. 162), priorizando o nível formal, diz que o discurso relatado caracteriza-se pelo encaixe de um dito num outro dito, pela manifestação da heterogeneidade do discurso. Essa heterogeneidade está marcada por índices que indicam que uma parte, pelo menos, do que é dito, deve ser atribuída a um locutor diferente daquele que fala. Mas adverte:

“Por vezes essas marcas são discretas e surge então o problema da fronteira entre “discurso relatado” e “interdiscursividade”, fenômeno geral da inserção de fragmentos de discursos uns nos outros, não necessariamente explicitada. É que pode ser estrategicamente útil jogar com a possibilidade de não fornecer índices do dito relatado, ou de sugeri-los, ou de deixá-los à apreciação do interlocutor. Com isso, o locutor-relator apaga o locutor de origem, como se o que ele enuncia só pertencesse [a] ele. É nesse jogo de marcação-demarkação, por um lado, não-marcação-integração, de outro, que se situa o discurso das mídias de informação” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 162).

O certo é que no discurso reportado, o enunciador toma por objeto um outro ato de enunciação. Nessa direção, Charaudeau esquematiza o discurso relatado como um ato de enunciação pelo qual um locutor (Loc/r) relata (Dr) o que foi dito (Do) por um outro locutor (Loc/o), dirigindo-se a um interlocutor (Interloc/r) que, em princípio, não é o interlocutor de origem (Interloc/o). A isso é preciso acrescentar que o dito, o locutor e o interlocutor de origem (Do, Loc/o, e Interloc/o) encontram-se num espaço-tempo (Eo – To) diferente daquele (Er – Tr) do dito relatado (Dr), do locutor- relator (loc/r) e do interlocutor final (Interloc/r). Esse mecanismo, Charaudeau representa da seguinte maneira:



Esquema apresentado por Charaudeau (2006a, p. 162)

No entanto, o locutor-relator (Loc/r) não pode coincidir necessariamente com o interlocutor de origem (Interloc/o). Um ou vários intermediários podem intervir entre os dois, o que pode ocasionar um certo número de problemas em relação ao *grau de fidelidade*, ao *modo de reprodução* e ao *tipo de "distância" do locutor*. Por exemplo, em “Ele me havia dito que...”, o locutor-relator coincide com o interlocutor de origem, porém o mesmo não ocorre em “Ele lhe havia dito que...”. A fidelidade pode estar presente no *discurso reportado*, em graus diferentes, de acordo com uma intenção clara, ou não, da parte do relator.

O *discurso de origem* pode ser narrado de diferentes modos pelo (Loc/r). Ele pode ser: a) *citado*, b) *integrado*, c) *narrativizado* ou d) *evocado* (CHARAUDEAU, 2008, p. 104-105).

a) *Citado* – caso que corresponde ao que a gramática tradicional chama de *estilo direto*, o (Do) é *citado* (mais ou menos integralmente) numa construção que o reproduz tal como foi enunciado, de maneira autônoma em relação ao *dizer enunciativo* que ele retoma.

b) *Integrado* – correspondente ao *estilo indireto* da gramática tradicional, o (Do) é retomado numa construção que o *integra parcialmente* ao dizer daquele que relata,

o que provoca a transformação do enunciado: o discurso é relatado em terceira pessoa, e então os *pronomes* assim como o *tempo verbal* dependem, não do momento de enunciação de origem, mas do momento de enunciação do locutor que relata.

c) *Narrativizado* – o (Do) é relatado de tal forma que se integra totalmente, ou mesmo desaparece, no dizer daquele que relata. O locutor de origem *torna-se agente de um ato de dizer*.

d) *Evocado* – o (Do) aparece apenas como um dado evocador do que o locutor de origem disse, ou tem o hábito de dizer. Essa “maneira de relatar”, configurada frequentemente por uma palavra ou grupo de palavras *entre aspas, travessões, ou parênteses*, corresponde a um “*Como você diz*”, “*Como ele diz*”, “*Como se diz*” ou “*Como eu gosto de dizer*”. Correspondem ainda a esse caso citações de máximas e de provérbios equivalentes a “*Como se diz*”, fazendo alusão ao saber popular, à *vox populi* (CHARAUDEAU, 2008, p. 104-105).

A classificação proposta por Charaudeau (2006) não só amplia o que a tradição gramatical considera como *discurso reportado* (discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre), como também, mostra que o *discurso reportado* é mais do que forma, ou seja, é língua em uso.

Segundo Charaudeau (2006), o discurso relatado representa um dos maiores problemas enfrentados pelo discurso da mídia, especialmente o da imprensa escrita. Esse discurso navega constantemente entre uma “citação” fiel (apresentada entre aspas), mas que pode raramente ser dada em totalidade (por extenso), e uma “interpretação” de fatos e gestos, assim como “não-ditos”.

O autor explica que é na operação de construção do dito com a finalidade de reintegrá-lo a um novo ato de enunciação que o discurso relatado sofre uma transformação enunciativa do já dito e, ao mesmo tempo, aponta para uma apropriação ou rejeição deste último pelo locutor-relator. Acresce que é na operação de desconstrução que o discurso relatado mostra se tratar realmente de um dito tirado de outro ato de enunciação, distinguindo o dito relatado do dito de origem e operando uma reificação deste último, que serve para provar a autenticidade do discurso do relator.

Como bem lembra Pauliukonis & Monnerat (2008, p. 58),

“Tanto as palavras quanto as ideias que vêm de outrem, como condição discursiva, tecem o discurso individual de forma que as vozes – elaboradas, citadas, assimiladas ou simplesmente nasceradas – interpenetram-se de maneira a se fazerem ouvir. Convém lembrar ainda que todo ato de tomar a palavra implica, para o locutor, a construção de uma imagem de si próprio. E é inegável que a “maneira de dizer” induz a uma imagem que pode facilitar ou condicionar a boa realização de um projeto. Em outras palavras, por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador” (PAULIUKONIS; MONNERAT, 2008, p. 58).

Desta maneira, o discurso relatado funciona estrategicamente como um discurso de prova em relação ao outro e a si mesmo. Com relação ao outro, apoiando-se na operação de empréstimo, o discurso relatado visa a produzir provas de autenticidade do dito de origem, de responsabilidade daquele que disse, de verdade do que foi dito; com relação a si, apoiando-se na operação de demarcação, o discurso relatado visa a produzir a prova de certo posicionamento do locutor, a saber: de autoridade, na medida em que relatar é mostrar que sabe; de poder, já que citar é revelar ao outro o que foi dito e que ele ignora; de engajamento, pois relatar revela, por uma determinada escolha de palavras, a adesão do locutor-relator aos propósitos do locutor de origem.

É importante perceber que no uso do *discurso reportado* um modo de enunciação de origem pode ser retomado de diferentes formas pelo locutor relator, caracterizando a atitude comunicativa do locutor de origem. É importante frisar, ainda, que nem sempre o *discurso reportado* aparece com a pontuação canônica.

Feita essa exposição teórica, que se espera tenha sido esclarecedora, partiremos para a análise do *corpus*, na qual serão observadas as marcas da presença do sujeito e as estratégias discursivas utilizadas.

Análise da reportagem “Onde estão os éticos?” da revista ISTOÉ:

A reportagem que compõe o nosso *corpus* é “*Onde estão os éticos?*”⁴⁰, escrita por Sérgio Pardellas, e também publicada no dia 24 de junho de 2009, na revista ISTOÉ⁴¹. Essa revista, pertence a Editora Três, veicula informações de conteúdos gerais e é considerada uma das quatro principais revistas semanais a circularem no Brasil.

A reportagem que escolhemos para analisar é a primeira reportagem da seção “*Brasil*” da revista. A imagem que acompanha a reportagem analisada faz uma *intertextualidade* com os famosos cartazes do Velho Oeste Americano em que a cabeça dos procurados eram expostos pela cidade. Os “*Procurados*” são os senadores Romeu Tuma, Jarbas Vasconcelos, Cristovam Buarque, Pedro Simon e Tasso Jereissati, com o seguinte enunciado: “*ATRASADOS Tuma, Jarbas, Buarque, Simon e Jereissati: cobrança de medidas contra abusos só surgiu depois de revelação de atos secretos*”. O título “*Onde estão os éticos?*” propõe, de forma irônica, um questionamento sobre a postura política desses Senadores, questionamento que é reforçado pelo *lide* da reportagem: “*Tão grave quanto os atos secretos*

⁴⁰ A Reportagem está fragmentada na análise em pequenos trechos.

⁴¹ Informações disponíveis em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Isto_%C3%89>.

para práticas de nepotismo e favorecimentos é o silêncio cúmplice de todo o Senado. Entenda por que nem o chamado grupo ético tomou providências”. Podemos perceber, desse modo, que o *projeto de fala* do EUC gira em torno da temática de crise no Senado, porém, não possui o mesmo foco da revista VEJA (a defesa do presidente Lula em relação ao senador José Sarney). O foco da reportagem da ISTOÉ está na responsabilidade dos senadores diante da crise, diferentemente do foco da reportagem da VEJA, que responsabiliza Lula pelo clima de impunidade política.

Nesse sentido, nos apropriamos da classificação que Marcuschi (1991, p. 78) faz sobre a *interpretação pela seleção* daquilo que é informado para mostrar que nessa seleção existe a marca da subjetividade do locutor. Sabemos que o jornalista está submetido a uma série de constrangimentos políticos, econômicos, estruturais, hierárquicos e temporais em sua rotina de trabalho, os quais afetam suas escolhas. E por esse motivo para a instituição/empresa ISTOÉ, dentre todos os acontecimentos que envolveram a crise no Senado, o mais importante era polemizar as atitudes dos senadores, não enfatizando as declarações do presidente Lula em relação a Sarney, as quais foram tão exploradas e questionadas pela revista VEJA.

Na composição dessa reportagem, é possível perceber que, mais uma vez, as principais estratégias de argumentação são comandadas por uma organização *enunciativa*, visto que o sujeito comunicante (EUC – o jornalista que representa a Instituição/Empresa – revista ISTOÉ) está empenhado em estabelecer o seu ponto de vista usando como estratégia de *prova* vozes alheias (as diferentes vozes que confirmam o seu *projeto de fala*) com a intenção de persuadir seu interlocutor (TUi – os leitores da revista).

Desse modo, nessa organização enunciativa, o comportamento *delocutivo* aparece de forma predominante, podendo ser associado aos efeitos de distanciamento que colaboram para a construção da argumentação buscando a credibilidade na enunciação de vozes alheias.

No primeiro parágrafo da reportagem, podemos notar que o jornalista busca relatar o acontecimento. Neste caso, constrói uma encenação narrativa: diante de uma crise no Senado brasileiro, um grupo de senadores programam um almoço para tentar reverter a situação de crise. No entanto, o jornalista, num tom de crítica, deixa entender que os políticos não estavam interessados em resolver o problema; na verdade, os interesses se voltam para fazer parte desse grupo auto-intitulado de “éticos”. Vejamos:

“A foto já estava encomendada. O grupo de nove senadores auto-intitulados “éticos” programou um almoço para a última terça-feira 16 no gabinete de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Posariam diante dos holofotes como os responsáveis por tentar livrar a instituição do fosso profundo em que se encontra desde o início do ano, quando

ecloidiu o escândalo do pagamento de horas extras aos servidores em pleno recesso e o das diretorias fantasmas destinadas a acomodar afilhados políticos e garantir mordomias” (ISTOÉ, 2009, p. 37).

O uso das aspas, neste caso, configura um distanciamento em relação a fala citada, deixando denunciar o posicionamento do jornalista de questionamento do termo “*ético*” para os senadores em questão. É interessante que essa ironia ecoa de forma polifônica sobre a tese defendida em todo o texto: *não existe ética no Senado*.

Observamos no texto que, por meio de conteúdos explícitos ou implícitos, o objetivo do jornalista é atribuir conotações negativas aos políticos, atacando a imagem dos senadores. De forma bem próxima ao “deboche”, o jornalista simula o que seria os bastidores desse encontro, denunciando o desejo dos 15 senadores de participarem do encontro. O jornalista traduz para o leitor que a preocupação desses políticos era muito mais em aparecer na foto oficial como pertencente ao chamado “*grupo dos éticos*” do que, efetivamente, buscar alternativas para a resolução da crise. Vejamos:

“Mas tão logo vazou a notícia sobre o encontro nos corredores do Senado, o celular de Jereissati não parou mais de tocar. “Vai ter reunião dos éticos? Também quero ir”, repetiram mais de 15 senadores. “Eu fui convidado”, fez questão de dizer o senador Almeida Lima (PMDB-SE) e outros que eram questionados sobre o assunto em plenário. Resultado: o almoço foi cancelado. Em vez de uma mesa farta, houve uma reunião austera, no dia seguinte, no gabinete de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A pressão da maioria dos senadores descaracterizou o convescote dos ‘éticos’” (ISTOÉ, 2009, p. 37).

No trecho acima, observamos que o locutor produz uma encenação para mostrar no que se transformou o encontro dos senadores. Os enunciados “*Vai ter reunião dos éticos? Também quero ir*” não correspondem exatamente à real fala dos senadores, mas o locutor contrói uma cena para reproduzir a preocupação desses políticos com sua auto-imagem. Com a expressão “*fez questão de dizer*”, o locutor, num tom irônico, deixa escapar sua subjetividade avaliando o dito do senador Almeida Lima – “*Eu fui convidado*”.

Notamos que o jornalista retoma uma série de acontecimentos que desencadearam a referida crise, questionando a atuação desses políticos. Vejamos:

“Mas algumas perguntas são inevitáveis: onde estavam os éticos do Senado quando vários desmandos foram cometidos pelo ex-diretor-geral, Agaciel Maia, que ficou 14 anos no cargo com a bênção de seguidas mesas diretoras? Não sabiam que pode chegar a mil o número de atos secretos baixados nos últimos dez anos, que serviram para nomear apadrinhados de senadores e de diretores, aumentar salários, criar

cargos, contratar empresas, proteger servidores envolvidos em maracutaias? (ISTOÉ, 2009, p. 37).

As perguntas “*Onde estavam (...)?*”, “*Não sabiam (...)?*” são questionamentos que reforçam a ideia de falta de ética desses senadores, dando sustentabilidade à seguinte tese proposta logo em seguida pelo jornalista,

“É difícil acreditar que um senador nunca, nesta ou em outra legislatura, soubesse de nada ou não tenha precisado de uma benesse a partir de um ato, secreto ou não, da diretoria da Casa” (ISTOÉ, 2009, p. 37).

Para confirmar sua tese, o jornalista convoca várias vozes que, de forma polifônica, vão estabelecer uma forte *prova* argumentativa na busca do seu objetivo persuasivo. Nesse sentido, destacamos o uso dos verbos *dicendi*, que na reportagem analisada é uma marca bastante expressiva. Esses verbos delinham as falas alheias deixando verificar a acentuada subjetividade do jornalista criando um “*efeito de opinião*” (quando o locutor de origem expressa uma apreciação sobre um fato considerado importante pela mídia).

Retomando a classificação de Gavazzi e Rodrigues (2003, p. 57-59), para quem esses verbos estão mais ligados à credibilidade e à legitimidade do jornalista, acreditamos que o uso dos verbos *dicendi*, ao agirem sobre a organização do discurso relatado, acabam por operar também sobre a sua interpretação, configurando-se em poderoso instrumento de manipulação de idéias. Observamos que no trecho abaixo

“Afinal, os diretores do Senado são uma espécie de assessores de luxo dos senadores. “Toda criação de cargo é feita pela mesa diretora e convalidada pelo plenário. E são os próprios senadores que preenchem esses cargos criados. Ninguém pode dizer que não sabia”, garantiu, durante a semana, Agaciel, um dos pivôs da crise. “Acho meio canhestro sair por aí dizendo que a gente não sabe de nada”, reconhece o ex-presidente da Casa Garibaldi Alves (PMDB-RN). “*não há decisão que não passe pelo colégio de líderes e pela mesa. Vivemos aqui um grande teatro*”, constata Wellington Salgado (PMDB-MG)” (ISTOÉ, 2009, p. 37)

os verbos *dicendi* como “*garantir*”, “*reconhecer*” e “*constatar*” denunciam a intencionalidade do jornalista em comprometer a credibilidade dos senadores. Vale lembrar que um problema na evocação das vozes alheias é essencialmente a questão da fidelidade quanto à maneira de relatar a palavra do outro. Na reportagem analisada, percebemos que o locutor opera transformações nos ditos relatados. Do mesmo modo, por exemplo,

“O senador Pedro Simon, dono de discursos tradicionalmente duros e indignados, admitiu que usou, pelo menos uma vez, sua cota de passagens para levar sua mulher à Europa, quando encontrou a ex-candidata presidencial francocolombiana Ingrid Betancourt. "Fiz uma viagem em 26 anos, sem um extra, sem diária, sem coisa nenhuma", defende-se” (ISTOÉ, 2009, p. 37)

os verbos *dicendi* “*admitiu*” e “*defendeu-se*” conferem uma valorização negativa, conforme a classificação das autoras, às declarações do senador Pedro Simon reproduzidas pelo jornalista, ou seja, o enunciado do referido senador deixa de ser apenas uma declaração para se transformar em uma defesa. Ao serem empregados, desvalorizam a fala alheia, criando uma espécie de afastamento e descompromisso com que foi enunciado.

Ainda nesse trecho, percebemos que o jornalista recorre à citação das palavras de Darcy Ribeiro (ex-senador), com um *efeito de testemunho*, para comprovar como realmente se configura o senado para os políticos, explorando essa citação num tom irônico e provocando, assim, o humor. Vejam:

“Não à toa, quando passou pela Casa como representante do Rio de Janeiro (1991-1997), Darcy Ribeiro descreveu o Senado como o "céu". Com uma vantagem: "Não é preciso morrer para estar nele." A cumplicidade também vem de longe” (ISTOÉ, 2009, p. 37).

O jornalista para dar mais credibilidade a sua argumentação lança mão de elementos históricos (textos literários) que servem como *prova* testemunhal e documental de que essa postura política (não ética) não é novidade no cenário brasileiro. O jornalista faz alusão a esse cenário degradante no Brasil já em 1899, retomando o trecho de uma crônica de Machado de Assis:

“Numa crônica publicada em 1899 (“O Velho Senado”), Machado de Assis revelou que a Casa é como se fosse uma grande família desde os tempos do Império: “Tinham um ar de família. Dissentiam sempre, mas é próprio das famílias numerosas brigarem, fazerem as pazes e tornarem a brigar”, diz o texto. Os proclamados “éticos” não estão imunes. “O Senado é um clube de amigos”, atesta o historiador Marco Antonio Villa, da Universidade Federal São Carlos” (ISTOÉ, 2009, p. 37).

Com o objetivo de fortalecer seu argumento, o jornalista muitas vezes ancora-se na respeitabilidade e na autoridade de um especialista. Equivale à citação de *prova*, ou citação de *autoridade*. Na reportagem analisada, o locutor cria um efeito de distanciamento pelo uso das aspas, atribuindo a responsabilidade da afirmação “*O Senado é um clube de amigos*” ao

historiador, que é uma autoridade e possui um amplo conhecimento do assunto. Ao dar voz a essa autoridade, o jornalista reforça e dá legitimidade ao argumento defendido na reportagem. O próprio verbo *dicendi* “*atestar*”, que significa “*dar testemunho, provar algo*”, já traduz o acolhimento, a adesão, do jornalista em relação à fala do historiador. Neste caso, segundo a classificação de Gavazzi e Rodrigues (2003), existe uma valorização positiva da palavra do *outro*, enaltecendo a figura do *outro*, colocada em posição de superioridade.

Prosseguindo a análise, no trecho abaixo, temos a ironia pela construção polifônica do texto.

“Tasso Jereissati, anfitrião daquele que seria o “almoço dos éticos”, usou R\$ 469 mil da verba oficial do Senado destinada à compra de passagens aéreas para fretar jatinhos” (ISTOÉ, 2009, p. 38).

A situação relatada no início do texto foi retomada pelo locutor pelo uso das aspas em “*almoço dos éticos*”. Essa estratégia marca seu descrédito em relação ao comportamento moral dos senadores, pois o próprio anfitrião estava comprometido moralmente pelo uso de 469 mil da verba oficial do senado.

O parágrafo abaixo é construído por um diálogo entre as falas dos senadores, alternando com a voz do próprio locutor. Observemos:

“Ele tem o seu próprio jato, um Citation, mas declarou que recorreu a fretamentos quando o seu aparelho não estava disponível. Foi obrigado a devolver o dinheiro. Segundo relato de Agaciel a interlocutores, Arthur Virgílio foi outro beneficiado pelas regalias. Um dos mais ferrenhos críticos da gestão do ex-diretor-geral, o senador tucano, de acordo com Agaciel, chegou a ter cinco apadrinhados com cargos numa das diretorias da Casa. Todos nomeados por ele próprio, Agaciel. Virgílio nega. Em recente discurso, chamou Agaciel de “meliante engravatado”” (ISTOÉ, 2009, p. 38).

Essa estratégia serve muito bem para demarcar a construção argumentativa do texto, pois o jornalista constrói a *prova* de seu argumento a partir da fala dos próprios senadores. Dessa maneira, podemos dizer que o objetivo do locutor na relação polêmica entre as falas do senadores, consiste em desqualificar o discurso do *outro* e construir um simulacro no fio da argumentação. Essa estratégia aparece em outros momentos do texto, vejamos:

“Diante das evidências da cumplicidade geral, alguns senadores se penitenciam. “A culpa é de todo o Senado. A grande verdade é que temos de debater se as coisas acontecem pelas nossas ações ou pelas nossas omissões”, disse Simon. “*Realmente,*

cochilamos em relação ao aspecto administrativo da Casa", reconhece Cristovam Buarque. "Onde eu estava quando os desmandos aconteceram? Estava rodando o Brasil em defesa da Educação. Só que nos descuidamos da administração da Casa. É uma autocrítica que faço", afirma o senador do PDT" (ISTOÉ, 2009, p. 38).

O jornalista evoca a confissão de senadores que possuem certa credibilidade diante da sociedade, no caso, Simon e Cristovam Buarque, mostrando que estes admitem sua culpa nestes desmandos. Essa omissão é confirmada pelo jornalista com o seguinte relato:

“O caso dos atos secretos para nomear nove parentes de Sarney é emblemático desta omissão. Se somados os salários de toda a família Sarney, o Senado pagaria R\$ 39 mil mensais. Ninguém via” (ISTOÉ, 2009, p. 38).

No trecho abaixo, o jornalista, para reportar a defesa de José Sarney na tribuna, faz uso de um modo de citação narrativizado seguido de uma citação direta. O locutor usa as aspas para produzir um efeito de distanciamento daquilo que Sarney considera como “*injustiça*” e reporta em citação direta a auto-avaliação do senador em relação sua vida política. Em seguida, o locutor descreve a omissão dos senadores ao ouvir tais declarações sem nenhum tipo de manifestação, o que corrobora com a argumentação construída em todo texto: *todos os senadores são responsáveis pela crise da Casa*.

“Um dos últimos coronéis da política brasileira, Sarney subiu à tribuna, na terça-feira 16, para dizer que seria uma “injustiça” julgar um homem como ele “com correção, vida austera, que preza a sua vida e a dignidade da sua carreira”. A plateia ouviu atenta, sem pedir apartes, manifestações ou explicações sobre como esses atos secretos se deram sem conhecimento do restante da Casa” (ISTOÉ, 2009, p. 38).

A reprodução da fala do presidente Lula, nessa reportagem, ao dizer que Sarney tem história suficiente para não ser tratado como uma pessoa comum, faz coro com a própria defesa do senador José Sarney. Vejamos:

“Em visita ao Casaquistão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez coro ao dizer que o aliado “tem história suficiente para não ser tratado como uma pessoa comum”” (ISTOÉ, 2009, p. 39).

Dessa forma, observamos que o foco argumentativo da reportagem da revista ISTOÉ abarca a responsabilidade dos senadores em relação à crise, deixando a fala do presidente numa posição periférica no texto.

No parágrafo seguinte, por meio do termo “*clube de amigos*” o locutor retoma a cena narrada no início da reportagem fazendo referência ao grupo de senadores que participariam do almoço dos éticos. Esses senadores contestaram apenas um ponto do discurso de Sarney - quando o senador se defende dizendo que crise não era dele e sim do senado.

“O “clube de amigos” só reagiu a um ponto do discurso de Sarney. Justo no que ele estava certo. “A crise do Senado não é minha; a crise é do Senado. É a instituição que devemos preservar”, disse o senador, provocando reações. “Era preferível que Sarney não tivesse nem falado”, atacou Jarbas. “Ele foi presidente da Casa por três vezes e foi quem nomeou Agaciel Maia”, disse. O que Jarbas esquece é que seu partido, o PMDB, tem maioria na Casa há 25 anos e tem papel fundamental na eleição do presidente e na composição das mesas diretoras” (ISTOÉ, 2009, p. 39).

A partir da defesa do senador José Sarney, o locutor convoca a contestação do senador Jarbas Vasconcelos provocando a polemização dos fatos ao dizer que “*Era preferível que Sarney não tivesse nem falado*” e ainda afirmando que “*Ele foi presidente da Casa por três vezes e foi quem nomeou Agaciel Maia*”, ou seja, na opinião de Jarbas, Sarney é o responsável pela crise. Em contraponto a essa opinião, o locutor debate com o argumento de que o PMDB tem maioria na Casa há 25 anos, logo, também é responsável pela eleição do presidente do senado.

Mas, pelo visto, pouco se fez para melhorar as coisas. Na sexta-feira 19, Sarney anunciou a formação de comissão de sindicância para apurar as denúncias. Detalhe: o trabalho será acompanhado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União. Embora os senadores sejam senhores de cabelos brancos, o Senado acabou precisando de alguém de fora para tomar conta dele (ISTOÉ, 2009, p. 39).

No último parágrafo, o jornalista faz o fechamento desse momento de crise sugerindo um novo encadeamento de fatos, demonstra, num tom irônico, que a solução para a crise está fora do Senado.

Percebemos na análise dessa reportagem que o sujeito, ao evocar um outro discurso, de forma mais ou menos explícita, comenta as declarações transcritas, concorda com elas, as contesta, ou as ridiculariza. Desse modo, o locutor citante está inteiramente presente no discurso que cita, uma vez que, ao incorporar uma outra voz, não se perde a voz própria.

Conclusão

Nesse artigo, utilizamos o *corpus* para demonstrar como, a partir de diferentes estratégias, o locutor incorpora a voz alheia para acentuar sua própria voz. Procuramos demonstrar os diversos recursos utilizados pelo locutor para efetuar a articulação da fala do *outro* em sua própria fala, tirando partido dessa alternância de vozes. Nosso esforço foi no sentido de retratar a intenção do locutor em marcar ou mascarar sua posição, de forma que nem sempre o leitor seja capaz de identificá-la.

Para a execução da análise, mostrou-se imprescindível discutir algumas características do gênero reportagem, bem como apresentar os participantes do contrato de informação midiático. Essas observações foram importantes para dar mais consistência à análise, pois constatamos que a transmissão e a interpretação das palavras alheias é um das estratégias mais importantes para a compreensão dos modos de constituição do gênero reportagem. Isso porque a maior parte das informações veiculadas nesse gênero tem sua origem no discurso alheio.

Analisamos, então, uma reportagem da revista ISTOÉ, “*Onde estão os éticos?*”. Concluimos, assim, que as diferentes formas de incorporação da palavra do *outro* não possuem um caráter de gratuidade, mas, pelo contrário, são utilizadas para sustentar a linha argumentativa do locutor e exercem diferentes funções no texto.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). In: GERALDI, João Wanderley; ILARI, Rodolfo; LEMOS, Cláudia T. G. de. (Orgs.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, SP, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995/ [1929].

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003/ [1979].

BRANDÃO, Terezinha. A heterogeneidade do sujeito: contribuições de teorias da enunciação. In: INDURSKY, Freda (Org.) *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000. p. 159-167.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996. p. 5-43.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. [PAULIUKONIS, A. L. & MACHADO, I. L.] São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros Textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 166-179.

_____. Do discurso citado à circulação dos discursos: a reformulação bakhtiniana de uma noção gramatical. In: *MATRAGA 22: Estudos Linguísticos e Literários*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – ano 15, n. 22 – Rio de Janeiro: Casa Doze, 2008. p. 129-144.

FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GAVAZZI, Sigrid; RODRIGUES, Tânia Maria. Verbos *dicendi* na mídia impressa: categorização e papel social. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.) *Texto e discurso: Mídia Literatura e Ensino*. São Paulo: Lucerna. 2003, p. 51-61.

LEMOS, Luana Santos. *A subjetividade na incorporação da voz alheia: a presença do eu no discurso do outro*. – 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

MACHADO, Ida Lúcia. Algumas considerações sobre a teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau. In: MACHADO, I. L. (Org.). *Movimentos de um percurso em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG. 2005. p. 19-52

_____. Uma teoria de análise do discurso: a semiolinguística. In: MARI, Hugo (Org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do discurso – FALE/ UFMG. 2001. p. 39-62.

_____. Análise do discurso e seus múltiplos sujeitos. In: MACHADO, I. L.; CRUZ, A. R.; LYSARDO-DIAS, D. (Orgs.). *Teorias e Práticas discursivas: estudos em análise do discurso*. Belo Horizonte, Núcleo de análise do discurso da FALE – UFMG. Carol Borges. 1998. p. 111-121.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997/ [1987].

_____. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008/ [1995].

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutores de opinião. In: *Intercom – revista brasileira de comunicação* - 64. São Paulo, 1991. p. 74-92.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; MONNERAT, Rosane S. M. Operações discursivas na enunciação. In: LARA, G. M. P.; EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L. (Orgs.) *Análise do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 45-69.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. Marcas discursivas do enunciador midiático: casos de modalização autonímica. In: GAVAZZI, S.; PAULIUKONIS, M. A. L. (Orgs.). *Texto e discurso: Mídia Literatura e Ensino*. São Paulo: Lucerda, 2003. p. 38-50.

POSSENTI, Sírio. O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada. In: *Revista de Linguística ALFA – A análise do discurso*. São Paulo: Editora UNESP/ Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 45-55.

SOUZA, Vanessa Cândida. *Imagem da enunciação no gênero reportagem*. Rio de Janeiro, UFRJ, Mimeo, 2008. Dissertação de Mestrado em Linguística.

A QUESTÃO DO VALOR NA LINGUAGEM PARA (O CÍRCULO DE) BAKHTIN

Mariléia Tenório Dionísio*

Resumo: Apresento uma síntese do estudo que teve por objetivo investigar o estatuto do valor (axiologia) na concepção de linguagem dentro do pensamento do Círculo de Bakhtin. Justificou este trabalho a possibilidade de contribuir no preenchimento da lacuna nos estudos bakhtinianos publicados no Brasil. Caracteriza-se como uma pesquisa teórica inicialmente bibliográfica, entretanto ressignificada à luz do arcabouço epistemológico também bakhtiniano. Selecionada uma parcela das obras do Círculo⁴², dois foram os pontos de partida: (1) a constatação da intermitência conceitual-terminológica e (2) a dimensão axiológica como uma das três grandes coordenadas da concepção de linguagem bakhtiniana, de acordo com Faraco (2006a). Pontos de chegada: ratificação do valor como eixo na concepção de linguagem e, sem a questão axiológica, o dialogismo corre o risco de ser compreendido apenas como mais um conceito abstratizado.

Palavras-chave: Valor. Axiologia. Linguagem. Bakhtin.

Abstract: Tone, intonation, emotional-volitional tone, index of social value, expressiveness, value-based positioning, value judgment, evaluation, assessment, point of view and ideology are all notions related to the issue of value (i.e., axiology) within the framework of ideas of the Bakhtin Circle. Considering the studies that have been published based on the bakhtinian thought in Brazil to date, we can say that most of them deal with those concepts in one way or another (e.g., Faraco, Miotello, Sobral, Amorim, Souza and Tezza). Nonetheless, there is no particular study that focuses on the relationships between the conception of language and the questions of value. Thus, the aim of this dissertation is to find out the status of value within the bakhtinian concept of language in some of Bakhtin's oeuvres. The adopted methodology is also based on the Bakhtin's concept of epistemology as our approach tries to establish dialogues between the original writings and the Brazilian authors that addressed the subject.

Keywords: Value. Axiology. Language. Bakhtin.

“Viver significa ocupar uma posição de valores em cada um dos aspectos da vida, significa ser numa ótica axiológica” (BAKHTIN, 1992[1920-24], p. 203)

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil, marileiatd@yahoo.com. Orientação: Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon.

⁴² *Para uma Filosofia do Ato* (PFA, sigla adotada deste ponto em diante, bem como as outras apresentadas a seguir), *Discurso na Vida Discurso na Arte* (DVDA), *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (MFL), *Problemas da Poética de Dostoiévski* (PPD) e os seguintes artigos que compõem a coletânea *Estética da Criação Verbal* (ECV): *O autor e o herói* (AH), *Os gêneros do discurso* (GD), *O problema do texto* (PT), *Apontamentos 1970-1971* (A) e *Observações sobre a epistemologia das ciências humanas* (OSECH).

Introdução

A questão do valor ou axiologia emergiu como tema de pesquisa nos “estudos bakhtinianos” dentro de um quadro no qual os termos carnavalização, polifonia, dialogismo e gêneros do discurso mantinham e ainda mantêm destaque. O que não quer dizer que esses conceitos “principais” encerrem a contribuição de Bakhtin, que tudo já foi dito sobre seu pensamento e que inexistam controvérsias a respeito. A recepção do pensamento bakhtiniano deixa entrever um complexo movimento como bem representam os rótulos que a ele foram atribuídos ao longo dos últimos 40 anos: proto-estruturalista, pós-estruturalista, mais um formalista russo, antiformalista, fenomenologista, o criador da categoria do romance polifônico, teórico do romance, interacionista, lingüista, teórico da literatura, um homem religioso e um marxista dialogando entre si, materialista, cristão-ortodoxo, humanista, fundador de discursividades, neokantiano, moralista, arauto da carnavalização, mistificador, teórico da cultura, mestre do plágio, um incômodo, um barato ... mas difícil. Não se trata, no entanto, de aqui acrescentar mais um: axiólogo ou axiologista. Trata-se, repetimos, de buscar compreender a dimensão axiológica (conceito? categoria? princípio? eixo? elemento ou núcleo de um agrupamento conceitual? protótipo? ...?) e suas implicações na linguagem para o Círculo. E, com esse intuito, foi trilhado um caminho reflexivo que ao final resultou no texto da dissertação organizado da seguinte maneira.

No primeiro capítulo procuramos explicitar a pesquisa que aos poucos foi se delineando e afirmando como teórica e bibliográfica, contudo embebida nas reflexões epistemológicas bakhtinianas. A identificação de diferentes termos decorrentes do movimento conceitual (um exercício de não-acabamento e inconclusibilidade) em torno da questão do valor distribuídos nas obras do círculo aqui contempladas foi o principal elemento definidor da organização da outra parte do trabalho. Assim, no segundo capítulo, “tom emocional volitivo” e “centro de valor” foram os carros chefes para que se pensasse a fundamentação filosófica predominantemente em PFA. No terceiro capítulo, Valor e linguagem, no primeiro sub-capítulo a “entonação” nos orientou em DVDA, MFL e GD. No segundo sub-capítulo, priorizou-se a dimensão valorativa entrecortando “signo” e “ideologia” em MFL. Relações axiológicas e dialógicas se entrecruzaram no terceiro sub-capítulo, sobretudo em PPD. No quarto sub-capítulo, comentários esparsos que não se aglutinavam nem em torno de um único termo e nem predominantemente em uma única obra do círculo. Por fim, no quarto e último capítulo, algumas considerações (quase sempre nunca!!!) finais.

Proseando com Bakhtin sobre questões epistemológicas

Pesquisa teórica e bibliográfica: opções feitas. Acrescento: imersa nas reflexões epistemológicas e diretrizes metodológicas apresentadas pelo Círculo diretamente em seus escritos, e indiretamente pelo prisma de Miotello (2007a, p. 280-285) ao sintetizar o “método sociológico”, de Souza (1999, p. 14) com a “investigação dialógica” e de Amorim (2004, p. 14-16) com a proposta de uma “abordagem/perspectiva dialógica”. Tudo isso junto levou, como apontado anteriormente, a uma releitura da concepção de pesquisa bibliográfica, ainda que nos limites estritos desse trabalho. Três postulados foram tomados como parâmetros.

O primeiro diz respeito aos diferentes efeitos de conhecimento dependendo do tipo de relação que se estabelece entre aquele que investiga e o objeto investigado. Bakhtin defende que nas ciências humanas deveria ocorrer uma relação entre sujeitos: um sujeito (o ser humano que se põe a conhecer praticando um ato de cognição, o sujeito compreendente) e outro sujeito (ser humano que se pronuncia e fala, o sujeito compreendido).

No segundo, o texto é tomado como o dado primário e ponto de partida de todas as disciplinas nas ciências humanas. A inter-relação entre o homem, o(s) sentido(s), o signo, o texto. Nesse conjunto de signos (tanto verbais quanto não-verbais) sempre há um sujeito atribuindo sentidos, com sua visão de mundo, posicionando-se e interagindo dentro de um universo de valores.

E o terceiro, a questão do Ser e do mundo em seus sentidos múltiplos e amplos prevalece sobre uma concepção de mundo composta por objetos compartimentalizados, objetivos e a serem matematicamente calculados, com conseqüente “esquecimento do Ser”. Em outras palavras, o Círculo não se propõe definir um “conjunto de procedimentos para a análise literária e para a análise lingüística”, um “método”, um “projeto metodológico” e um “modelo instrumentalizante de uma análise científica”, porque defendem um pensamento de “natureza filosófica” e não de “natureza científica”, como esclarece Faraco.

A noção de valor: reflexões primeiras (ou: o valor em PFA)

A questão do valor em PFA se enreda numa trama na tentativa de superação do abismo entre o mundo real (da vida) e o mundo teórico (“meramente pensável”), união fundada na unicidade do ato-evento e na responsabilidade do Ser-evento; em torno da relação entre o singular e o universal, entre o processo e o conteúdo que representa esse processo, e,

entre o eu e o outro. Por outra perspectiva, está embutida na discussão sobre o dever (moral/ético), que se condensa na noção de responsabilidade ou não-álibi. De maneira bastante mais elaborada, em torno daquilo que seriam as bases da “filosofia do ato/ação responsável” e da revolução pela alteridade ou “filosofia do outro” para Ponzio (2008, p. 35, 45, 46, 47, 236, 238 e 255); de uma “filosofia moral” para Amorim (2009a, p. 18), de uma “*prima philosophia*” para Faraco (2006a, p. 17-24), de uma “*filosofia del acto ético*” para Bubnova (2006, p. 104), e da “filosofia humana do processo” para Sobral (2007c, p. 138; 2007b, p. 105; 2009, p. 124). Explícita e diretamente, a problemática do valor se faz presente em PFA na noção de tom emocional-volitivo e na de centro de valor.

Um dos intuitos de Bakhtin em PFA é elaborar “uma representação, uma descrição da arquitetura real, concreta, do mundo dos valores experimentados”. Fica explícita sua preferência pelo “mundo dos valores” e implícita sua reação às correntes que deixam parcial ou totalmente de lado a dimensão axiológica, como o positivismo.

Quanto ao *tom emocional-volitivo* uma versão simplificada compreenderia o “*valor real, afirmado*” ou “o valor realmente afirmado para aquele que pensa [e experimenta]” (BAKHTIN, 1993 [1920-4], p. 51). Em versão expandida, designa

precisamente o momento constituído pela minha auto-atividade numa experiência vivida – a experimentação de uma experiência como minha [...] Essa relação da experiência comigo como aquele que é ativo tem um caráter sensual-valorativo e volitivo – realizador – e ao mesmo tempo ela é responsabilmente racional. [...] O momento constituído pela realização de pensamentos, sentimentos, palavras, ações práticas é uma atitude ativamente responsável que eu próprio assumo – uma atitude emocional-volitiva em direção a um estado de coisas em sua inteireza, no contexto na vida real unitária e única (BAKHTIN, 1993 [1920-4], p. 54-55).

Já o “centro de valor” é o lugar único ativo do Ser que age participativa e responsabilmente em relação ao mundo experimentado concretamente. Encontra-se em oposição à idéia de um centro geométrico abstrato constituído de relações ou momentos (espácio-temporal, tom emocional-volitivo e significados) possíveis, imagináveis e universais. Para Bakhtin (1993 [1920-4], p. 79)

o mundo se dispõe em torno de um centro valorativo concreto [...] O que constitui esse centro é o ser humano: tudo nesse mundo adquire significância, sentido e valor apenas em correlação com o homem – como aquilo que é humano. Todo Ser possível e todo significado possível se dispõe em torno do ser humano como o único centro e o único valor; tudo [...] deve ser correlacionado com o ser humano, deve se tornar humano (BAKHTIN, 1993 [1920-4], p. 79)

Na opinião de Faraco, a reposição da contraposição dos dois centros de valor bem como a investigação da essencialidade dessa contraposição axiológica eu/outro foi o grande projeto intelectual bakhtiniano. Mas ele também explicita que “as relações um/outrem (a interação, portanto)” nos primeiros textos “é uma espécie de metafísica da interação”, “ainda sem a intervenção substancial e constitutiva da linguagem”. Somente a partir de 1926, é que se dá a “virada lingüística” do Círculo, quando então os “enunciadores não são vistos como seres empíricos, mas como um complexo de posições sociais avaliativas” (FARACO, 2006a, p. 71). O ponto de partida deste trabalho, ainda apoiada em Faraco, é que “o componente axiológico intrínseco ao existir humano” é um dos três eixos na concepção de linguagem do Círculo, juntamente com “a questão da unicidade e eventicidade do Ser” e “o tema da contraposição eu/outro” (FARACO, 2006a, p. 19 e 23).

Valor e linguagem - Ento(n)ação (ou: o valor em DVDA, MFL e GD)

A entonação (um dos termos que designa a questão axiológica na linguagem) para o Círculo engloba as alterações no comportamento físico da voz durante a fala ou tom entendido como padrão de altura da voz (graves, agudos, timbre, qualidade) ou a prosódia como variações de altura, volume, ritmo e tempo (velocidade de emissão), mas não se funda nessa dimensão psicobiofisiológica, nem se restringe a ela, nem tampouco a toma como objeto de estudo exclusivo. Por outro lado, para Bakhtin, outros são os atributos da entonação – extraídos de DVDA e nesse espaço apenas elencados – que merecem atenção: (a) a mais pura manifestação da avaliação e do julgamento de valor; (b) chão comum entre o discurso na vida e o discurso na arte; (c) social por excelência; (d) estabelece conexões entre o discurso verbal e o contexto extraverbal; (e) elemento do todo que envolve também os eventos da vida e o discurso verbal formando uma unidade indissolúvel; (f) determinada pelas avaliações e julgamentos, tanto quanto a seleção como a combinação de nossas palavras; (g) como um atributo mais amplo, é responsável pela seleção dos vocábulos (menos dos dicionários e mais das falas dos outros como decorrência de posicionamentos avaliativos e valorativos) bem como pela combinação (sintaxe) entre eles.

Em MFL, um dos destaques vai para o papel da entonação (expressiva) nas produções de sentidos. Vista por um lado, a entonação é suficiente na composição do sentido independentemente do suporte concreto lingüístico utilizado. Isto ocorre principalmente naquelas situações em que não são ultrapassados os “limites estreitos da situação imediata e

de um pequeno círculo social íntimo” (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 134), como, por exemplo, nos discursos familiares. Por outro lado, nas demais situações, ela atua como “auxiliar marginal das significações lingüísticas”, e nesses casos “não traduz adequadamente o valor apreciativo”, muito embora isso não a desqualifique. Importa ressaltar em MFL a entonação expressiva quando compreendida na inter-relação com as noções de tema, significação e compreensão ativa. Vejamos:

Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor ou apreciativo, isto é, quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 132).

Merece destaque também a importância da questão do valor na linguagem entendida como apreciação: “é à apreciação que se deve o papel criativo nas mudanças de significação. A mudança de significação é sempre, no final das contas, uma reavaliação: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro” (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 135).

Em GD “a entonação expressiva [...] é um dos recursos para expressar a relação emotivo-valorativa do locutor com o objeto do seu discurso” (BAKHTIN, 1992 [1952-53], p. 308). Tal proposição se insere dentro de uma discussão onde é tratada a problemática da expressividade como uma segunda fase na elaboração do enunciado (concreto) e das formas típicas de enunciados ou gêneros do discurso. Ela é um dos recursos pelo qual a relação emotivo-valorativa se manifesta, mas a língua também oferece outros recursos lexicais, morfológicos e sintáticos. Ao mesmo tempo, entretanto, “A relação valorativa [do locutor] com o objeto do discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado” (BAKHTIN, 1992 [1952-53], p. 308).

Encontramos também em GD uma tipologia que Bakhtin não estabeleceu sistematicamente, mas que pode contribuir para o propósito de tentar mapear minimamente um quadro geral, aqui apenas citado: (1) não-entonação da palavra na língua; (2) entonação expressiva individual do outro; (3) entonação expressiva do gênero do discurso; (4) entonação gramatical e, (5) entonação narrativa, exclamativa, exortativa.

Articulando DVDA e GD, pode-se afirmar que a questão do valor está presente no primeiro, quando Bakhtin reconhece a ocorrência da ideologia ou valor no campo do conteúdo, mas aponta também sua presença onde era menos estudada e compreendida, e,

portanto ignorada em sua força, no campo da forma, na entonação. Nos GD, continua o valor no campo do conteúdo (temático), contudo a discussão sobre a questão valorativa no âmbito da forma ganha novos contornos ao ser rerepresentada no domínio da estrutura composicional e do estilo.

Valor e linguagem - Signo e ideologia (ou: o valor em MFL)

Restrinjo-me à pergunta “em que medida há correspondência entre valor e ideologia?” e fico com a resposta de Faraco (2006a, p. 46): “algumas vezes, o adjetivo ideológico aparece como equivalente a axiológico”, explicando que “para o Círculo, a significação dos enunciados tem sempre uma dimensão avaliativa, expressa sempre um posicionamento social valorativo”. E continua:

desse modo, qualquer enunciado é, na concepção do Círculo, sempre ideológico – para eles, não existe enunciado não-ideológico. E ideológico em dois sentidos: qualquer enunciado se dá na esfera de uma das ideologias (i.e., no interior de uma das áreas da atividade intelectual humana) e expressa sempre uma posição avaliativa (i.e., não há enunciado neutro; a própria retórica da neutralidade é também uma posição axiológica) (FARACO, 2006a, p. 46).

“Índice social de valor” é o termo que se encontra em MFL para designar uma das realizações do valor como componente do signo ideológico. E como a palavra, por suas propriedades⁴³ que a colocam como “signo ideológico por excelência” (BAKHTIN, 1995 [1929], p. 57), serve a falantes/grupos que defendem diferentes valores, ela se torna a “arena” onde os índices de valores contraditórios se confrontam.

Valor e linguagem - Relação dialógica (ou: o valor em PPD)

A questão do valor apresenta-se no 5º capítulo de PPD sob o nome de “juízo” (de valor), “posicionamento”, “posição de um autor” e “posição semântica”. E o valor é simplesmente indispensável na medida em que sem ele, independentemente de qual terminologia seja empregada, repetimos, sem ele não há relação dialógica. Escrito de forma invertida, toda vez que um sujeito se posiciona frente ao outro e tal situação se manifesta na

⁴³ Propriedades da palavra segundo Bakhtin (1995, p. 38): pureza semiótica, neutralidade ideológica, implicação na comunicação humana ordinária, possibilidade de interiorização, presença obrigatória como fenômeno acompanhante em todo ato consciente.

linguagem, tem-se uma relação dialógica. Em termos mais gerais ainda, toda vez que ocorre um juízo de valor e conseqüente realização na linguagem definindo uma posição autoral frente à outra posição autoral-valorativa, a relação dialógica se instaura.

É desprovido de fundamento tomar a noção bakhtiniana de voz como sinônimo de valor. Tal afirmação comprometeria nosso trabalho. No entanto, sem a noção de posicionamento valorativo, posição ideológica ou ponto de vista (esta última expressão de longe a mais utilizada por Bakhtin ao longo de PPD) a noção de voz se reduziria a um mero conjunto de elementos abstratos em associação dentro de um sistema, o que Bakhtin recusa e critica severamente.

Valor e linguagem - Comentários esparsos

O objetivo neste sub-capítulo foi o de reunir comentários e análises esparsas que não se enquadravam nos critérios definidos para as seções anteriores nem justificam dentro dos nossos propósitos um tratamento isolado e autônomo. Um deles é que a idéia de valor como traço intrínseco do objeto artístico foi suprimida para os formalistas, e a abordagem axiológica bakhtiniana é em parte uma reação a essa concepção, como lembra Tezza (2003, p. 36-37), afirmando também que para Bakhtin

A linguagem da literatura se especifica diante da linguagem da ciência, da religião, da moral, como sistemas de valores. Qualquer elemento formal abstrato – a trama, a fábula, a rima, o tema, o motivo – só entra na literatura quando já embebido de valor, de dimensão axiológica, não como trama ou forma abstratas, mas como bem, mal, verdade, mentira, crime, dever, morte, vitória, etc (...) (BAKHTIN apud TEZZA, 2003, p. 36-37).

Ainda na mesma direção, a análise seguinte também de Tezza está muito próxima a de Tchougounnikov (2005, p. 16-17):

O poeta, quando escreve, não seleciona um sistema abstrato de possibilidades fonéticas, gramaticais, lexicais – seleciona, isto sim, as avaliações sociais implícitas em cada palavra. Para o Círculo de Bakhtin, a palavra já entra na arte carregada de intenções, opiniões, traços sociais, com todas as marcas de seu território valorativo.

Deixo apenas registrado que, no mínimo, outros dois sub-tópicos poderiam e deveriam ter sido analisados neste trabalho, mas por limitações, sobretudo de tempo não o foram.

Apresento aqui apenas o primeiro, que diz respeito a possíveis contribuições significativas quanto à questão axiológica na obra “A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais”, como deixa indicado o próprio Bakhtin “à guisa de conclusão” no último capítulo:

As línguas são concepções do mundo, não abstratas, mas concretas, sociais, atravessadas pelo sistema das apreciações, inseparáveis da prática corrente e da luta das classes. Por isso cada objeto, cada noção, cada ponto de vista, cada apreciação, cada entoação, encontra-se no ponto de intersecção das fronteiras das línguas-concepções do mundo, é englobado numa luta ideológica encarniçada.// A língua do século XVI, e especialmente a de Rabelais, é acusada por vezes de ingenuidade, ainda hoje em dia. Na realidade, a história das literaturas européias não conhece língua menos ingênua que ela (BAKHTIN, 2008 [1940-65], p. 415).

Considerações (quase sempre nunca!) finais

Nesse momento, não fazemos mais do que registrar algumas considerações (quase sempre nunca!) finais.

Apoiada em Faraco, que opera com a totalidade do conjunto da obra bakhtiniana, iniciamos esta pesquisa partindo do ponto de que a questão do valor é um dos eixos ou grande coordenada da concepção de linguagem do Círculo. Temos clareza de que nosso trabalho, no qual apenas algumas obras foram contempladas, é irrelevante para abonar qualquer outro. Entretanto, percorrendo um pequeno pedaço do caminho trilhado por Faraco, sobretudo quanto à axiologia e à linguagem, ao modo de síntese e conclusão, mais uma vez concordamos com as análises por ele elaboradas.

A dimensão valorativa emerge não somente no tom emocional-volitivo, na entonação, no signo, na ideologia e na relação dialógica – conceitos que nos orientaram na organização da pesquisa e foram adotados como critério na composição dos capítulos – mas como Faraco demonstra, também em outros aspectos, o que justifica ser denominada de eixo ou coordenada: compreensão ativa; doutrina da refração; enunciação; vozes; grande utopia ou “senso de fé”; relação lingüística-metalingüística; enunciados artístico-estéticos; estilo; discurso reportado; autor e autoria.

Feitas estas considerações, permito-me fazer algumas outras.

Diria também reagindo-respondendo a Sobral (2008, p. 222) que sim, somos seres relacionais, mas a relação nela por ela mesma parece que ainda deixa lacunas. É condição necessária, mas não suficiente. Com esse estudo, fico com a impressão de que Bakhtin também postula que somos seres posicionais ou valorativos, ou seja, inexoravelmente

assumimos posições (tenhamos clareza disso ou não), nos posicionamos valorativamente e/ou avaliativamente, ainda que esse posicionamento pressuponha inevitavelmente uma relação, pois é impossível posicionar-se diante do nada.

Chego ao final dessa etapa de reflexões com a impressão de que a ótica do valor foi deixada se não completamente à margem na história da recepção do pensamento bakhtiniano, pelo menos deixada de lado como conceito menor, ou seja, sem características que fizessem dela uma estrela de primeira grandeza como dialogismo, polifonia, carnavalização e gêneros do discurso.

Talvez até por conta de que falar em valores atualmente (nos últimos trinta anos, principalmente) tem sido considerado algo um tanto quanto *démodé*, retrógrado, reacionário, antiquado ou tópico nem um pouco “pós-moderno”.

Talvez também porque ela esteja tão próxima, às vezes mesmo se confundindo, com a complexa e polêmica questão ideológica, que também anda fora das pautas das discussões mais recentes.

Talvez ainda porque não seja lá uma categoria (para aqueles que quiserem ver nela simplesmente mais uma categoria) muito produtiva com um alto grau de autonomia para ser aplicada aqui e ali desconectada do conjunto do pensamento.

Talvez porque principalmente o valor compreendido como entonação apenas na modalidade oral/acústica não necessariamente necessita de realização verbal ou lingüística em sentido estrito, e por isso o estudioso da língua não tem que trabalhar com a abordagem axiológica, já que ela não está materializada no seu objeto de estudo (a palavra).

Talvez, enfim, porque a originalidade e produtividade das “categorias mais importantes” (dialogismo, polifonia, carnavalização, gêneros...) tenham ofuscado a relevância da questão axiológica.

Apesar de todos esses “talvez”, chegamos ao final (sem concluir...) com a percepção de que a questão do valor é muito importante dentro do pensamento bakhtiniano em relação à linguagem. Com isso não se quer dizer que ela é “a” questão mais importante, nem tampouco a “única” questão, nem ainda que outras questões com enfoques diversos do que aqui foi apresentado não possam ser elaboradas.

Ao contrário, está presente em boa parte dos conceitos que compõem a concepção de linguagem do Círculo servindo como eixo orientador e combina com tantos outros se completando reciprocamente dentro de uma teoria, ou melhor, de uma filosofia da linguagem.

Ignorar completamente ou menosprezar sua importância deixando de incluí-la nos estudos bakhtinianos pode levar a visões diferenciadas sobre a linguagem em Bakhtin. Se esse

estudo contribuiu para menos evitar “visões equivocadas” (isto existe?) e mais chamar a atenção para a relevância de se incluir esse item como tópico permanente nas discussões, pode-se dizer que alcançou seu intento.

Enfim (e sem fim), nesta pesquisa, em que difere para a concepção de linguagem a “luz do valor” (ofuscada ou reluzente ou escondida debaixo do candeeiro)?

Enfim (e sem fim), com esta pesquisa, o que se concebe sobre a linguagem está em relação direta com o entendimento de que “viver significa ocupar uma posição de valores em cada um dos aspectos da vida, significa ser numa ótica axiológica”?

Referências

AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. SP: Musa Editora, 2004 [2001].

_____. Para uma Filosofia do Ato: ‘válido e inserido no contexto’. In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin, Polifonia e Dialogismo*. SP: Contexto, 2009a. p. 17-43.

BAKHTIN, Mikhail M. *Para uma Filosofia do Ato*. Tradução, não-revisada e de uso didático e acadêmico, de C. A. Faraco e C. Tezza. 1993 [1920-24].

_____. (VOLOSHINOV, V. N.). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1995 [1929].

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. Tradução de Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1952-53]. p. 277-326.

_____. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. SP: Hucitec; Brasília: Ed. UnB, 2008 [1940-65], p. 1-11 e 410-420 (Linguagem e cultura, 12).

BUBNOVA, Tatiana. Voz, sentido y diálogo en Bajtín. *Acta Poetica* 27 (1) p. 104. 2006. Disponível em: <<http://132.248.101.214/html-docs/acta-poetica/27-1/97-114.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba/PR: Criar Edições, 2006a [2003].

MIOTELLO, Valdemir. Estudo da língua em Bakhtin: objeto e metodologia. In: SIGNORI, M. B. D.; GATTOLIN, S. R. B.; MIOTELLO, V. (Org.) *Década: dez anos entre o aprender e o ensinar linguagens*. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2007a. p. 275-286.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. Coordenação da tradução de Valdemir Miotello. SP: Contexto, 2008. p. 108-128.

SOBRAL, Adail. Filosofias (e filosofia) em Bakhtin. In: BRAIT, Beth (Org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2007b [2005]. p. 123-150.

_____. Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, Beth (Org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2007c [2005]. p. 103-121.

_____. *O conceito de ato ético em Bakhtin e a responsabilidade moral do sujeito*. Revista eletrônica Bioéticos, Centro Universitário São Camilo, 2009; 3(1). p. 121-126. Disponível em: <<http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/68/121a126.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2009.

SOUZA, Geraldo Tadeu. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin /Volochinov/Medvedev*. SP: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

TEZZA, Cristovão. *Entre a poesia e a prosa: Bakhtin e o formalismo*. RJ: Rocco, 2003.

TCHOUGOUNNIKOV, Serguei. Por uma arqueologia dos conceitos do círculo de Bakhtin: ideologema, signo ideológico, dialogismo. In: ZANDWAIS, Ana (Org.) *Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2005. p. 11-40.

O ADJETIVO NA ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DO DISCURSO: A PROPOSTA DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Silvana Barbosa Pereira*

Resumo: O objetivo central deste trabalho é mostrar como certos adjetivos e expressões adjetivais atuam sobre os substantivos, aumentando ou diminuindo sua força argumentativa e participando, de modo decisivo, na estruturação global dos discursos. Propõe-se um estudo lingüístico do sentido, tomando como referencial teórico a Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot e colaboradores. Fazendo um percurso pelas diversas formas que a teoria tomou, chega-se à conclusão de que a Semântica Argumentativa mantém na fase atual, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), os mesmos fundamentos propostos na sua fase inicial e, mais do que isso, radicaliza na defesa de que “só o discurso é doador de sentido”. O *corpus* tomado para análise é uma reportagem publicada na *Folha de São Paulo*, em outubro de 2008. Aplicam-se os construtos teóricos da TBS, a fim de verificar as argumentações evocadas pelas entidades lingüísticas e a posição do locutor frente aos enunciadores.

Palavras-chave: Argumentação. Interdependência semântica. Modificadores.

Abstract: The main goal of this work is to show the way some adjectives as well as adjectival expressions act upon nouns: they increase or reduce their argumentative force and they take part very positively in the global structure of discourse. We propose a linguistic study on the meaning, following Ducrot's ideas on Argumentative Semantics and some concepts of other researchers. We go through the various forms the theory presents until the moment and we get to the conclusion that Argumentative Semantics holds in the current phase, the Semantic Theory of Blocks (TBS), the same basis as the one proposed in the beginning. Besides, it reinforces the saying that “discourse is the only donor of meaning”. The *corpus* taken as analysis is a newspaper report published at “Folha de São Paulo” (October, 2008). We apply theoretical constructors of TBS in order to verify argumentations evoked by linguistic entities as well as the position of the speaker in face of enunciators.

Key words: Argumentation. Semantic interdependence. Modifiers.

Introdução

Este trabalho busca analisar a atuação de certos adjetivos e expressões adjetivais sobre os substantivos, aumentando ou diminuindo sua força argumentativa e participando, de modo decisivo, na estruturação global dos discursos. Para isso, toma como referencial teórico a Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot e colaboradores, mais especificamente, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) proposta por Marion Carel a partir de 1992, ano de publicação da tese de doutorado da autora. A Semântica Argumentativa, apoiada na noção de *valor*, do

* Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, UFES, Vitória-ES, Brasil. e-mail: silbpc@hotmail.com. Orientação: Prof.^a Dr.^a Hilda de Oliveira Olímpio.

estruturalismo saussuriano, postula que a significação está marcada na língua, que oferece instruções para a interpretação do sentido dos enunciados e dos discursos. De acordo com Carel e Ducrot (2005) somente o discurso é doador de sentido. Portanto, propõe-se aqui um estudo lingüístico do sentido, buscando na significação aberta das frases as diretrizes para se alcançar o sentido dos enunciados e dos discursos.

O discurso tomado para análise é uma reportagem publicada na *Folha de São Paulo*, em outubro de 2008. Aplicam-se os construtos teóricos da TBS, a fim de verificar as argumentações evocadas pelas entidades lingüísticas e a posição do locutor frente aos enunciadores, fonte dessas argumentações. A análise evidencia o papel dos adjetivos como *modificadores realizantes* ou *desrealizantes* dos substantivos os quais acompanham.

A Semântica Argumentativa

A Semântica Argumentativa parte do princípio de que a função primeira da língua é a de argumentar. Pode-se afirmar, simplificando um pouco, que esta é uma corrente teórica voltada para o estudo lingüístico da argumentação. Diferentemente da Retórica, que considerava a argumentação como a arte de persuadir o auditório, e da Lógica, que centrava a argumentação numa relação de inferência entre proposições verdadeiras, Oswald Ducrot e Jean-claude Anscombe (1983) se propõem a tratar a argumentação sob uma perspectiva estritamente lingüística, defendendo que o sentido não deve ser buscado numa relação direta da linguagem com as coisas do mundo, nem da linguagem com os pensamentos e as crenças dos falantes, mas na relação observada entre enunciados, relação esta que se interpreta mediante diretrizes inscritas na língua, as quais se refletem no discurso.

Essa teoria tem suas origens na proposta estruturalista saussuriana para o estudo da linguagem, de onde Ducrot retira conceitos, modificando-os e/ou ampliando-os. Acompanhando a orientação estruturalista, a Semântica Argumentativa postula a não-referência ao mundo para delinear seu objeto de estudo. Para Ducrot, o sentido de um enunciado deriva da significação inscrita na língua. Desse modo, o sistema, construído pelas frases da língua, fornece instruções para que seja construído o sentido dos enunciados nas circunstâncias em que ocorrem. Não se trata, portanto, de um sentido em si, mas de um sentido buscado na relação envolvida no discurso.

A Semântica Argumentativa compreende as fases por que passou a Teoria da Argumentação na Língua (TAL) proposta por Ducrot e Anscombe. O primeiro momento da

TAL é denominado, pelo próprio Ducrot, de Forma *Standard* ou Primeira Forma e compreende os trabalhos pertinentes às primeiras noções da teoria, a partir da publicação de “L’argumentation dans La *langue*”, em 1983. O segundo ficou conhecido por Forma “Recente” ou Segunda Forma e tem como principal característica a articulação entre as noções de polifonia e de *topos* no estudo da argumentação ([1984] /1987, 1988, 1995). E a terceira versão é tratada como a Teoria dos Blocos Semânticos, proposta por Marion Carel, a partir de 1992, e desenvolvida pela autora e por Ducrot desde então.

Na primeira forma da TAL, Ducrot e Anscombre propõem discutir o ato argumentativo opondo-se à concepção tradicional de argumentação, segundo a qual o discurso é considerado argumentativo se contiver argumento e conclusão, sendo que o primeiro, uma asserção apresentada como justificativa, indica um fato passível de ser julgado como falso ou verdadeiro, independente da conclusão. Os dois semanticistas refutam essas condições, pois, para eles, as palavras só têm sentido completo, quando tiramos conclusões delas, não podendo, assim, um argumento ser entendido distanciado de sua conclusão, considerada como potencial argumentativo. O sentido do enunciado, constituído de dois segmentos, sendo um argumento e uma conclusão, não é dado a partir do fato informado no argumento, mas deriva da relação que há entre o argumento e a conclusão. Para explicar esse pensamento, os autores chamam a atenção para a existência, na língua, de pares de frases, os quais, por conterem operadores argumentativos diferentes, apontam para conclusões diferentes, apesar de veicularem o mesmo fato. Para Ducrot, a conclusão define o potencial argumentativo do enunciado. Nesse quadro, as formas linguísticas são consideradas determinantes das possibilidades argumentativas, independentemente dos fatos, dos conteúdos informativos veiculados pelos enunciados. São essas formas que permitem determinadas argumentações e não outras. Esse pensamento reforça a tese de Ducrot de que a argumentação está marcada na própria língua, não devendo ser buscada fora dela. O que transforma as coisas do mundo em argumentações é o valor linguístico inscrito nos enunciados produzidos pelo locutor.

Desse modo, a Teoria da Argumentação na Língua orienta-se para a continuação do discurso e não para a realidade, nem para o pensamento, a fim de mostrar que o enunciado direciona o interlocutor a certa conclusão. Para compreender o locutor, é preciso verificar o que ele quer dizer, perceber suas intenções, prever a continuação do discurso, enfim, antecipar suas conclusões. Nessa fase, a teoria prioriza a pesquisa com operadores argumentativos (tais como *pouco* e *um pouco*, *quase*, *só*, *até*, entre outros). Nessa primeira fase da teoria, a preocupação era mostrar que pares de operadores como *pouco*, *um pouco*, *quase*, *apenas*, *até*, *só*, por exemplo, apontavam para conclusões diferentes.

Ao longo de seu percurso investigatório, Ducrot e seus colaboradores fazem questionamentos que os levam a reformular a teoria. Tais reformulações marcam os outros dois momentos abordados nesta pesquisa. A noção de polifonia (já apontada em 1980 e sistematizada em 1984) é associada à noção de *topos* (já sugerida como perspectiva em 1983, retomada em 1988 e sistematizada em 1995), marcando a segunda forma da teoria. Para Ducrot (1988), o *topos* é o princípio que permite justificar determinada conclusão. Um *topos*, atualizado no enunciado, justifica o trajeto entre o argumento e a conclusão, a fim de tornar essa conclusão indiscutível. Argumentar é, pois, justificar, a partir de um *topos*, o sentido de uma conclusão, dando voz aos diferentes enunciadores que mobilizam pontos de vista articulados no enunciado. Nessa fase da teoria, a pesquisa se volta, principalmente, para os articuladores discursivos (como *mas*), para os conectores conclusivos (como *portanto*) e para o caráter gradual da língua. No caso específico dos operadores (no caso de *pouco* e *um pouco*, por exemplo), pode-se entender que a escolha do operador está subordinada aos *topoi* que circunscrevem o uso da língua. O mesmo se pode afirmar com respeito aos conectores e articuladores.

Num terceiro momento (a partir de 1992), a noção de *topos*, por ser considerada uma categoria não lingüística, é abandonada para dar lugar à noção de *bloco semântico*, proposta por Marion Carel, para quem os encadeamentos argumentativos são constituídos de unidades interdependentes, sendo essa interdependência entre os segmentos do discurso que constitui a argumentação. Vista anteriormente como uma relação de justificação, a argumentação passa a ser definida pela interdependência das palavras que constituem os segmentos dos encadeamentos, os quais só fazem sentido no conjunto. Dito de outra forma, o caráter argumentativo do encadeamento é dado pela interdependência semântica de dois segmentos, que fazem parte de um mesmo *bloco semântico*. Isso leva à distinção de duas estruturas básicas de argumentação: normativa, em *portanto* (PT); e transgressiva, em *no entanto* (NE).⁴⁴

Essa última versão da teoria propõe uma descrição semântica do léxico da língua, através da lexicalização do bloco e de conceitos como argumentação interna e externa. Até essa fase da teoria, o encadeamento discursivo se constituía de um argumento e de uma conclusão unidos por um conector e regidos por um princípio argumentativo: o *topos*. Carel se contrapõe a essa visão. Para ela, o encadeamento é um todo formado pelo argumento e pela

⁴⁴ Note-se que, no francês, o símbolo que representa a argumentação normativa é DC (*DONC*) e o que representa a argumentação transgressiva é PT (*POURTANT*). Saliente-se ainda que *DONC* e *POURTANT* correspondem a categorias semânticas, que podem ser, efetivamente, realizadas no discurso de várias formas.

conclusão. Juntos, argumento e conclusão formam um bloco semântico e por isso não devem ter seu sentido descrito separadamente. Eles apresentam entre si uma interdependência semântica: o sentido do argumento determina o sentido da conclusão e o sentido da conclusão determina o sentido do argumento. Assim, os encadeamentos argumentativos são vistos como blocos constituídos de dois segmentos do discurso que mantêm entre si uma interdependência semântica. O que Ducrot propunha ao estabelecer que o primeiro segmento de um enunciado não porta por si só uma informação completa, isto é, se não se conhece a conclusão, não é possível entender completamente o argumento, Carel parece formalizar com a noção de encadeamento e de interdependência semântica entre eles. Ducrot parece ter, de alguma forma, aberto caminho para as formulações de Carel.

Sob esse novo enfoque, argumentar consiste em ser coerente com regras ou princípios que, através de sua lexicalização, podem ser considerados lugares-comuns. Somente o encadeamento argumentativo é unidade de sentido. As duas partes de um encadeamento só fazem sentido se vistas em conjunto na argumentação, pois nada precede a argumentação. (CAREL, 1997).

Carel e Ducrot (2005, p. 165) afirmam que “só o discurso é doador de sentido”. A TBS considera como discursos doadores de sentido os encadeamentos argumentativos. Esses encadeamentos são constituídos por dois segmentos unidos por um conector: A conector B. Admitem-se dois tipos de conectores: os *normativos* e os *transgressivos* e, em conseqüência, dois tipos de encadeamentos: os encadeamentos normativos e os encadeamentos transgressivos.

Os encadeamentos normativos apresentam conectores do tipo *PORTANTO* (doravante simbolizado por PT)⁴⁵ e os encadeamentos transgressivos apresentam conectores do tipo *NO ENTANTO* (doravante NE)⁴⁶. Os conectores PT e NE são prototípicos e podem ser representados por outros de mesmo valor como *então, pois*, no caso de *portanto*; e *entretanto, embora, apesar de*, no caso de *no entanto*. Conforme Carel e Ducrot (2005, p. 14), “há, na língua, um grande número de formas que marcam tanto as relações normativas, quanto as transgressivas.” Note-se que não se trata de conectores no sentido específico, mas de uma relação semântica entre os segmentos.

Tanto os encadeamentos normativos quanto os transgressivos são constituídos de dois segmentos, cujo sentido é alcançado na relação de um segmento com o outro, isto é, o sentido

⁴⁵ Na TBS, os encadeamentos normativos apresentam conectores do tipo de DONC, simbolizado por DC. Neste trabalho, optou-se por usar esses termos em português, daí o uso de PORTANTO, simbolizado por PT.

⁴⁶ Os conectores transgressivos na TBS são identificados pelo conector POURTANT, simbolizado por PT. Por opção nossa em usar o português, traduzimos esse conector (na verdade, um símbolo) por NO ENTANTO, (NE).

do encadeamento resulta da relação de interdependência existente entre os dois segmentos. Esse fenômeno Carel e Ducrot (2005, p. 18) chamam de interdependência semântica: “em um encadeamento do tipo “isto portanto aquilo”, o segmento *isto* se compreende em relação ao segmento *aquilo*; e o segmento *aquilo*, por sua vez, se compreende em relação ao segmento *isto*”. Em outras palavras, o segmento A só pode ser entendido na relação com o segmento B; e o segmento B só pode ser entendido na relação com o segmento A. O sentido do encadeamento só pode ser descrito no conjunto dos dois segmentos, de forma interdependente. O bloco semântico é então o sentido resultante da interdependência semântica entre os segmentos de um encadeamento argumentativo. Um bloco semântico é composto por quatro aspectos relacionados, que, juntos, formam um quadrado argumentativo:

- (1) Economiza, portanto tem dinheiro guardado. (A PT B)
- (2) Economiza, no entanto não tem dinheiro guardado. (A NE B)
- (3) Não economiza, no entanto tem dinheiro guardado, (Neg- A NE B)
- (4) Não economiza, portanto não tem dinheiro guardado. (Neg- A PT Neg- B)

Os aspectos pertencentes a cada bloco estabelecem entre si, relações discursivas denominadas conversas, recíprocas e transpostas. (DUCROT, 2005, p. 40.) São *conversos* os encadeamentos A CON B e A CON' neg-B, em que ocorre a troca de conectores e a negação do segundo segmento, no segundo encadeamento. São *recíprocos* A CON B e neg- A CON neg- B, em que são mantidos os conectores e ambos os segmentos contidos no primeiro encadeamento são negados no segundo; são *transpostos* A CON B e neg A CON' B, em que há, no segundo encadeamento, alternância dos conectores e negação do primeiro segmento.

Os aspectos normativos e os transgressivos podem ser ligados a uma entidade lingüística de dois modos: externo e interno. A argumentação externa (AE) de uma entidade lingüística, segundo Carel e Ducrot (2005), são os encadeamentos cuja origem ou término é a própria entidade. A argumentação externa de uma entidade lingüística pode ocorrer à direita ou à esquerda. A AE à direita é constituída pelos encadeamentos que sucedem a entidade *e*⁴⁷. À esquerda, pelos encadeamentos que a precedem. Em outras palavras, a AE à direita de uma entidade *e* pode ser representada por *e CON A*, e à esquerda, por *A CON e*. Por exemplo, na

⁴⁷ *e* é a representação de entidade lingüística, conforme Carel e Ducrot apresentam na obra *La Semântica Argumentativa – Uma Introdução a la Teoría dos Blocos Semânticos*.

AE à direita de *prudente*, encontra-se *prudente portanto segurança* e *prudente no entanto neg- segurança*.

A argumentação interna (AI) de uma *entidade* é relativa a um certo número de aspectos aos quais pertencem os encadeamentos que parafraseiam a entidade, ou são muito próximos a ela, isto é, os encadeamentos parafrásticos dessa entidade são exatamente o que se entende por AI. Ducrot apresenta a AI de *prudente* a partir da idéia de que, *se alguém é prudente, então toma precauções diante do perigo*, como sendo *perigo portanto precaução*. Diferentemente da AE, a AI de uma entidade lingüística não contém a própria entidade como parte de um segmento. Outra diferença marcante entre a AI e a AE é o fato de não se encontrar, na AI de uma entidade, aspectos conversos, ou seja, se se encontra na AI de uma entidade um aspecto A CON B, não se encontrará, na mesma AI, o aspecto A CON? Neg- B. Tanto a AI quanto a AE de uma entidade lingüística podem ser estruturais ou contextuais. Serão argumentações estruturais aquelas estritamente determinadas pela língua, e contextuais as que dependem de cada situação de discurso. É o caso da pressuposição.

Vale ressaltar que Ducrot enfatiza sempre que é estruturalista, o que traz como conseqüência a busca pelo sentido dos discursos voltada para a interpretação dos enunciados e das relações entre os segmentos destes, isto é, entre os encadeamentos evocados por estes. Como o discurso é definido como um conjunto de enunciados, deve-se considerar também as relações entre enunciados para se alcançar o sentido do discurso. Sentido que é perpassado pela enunciação, pela forma como o locutor se posiciona em relação aos enunciadores, assimilando-os ou tomando atitudes de aceitação ou de rejeição aos pontos de vista que se entrecruzam no discurso. Dessa forma, faz-se importante verificar como a polifonia é tratada sob a ótica da TBS, a fim de esclarecer o aporte teórico utilizado na análise proposta neste trabalho.

Ducrot e Carel (2008) reafirmam que o locutor pode se relacionar com os enunciadores de duas maneiras: assimila-os a personagens do discurso e toma atitudes em relação a eles. A assimilação, conceito não desenvolvido na polifonia de 1988, é retomada, nesta terceira fase da TAL, e consiste na atribuição de um ponto de vista (um enunciador) a seres determinados ou, com maior freqüência, a seres indeterminados.

A tomada de atitudes frente aos enunciadores é a segunda forma de relação entre o locutor e os enunciadores. Observam-se, nessa relação, três possíveis atitudes tomadas pelo locutor: assumir um ponto de vista, concordar com ele ou opor-se a ele. Assumir um ponto de vista é, pois, impor ao enunciado e/ou ao discurso o ponto de vista desse enunciador. É o caso de *“eu me sinto temeroso diante da atual crise financeira”*, em que se dá a si a origem de

estar temeroso e impõe esse ponto de vista no enunciado. A concordância resulta em não poder contestar esse enunciador, apesar de não ser esse o ponto de vista imposto pelo locutor. Por último, a oposição se dá quando um ponto de vista de um enunciador é negado no discurso. Num enunciado negativo como: “*O momento não é bom*”, o locutor se opõe a um enunciador que afirma *ser o momento bom*.

Os modificadores na TBS

Ducrot (2005, p. 163) afirma que não se pode atribuir uma AI e uma AE a todas as palavras da língua. Somente as “*palavras plenas*”, que se caracterizam pelo fato de possuírem um conteúdo, possuem AI e AE. Contudo, o mesmo não ocorre com as “*palavras gramaticais*” que são caracterizadas por não designar nenhum elemento da realidade. As “*palavras gramaticais*” não podem ser associadas a nenhum conjunto específico de discursos, mas adquirem seu sentido na relação com outros discursos que estão diretamente ligados a elas.

As “*palavras gramaticais*” ou “*palavras instrumentais*” são divididas em três categorias: *os conectores*, *os articuladores* e *os operadores*. Os *conectores* articulam segmentos, que constituem os encadeamentos argumentativos (são análogos a *portanto* e *no entanto*). Os *articuladores*, por outro lado, não articulam segmentos, mas encadeamentos. Sua função é comparar as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os seguem e que os precedem. O *mas* é um exemplo de articulador.

Finalmente os *operadores*, que os autores subdividem em duas subcategorias: *os internalizadores* e *os modificadores*. Com respeito aos *modificadores*, Ducrot retoma, com ampliações e reinterpretções a noção já trabalhada dentro da teoria dos *topoi*, e a aplica à TBS. Nesta fase da teoria, uma palavra instrumental é chamada de *operador modificador* (Y), quando, associada a uma palavra X, forma o sintagma XY, cuja AI é constituída unicamente pelas palavras plenas contidas na AI de X. Desse modo, Y não introduz nenhum termo novo nos aspectos que constituem a AI de X; Y se limita a reorganizá-los através de uma nova combinação com os conectores e com a negação. Um exemplo de modificador é a palavra *forte* no sintagma “*forte subida*” num enunciado como: *A forte subida do dólar assusta empresários. Subida* pode ser parafraseada como “*ação de elevar-se*”. A AI de *subida* poderia ser parafraseada como “*elevação PT valorização*”. A palavra *forte*, nesse contexto, aumenta essa ação. Assim a AI de *forte subida* é a mesma de *subida*, mas reforçada. Os

modificadores que aumentam ou mantêm a força argumentativa de uma palavra são chamados *modificadores realizantes*. (como *forte*, acima).

Compare-se, agora, o exemplo seguinte: *O dólar teve uma ligeira queda*. *Queda* pode ser parafraseada como “*deslocamento para baixo*” e sua AI poderia ser formulada como *posição acima NE deslocamento para baixo*. O adjetivo *ligeira* atenua a força argumentativa de *queda*. Assim, *ligeira queda* tem como AI *deslocamento para baixo, NE com pouca mudança de posição*.

São modificadores certos adjetivos em relação a substantivos e certos advérbios⁴⁸ em relação a verbos. Segundo Barbisan (2006, p. 27) “o modificador Y atua sobre a força argumentativa de X porque se considera que a argumentação contida no léxico é gradual”. Observe-se que os modificadores atuam sobre a gradualidade das palavras a que se ligam, aumentando ou diminuindo sua força argumentativa. E essa observação permite concluir que o aumento ou a diminuição da força argumentativa de uma palavra interfere nos discursos evocados por essa palavra e revelam a subjetividade do locutor.

Da teoria à prática: uma análise possível

Esta é uma pesquisa qualitativa que visa à busca por adjetivos realizantes e desrealizantes e a atuação destes na orientação argumentativa do discurso. Por ser uma análise discursiva, descrevem-se também as atitudes do locutor frente aos enunciadores. A análise tem como base os seguintes critérios: 1) Segmentar o discurso em encadeamentos. 2) Identificar os enunciadores postos em cena pelo locutor. 3) Identificar as atitudes do locutor frente a esses enunciadores. 4) Levantar, quando necessário, as argumentações internas ao léxico. 5) Levantar, quando necessário, o bloco semântico que constitui o encadeamento. 6) Verificar a presença de modificadores nos enunciados. 7) Identificar a atuação desses modificadores na orientação argumentativa do discurso.

Objetiva-se aqui aplicar os construtos teóricos abordados neste trabalho, isto é, os princípios defendidos pela Teoria da Argumentação na Língua (TAL), mais precisamente, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Para isso, toma-se como objeto de estudo, uma reportagem publicada no jornal *Folha de São Paulo*, de 01 de outubro de 2008. O discurso

⁴⁸ Neste trabalho prioriza-se a modificação da gradualidade das palavras nominais e isso se dá mediante o emprego de adjetivos. Por isso, nessa parte teórica, o papel dos modificadores adverbiais sobre os verbos será abordado de maneira muito resumida, embora seja preciso recorrer, na análise final, a essa categoria de modificadores.

situa o Brasil no contexto da recente crise financeira mundial e traz o seguinte título: “*No Brasil, crédito seca até para as grandes empresas*” De acordo com as instruções contidas na língua, é possível dizer que o discurso se constrói sob a seguinte argumentação: *Crédito seca até para as grandes empresas (PT a economia do país corre risco de desaceleração)* A expressão *grandes empresas* dá a dimensão da secura do crédito e do iminente risco de desaceleração na economia do país. Ora, o risco de desaceleração na economia é decorrente da falta de crédito para grandes empresas, ponto de vista para o qual o discurso se orienta. O adjetivo *grandes* reforça a AI de *empresas* e atua como um *modificador realizante* dessa palavra. É possível dizer que esse modificador estabelece uma interdependência semântica mais forte entre *crédito seca para empresas* e *economia em risco*. Analisa-se a seguir alguns parágrafos dessa reportagem.

Parágrafo 1: *Diante de um cenário de incertezas, o crédito praticamente secou até para as grandes empresas nesta semana no Brasil. Nas consultas para tomar dinheiro emprestado ontem e anteontem, as taxas pedidas foram consideradas irrealistas, com valores que p assaram dos 110% do CDI, e apenas para prazos de menos de 180 dias.*

No primeiro enunciado desse parágrafo, o locutor estabelece uma relação de interdependência entre os dois segmentos aí presentes: *diante de um cenário de incertezas (segmento A)* e *o crédito praticamente secou até para as grandes empresas nesta semana no Brasil (segmento B)*. Trata-se de uma secura de crédito decorrente da insegurança quanto aos rumos da economia do país. O locutor põe em cena dois enunciadores: E1, que é assimilado a uma voz geral, talvez a voz da mídia; e E2, que, por sua vez, é assimilado à voz de analistas econômicos. O locutor concorda com E1, e assume E2. A atitude de assumir um enunciador leva o locutor a impor o ponto de vista desse enunciador no discurso, ou seja, esse é o ponto de vista sobre o qual o discurso se ancora. O locutor dá como fim à sua enunciação impor ao interlocutor o desaparecimento de crédito no mercado. Tal desaparecimento é marcado pelo uso da expressão *crédito praticamente secou*. Se o crédito *praticamente* secou, falta crédito no mercado. Observa-se que o advérbio *praticamente* atenua a AI do verbo secar. Para averiguar a atuação do advérbio *praticamente* no sintagma *praticamente secou*, faz-se o levantamento da argumentação interna desse verbo. Na AI de *secou*, encontra-se o aspecto *estancou portanto esgotou*. Na AI de *praticamente secou*, encontra-se o aspecto *estancou no entanto não esgotou*. Assim, *praticamente* atua como um *modificador desrealizante* de *secou*. Essa

atenuação aponta para uma falta acentuada de crédito no mercado, o que levaria a uma desaceleração na economia do país. Se o crédito secasse totalmente, poder-se-ia enfrentar uma situação ainda mais grave que a desaceleração na economia. Pode-se-ia ter, por exemplo, uma recessão.

Observa-se, ainda, no segmento B, um reforço na interdependência semântica entre os constituintes do enunciado. O uso da expressão “*até para as grandes empresas*” revela uma quase *secura* do crédito em decorrência da insegurança nos rumos da economia. O adjetivo *grandes*, como visto anteriormente reforça a AI de empresas. É, pois, um *realizante* de empresas. Falta crédito não só para as pequenas e médias empresas, mas também para as grandes empresas, aquelas que teoricamente teriam maior disponibilidade de crédito. Falta explicada no segundo enunciado do parágrafo. O locutor põe em cena um enunciador, E3, assimilado a consultores financeiros, que apresenta um sinal de que o crédito está menor, por meio da predicação de *taxas* e de *prazos* para empréstimos. Observa-se aqui o caráter gradual do léxico, marcado no emprego do adjetivo *irreais*, aplicado à construção nominal *taxas pedidas* e explicado em *com valores que passaram de 110% do CDI, e pelo emprego de apenas para prazos de menos de 180 dias*. Essas expressões permitem observar uma gradação para mais, em relação às taxas, e para menos, em relação aos prazos. O adjetivo *irreais* e a expressão adjetival *que passaram dos 110% do CDI* reforçam a AI de *taxas* e de *valores (das taxas)* e atuam, nos sintagmas em que ocorrem, como *modificadores realizantes*. Não se trata, pois, de taxas convencionais, mas de taxas muito acima do convencional. Já a locução adjetiva *de menos de 180 dias* atenua a AI de *prazos*, atuando como um *modificador desrealizante*. Aqui também não se trata de prazos convencionais, mas de prazos menores. A diminuição dos prazos é também assinalada pelo termo *apenas*. O locutor concorda com esse ponto de vista que explica a quase *secura* do crédito, voz imposta no discurso. As taxas muito altas e os prazos menores revelam a falta de crédito no mercado.

Parágrafo 2: *Anteontem, segundo fontes ouvidas pela Folha, o mercado de crédito viveu uma espécie de “feriado” em que nenhuma operação importante foi fechada. O pouco dinheiro emprestado foi de curtíssimo prazo e com taxas proibitivas, que chegaram a inéditos 120% do CDI.*

Nesse encadeamento, o locutor apresenta um enunciador que afirma que o mercado de crédito não operou como de costume, já que não se realizou nesse dia nenhuma operação

importante. Ducrot e Carel (2008, p. 17) afirmam que o “enunciado negativo faz alusão a um enunciador positivo”. Dessa forma, nesse encadeamento, entra em cena um enunciador, E4, que representa o ponto de vista positivo. Esse enunciador exprime o aspecto transgressivo do bloco (A NE B): *feriado no entanto operação importante fechada*. O enunciador negativo, E5, expressa o aspecto normativo A PT neg-B – *feriado portanto nenhuma operação importante fechada*. E5 é assimilado a fontes ouvidas pela folha. Trata-se, pois, de um ponto de vista relativo a essas fontes. O locutor opõe-se a E4 e concorda com E5.

O adjetivo *importante* reforça a AI do substantivo *operação*. Trata-se, pois, de um *modificador realizante*. A expressão *nenhuma operação importante foi fechada* é explicada no enunciado seguinte pelo *pouco dinheiro emprestado*, pelas *altas taxas* e pelos *prazos curtos*. O adjetivo *pouco* atenua a AI de dinheiro emprestado. Foi emprestado dinheiro, no entanto pouco. *Pouco* atua como um *desrealizante* de *dinheiro emprestado*. Nesse enunciado, nota-se a mesma relação gradual já observada anteriormente: para mais, em relação às taxas, e para menos, em relação aos prazos: *proibitivas* e *que chegaram a inéditos 120% do CDI*, unidos ao substantivo *taxas*; e *curtíssimo*, unido ao substantivo *prazo*. O adjetivo *proibitivas* e a oração adjetiva *que chegaram a inéditos 120%* atuam como *modificadores realizantes* do substantivo *taxas*. Já o adjetivo *curtíssimo* atua como *desrealizante* do substantivo *prazo*. Há um prazo, no entanto *curtíssimo* ou quase não há prazo.

Parágrafo 5: *Para Luís Miguel Santacreu, analista da Austin Ratings, a segura do crédito não significa que os bancos não tenham dinheiro para emprestar, mas que preferem priorizar o próprio caixa num momento em que a liquidez passou a ser um ativo escasso e caro. “Não é todo o crédito que está disponível para as empresas. Os juros estão muito altos, mas é momentâneo. Se virar regra [a flexibilização do] compulsório fracassou. Quem paga isso são as empresas menores que estão sem oxigênio no capital de giro.”*

O primeiro encadeamento desse parágrafo pode ser representado por um encadeamento transgressivo: *segura de crédito(A) no entanto bancos têm dinheiro para emprestar(B)*. O locutor põe em cena nesse encadeamento, no mínimo, dois enunciadores: um enunciador positivo, que expressa o aspecto normativo (A PT neg- B); e um enunciador negativo, assimilado a Luís Miguel Santacreu, analista da *Austin Ratings*, que expressa o aspecto transgressivo do mesmo bloco (A NE B). O locutor concorda com o enunciador negativo e se opõe ao enunciador positivo.

O encadeamento seguinte é também transgressivo: “*os bancos têm dinheiro para emprestar, mas preferem priorizar o próprio caixa.*” A transgressão argumentativa aparece assinalada pelo articulador *mas* em *mas preferem priorizar o próprio caixa*. Ducrot (2005) distingue as palavras ferramentas, os *conectores*, análogos a *portanto* e *no entanto*, que servem para constituir discursos doadores de sentido, de outra categoria, a dos *articuladores* como *mas*, análogo a *pero* em espanhol. Para o autor, a função do *mas* é comparar as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e os seguem. É o que se observa na articulação feita pelo *mas* no enunciado *os bancos têm dinheiro, mas priorizam o próprio caixa*: 1º: *Os bancos têm dinheiro para emprestar PT podem emprestar*; 2º: *Os bancos priorizam o próprio caixa PT não podem emprestar*.

O locutor concorda com o primeiro ponto de vista e assume o segundo, reforçando a situação difícil na economia, já que os bancos têm necessidade de priorizar o próprio caixa e não podem emprestar dinheiro. Nesse encadeamento, a expressão *num momento em que a liquidez se tornou um ativo escasso e caro* forma um elo discursivo com a expressão *crédito seca*. Na AI da palavra *liquidez* encontra-se o aspecto *crédito imediato PT dinheiro*. Entretanto a *liquidez* passou a ser um *ativo escasso e caro*, o que evoca a não possibilidade de dinheiro imediato. Na AI da expressão *ativo escasso*, encontra-se o aspecto transgressivo *crédito NE neg- valor a receber*. Dessa forma, o adjetivo *escasso* atua como um *desrealizante* do substantivo *ativo* e confirma a falta de liquidez, a *secura* de crédito.

O locutor traz para o seu discurso a voz de um outro locutor. Observa-se, aqui, uma *polifonia de locutores*, segundo Ducrot (1987). Esse novo locutor, identificado, nesta análise, como L', põe em cena outros enunciadores, dentre eles, um enunciador negativo, que rejeita a disponibilidade de todo o crédito para as empresas: E1: *crédito disponível PT há crédito no mercado. (A PT B)* e E2: *Neg- crédito disponível PT não há crédito no mercado. (neg- A PT neg- B)*. O L' se opõe a E1 e assume E2, que nega a total disponibilidade de crédito para as empresas, pois há pouco crédito no mercado. E2 também afirma a alta dos juros. O adjetivo *altos* é um realizante de *juros*. Entra em cena E3, que afirma que essa alta é momentânea. Novamente, o uso do articulador *mas* permite comparar as argumentações presentes nos encadeamentos que antecedem e que seguem esse articulador. Nesse enunciado, observa-se o ponto de vista que mostra as pequenas empresas numa situação mais difícil que as grandes empresas. O adjetivo *pequenas* no sintagma *pequenas empresas* é um *desrealizante* do substantivo *empresas* e aponta para uma dificuldade de crédito maior para essas empresas. O locutor do discurso concorda com esse ponto de vista

Parágrafo 8: *Para os bancos pequenos a situação continua crítica, mesmo com a entrada em vigor da flexibilização dos depósitos compulsórios.*

Nesse enunciado, é possível construir um bloco semântico da interdependência existente entre *flexibilização dos compulsórios* e *melhoria da situação*. O locutor põe em cena um enunciador que evoca o aspecto transgressivo desse bloco: *houve a flexibilização dos compulsórios NE a situação continua crítica*. Embora o governo tenha tomado essa medida, ela não devolveu ao mercado o crédito esperado. É um enunciador que apóia o ponto de vista anterior de que as empresas menores enfrentam grandes dificuldades. O adjetivo *pequenos* aparece aí como um desrealizante de *bancos*.

Parágrafo 9: *Segundo Roberto Troster, da Integral Trust, a medida não foi suficiente para resolver os problemas de caixa dos pequenos. Para Troster, se a crise persistir, o BC terá de baixar mais os compulsórios e mexer nas linhas de redesconto. “Os bancos grandes também estão com liquidez reduzida, mas a situação está mais difícil para os pequenos. O BC fez muito pouco, foi muito tímido, em relação ao que tem de ser feito. Precisa dar um sinal forte e claro de que a gente não vai ter problema de liquidez. E ele não está dando esse sinal.”*

O locutor põe em cena um enunciador que apóia o ponto de vista anterior: a flexibilização dos compulsórios não foi suficiente para resolver o problema de caixa dos pequenos. Esse enunciador também revela problemas de crédito para os *bancos grandes*. O adjetivo *grandes* atua como um *realizante* de *bancos*. Tais bancos estão, sob esse ponto de vista, com *liquidez reduzida*, ou seja, não possuem crédito. O adjetivo *reduzida* atua como um desrealizante de *liquidez*. Os adjetivos *forte* e *claro* atuam como realizantes de *sinal*, na expressão *sinal forte e claro* que retoma a insuficiência da flexibilização dos compulsórios.

Parágrafos 11e 12: *De acordo com o Deutsche Bank, os bancos brasileiros também podem enfrentar uma deterioração de ativos e uma alta nos custos de financiamentos. “O sentimento em relação ao setor se deteriorou, e os efeitos indiretos podem gerar pressões adicionais para um ambiente já difícil no Brasil”, afirmou o analista Mário Pyerry, em relatório.*

“Entre os principais riscos estão a deterioração da qualidade dos ativos, a alta nos custos de financiamento, o acirramento da concorrência, o aumento da interferência governamental e um crescimento econômico mais lento”, disse Pierry.

Observa-se, no parágrafo 11, um enunciador, assimilado a uma importante instituição financeira alemã, que afirma que os bancos brasileiros podem enfrentar uma situação mais complicada. Um outro locutor, trazido para o discurso, põe em cena a voz do analista Mário Pierry que prevê pressões adicionais. Essas pressões são identificadas no parágrafo 12. Na expressão *crescimento econômico mais lento*, há a atenuação do crescimento no uso do desrealizante *lento*, o que aponta para a desaceleração na economia do país em decorrência da existência de uma seca do crédito para as grandes empresas.

Parágrafo 13: *Para Milena Zanonini, analista da agência de risco Stand & Poor’s, “os bancos pequenos sempre tiveram uma vulnerabilidade de acesso a funding”, disse.*

Entra em cena um enunciador, assimilado à analista Milena Zanonini, que afirma que os bancos pequenos sempre tiveram vulnerabilidade de acesso a crédito, o que confirma o ponto de vista imposto no discurso de que é a seca do crédito para as grandes que pode levar a uma desaceleração na economia.

Considerações finais

A análise aqui realizada revela que, para construir essa argumentação, o locutor articula vozes de analistas e executivos financeiros. Alguns analistas defendem uma seca de crédito para as pequenas empresas e outros defendem essa seca também para as grandes empresas. O locutor admite a falta de crédito para as pequenas empresas, mas assume o ponto de vista de analistas que afirmam essa falta para as grandes empresas, o que gera um risco de desaceleração na economia brasileira. A seca maior é marcada no título da reportagem em que o locutor toma uma posição mais incisiva e afirma que *crédito secou até para as grandes empresas*. Esta é a direção para a qual o discurso aponta.

A presença dos modificadores realizantes e desrealizantes contribui para a construção dessa argumentação, pois cria uma interdependência mais forte entre os constituintes dos

encadeamentos. Os modificadores também representam, ora um grau maior, ora um grau menor desses substantivos. O locutor reforça, por exemplo, a argumentação interna de taxas com o emprego de realizantes como *irreais*, *proibitivas* e *que chegaram a inéditos 120% do CDI*; e atenua a AI de prazos e liquidez com o emprego de desrealizantes como *curtíssimo* e *reduzida*. Esse reforço e essa atenuação apontam a *secura* do crédito. A atenuação de desenvolvimento econômico por meio do uso do desrealizante *mais lento* aponta para a desaceleração na economia. Dessa forma, observa-se a importante influência dos modificadores nas estruturas em que ocorrem. Observa-se, ainda, que o locutor recorre aos modificadores para direcionar sua argumentação.

Referências

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Madarga, 1983.

BARBISAN, Leci Borges. Um sentido do adjetivo no discurso. In: *Cadernos de Pesquisas em Lingüística*. Centro de Estudos do Discurso - Programa de Pós- Graduação em Letras da PUCRS, 2006. p. 24-30.

CAREL, Marion. L'argumentation dans le discours: argumentar n'est pas justifier. In: *Letras de Hoje*. v. 32, n. 6, mar. Porto Alegre, 1997. p. 23-40.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semática Argumentativa: Una Introducción a La Teoría de Los Bloques Semánticos*. Tradução e edição: Maria Marta G. Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005. 240 p.

Ducrot, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. *Polifonia y Argumentacion* - Conferências Del Seminário - Teoria da Argumentacion y Análises del Discurso. Cali: Universidad Del Valle, 1988.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In: *Letras de Hoje*. v. 43, n. 1, jan/mar. Porto Alegre, 2008. p. 7-18

A CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE EM *RAPS* DOS RACIONAIS MC'S

Tatiana Aparecida Moreira*

Resumo: Este artigo é uma síntese de dissertação de mestrado de título homônimo, cujo objetivo foi observar a constituição da subjetividade em *raps* do CD duplo *Nada como um dia após o outro dia*, de 2002, do grupo Racionais MC's, um dos grupos de maior representatividade do movimento *Hip Hop* no cenário brasileiro, tendo como enfoque a forma como os locutores (*rappers*) colocam-se como sujeitos do discurso em seus *raps* e o posicionamento responsivo dialógico desses locutores para com seus interlocutores, especialmente o “mano/truta” e o “senhor de engenho”. Os postulados teóricos metodológicos adotados foram os propostos por Bakhtin (1976[1926], 1995[1929], 2003 [1979]) sobre dialogismo, atitude responsivo-ativa, gênero discursivo, entoação (tom) e estilo. Além desses postulados bakhtinianos, que representaram a base dos pressupostos teóricos, outras concepções também foram usadas, como as noções de *ethos* discursivo e de cena enunciativa propostas por Maingueneau (2004[1998], 2005, 2008). Outros estudiosos e suas contribuições também foram utilizados na dissertação de mestrado, porém, não terão seus estudos apresentados e comentados, tendo em vista que este artigo tem o objetivo de mostrar um resumo da pesquisa defendida.

Palavras-chave: Dialogismo. Responsividade. *Raps*.

Abstract: This paper is a summary of the homonymous dissertation which had as its objectives to observe the formation of subjectivity in “Nothing like a day after another” (“Nada como um dia após o outro dia”), the 2002 Rational Mc's group double-CD. This is the one of the most representative groups of the Brazilian Hip Hop movement. They focus the way the speakers (*rappers*) situate themselves as subjects of discourse and also the way they answer concerning the dialogic responsive position of the speakers in relation to themselves and to their interlocutors, specially the “trout” (o “truta”) and the “lands” (“senhor de engenho”). Some concepts proposed by Bakhtin (1976[1926], 1995[1929], 2003[1979]) are methodologically used: dialogism, active responsive attitude, discursive gender, intonation (tune) and style. Besides these bakhtinian conceptions, which represent the theoretical basis for this research, other notions are also evoked as Maingueneau's (2004[1998], 2005, 2008) proposal of discursive *ethos*, together with the notion of the enunciative scene. Besides, some other theoretical authors contributed on the writing of the dissertation, but they are not present in this paper because the purpose of this work is to show a brief summary of the research.

Keywords: Dialogism. Subjectivity. *Raps*.

Considerações iniciais

Raps, de uma maneira geral, são discursos em que a crítica e o questionamento fazem-se presentes a todo o momento. Como *raps* estão inseridos em um contexto maior, uma

*Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tary-am@bol.com.br. Orientação: Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon.

cultura conhecida mundialmente, o movimento *Hip Hop*, alguns aspectos desse movimento, os elementos que o constituem, o *break*, o *rapper* ou MC (Mestre de Cerimônia), o *graffiti* e o *DJ*, merecem uma breve apresentação.

As palavras *Hip* e *Hop* significam respectivamente, quadril e salto, ou seja, saltar movendo os quadris, característica marcante de um dos elementos desse movimento, a dança *break*. Historicamente, de acordo com Silva (1999), foi na década de 1970 que o movimento *Hip Hop* começou a ser articulado e teve o *Dj Afrika Bambaataa*, como um de seus líderes, e o Bronx, em Nova York, como o bairro berço dessa cultura.

Resumidamente, o *break* é a dança que apresenta coreografias quebradas, com muitos passos que surgiram em decorrência de se tentar imitar os feridos em combate na guerra do Vietnã. O MC é o responsável pela autoria dos *raps* (que significa *rhythm and poetry*, ou seja, ritmo e poesia) e por cantá-los. O *graffiti* é considerado as artes plásticas do movimento e o *DJ* é quem faz a mixagem dos sons. A combinação dessas manifestações possui um alto teor crítico-social, pois, por meio delas, expressam-se a performance, a palavra, a arte e o dinamismo de quatro elementos que se entrelaçam e possibilitam uma responsividade não só de quem faz parte do movimento como também de outras pessoas, tanto as que admiram quanto as que se contrapõem ao *Hip Hop*.

Desse modo, o movimento, em si, já representa uma atitude responsivo-ativa (BAKHTIN, 2003). Por isso que *raps* revelam atitude e responsividade de quem os produz (os *rappers*), no que tange a não aceitação a um sistema opressor e excludente, principalmente para com os “manos/trutas” da periferia. Os locutores (*rappers*) também, por meio dos *raps*, desejam suscitar uma postura ativa nesses “manos/trutas”, tendo em vista que ambos compartilham, locutores e interlocutores, por exemplo, o fato de habitarem o lugar discursivo chamado periferia. E, até mesmo em decorrência disso, os MCs expõem, nos *raps*, o protesto, a angústia, a determinação, a reivindicação, entre outros, em face de distintas situações vivenciadas nas “quebradas” (designação para periferia) e as revelam no processo dialógico. Além disso, há uma interlocução privilegiada com o “senhor de engenho”, aquele que representa o principal alvo de crítica dos locutores.

Assim, este artigo, que é uma síntese de dissertação de mestrado de título homônimo, tem como objetivo mostrar como foi observada a constituição da subjetividade em *raps* do grupo Racionais MC's, tendo como enfoque a forma como os locutores (*rappers*) colocam-se como sujeitos do discurso em seus *raps* e o posicionamento responsivo dialógico desses locutores para com seus interlocutores, especialmente o “mano/truta” e o “senhor de engenho”. Para tal, foram utilizados alguns conceitos propostos por Bakhtin (1976[1926],

1995[1929], 2003[1979]) sobre dialogismo, atitude responsivo-ativa, gênero discursivo, entoação (tom) e estilo. Além desses postulados bakhtinianos, que representaram a base dos pressupostos teóricos, outras concepções também foram apropriadas, como as noções de *ethos* discursivo e de cena enunciativa propostas por Maingueneau (2004[1998], 2005, 2008). Foi analisado, então, o CD *Nada como um dia após o outro dia* (de 2002), dos Racionais MC's, um dos grupos de maior representatividade do movimento *Hip Hop* no cenário brasileiro, em especial, serão focados, por se tratar de uma síntese da análise, os *raps* “Expresso da meia-noite”, “Na fé firmão” e “Vida Loka (parte 2)”.

Dessa maneira, foi através de uma análise indiciária (GINZBURG, (2002[1989])), que consiste em observar por meio de indícios/pistas, deixados ao longo das canções-*rap* (TATIT, 2006), que foram articulados os postulados teóricos que possibilitaram a busca de indícios, nos dados analisados, a fim de se investigar como a subjetividade emergia, discursivamente, nessas canções.

Postulados Teórico-Metodológicos

A fim de se refletir sobre o *rap* enquanto gênero discursivo em que as subjetividades da periferia são representadas, será feito um percurso pela teoria bakhtiniana, colocando em discussão noções-chave, como dialogismo, gênero discursivo, estilo e entoação, que procurarão dar sustentação teórica ao trabalho de análise dos dados. A essa fundamentação de base, serão articuladas as noções de *ethos* discursivo e de cena enunciativa, segundo Maingueneau (2004[1998], 2005, 2008).

Bakhtin (2003, p. 348, grifos do autor) diz que

A única forma adequada de *expressão verbal* da autêntica vida do homem é o *diálogo inconcluso*. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal (BAKHTIN, 2003, p. 348, grifos do autor).

Como se nota, em todo discurso há a presença de outros discursos, por isso que o dialogismo está presente em qualquer atividade humana concreta, pois o “falante não é um Adão bíblico, só relacionado com objetos virgens ainda não nomeados [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 300). Ainda de acordo com Bakhtin (2003), todo enunciado, continuamente, nas mais

diferentes circunstâncias, responde, de uma maneira ou de outra, aos enunciados que o precederam. Assim, “[...] o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinaram tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2003, p. 300).

A citação abaixo confirma a responsividade de muitos gêneros discursivos. Desse modo,

A palavra, a palavra viva, indissociável do convívio dialógico, por sua própria natureza quer ser ouvida e respondida. Por sua natureza dialógica, ela pressupõe também a última instância dialógica. Receber a palavra, ser ouvido. É inadmissível a solução *à revelia*. Minha palavra permanece no diálogo contínuo, no qual ela será ouvida, respondida e reapreciada (BAKHTIN, 2003, p. 356, grifo do autor).

Essa atitude responsiva é uma constante nas mais diferentes esferas dialógicas, pois “a palavra quer ser ouvida, entendida, respondida e mais uma vez responder à resposta, e assim *ad infinitum*” (BAKHTIN, 2003, p. 334, grifo do autor).

No que tange à diretividade do enunciado, Bakhtin (2003, p. 301) menciona que o destinatário

[...] pode ser um participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano, pode ser uma coletividade diferenciada de especialistas de algum campo especial de comunicação cultural, pode ser um público mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os correligionários, os adversários e inimigos, o subordinado, o chefe, um inferior, um superior, uma pessoa íntima, um estranho, etc.; [...] Todas essas modalidades e concepções do destinatário são determinadas pelo campo da atividade humana e da vida a que tal enunciado se refere. A quem se destina o enunciado, como o falante (ou o que escreve) percebe e representa para si os seus destinatários, qual é a força e a influência deles no enunciado – disto dependem tanto a composição quanto, particularmente, o estilo do enunciado (BAKHTIN, 2003, p. 301).

A citação acima mostra a importância do estilo do enunciado. Dessa forma, para Bakhtin e Voloshinov (1976, p. 14), “o estilo é pelo menos duas pessoas ou, mais precisamente, uma pessoa mais seu grupo social na forma do seu representante autorizado, o ouvinte – o participante constante na fala interior e exterior de uma pessoa”.

Assim também o gênero discursivo escolhido pelo locutor tem sua relevância na relação dialógica. Desse modo,

[...] o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos de *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2003, p. 261-262, grifos do autor).

Em relação a *raps*, eles se encaixam no que Bakhtin apresenta como *tipos relativamente estáveis*, uma vez que a estabilidade estaria ligada ao fato de que *raps* possuem certas particularidades como ritmo, poesia e rima, e a “instabilidade” encontraria-se no hibridismo desse gênero, porque, dentro de um mesmo contexto, como o dos Racionais MC’s, há gêneros variados, como o testemunho, o relato, o diário, o poema, entre outros, em muitos casos, em um mesmo *rap*.

Aliada às noções de gênero discursivo e de estilo tem-se a concepção de entoação, pois, para Bakhtin (1995, p. 132, grifo do autor),

toda palavra [...] possui [...] um acento de valor ou *apreciativo*, isto é, quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela palavra viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra (BAKHTIN, 1995, p. 132, grifo do autor).

Dessa maneira,

Na entoação, o discurso entra diretamente em contato com a vida. E é na entoação sobretudo que o falante entra em contato com o interlocutor ou interlocutores – a entoação é social por excelência. Ela é especialmente sensível a todas as vibrações da atmosfera social que envolve o falante (VOLOSHINOV; BAKHTIN, 1976, p. 7).

Como se nota, o sujeito bakhtiniano é ativo, pois faz escolhas, ligadas ao estilo e à entoação, e é atuante no processo discursivo, visto que o sujeito está inserido em uma situação social concreta de interação verbal em que a interlocução com o outro (o seu parceiro na interação) acontece a todo o momento, uma vez que ambos são agentes no processo comunicativo e acabam suscitando a atividade responsivo-ativa entre eles. Por isso que essa concepção de sujeito é a adotada neste trabalho, tendo em vista que os locutores, os *rappers*, são ativos e fazem suas escolhas ao produzirem seus *raps*.

Já o *ethos* é, de acordo com Maingueneau (2008, p. 17), uma noção discursiva que se constrói por meio do discurso e não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala, está ligado também ao processo interativo de influência sobre o outro (o ouvinte), além de ser uma

noção híbrida (sócio-discursiva), ou seja, um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação concreta, ligada a uma determinada instância sócio-histórica.

Ainda de acordo com o teórico, “a leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito” (MAINGUENEAU, 2004, p. 98). Dessa forma, “a qualidade do ethos remete, com efeito, à figura desse ‘fiador’ que, mediante sua fala, se dá uma identidade compatível com o mundo que se supõe que ele faz surgir em seu enunciado” (MAINGUENEAU, 2005, p. 73). Como se nota, “[...] é por seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer” (MAINGUENEAU, 2005, p. 73).

O discurso é, então, para Maingueneau (2005), um acontecimento inserido em um contexto sócio-histórico que não está dissociado de seus conteúdos, bem como de sua cena enunciativa. Desse modo, “[...] a cenografia é *ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra*; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente *a cenografia exigida para enunciar [...]*” (MAINGUENEAU, 2004, p. 87-88, grifos do autor).

Raps em análise

O *rap*, enquanto gênero discursivo, pode ser visto como canção. Esta, em uma acepção mais tradicional, é uma relação entre melodia e letra (TATIT, 2006). Com o passar dos anos e com os avanços tecnológicos, essa acepção ainda se sustenta, porém, têm surgido outras formas de canção, como menciona Tatit (2006, p. 54, grifo nosso):

[...] canções-samba, canções-rock, canções-bossa nova, canções-blues, canções-reggae, canções-country, canções-toada, canções-bolero, canções-funk e *canções-rap*. Estas últimas, aliás, passaram a representar a mais pura essência da linguagem da canção pela proximidade que mantêm com a fala (TATIT, 2006, p. 54, grifo nosso).

Antes de ser feita a análise, algumas considerações são necessárias em relação ao que Napolitano (2005[2001]) propõe sobre análise de canção. O teórico afirma que uma análise de canção que prioriza somente a letra traz em si alguns problemas, visto que reduz o sentido global da canção e desconsidera os aspectos estruturais desta, tais como o arranjo, a melodia, o ritmo e o gênero. Para Napolitano (2005, p. 96): “Muitas vezes o impacto e a importância

social da canção estão na forma como ela articula a mensagem verbal explícita à estrutura poético-musical como um todo”.

Desse modo, como o *rap* também é uma canção, optou-se por analisar o conteúdo das letras dos *raps* e levar em consideração a parte musical. No entanto, não será feita uma análise minuciosa dos parâmetros musicais, pois a análise priorizará a discursividade.

O CD duplo *Nada como um dia após o outro dia*, de 2002, parece retratar coisas que podem acontecer durante “um dia” na vida de quem vive nas “quebradas”, pois o primeiro CD, cujo título é “Chora agora”, começa com a faixa “Sou mais você”, na qual um locutor, profissional da “Rádio Êxodos”, diz “Vamo acordá” e o segundo CD, cujo título é “Ri depois”, tem “Da ponte pra cá” como último *rap*, no qual há a presença novamente de um profissional da referida rádio que fala que são “23 minutos de um novo dia”. Pode-se dizer, então, que esse CD duplo é circular e dialógico, uma vez que apresenta vivências rotineiras de “manos” e de “minas” que residem na periferia.

A análise que se apresenta neste momento está dividida em duas partes: a presença do “outro”, o “truta” (o “mano” da periferia) e o “senhor de engenho” (simbolizando a elite e o sistema), e do “eu” nos *raps* dos Racionais MC’s.

O outro nos *raps* dos Racionais MC’s: o “truta” e o “senhor de engenho”

Entre os interlocutores possíveis para os *raps* há o “truta”, o “mano” da perifeira, e o “senhor de engenho”. Serão mostrados, nos indícios, como esses interlocutores são vistos e tratados, trabalhados discursivamente, pelos locutores, os *rappers*.

O “truta”

O “truta” representa não só o principal interlocutor como também o que é visto como um irmão pelo locutor, uma vez que este compartilha com aquele muitas situações em comum, como o fato de habitarem na periferia. Isso é percebido nos *raps* em vários trechos, como na canção “Expresso da meia-noite”.

Esse *rap* é destinado a “só quem é de lá” e “sabe o que acontece”, ou seja, a quem mora nas “quebradas”, nas periferias, e presencia ou ouve o que acontece por volta da meia-noite nessas localidades, como “[...] chacina, estupro, tráfico/a noite é foda, irmão, só dá lunático/vida de louco, de inferno e sufoco [...]”. O locutor interpela os interlocutores a

prestarem atenção e a terem cuidado, isto é, a responderem ativamente, caso contrário, podem sofrer represálias, pois “[...] no submundo da metrópole é desse jeito/não pense, não pisque, não dê um passo/quem se habilita é um abraço [...]”. A base, para dar mais veracidade ao “clima pesado” relatado no decorrer da canção, possui um aspecto carregado e sombrio em suas colagens de sons de noite, tiros e ambulância, instaurando, assim, um clima soturno. Aliado a tudo isso, há os *scratches* (sons produzidos ao tocar o disco em sentido contrário, como “arranhar” o disco) e o sintetizador que corroboram para a taciturnidade. O *ethos* tem, como fiador, a figura de um homem observador que relata o que vê, reflete sobre o que está presenciando e alerta “a só quem é de lá” para “ficar esperto” e saber circular na periferia, à noite. A referência a algumas “quebradas”, como Hebron, Piquiri, entre outras, reforça o pertencimento à periferia, uma marca do estilo dos Racionais MC’s. A entoação segue essa tendência sombria, reflexiva e sinistra, compondo o todo da canção. Essa presença marcante e constante do “truta” nos *raps* pode ser considerada uma das características do estilo dos Racionais MC’s.

O “senhor de engenho”

O “senhor de engenho” é o que representa o sistema e é interpelado nos *raps* com os mais diferentes nomes, como “playboy”, “bacana”, entre outras formas. Sua condição, pelo menos nos *raps*, não é nada favorável, pois é criticado, desprezado, ojerizado, entre outros.

No *rap* “Na fé firmão”, a referência ao “playboy/mauricinho” é em tom de deboche, porque este, em meio a força que o locutor possui e representa na “quebrada”, deverá ter receio do que pode lhe acontecer se invadir um espaço que não lhe pertence. Desse modo, o *ethos* apresenta um fiador de homem forte e valente, que tem consciência da sua representatividade na periferia, por isso deve ser temido pelo “mauricinho”. Esses fatos podem ser observados nos seguintes fragmentos:

Tenho a guerrilha na mente, falange de senzala
Som que abala a parede estremece
Playboy soa frio, mauricinho não se mete
Sou lá do Norte e eu venho pra rimá
Eu sei do meu direito ninguém vai me entimá
Pra vala eu só vou se um pilantra me matar

Ao burguês, então, é solicitada uma atitude responsivo-ativa a fim de que ele perceba a sua condição, não mais a quem o “truta” deve se submeter, mas aquele que deve rever seus conceitos, prestar atenção e refletir sobre os seus atos para com os “trutas”, e passe a respeitá-los.

O “eu” nos *raps* dos Racionais MC’s

As análises revelam que o “eu”, o locutor, é ao mesmo tempo individual e coletivo: é individual quando fala de si, mas, quando fala de si, o “eu” traz consigo vivências que são comuns entre ele e o “truta/mano” da periferia, por isso se pode dizer que nessa situação o “eu” é coletivo.

Em a “Vida Loka (parte 2)”, o locutor diz que

Eu vou jogar pra ganhá,
O meu money, vai e vem,
Porém, quem tem, tem,
Não cresço o zóio em ninguém

Nessa canção, observa-se uma pré-disposição do locutor que está pronto para lutar e ganhar no jogo da vida, sempre com dignidade, nunca trapaceando, porque diz que “o que tiver que ser, será meu”. Nota-se que há a emergência de um *ethos*, cujo fiador representa uma pessoa nobre, não no sentido financeiro, mas que apresenta uma conduta moral ilibada. Mais uma vez mantém um diálogo com o “truta”, solicitando que não esmoreça, “porque o guerreiro de fé nunca gela, não agrada o injusto e não amarela”, mesmo nas adversidades, quando “o cheiro é de pólvora”. A entoação, misturada ao timbre grave do locutor, reforça esse perfil assumido pelo fiador. A base do *rap* tem uma colagem de um trompete que se harmoniza com a reiteração da voz solitária do locutor; além disso, há também os brindes aos “guerreiros” e a Dimas, que ajudam a compor a cena enunciativa.

A recorrência ao “eu” nos *raps* não é em vão, por se tratar de um discurso em que predominam os relatos e os testemunhos pessoais, como acontece nesse *rap*, e isso é um dos indícios para se observar a constituição da subjetividade nas canções analisadas.

Considerações finais

A representatividade alcançada pelos Racionais MC's faz com que eles sejam vistos como porta-vozes da periferia e um de seus legítimos representantes, pois quem melhor que seus próprios habitantes para falarem dela. Essa representatividade, por conseguinte, acontece por meio da relação “eu”/“outro” marcada pela reciprocidade dialógica do locutor para com seus interlocutores (o “mano” e o “senhor de engenho”), uma vez que os sujeitos constituem-se e se completam, nas suas semelhanças e nas suas diferenças, nesse processo interacional.

No que tange à constituição da subjetividade nos *raps* do grupo Racionais MC's, ela pôde ser observada na forma como os locutores colocam-se como sujeitos discursivos e também no posicionamento responsivo deles através do estilo, da entoação e do *ethos*. Isto é, a análise dessas categorias, a partir dos dados levantados, é que pôde revelar algo sobre a subjetividade nos *raps* desse grupo. Por sua vez, esse trabalho dos locutores se dá via *ethos* e estilo.

A subjetividade, então, é constituída no processo dialógico de um “eu” e dos “outros” discursivos, o “mano”, principal interlocutor dos *raps*, e os “senhores de engenho”, vistos de forma crítica pelos locutores. Desse modo, o “outro” é constitutivo do “eu”, pois o “truta” representa, afirmativamente, uma parte do “eu”, e o “senhor de engenho” é negado por esse “eu”.

Percebe-se, assim, que essa relação “eu”/“outro” constitui-se da seguinte forma: (a) um “eu” que se atribui sentido, enquanto sujeito ativo que faz escolhas; (b) um “eu” que se atribui sentido no “outro”, visto que este é o parceiro do “eu” no processo dialógico; (c) um “outro” que se atribui sentido, já que este também é ativo e responde ativamente ao “eu”; (d) um “outro” que atribui sentido ao “eu”, tendo em vista que a relação dialógica é uma via de mão dupla.

Como se verifica, esse processo dialógico é constitutivo da subjetividade dos Racionais MC's, uma vez que todo dizer é fruto das escolhas realizadas pelos locutores e, dessa forma, a dialogicidade entre os interlocutores pressupõe uma atitude responsivo-ativa com o “eu” se desdobrando no “outro” e vice-versa.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, V. N. *Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica*. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza. [S.I.: s.n., 19--].

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. *Estética de Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso* (org.). Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. cap. 3, p. 69-92.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-39.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música - história cultural da música popular*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RACIONAIS MC's. *Nada como um dia após o outro dia*. São Paulo: Unimar Music, 2002. 2 CDs.

SILVA, José Carlos Gomes. Arte e Educação: A Experiência do Movimento Hip Hop Paulistano. In: ANDRADE, Elaine Nunes (org.). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Summus, 1999. p. 23-38.

TATIT, Luiz. Cancionistas invisíveis. In: *Cult*. São Paulo, n. 105, ano 9, 2006. p. 54-58. Disponível em: <<http://www.luiztatit.com.br/>>. Acesso em: 19 out. 2008.

POLÍTICA EDITORIAL

- A Revista *PERcursos Linguísticos* publica trabalhos inéditos (artigos, resenhas e entrevistas) sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores (brasileiros e estrangeiros), pós-graduandos e alunos de Iniciação Científica (neste caso, com certificação do professor orientador).
- Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão se baseará para decisão final sobre a publicação.
- A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
- Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
- Os dados e conceitos contidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
- Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
- Os direitos autorais referentes aos trabalhos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à revista *PERcursos Linguísticos*, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98. O trabalho publicado poderá ser acessado pela rede mundial de computadores, sendo permitidas, gratuitamente, a consulta e a reprodução de exemplar do trabalho para uso próprio de quem o consulta. Essa autorização de publicação não tem limitação de tempo, ficando o site da revista (em elaboração) responsável pela manutenção da identificação do autor do artigo. Casos de plágio ou quaisquer ilegalidades nos textos apresentados são de inteira responsabilidade de seus autores.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. O trabalho deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas. A fonte deverá ser Times New Roman, tamanho 12, em espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos, com alinhamento justificado. Entre texto e exemplo, citações, tabelas, ilustrações, etc., utilizar espaço duplo.
2. Os trabalhos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.
3. O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura:
 - *Título*: centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página.
 - *Nome do(s) autor(es)*: por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita, com um asterisco que remeterá ao pé da página para identificação da instituição a que pertence(m) o(s) autor(es).
 - *Filiação institucional*: em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), a sigla da universidade, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).
 - *Resumo*: em português e inglês (abstract) para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do nome do autor.
 - *Palavras-chave e keywords*: no mínimo três e no máximo cinco; precedidas desse subtítulo e de dois-pontos, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, fonte normal, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento, logo abaixo do resumo.
 - *Texto do artigo*: iniciado duas linhas abaixo das palavras-chave e *keywords*, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. Os subtítulos obrigatoriamente utilizados (**Resumo, Palavras-chave, Abstract, Keywords, Referências**) também se submetem a essa formatação. Deverá haver espaço duplo de uma linha entre o último parágrafo

da seção anterior e o subtítulo. Todo destaque realizado no corpo do texto será feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.

- *Referências*: precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, justificadas, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.

- ✓ Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os *documentos eletrônicos* seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.

- ✓ Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ANBT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.

- ✓ No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente por meio do *site*: http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download

- *Anexos*, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra **Anexo**, em negrito, sem adentramento e sem numeração.
- Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.

O trabalho (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado para endereço eletrônico percursoslinguisticos@hotmail.com em dois arquivos digitais, em formato *Word for Windows* (versão 6.0 ou superior), conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo, em uma folha que anteceda o artigo, devem constar os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone, fax e e-mail; formação acadêmica; instituição em que trabalha; especificação da área em que se insere o artigo. No

texto somente do segundo arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es).

Serão devolvidos aos autores trabalhos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

PERcursos Linguísticos
COMISSÃO EDITORIAL
A/C Ana Cristina Carmelino, Maria da Penha Pereira Lins
ou Micheline Mattedi Tomazi
CCHN/ PPGEL – Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
Universidade Federal do Espírito Santo
Av. Fernando Ferrari, nº 514
Campus Universitário – goiabeiras
CEP 29075-910
Vitória – ES
Tel: 0 XX 4009-2801
E-mail: percursoslinguisticos@hotmail.com